

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

CAROLINA DE PAULA MACHADO

**POLÍTICA E SENTIDOS DA PALAVRA
*PRECONCEITO***

**UMA HISTÓRIA NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO NA
PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da
Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título
de Doutor em Linguística

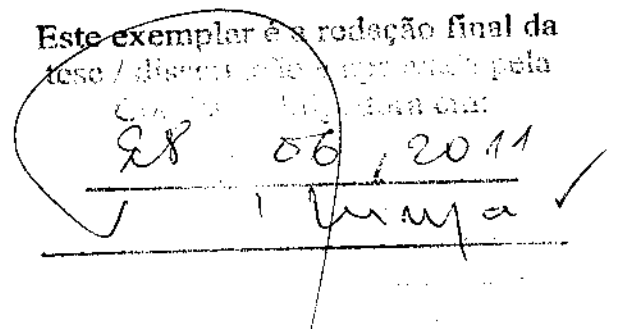
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Campinas
2011

1

Este exemplar é a redação final da
tese / dissertação apresentada pela
Carolina de Paula Machado

28.06.2011



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
TERESINHA DE JESUS JACINTHO – CRB8/6879 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE
ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

M18b Machado, Carolina de Paula, 1980-
Política e sentidos da palavra *preconceito* : uma história no pensamento social brasileiro na primeira metade do século XX / Carolina de Paula Machado. -- Campinas, SP : [s.n.], 2011.

Orientador : Eduardo Roberto Junqueira Guimarães.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Semântica. 2. Semântica do acontecimento. 3. Preconceito. 4. Ciências sociais. 5. Político. I. Guimarães, Eduardo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: Politics and sense of the word *prejudice*: a history in the brazilian social thought in the first middle of twenty century.

Palavras-chave em inglês:

Semantics
Semantic of event
Prejudice
Social science
Political

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutor em Linguística.

Banca examinadora:

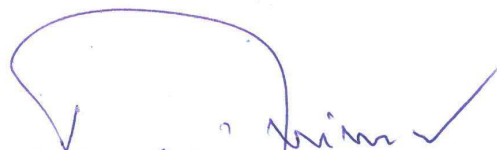
Sheila Elias de Oliveira
Mônica Graciela Zoppi Fontana
Soeli Maria Schreiber da Silva
Débora Raquel Hettwer Massmann

Data da defesa: 13-05-2011.

Programa de Pós-Graduação: Linguística

BANCA EXAMINADORA:


Eduardo Roberto Junqueira Guimarães



Mónica Graciela Zoppi Fontana



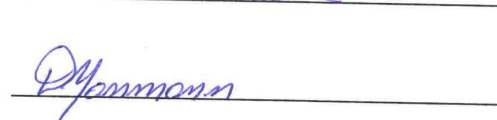
Soeli Maria Schreiber da Silva



Sheila Elias de Oliveira



Débora Raquel Hettwer Massmann



Ana Cláudia Fernandes Ferreira

Marcos Aurelio Barbai

Cristiane Pereira Dias

Dedico a meus pais, Sandra e Machado

Agradecimentos

Agradeço ao professor Eduardo por ter me dado a oportunidade de aprender muito com ele, com seu exemplo de intelectual e de pesquisador, ao longo desta jornada que, junto com o mestrado, durou seis anos. Por ele ter me orientado sempre com muita dedicação, atenção, paciência e com observações sempre muito pertinentes não apenas para a tese mas para todo o meu percurso acadêmico nesses anos. Agradeço a ele pelas inúmeras oportunidades que impediram que eu desistisse da pós-graduação e pela oportunidade única e inesquecível de poder realizar uma parte de minha pesquisa de doutorado na França.

Ao professor Zancarini por ter me acolhido tão bem em terras francesas e por me ensinar um pouco de sua Filologia Política me ajudando assim em minhas reflexões para a tese.

À professora Soila, por ter me iniciado neste percurso acadêmico, por tudo o que ela me ensinou e por dar sua contribuição, agora, para a tese como parte da banca.

Às professoras Mônica e Sheila por sempre terem dado contribuições muito significativas para os meus trabalhos desde o mestrado, que me ajudaram a trilhar meu percurso, por seus trabalhos que sempre me inspiraram, e por terem aceitado participar da banca.

À professora Débora por ter aceitado o convite banca e por ter feito uma leitura atenciosa desta tese dando importantes contribuições. E aos professores Marcos, Cristiane, e Ana Cláudia por terem aceitado o convite para participarem da banca como suplentes.

À professora Carolina M. Rodríguez Zuccolillo, por ter me orientado no texto de qualificação de área, contribuindo para as reflexões sobre a tese.

Ao Ignácio (Guinsu), meu amorzinho, por sempre estar do meu lado, por ter me dado apoio nas horas difíceis, por saber compreender as distâncias e por compreender que este é o meu sonho.

Às minhas avós Pina e Carola (em memória), que dedicaram suas vidas para cuidar dos filhos e dos netos, por terem acreditado em mim, me ajudado apesar de toda a dificuldade e por terem me dado lições que não se aprendem na escola. E agradeço aos meus avôs também, Antônio e Alberto (em memória).

À Cláudia, minha irmã, por tudo o que ela fez enquanto eu não pude estar presente, por sempre ter me dado apoio e por seu exemplo de professora dedicada. Ao Neto, meu irmão, pelo exemplo de seguir sua vida em outro lugar e, também, por seu exemplo de professor.

À Gabi Schumm e à Ana Cláudia F. Ferreira por serem amigas sinceras, por terem me ajudado nos momentos mais difíceis, sempre trazendo uma “luz” para os meus problemas e para as minhas questões da tese. Por sempre trazerem uma palavra amiga para o meu

conforto e muita alegria nos momentos de comemoração. Elas foram e são meus exemplos de trabalho e dedicação.

Agradeço à amiga Lu Nogueira, que me acompanha desde o início da graduação e continuou seu percurso junto comigo aqui na Unicamp. Agradeço pelas conversas e também por sempre me ajudar em todos os momentos. Sua docilidade, paixão pelo que acredita e força sempre me inspiram.

À Suzana, ao Roberto e à Mariza que me acompanharam na minha estadia na França, por serem grandes amigos para todas as horas, pelas conversas teóricas e pessoais, por estarem presentes nos dias mais felizes e nos dias mais difíceis.

À também a todos os meus amigos que fizeram parte deste percurso, sem os quais eu não teria conseguido chegar ao fim. Alguns destes amigos são: Vivian, Camila, Jaçanã, Carol Fedatto, Anne-Laure, Isabelle, Zsuzsa, Philippe, Abdel, Vassilis, Jimmy, Rosimar, dentre muitos outros que também estiveram por perto com uma palavra amiga.

À Raquel, ao Daniel, à Nazira, à Elaine, à Fabiana Carioca que fazem parte da minha vida mesmo que distantes;

À Emília e Ignácio (pai) pela fé e pelo carinho com que me acolheram em sua família, o que me ajudou a seguir em frente.

À minha família, principalmente às minhas primas Aline e Camila, às minhas tias Ordália e Cida, e à minha prima Ângela.

À Dalva, por sempre acreditar em mim.

Ao Cláudio, ao Miguel, à Rose, ao Emerson e a todos aqueles que fazem parte da equipe de funcionários do IEL (Instituto de Estudos da Linguagem) que por sua eficiência, dedicação e paciência, me ajudaram a concluir meu percurso.

Aos funcionários da École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines (ENS-LSH de Lyon), especialmente ao M. Allais e a toda equipe do Laboratório Triangle; ao M. Blondot e à Mme. Casoli que recebiam os alunos estrangeiros e fizeram com que eu sentisse um pouco em casa.

Agradeço à Capes e ao acordo Capes/Cofecub pelo auxílio financeiro no Brasil e na França.

Agradeço a Deus.

RESUMO

Na escrita de quatro importantes obras das Ciências Sociais do início do século XX, a palavra *preconceito* adquire sentidos específicos em cada uma delas, sentidos constituídos no funcionamento enunciativo, que é político e histórico. Nossa tese se inscreve na área da Semântica do Acontecimento na qual a análise de sentidos é considerada a partir do acontecimento enunciativo (GUIMARÃES, 2002). Também, são mobilizados alguns conceitos da Análise de Discurso francesa, a partir de trabalhos de Pêcheux (1975; 1988) e Orlandi (1994; 1999). Esta abordagem nos possibilita observar como os autores dessas obras, na primeira metade do século XX, compreendem as relações sociais na construção de um conhecimento sobre a nossa sociedade que serviria de referência para a produção científica que viria depois. Nosso objetivo foi analisar as designações da palavra *preconceito* nas obras: **A evolução do povo brasileiro** (1923), de Oliveira Vianna; **Casa-grande e Senzala** (1933), de Gilberto Freyre; **Raízes do Brasil** (1936), de Sérgio Buarque de Holanda; e **Formação do Brasil Contemporâneo** (1942), de Caio Prado Júnior. Estas obras abrangem um período de transformação do Brasil, momento em que havia a preocupação do Estado, da elite no poder, dos intelectuais, com as mudanças sociais, econômicas e políticas. Há, assim, nesses textos, uma busca em se compreender os problemas e a formação da sociedade do Brasil do início do século XX. E, na medida em que os autores vão descrevendo as relações sociais, a palavra vai sendo significada. Observando as reescrituras e as articulações que constituem os diferentes domínios semânticos dessa palavra, vemos que os sentidos que circulam nas obras são eufemizados, naturalizados, apagados. E, com isso, na descrição da sociedade brasileira compreendemos que o funcionamento político da enunciação produz sentidos diversos, divididos, contraditórios para a palavra *preconceito*. No espaço de enunciação científico que essas obras configuram, aquilo que *preconceito* significa é dado como uma evidência, sendo que a palavra é raramente reescrita por uma definição. Mas, através das análises, vemos que em cada obra a palavra *preconceito* tem designações diferentes. Assim, além do sentido etimológico “ideia preconcebida”, outras reescrituras e articulações vão determinando os sentidos dessa palavra e cada obra tem sentidos específicos que se modificam na relação com as diferentes discursividades que agenciam os locutores-cientistas. É assim que, em uma mesma obra, *preconceito* pode significar o *erro* de se supor a identidade, lugar do qual o locutor-cientista se distancia e, ao mesmo tempo, o locutor é agenciado por sentidos que fazem parte de uma teoria biologizante e que se configuram como preconceito racial, sendo que este tipo de preconceito não faz parte do domínio semântico da palavra nessa obra, mas que vai fazer parte dos domínios semânticos das outras obras, pois os outros autores falam deste preconceito ao descreverem a sociedade. Além disso, outros sentidos também circulam para a palavra *preconceito*, tais como o sentido de discriminação, de exclusão, de opressão, etc., e, desse modo, podemos compreender a instabilidade e a divisão dos sentidos dessa palavra que circula, na maioria das vezes, sob a evidência do sentido etimológico.

Palavras-chave: preconceito; acontecimento enunciativo; espaço de enunciação científico; ciências sociais; história; político.

ABSTRACT

In the writings of four important works of the early twentieth century's Social Sciences the word *prejudice* acquires specific meanings for each – meanings constituted in the enunciative operation, which is political and historical. Our thesis is part of the Semantics of Events field, in which the analysis of meanings is considered taking the enunciative event as a starting point (Guimarães, 2002). Some concepts taken from the French Discourse Analysis are also put to use, based in works of Pêcheux (1975; 1988) and Orlandi (1994; 1999). This approach enables us to notice how the authors, in the first half of the twentieth century, understand social relations when setting up the knowledge about our society that would later serve as reference for the scientific production that was yet to come. Our objective was to analyze the designations of the word *prejudice* in the works: **A evolução do povo brasileiro** (1923), by Oliveira Vianna; **Casa-grande e Senzala** (1933), by Gilberto Freyre; **Raízes do Brasil** (1936), by Sérgio Buarque de Holanda; and **Formação do Brasil Contemporâneo** (1942), by Caio Prado Júnior. These works cover a transformation period of Brazil, when there was a concern of the State, the ruling elite, the intellectuals, about social, economic and political changes. Thus, there is a quest for using these texts in order to comprehend the problems and the formation of Brazilian society in the early twentieth century. While the authors/speakers describe social relations, the word earns its meanings. When we observe the rewritings and articulations that constitute the many semantic domains of the word, we see the meanings used in those works are euphemized, naturalized, cleared. And, with this, in the description of Brazilian society, we understand that the enunciation's political functioning produces diverse, divided, contradicting meanings for the word *prejudice*. In the scientific enunciative space in which the works are inserted, the meaning of *prejudice* is taken as granted, since the word is rarely given another definition. But through analysis, we observe that for each work the word *prejudice* designates a diverse form. So, besides the “before judgment” etymological meaning, other rewritings and articulations determine the specific sense in which the word is understood in each work, modifying the relationship with the various discourses that broker the speakers/scientists. That is how *prejudice*, in a work, can mean the *mistake* of supposing an identity, from which the speaker/scientist moves away, and at the same time, the speaker is taken by meanings that are part of a biologizing theory that is set as racial prejudice – and this type of *bias* is not part of the word's semantic domain in the works, but it will be part of the other works' semantic domain, because the other authors/speakers use this *bias* to describe their society. Moreover, other meanings for the word *prejudice* are also used, as for discrimination, exclusion, oppression, etc., and, this way, we can understand the unstableness inconstancy and multiplicity of meanings for a word that is used most of the times under the evidence of its etymological meaning.

Keywords: prejudice; enunciative events; scientific enunciative space; social sciences; history; political.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
PARTE I	
Capítulo I – Enunciação e Acontecimento: um breve percurso teórico sobre a constituição dos sentidos	29
1. O acontecimento do lado da História	31
2. Enunciação e Acontecimento	33
2.1 A subjetividade e a referência	33
2.1.1 A simbolização e a reprodução do acontecimento	36
2.2 A polifonia na enunciação	38
2.3 A história como memória de sentidos	41
2.4 Acontecimento discursivo	44
2.5 Semântica do acontecimento	46
2.5.1 O Acontecimento enunciativo	47
Capítulo II – A noção de política e o acontecimento enunciativo	53
1. A política como “desentendimento”	55
1.1 A Política: a posse da palavra	57
2. O político na linguagem	66
2.1 Espaço de Enunciação e cena enunciativa	68
2.2 A divisão das línguas no espaço de enunciação brasileiro: a língua da ciência	71

Capítulo III – A representação da sociedade brasileira: a questão do sujeito e da produção do conhecimento	79
1. A questão do sujeito	80
2. A produção do conhecimento científico no materialismo histórico	82
3. A formação do <i>corpus</i> : a representação das obras no pensamento social brasileiro	87
Capítulo IV – O funcionamento político da palavra <i>preconceito</i> na enunciação	93
1. A escrita política	95
1.1 A “libertà” florentina	97
2. A palavra e seu funcionamento político na enunciação: a divisão dos sentidos da palavra <i>preconceito</i>	98
3. Conceito e palavra	100
4. Historicização dos sentidos da palavra <i>preconceito</i>	102
5. Metodologia de Análise	111
5.1 A reescrituração	115
5.2 A articulação	116
5.3 A cena enunciativa	119
5.4 Domínio Semântico de determinação (DSD)	120
PARTE II – ANÁLISES	
Capítulo V – A evolução do povo brasileiro, de Oliveira Vianna	125

1.	Sobre o autor e a obra	125
2.	Descrição do funcionamento semântico-enunciativo da palavra <i>preconceito</i>	133
2.1	O preconceito da diferença	140
2.2	A designação da palavra <i>preconceito</i> : o lugar social de cientista e as posições-sujeito	153
2.3	A “questão nacional”	158
Capítulo VI – <i>Casa-grande e Senzala</i>, de Gilberto Freyre		161
1.	Sobre o autor e a obra	161
2.	Descrição do funcionamento semântico-enunciativo da palavra <i>preconceito</i>	167
2.1	A designação de <i>preconceito</i> : a divisão entre raça e religião	168
Capítulo VII – <i>Raízes do Brasil</i>, de Sérgio Buarque de Holanda		189
1.	Sobre o autor e sua obra	189
2.	Descrição do funcionamento semântico-enunciativo da palavra <i>preconceito</i>	195
2.1	A eufemização do <i>preconceito</i> e a divisão da sociedade	205
Capítulo VIII – <i>Formação do Brasil Contemporâneo</i>, de Caio Prado Júnior		207
1.	Sobre o autor e a obra	207
2.	Descrição do funcionamento semântico-enunciativo da palavra <i>preconceito</i>	217
2.1	A Reescritura por definição “preconceito discriminador das raças”	224
2.2	Os sentidos de <i>preconceito</i> na sociedade de classes	228

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As designações de *preconceito* e a significação das relações sociais brasileiras **231**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **239**

ANEXOS **243**

Anexo 1 – Recortes do texto **Evolução do povo brasileiro** 243

Anexo 2 – Recortes do texto **Casa-grande e Senzala** 248

Anexo 3 – Recortes do texto **Raízes do Brasil** 251

Anexo 4 – Recortes do texto **Formação do Brasil contemporâneo** 254

POLÍTICA E SENTIDOS DA PALAVRA *PRECONCEITO*: UMA HISTÓRIA NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho coloca em questão a evidência primeira do sentido da palavra *preconceito*, significada como uma ideia, opinião ou um conceito, formados antecipadamente, pré-concebidos, motivados pela falta de conhecimento. Esses sentidos muitas vezes se sobrepõem aos outros como se fossem os únicos, sendo dados como uma evidência, como a-históricos.

Nosso objetivo é o de analisar os sentidos desta palavra considerando a história e o político na sua constituição, tomando como lugar de observação o espaço enunciativo brasileiro, especificamente em um conjunto de obras de referência no pensamento social, no qual a palavra *preconceito* ganha sentidos específicos por significar e ser significada nos estudos sobre a formação social brasileira.

Para tanto, observamos a designação dessa palavra em textos que tratam da formação da sociedade em um período significativo da história do pensamento social, que vai dos anos 1920 aos anos 1940 do século XX. Analisar os sentidos da palavra na prática de linguagem, a partir do funcionamento político e histórico dos sentidos, é considerar que a palavra adquire certos sentidos, que outros são apagados, entram em conflito, dependendo das relações de determinação com outras palavras que se estabelecem nos textos, em cada acontecimento enunciativo.

Para a realização das análises, tomamos o quadro teórico-metodológico da Semântica do Acontecimento, de caráter materialista-histórico. Buscamos, então, não apenas mostrar que essa palavra pode ter vários sentidos, mas observar a maneira como eles

¹ Nossa pesquisa doutoral que resultou nesta tese foi fomentada pela CAPES e durante o estágio de doutorado sanduíche na França, tivemos bolsa Capes-Cofecub.

circulam na enunciação significando o real. Mais especificamente, trata-se de compreender como as relações sociais são significadas no interior de interpretações clássicas sobre a formação da sociedade brasileira a partir dos modos como essa palavra é designada. Com isso, a partir do dispositivo teórico-analítico da Semântica, fazemos uma história dos sentidos de uma palavra pelo modo como ela é significada em textos do domínio científico das Ciências Sociais, abrindo-se, assim, um diálogo com a História das Ideias Linguísticas.

Isto envolve uma concepção de significado ou sentido que se difere daquilo que uma semântica formal, por exemplo, toma pelo que seja o sentido. Assim, diferentemente de considerar o sentido como uma relação referencial ou o significado como algo que se restringe ao interior das relações linguísticas, a Semântica do Acontecimento, ao fazer intervir uma certa noção de acontecimento na enunciação, possibilita dar uma outra dimensão aos sentidos na linguagem. Nesta teoria, considera-se, a partir da linguagem, a relação desta com os sujeitos, a historicidade, o real, o social e o político na constituição dos sentidos.

Assim, quando perguntamos pelas designações da palavra *preconceito* não buscamos apenas efetuar um inventário dos sentidos dessa palavra. Também não se trata de elencar conceitos ou definições estabelecidas *a priori*, embora as relações de sentidos aí estabelecidas possam fazer parte da designação de *preconceito*, se for o caso. Buscamos compreender o que *preconceito* significa no funcionamento textual, considerando que esses sentidos, constituídos historicamente e politicamente no acontecimento enunciativo (GUIMARÃES, 2002), dizem algo das relações sociais brasileiras, a partir do olhar de autores que produziram obras de referência para a história do pensamento social brasileiro.

Esses olhares, essas interpretações são determinados por memórias de sentidos estabilizados para a palavra *preconceito* ao mesmo tempo em que produzem memórias de sentidos para a palavra, que tem sentidos específicos que dependem da língua e da história em que ela circula. Para nós, o *preconceito* tem sentidos específicos em língua portuguesa no espaço de enunciação brasileiro por conta do modo como se deram as relações sociais marcadas pela história de colonização e da escravidão.

Considerando essa relação entre significação e prática social, estabelecemos, para formar o *corpus*, a primeira metade do século XX como período a ser observado por ter

sido muito importante tanto do ponto de vista da história do Brasil quanto da produção do conhecimento sobre a sociedade brasileira. Deste período, tomamos quatro obras importantes na história do pensamento social brasileiro, sendo que seus autores, segundo Ianni (2004), teriam inaugurado interpretações e dado “aura científica” para questões sociais, políticas e econômicas brasileiras.

As obras são as seguintes: **Evolução do Povo Brasileiro** (1923), de Oliveira Vianna; **Casa-grande e Senzala** (1933), de Gilberto Freyre; depois seguimos com a obra **Raízes do Brasil** (1936), de Sérgio Buarque de Holanda; e, por fim, a obra **Formação do Brasil contemporâneo** (1942), de Caio Prado Júnior.

Trata-se de um conjunto de obras destacadas no pensamento social a partir da interpretação sociológica de Octávio Ianni. Para nós, esse conjunto se configura como um conhecimento científico de um dado momento histórico, ou seja, quatro interpretações, dentre outras possíveis, sobre a sociedade brasileira, isto é, o conhecimento científico é considerado como uma construção histórica. Desse modo, os locutores-cientistas são agenciados por diferentes discursos, podendo enunciar a partir de várias posições-sujeito. Assim, estabelecemos um diálogo com a Análise de Discurso de linha francesa.

Tendo em vista esta particularidade do nosso *corpus* de ser uma escrita da ciência, a análise dos sentidos da palavra *preconceito* articula-se ao lugar de conhecimento científico que estas obras têm no pensamento social. Com isso, não trata apenas de dizer as designações da palavra *preconceito*, mas de observar que estas designações, mais especificamente os domínios semânticos de determinação (DSD), estão sendo sustentados por uma certa argumentação.

Desse modo, analisamos o modo como a palavra *preconceito* é enunciada por cada locutor, que se divide em enunciadores e que enuncia, também, de um dado lugar social e de certas posições-sujeito, em se tratando da relação entre portugueses, índios, africanos etc. sem que nos esqueçamos que as relações sociais são marcadas pelo período colonial, pelo sistema escravocrata e pela relação colônia/metrópole, características que mesmo depois de extintas deixaram suas marcas.

Muitas eram as expectativas no início do século XX. Esperava-se que as mudanças ocorridas no século XIX, tais como a independência, a transformação do Império em

República, o fim da escravidão, transformassem o Brasil em uma nação independente, marcada pelo progresso para o novo século. No entanto, muitos problemas persistiram nos âmbitos sociais, econômicos, estruturais, juntamente com um clima de valorização do que era nacional que se difundia. A produção intelectual voltada para os aspectos sociais tenta explicar a formação do povo brasileiro e, em alguns casos, também os motivos da persistência de certos problemas já existentes no Brasil colônia. Com isso, as relações sociais vão sendo descritas e a palavra *preconceito* vai sendo significada na produção científica do período, relacionada à mistura de raças, de culturas, à escravidão, ao conflito religioso, econômico etc.

Os sentidos de *preconceito* escapam aos sentidos que estão estabilizados ao se buscar explicar a convivência entre “povos”, “raças”, “culturas”, “etnias” tão diferentes, uma combinação única que forma o brasileiro. É justamente nessa tensão entre o sentido estabilizado e os sentidos que se constituem nos acontecimentos enunciativos que falam dessa relação social tão particular aos brasileiros que realizamos nossa análise, procurando, a partir do conflito, da contradição, sair da evidência e dar espaço para esses outros funcionamentos semânticos.

O questionamento dos sentidos estabilizados confronta-se com uma visão científica do conhecimento que o toma como uma evidência, que circula como uma verdade, como algo dado, a-histórico que, neste caso, diz respeito ao conhecimento sobre formação da sociedade brasileira. Conhecimento que é produzido sob parâmetros formais da produção científica e se estabiliza alimentando a necessidade dos sujeitos pragmáticos (que é também produzida) de uma “homogeneidade lógica” (PÊCHEUX, 1988, p. 32).

Observamos nas obras em questão que os parâmetros formais que permitem a representação das “coisas a saber” de forma homogênea estão relacionados ao uso de modelos e conceitos teóricos em voga para a análise, organização dos textos acadêmicos, uso de citações de outros autores, comprovação dos fatos, seja pelo testemunho do próprio locutor-cientista, seja pelo testemunho de outros autores respeitados, preocupação com a objetividade dos fatos e, o que aparece com frequência nos quatro autores, o uso de uma escrita da ciência caracterizada pela utilização de línguas estrangeiras, com raras traduções para o português.

Considerando que o conhecimento científico produz significações que são tomadas como evidentes, mas que não são nem neutras nem homogêneas, pois, conforme Orlandi (2007, p. 9), “não há sentido sem interpretação”, buscamos deslocar sentidos “logicamente estabilizados” (PÊCHEUX, 1988, p. 31), dados como evidentes através da análise dos sentidos da palavra *preconceito* no acontecimento.

Na Semântica do Acontecimento, a designação é compreendida a partir do que se define como enunciação, não sendo, portanto, uma relação de sentido fixa, imutável, que é determinada fora das relações de linguísticas e fora da história. As designações de uma palavra constituem-se no acontecimento enunciativo, sendo, então, instáveis. Trata-se da significação configurada pela relação linguística de determinação entre as palavras que significa o real.

Nessa forma de se considerar os sentidos, é estabelecida uma relação central que se dá entre as noções de enunciação e de acontecimento. Veremos, então, no primeiro capítulo como a relação entre essas duas noções foi tratada de diferentes formas. Nos estudos enunciativos, de um lado, Émile Benveniste (1966; 1974) define a enunciação como centrada na relação entre a subjetividade e o acontecimento, que é compreendido como algo que é exterior à língua. De outro, Oswald Ducrot (1972; 1984) incorpora o acontecimento como sendo a própria enunciação. A noção de acontecimento é também usada em relação à língua por outros autores e de outras formas que também serão abordadas.

A relação com a história, enquanto memória de sentidos, é trazida na definição de enunciação dada por Guimarães (1989; 1995) em um primeiro momento de sua teoria, em que é estabelecida uma ligação teórica com a Análise de Discurso. Mas é através da noção de acontecimento (GUIMARÃES, 2002) a qual ele insere posteriormente que a enunciação passa a ser tratada como um acontecimento, e, como tal, tem uma historicidade que lhe é própria além de ser também política. Isto dá à constituição do sentido uma outra dimensão que faz com que ele seja compreendido como uma relação linguística que significa o real sem desconsiderar, também, que há uma relação com o sujeito que não é a de ser a origem, nem o centro do dizer, embora ele se represente dessa forma.

A relação com esta noção específica de acontecimento permite que se pense em uma história de enunciações na qual já se produziram outros sentidos, que circulam na

contradição, entrando em conflito, apagando outros, isto é, possibilita observarmos o funcionamento político da constituição dos sentidos.

O político tem diferentes maneiras de ser compreendido e é disso que trataremos no Capítulo II. Guimarães (2002) dá um sentido muito específico para o político, que se baseia na definição de Jacques Rancière (1995). Este mostra que o político ou a política, na tradição filosófica, deu-se como um desentendimento que leva ao litígio, à contradição. O problema é que nem todos têm igualmente a “posse da palavra”. Ter a palavra e, mais do que isso, se fazer ouvido, depende do valor que cada grupo tem na sociedade. O *demos* (o povo) é o grupo que não possui algo que tenha valor, o que ele possui é a liberdade que se ausenta de valor por pertencer a todos e não somente a ele. Desse modo, segundo Rancière, o povo fala, mas não tem o direito à palavra do mesmo modo que os grupos que possuem algo de valor, os *aristoi* e os *oligoi*, gerando assim o desentendimento.

O político é trazido para se compreender o funcionamento da língua. Guimarães considera o acontecimento enunciativo como político, entendendo-o como conflito que se dá pela contradição que ocorre quando os não incluídos afirmam o seu pertencimento. O funcionamento enunciativo é político porque distribui nos espaços de enunciação os lugares do dizer, isto é, há um agenciamento enunciativo que hierarquiza os lugares dos quais se fala, produzindo-se, assim, sentidos diferentes na enunciação, sentidos que se dividem, entram em conflito e sentidos que são apagados.

Se os sentidos não são neutros nem evidentes e funcionam nesta disputa incessante, na contradição, é preciso então observar o lugar enunciativo e as posições-sujeito nos quais os locutores enunciam no discurso da ciência, sobre o que nos ocuparemos no Capítulo III. A palavra *preconceito* é observada no funcionamento de textos que trazem interpretações que fundamentam o discurso social e histórico sobre a formação da nossa sociedade. São textos produzidos sob teorias específicas que têm uma legitimidade no discurso científico. A prática científica, segundo Guimarães, “[...] é determinada pelas condições históricas gerais e pelas condições históricas do domínio do saber e é particularizada pelas instituições (pelo Estado) em que se desenvolve” (2004, p. 16). Assim, observamos como

as obras selecionadas para o *corpus* são representadas no pensamento social brasileiro de acordo com Ianni (2004)².

Dentro desta perspectiva, o sujeito da ciência não está fora da história, é determinado historicamente, é um sujeito político. Assim, o objeto da ciência não é neutro, mas é um objeto histórico, isto é, é suscetível a uma interpretação dentre outras possíveis. Um dos efeitos que observamos é o de como os sentidos da palavra *preconceito* se articulam ao funcionamento argumentativo, sendo esta palavra enunciada por locutores que falam do lugar da ciência, do lugar institucionalizado de professor universitário, do lugar do estado, que se colocam na origem do dizer como se estivessem fora da história, mas que não estão fora dela. Que sentidos são produzidos ou apagados nessa relação contraditória, sobreposta, que é própria do funcionamento enunciativo?

Para observar então essas questões, no Capítulo IV veremos que para Zancarini (2002; 2007; 2008) as palavras ou conceitos políticos expressam a “qualidade do tempo” na qual as obras em que se inserem são escritas. Assim, ele mostra que as palavras políticas passam a ter outros sentidos por expressarem as mudanças que ocorrem em uma dada conjuntura política. As reflexões sobre o político estão relacionadas à nossa participação no projeto História das ideias linguísticas intitulado “O Controle político da representação: uma história das ideias”³.

² A obra *Pensamento Social no Brasil* reúne estudos, ensaios, artigos do sociólogo Octavio Ianni que foram elaborados ao longo de sua carreira como professor e pesquisador. Intelectual respeitado em seu meio, considerado um dos mais importantes sociólogos brasileiros, Ianni foi discípulo de Florestan Fernandes, tendo feito parte da chamada “Escola de Sociologia Paulista”. Teve como uma de suas preocupações a questão racial no Brasil. A obra que usamos, publicada em 2004 como homenagem a Ianni, com o apoio da Anpocs (Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais), nos dá um panorama do pensamento social brasileiro na visão de um grande intelectual que promoveu reflexões na área sem deixar de se preocupar com o enfrentamento dos problemas sociais (ARRUDA *apud* IANNI, 2004).

³ As reflexões deste capítulo originaram-se da pesquisa feita durante um estágio doutoral (doutorado sanduíche) que realizei na École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines de Lyon (ENS-LSH de Lyon-França) no período de setembro de 2008 a julho de 2009, através do projeto História das Ideias Linguísticas intitulado “O controle político da representação: uma história das ideias” coordenado no Brasil pelo prof. Eduardo Guimarães e, na França, pelo prof. Jean-Claude Zancarini, do qual faço parte e que tinha o apoio do acordo Capes – Cofecub, do qual recebi bolsa. Neste período, tive orientações do professor Jean-Claude Zancarini, responsável pelo laboratório Triangle, assim como participei das atividades deste laboratório.

Para nós, a palavra *preconceito* é uma palavra das Ciências Sociais. Assim como para Zancarini, não objetivamos saber como ela é definida enquanto um conceito desse domínio de conhecimento, mas saber o que ela significa nesse domínio pelas relações linguísticas que significam o real. Desse modo, consideramos o funcionamento político dos sentidos da palavra *preconceito*, na forma como define Guimarães (2002), sentidos constituídos por sua história de enunciações para significar algo próprio das relações sociais brasileiras. Nessa perspectiva, no espaço de enunciação brasileiro, as palavras têm sentidos específicos próprios de suas histórias de enunciação no processo histórico da formação do país.

Esta maneira de considerar os sentidos difere daquela dos dicionários que, através de suas definições, configuram-se como provedores de sentidos institucionalizados. Uma vez que estes sentidos são os considerados “oficiais”, eles impedem ou apagam, muitas vezes, a circulação desses outros sentidos. Buscamos então ir além dos sentidos da palavra *preconceito* fornecidos pela Etimologia, vista aqui como um lugar de estabilização e homogeneização de sentidos, de produção de evidências. Com isso, observaremos o **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (DHLP)**, o **Dicionário Etimológico da Nova Fronteira (DENF)**, o dicionário **Michaelis (francês / português - português / francês)** e o **Dicionário Português-Francês da Editora Porto**. Veremos que na origem da palavra dada pela etimologia há a sobreposição do sentido do étimo de maneira a tornar evidente uma unidade dos sentidos e da palavra, mas também veremos que os sentidos se dividem e estão em relação com o espaço de enunciação francês.

Mas o que está além desse efeito de unicidade dos sentidos de uma palavra que nomeia um dos grandes problemas sociais ainda enfrentados cotidianamente no Brasil? Que sentidos, portanto, a palavra *preconceito* tem no espaço de enunciação brasileiro, onde as relações sociais foram marcadas pela colonização e pela escravidão?

Para responder a estas questões nos utilizamos de uma metodologia de análise específica à Semântica do Acontecimento para analisar a designação que engloba os conceitos de texto, reescritura e articulação, de domínio semântico de determinação (DSD), entre outros que são descritos ainda no capítulo IV.

Iniciamos assim a segunda parte do nosso trabalho analisando as designações da palavra *preconceito* nas obras de nosso *corpus*. Como veremos, a palavra *preconceito* é reescrita muitas vezes por repetição e poucas vezes ela é reescrita por outra palavra que a substitui ou por uma definição.

A primeira obra analisada é **Evolução do povo brasileiro** [1923]⁴. Na sua designação, ela é significada pelo sentido pejorativo, como podemos ver pela reescritura “erro”. Ela também é significada pelo sentido etimológico através da reescritura “idea pré-concebida”. E o sentido de ação de “comprimir” aparece através da reescritura por expansão “preconceitos sociaes” que está determinada pela articulação “são uma formação discursiva” que a predica. Observamos na cena enunciativa que o locutor divide-se e enuncia do lugar do conhecimento não-científico e do lugar da ciência o qual ele assume. Observando essa divisão do sujeito, veremos que efeitos isso tem para o modo de significar o *preconceito* nessa obra.

Em seguida, realizamos a análise da palavra na obra **Casa-grande e Senzala**, de 1933. Veremos que a palavra *preconceito* é determinada por outra que atribui um sentido específico que não aparece na obra de Vianna. É a palavra *discriminação*. Temos também a especificação *de raça* para a palavra *preconceito* articulada à especificação *de cor* numa relação de alternância entre dois tipos de preconceitos neste acontecimento.

A relação com a religião também aparece através da reescritura por repetição da palavra *preconceito* ao ser caracterizada pelo adjetivo *religiosos*. Temos também a palavra *preconceito* sendo substituída por *escrúpulos* e articulada à locução adjetiva *de raça*. Observaremos então, na designação de *preconceito*, o conflito entre os sentidos do discurso laico (científico), do discurso religioso e do discurso da antropologia cultural, conflito no qual são tecidos os sentidos de *preconceito* nesta obra.

Na análise da obra **Raízes do Brasil**, de 1936, prevalecem as reescrituras por repetição, como veremos. Uma divisão de sentido interessante que aparece é a determinação de preconceito sobre *rural* por oposição ao que é *citadino* e a palavra *preconceito* é reescrita, indiretamente, por uma série de reescrituras, dentre as quais temos

⁴ Data aproximada, pois não há data na obra.

sentimento de distância, orgulho e dissonâncias que estão eufemizadas no acontecimento enunciativo.

E, por fim, chegamos à última obra de nosso *corpus* intitulada **Formação do Brasil Contemporâneo**, de 1942. Nesta obra, observamos que na designação de *preconceito* é a posição social que determina o preconceito de cor. Vemos também a estabilização do sentido *preconceito de raça*, uma vez que *preconceito* também aparece relacionado à expressão “racistas brasileiros”. Observamos que as posições biológica e cultural para raça ficam de lado nas reescrituras de *preconceito*.

Com essas quatro obras, abrangemos um período de consolidação da nação brasileira em que a produção do conhecimento científico contribui, de certa forma, para compreender os problemas que impediam o desenvolvimento da nação, pois que elas buscaram dar “sentidos” para a formação da nossa sociedade. Em meio a isso, analisamos as designações da palavra *preconceito* de maneira a observar que os sentidos que são produzidos ao mesmo tempo para a significação dessa palavra também significam, por seu funcionamento político, a(s) maneira(s) como a formação da nossa sociedade é interpretada e que constituem ainda hoje o imaginário sobre ela.

PARTE I

CAPÍTULO I

ENUNCIÇÃO E ACONTECIMENTO: UM BREVE PERCURSO TEÓRICO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DOS SENTIDOS

A análise semântica que realizamos é desenvolvida considerando-se a constituição dos sentidos na enunciação. No caso específico de nosso trabalho, interessa-nos a noção de designação tomada do ponto de vista enunciativo. Esta tomada de posição considera que a enunciação se constitui pela relação do funcionamento da linguagem com o que foi considerado como a sua “exterioridade”. Segundo Ducrot, a partir dos escritos de Benveniste que tratavam da questão da subjetividade na linguagem, buscou-se “introduzir na própria linguagem um determinado número de fenômenos ligados à enunciação que anteriormente eram relegados à fala”⁵ (1981, p. 178).

A noção de enunciação, na medida em que vai sendo desenvolvida ao longo da história dos estudos enunciativos, traz para o interior das reflexões sobre a linguagem a questão da subjetividade, da história, do social e do político.

O desenvolvimento da noção de enunciação amplia o estudo sobre a linguagem para além do que é considerado o seu sistema. Esta noção toma a linguagem em seu funcionamento e em seus aspectos semânticos de forma a não se limitar às delimitações trazidas pela formalização dos estudos da linguagem a partir do corte Saussuriano. Isso permitiu que aquilo que se considerava como o significado ou sentido fosse compreendido a partir de outros aspectos, deixando de se restringir a relações referenciais, pragmáticas ou etimológicas.

Tendo em vista estes aspectos, observaremos o desenrolar daquilo que se define como *enunciação*, noção estelar nos estudos semânticos enunciativos, através de um aspecto que vai se tornar essencial do ponto de vista da posição teórica em que nos situamos, a da Semântica do Acontecimento: a noção de *acontecimento*. Como veremos, atrelados à Enunciação estão a subjetividade, a historicidade, a temporalidade, o social, o

⁵ A *fala* aqui pode ser uma remissão à dicotomia língua/fala (*langue/parole*) feita por Saussure no *Curso de Lingüística Geral* (1916) que deixava para a fala elementos considerados como exteriores à língua, tais como o sentido e a subjetividade. Benveniste vai inseri-los através da noção de enunciação.

real e o político, tendo este último elemento estatuto central em nosso trabalho. A questão do político será discutida de maneira mais aprofundada nos capítulos que se seguem e será decisiva pelo próprio objetivo de nossa tese: o estudo das designações da palavra *preconceito* no funcionamento enunciativo-argumentativo de cada texto.

O fio condutor de nosso percurso neste capítulo será tratar das diferentes formas de se compreender o acontecimento, focando na sua relação com a enunciação, mas sem perder de vista que esta noção também aparece em outros domínios de saber. Com isso, chegaremos ao modo como a enunciação é definida por Guimarães (2002) através de uma noção de acontecimento que permite que os sentidos sejam analisados na relação com o político. É a partir desta noção de acontecimento enunciativo que realizamos nossas análises.

Assim, iniciamos nosso percurso pela História, mais especificamente pela História dos Conceitos, com a contribuição de Reinhart Koselleck. Depois, passamos ao campo dos estudos linguísticos a partir de dois linguistas que propiciaram, com seus trabalhos, importantes contribuições para os estudos semântico-enunciativos: Émile Benveniste (1966; 1974) e Oswald Ducrot (1972; 1984).

Em seguida, trazemos a relação entre enunciação e discurso estabelecida por Eduardo Guimarães (1989; 1995), que trilha o caminho para relação da língua com a história enquanto memória de sentidos, já no interior do materialismo histórico. Desse modo, não podemos deixar de tratar do acontecimento discursivo que coloca em relação a língua com o discurso a partir da abordagem materialista de Michel Pêcheux (1988). No âmbito da Análise de discurso, o discurso é compreendido como a materialidade da ideologia, como “efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 1994, p. 52), considerando que o acesso ao real se dá através da língua numa relação que é histórica.

E, por fim, no quadro da Semântica do Acontecimento, voltamos aos estudos enunciativos tratando da relação entre Enunciação e Acontecimento através dos trabalhos mais recentes de Eduardo Guimarães (2002; 2007) que, além da história, inclui também a relação da língua com o político. Nesta medida, a enunciação é ela própria um acontecimento, o acontecimento enunciativo no qual os sentidos se constituem no funcionamento da língua que é político e que mobiliza uma história de sentidos. Além

disso, o sujeito também é considerado na constituição dos sentidos sem que seja visto como a figura central da enunciação, a origem do dizer, responsável pela produção do sentido, embora ele se represente como tal.

Com esta noção, o modo de compreender a constituição do sentido é outro. Isso permite observar sua multiplicidade, seu funcionamento heterogêneo na enunciação e sua relação com o real. É a partir dessa noção que realizamos nossas análises.

1. O Acontecimento do lado da História

No interior da disciplina História encontramos a área da História dos Conceitos. Nela, estuda-se a mudança dos sentidos de um *conceito* ou o surgimento de neologismos atribuídos a transformações no contexto sócio-histórico. Um dos representantes dessa linha, o historiador Reinhart Koselleck (2006), concilia as noções da História para o estudo da significação de conceitos⁶. Isso faz com que, segundo o autor, se vá além de uma pesquisa filológica ou etimológica.

Para realizar esse estudo, ele utiliza uma distinção importante em relação ao tempo. Considera que existe um tempo natural, isto é, o tempo cronológico que se organiza segundo as leis da física e da astronomia e um tempo histórico que

[...] está associado à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as conseqüências de ações, a suas instituições e organizações. Todos eles, homens e instituições, têm formas próprias de ação e consecução que lhes são imanentes e que possuem um ritmo próprio (KOSELLECK, 2006, p. 14).

Este tempo histórico permite que se vá além da simples datação e sequenciação para se interpretarem as circunstâncias do tempo natural. No presente, passado e futuro convivem, na forma da experiência, expectativas e esperanças dos homens, considerados aqui como “atores”.

⁶ No capítulo IV veremos a diferenciação entre *palavra* e *conceito* para o autor, para com isso delimitarmos a nossa posição que é a de análise de palavra.

Koselleck considera que essa relação temporal se manifesta na “superfície da linguagem, de maneira explícita ou implícita” (2006, p. 15). É desse modo que os conceitos “plasmam” a experiência histórica do tempo. Ou seja, para ele, a investigação da constituição linguística permite o esclarecimento do contexto histórico-social.

Outro aspecto da História que faz parte da análise que esse autor realiza diz respeito à representação de dois níveis do movimento histórico: o evento e a estrutura.

Os eventos constituem-se de um conjunto de fatos que têm uma unidade de sentido que lhes permite serem narrados. Eles são separados dos acontecimentos, mas ambos se organizam de acordo com uma sequência temporal mensurável.

As estruturas, por sua vez, têm uma duração mais longa e sofrem alterações depois de um período de tempo maior. Elas não são narradas, mas descritas. Os eventos adquirem significação por haver essa perspectiva estrutural de duração maior.

Nas estruturas, a ficção dos eventos que são narrados diz respeito a uma realidade hipotética, de forma que o historiador se serve dos eventos para “comunicar linguisticamente a realidade passada” (KOSELLECK, 2006, p. 142). Para tanto, o historiador se utiliza dos “conceitos históricos” que permitem narrar os eventos passados. Ou seja, os conceitos permitem que se compreenda o passado, são eles “que permitem que uma história que em seu momento foi dada como real possa ser hoje dada como possível e, com isso, ser representada” (KOSELLECK, 2006, p. 142).

Observamos que a análise do significado de um conceito, neste caso, é realizada relacionando o “conceito” com uma concepção de história que é determinada pela ação dos homens a partir dos eventos narrados sequenciadamente e situados em uma estrutura.

Assim, podemos compreender que a língua é somente um índice dos acontecimentos que se dão em uma sequência temporal e que são o objeto do historiador. Pode-se, com isso, deslizar facilmente para a concepção de língua como sistema através do qual se expressa “a realidade”, estabelecendo uma relação transparente entre realidade passada e linguagem. Principalmente porque se considera que a mudança de significado ou a substituição de um conceito por outro seria índice de uma mudança, de uma transformação do contexto político-social.

No entanto, essa concepção de história que tem por base a “ação dos homens”, a ser apreendida pela linguagem, desloca a concepção tradicionalista da história como sendo a sequência de fatos passados na qual haverá sempre alguém que elencou tais fatos, deixando de lado outros que também são significativos. A partir do momento em que se propõe observar o passado a partir da escritura de seu tempo, abre-se uma nova possibilidade de se olhar para ele.

O acontecimento, enquanto conjunto de eventos, é uma categoria dessa disciplina. Ele interessa enquanto algo empírico, extralinguístico, constituído por eventos organizados de maneira sucessiva e que significam em função das estruturas. Os conceitos são os meios através dos quais se representam as estruturas, fazendo com que o passado, que já foi realidade, seja retomado.

A abordagem no interior da História não trata o acontecimento como algo linguístico. Somos levados então a considerar os aspectos propriamente linguísticos do acontecimento tanto do lado enunciativo quanto do lado discursivo.

Vejamos agora como, a partir dos estudos linguísticos, os aspectos relativos ao acontecimento são tratados no interior dos estudos enunciativos e discursivos.

2. Enunciação e acontecimento

2.1 A subjetividade e a referência

De acordo com Benveniste (1966), o desenvolvimento da Linguística como disciplina científica é marcado pelo esforço em libertá-la, através de sua formalização como ciência, de quadros teóricos de outras disciplinas. No entanto, isso faz com que se abstenha dos estudos linguísticos a questão do sentido⁷. Segundo o autor, “as condições de rigor impostas ao processo exigem que se elimine esse elemento inapreensível, subjetivo, impossível de se classificar que é a significação ou o sentido (BENVENISTE, 1966, p. 12).

⁷ Benveniste chama a atenção para a diferença entre sentido e significação, mas os utiliza indistintamente. Em nosso trabalho, também não faremos essa distinção.

Para ele, ainda que se concebessem vários tipos de descrição e de formalização, os linguistas precisavam levar em conta a questão da significação ou sentido. É em função do sentido que a língua é estruturada, sendo também ele essencial ao funcionamento da língua e de outros sistemas de signos.

Com isso, o autor coloca o sentido, enquanto elemento subjetivo, como parte central dos estudos da Linguística. Isso ocorre considerando-se um outro aspecto, o da língua em funcionamento, sem que o autor deixe de tratá-la como um sistema, que teria formas linguísticas que trazem as marcas da subjetividade e da temporalidade que se revestem de referência na “instância do discurso”⁸, na sua enunciação.

Benveniste realiza mudanças significativas nos estudos da linguagem trazendo para eles aquilo que antes, com o corte saussuriano, era impensável se analisar na língua, considerada como um sistema fechado.

É através das formas linguísticas pronominais que o autor mostra a diferença, de um lado, entre “a língua como repertório de signos e sistema das suas combinações e, de outro, a língua considerada como atividade manifestada nas instâncias do discurso” (BENVENISTE, 1966, p. 283).

Os pronomes pessoais *eu* e *tu* são, para ele, “signos lingüísticos vazios”, atualizados cada vez que o locutor assume o “eu” no discurso, estabelecendo, ao mesmo tempo, o “tu”. O “eu” e o “tu” têm suas referências preenchidas no discurso. São formas que têm a função de realizar a passagem da língua para o discurso através da apropriação da primeira pelo locutor.

Assim, para Benveniste (1966, p. 286), “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”. Ao se apropriar da forma linguística *eu*, o outro, o *tu*, é instaurado. É nessa relação de intersubjetividade que o *eu* se reconhece como sujeito.

É no exercício da fala, no emprego da língua que o homem se reconhece como sujeito. Desse modo, Benveniste distingue o emprego das formas do emprego da língua. O

⁸ O discurso é entendido aqui como o “emprego da língua”, não tendo o mesmo sentido para a Análise de discurso francesa, como vimos na parte inicial do capítulo.

primeiro diz respeito “a um conjunto de regras fixando as condições sintáticas nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer [...]” (BENVENISTE, 1974, p. 81). No que diz respeito ao emprego da língua, é o que ele vai tratar por Enunciação. Esta é definida por ele como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1974, p. 82).

No quadro geral da Enunciação estabelecido por ele, o locutor é a figura central, porque a enunciação depende de seu ato individual. Ele define esse ato como sendo uma *apropriação* que o locutor faz do aparelho formal da língua. É por essa apropriação que a língua deixa de ser “possibilidade” de língua, e que o “outro” é inserido no discurso. Além da intersubjetividade, ocorre também na enunciação o estabelecimento de uma relação com o mundo, isto é, a referência. Para ele,

[...] na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação (BENVENISTE, 1974, p. 84).

Na visão benvenstiniana, a apropriação da língua pelo locutor é o que define a enunciação, havendo as formas linguísticas específicas, os índices de pessoa, a relação “eu-tu”, como já vimos. Podemos notar que ele considera que a língua é empregada para exprimir uma relação com o mundo, e isso vai ser explicado por ele através do que ele define como acontecimento. Observamos ainda que, para o autor, locutor e o “outro” referem algo no mundo de maneira idêntica, consensual.

Para ele, existem ainda outros índices da relação entre a língua e a sua enunciação. Um deles seria o conjunto dos pronomes demonstrativos. Esses “indivíduos lingüísticos” têm por característica serem “engendrados de novo a cada nova enunciação” (BENVENISTE, 1974, p. 85).

Por fim, existem as formas linguísticas que indicam o tempo e que melhor representam, segundo ele, a “experiência humana”, isto é, a relação do homem com o

mundo simbolizado pela linguagem. É aí que Benveniste trata da questão do *acontecimento*.

2.1.1 A simbolização e a reprodução do Acontecimento

Segundo Benveniste, a linguagem tem por função reproduzir a realidade:

Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido. Assim, a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso faz da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva (1966, p. 26).

A língua é “mediadora” do conteúdo, isto é, do pensamento que expressa a realidade ou o acontecimento apreendido adequando-o ao esquema linguístico, “a forma do pensamento é configurada pela estrutura da língua” (BENVENISTE, 1966, p. 26).

Podemos dizer que o acontecimento é, aqui, parte da realidade, e sua experiência é reproduzida pela língua no discurso, ou seja, no diálogo, no exercício da língua. É, portanto, algo exterior a ela, parte da realidade que vai ser representada por ela. Benveniste distingue aí três formas diferentes da relação entre a língua e a realidade: a primeira é a de que o acontecimento volta a existir através do discurso; depois temos a sua experiência por aquele que fala; e, por fim, a apreensão do acontecimento por aquele que ouve através do discurso.

Ele distingue, no discurso, o “acontecimento” da “experiência do acontecimento”, e depois, o ouvinte apreende o acontecimento e não sua experiência. Temos então a língua que representa de forma direta a relação do locutor com o mundo, e do interlocutor que “recria” a realidade a partir da fala do locutor. E isto sem que o interlocutor precise ter visto o referente, sem ter tido a experiência com o acontecimento. Ou seja, para o autor, a linguagem humana possibilita a simbolização das coisas do mundo, pois “o caráter da

linguagem é o de propiciar um substituto da experiência que seja adequado para ser transmitido sem fim no tempo e no espaço, o que é o típico do nosso simbolismo e o fundamento da tradição lingüística” (BENVENISTE, 1966, p. 65).

Para Benveniste, “a sociedade não é possível a não ser pela língua; e, pela língua, também o indivíduo [...]” (Benveniste, 1966, p. 27). Esse poder é atribuído à língua porque ela representa a faculdade de simbolizar inerente aos seres humanos, isto é, “a faculdade de representar o real por um ‘signo’ como representante do real, de estabelecer, pois, uma relação de ‘significação’ entre algo e algo diferente” (BENVENISTE, 1966, p. 27).

Desse modo, a língua, enquanto mediadora da relação do homem com o mundo através do processo de simbolização, expõe o acontecimento no discurso.

Assim, entendemos que, para esse autor, o acontecimento faz parte da realidade a ser apreendida pelo homem. E a língua proporciona a estrutura para simbolizar o acontecimento que se dá fora dela.

O acontecimento está relacionado também ao tempo. Seria através dos acontecimentos que o tempo é organizado, segundo o autor. Para ele, há tempos diferentes para se apreender o acontecimento. O tempo crônico “é o tempo dos acontecimentos, que engloba também nossa própria vida enquanto sequência de acontecimentos” (BENVENISTE, 1974, p. 71).

Nele, a noção de acontecimento é essencial, sendo possível percorrer os acontecimentos realizados do passado ao presente e vice-versa. É um tempo que fica congelado na história permitindo percorrer os acontecimentos para trás e para frente. Ele define o tempo como “a continuidade em que se dispõem em séries estes blocos distintos que são os acontecimentos. Porque os acontecimentos não são o tempo, eles estão *no tempo*” (BENVENISTE, 1974, p. 71, grifo nosso).

Ele distingue o tempo lingüístico em que o acontecimento é situado de outra forma. Segundo ele, esse tempo não coincide com o tempo crônico, porque ele se define em função do exercício da fala:

Este tempo tem seu centro – um centro ao mesmo tempo gerador e axial – no presente da instância da fala. Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do “presente” (ou uma forma equivalente) ele situa o

acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona (BENVENISTE, 1974, p. 74-75).

O tempo presente depende da enunciação do locutor e, desse modo, a cada vez que alguém fala, um outro “presente”, em relação ao ato individual do locutor, passa a existir. É a partir desse tempo que as outras duas referências temporais passam a existir: quando o acontecimento passa a ser lembrado pela memória, isto é, deixa de ser presente, e quando ele ainda não é presente, faz-se uma prospecção daquilo que ele virá a ser, partindo-se sempre do tempo instaurado pelo locutor.

O tempo linguístico não pode ser confundido, portanto, com o tempo crônico. No tempo linguístico, somente o presente organiza os acontecimentos em função da intersubjetividade. O fator temporal tem por eixo o locutor e o interlocutor, é em torno do sujeito e para quem ele enuncia que o tempo presente é definido.

Observamos então que para Benveniste a enunciação depende do locutor, é em torno de sua figura que ela passa a existir. Consequentemente, é também em torno dele que se configura o tempo e, com isso, a reprodução dos acontecimentos e sua disposição *no* tempo, de forma cronológica. A subjetividade é colocada como central até mesmo para que a temporalidade seja organizada na enunciação.

Além da centralidade da subjetividade, uma questão importante aqui para a enunciação é a da referência, ou seja, o fato de que a relação entre o homem e o mundo se dá através da linguagem, que simboliza os acontecimentos que seriam exteriores a ela.

2.2 A polifonia na enunciação

Ducrot ocupa-se de duas questões importantes que orientam o desenrolar de sua teoria sobre a enunciação: a relação do dizer com o que não foi dito e do dizer com o dito. Isso significa considerar que, para um enunciado que está posto, existe um implícito, um não-dito que o sustenta, que é parte do sentido do enunciado; e que a língua possui marcas específicas no que foi dito que resultam da sua enunciação, possibilitando que se chegue ao sentido do enunciado.

Segundo ele, quando falamos, fazemos mais do que simplesmente informar algo a alguém. Isto porque

[...] a língua comporta, de forma irreduzível, todo um catálogo de relações inter-humanas, toda uma panóplia de papéis que o locutor pode escolher para si mesmo e impor ao destinatário. Sua função não poderia reduzir-se, então à transmissão da informação. Ao contrário, deve-se reconhecer que muitas outras funções são essenciais na língua, funções que ela preenche, tornando possíveis atos que lhe são específicos – e que não têm nenhum caráter natural – como os de interrogar, ordenar, prometer, permitir... etc (DUCROT, 1972, p.12).

Para o autor, a língua oferece ao falante um quadro institucional que possibilita o estabelecimento das relações intersubjetivas. A língua “não é mais somente uma condição de vida social, mas um modo de vida social” (DUCROT, 1972, p. 12). E, mais do que isso, a língua possibilitaria a realização de “atos” através da enunciação.

Ducrot destaca o caráter social da língua considerando-a como um “quadro institucional” regulador dos papéis das relações humanas e sem o qual não haveria vida social. Assim, para ele, afirmar que as línguas naturais são códigos, como algumas teorias afirmam, é “admitir que todos os conteúdos expressos graças a elas são expressos de maneira *explícita*” (DUCROT, 1972, p. 13).

Mas, para o autor, nem tudo o que dizemos está explícito, há coisas que fazemos de conta que não dissemos. Ou, então, não queremos assumir a responsabilidade pelo que dizemos, trata-se da questão dos implícitos. Ele se ocupa então dos implícitos que se inscrevem na língua, que deixam marcas nela. Nesse caso, para ele, haveria os implícitos que se fundamentam no conteúdo do enunciado e os que são próprios da enunciação. Ao discutir o implícito, Ducrot chega a um tipo de implícito que ele chama de pressuposição, que permite, segundo ele, “dizer alguma coisa como se ela não fosse dita, possibilidade que nos leva a situar a pressuposição entre as formas de implícito” (1972, p. 32). Neste momento de sua teoria, o implícito da pressuposição não teria “caráter discursivo”.

Um segundo tipo de pressuposto (pressuposição chamada “linguística”) é, para o autor, da ordem da sua significação da frase e não da enunciação. Ele considera a pressuposição como sendo um ato de fala particular, o ato ilocucionário, aquele que é realizado somente pelo fato de se falar. Para Ducrot (1972, p. 85), “toda fala é em si uma

ação, e, por outro lado, toda ação pode realizar-se através de uma fala”. Os pressupostos são os conteúdos semânticos que esse ato pretende realizar.

E Ducrot afirma ter esse pressuposto, ato ilocucional, um valor jurídico, isto é,

Pressupor um certo conteúdo é colocar a aceitação de tal conteúdo como condição do diálogo ulterior. Vê-se, então, por que a escolha dos pressupostos apresenta-se-nos como um ato de fala particular (a que chamamos ato de pressupor), ato com valor jurídico, e portanto ilocucional, no sentido que demos a esse termo: realizando-o, transformamos imediatamente as possibilidades de fala do interlocutor (1972, p. 101).

O interlocutor aceita as regras estabelecidas no diálogo, e é isso que confere o valor jurídico à pressuposição e possibilita a continuidade do diálogo.

A questão da pressuposição é importante porque ela permite a Ducrot observar a distinção entre a ordem da frase e do significado, que é vista como uma abstração; e a ordem do enunciado e do sentido que resultam da *enunciação*. O pressuposto, num primeiro momento, faria parte do significado e não do sentido, sendo a enunciação responsável pela atribuição dos sentidos.

Num momento posterior da sua teoria, ao voltar a tratar da noção de pressuposto, o autor vai considerá-lo como parte do sentido dos enunciados, e, assim, da enunciação, isto é, não mais como parte somente da significação da frase. Com isso, chegamos à enunciação através do modo como ele busca tratar do não dito.

Assim, a questão da pressuposição passa a ser vista como resultando de uma “realidade mais profunda”, resultante da polifonia na enunciação. Na concepção polifônica da enunciação, a alteridade tem um valor constitutivo do sentido: “[...] o sentido de um enunciado descreve a enunciação como uma espécie de diálogo cristalizado, em que várias vozes se entrecrocaram” (DUCROT, 1984, p. 9). Dessa forma, ele desconstrói a ideia da unicidade do “sujeito falante”.

A partir da questão da polifonia, ele se afasta da teoria dos atos de fala. Assim, abre caminho para seu conceito de enunciação que não se confunde com a “atividade psicofisiológica” da produção do enunciado e nem com o ato de alguém que produz o enunciado:

[...] o que designarei por este termo é o *acontecimento* constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois (DUCROT, 1984, p. 168, grifo nosso).

Nesse caso, podemos perceber que, diferentemente da posição de Benveniste, o acontecimento não é exterior à linguagem, isto é, algo do real a ser experienciado pelo locutor e simbolizado pela língua para ser transmitido no exercício da fala. Na definição de Ducrot, a enunciação é *ela própria um acontecimento*.

Ao considerar a enunciação como um acontecimento, retira-se a responsabilidade do locutor pela produção do enunciado, o que faz com que a centralidade e a unicidade do sujeito não sejam mais as determinantes da produção do sentido. O autor alerta para o fato de que não “introduz a noção de um sujeito autor da fala”. Evita definir a enunciação colocando-a sob a responsabilidade de um locutor, mesmo porque a questão da polifonia impede que se pense na unicidade do sujeito e na sua onipotência, afastando-se, assim, da noção benvenistiana.

No entanto, conforme Guimarães (1989), nesta definição de acontecimento, os enunciados formam uma sucessão de acontecimentos irrepetíveis. A história diz respeito, nesse caso, à sucessão temporal, ao tempo cronológico: o acontecimento está *no* tempo também. A historicidade não faz parte da constituição dos sentidos.

2.3 A história como memória de sentidos

Na posição benvenistiana, a enunciação é compreendida como um ato individual de um locutor, e a língua simboliza o mundo, ou melhor, os acontecimentos, numa relação referencial. O acontecimento é reproduzido pela língua como exterior a ela.

No pensamento ducrotiano, a enunciação se daria por um confronto de várias perspectivas, o que desloca a apropriação da língua por um sujeito uno para se pensar a enunciação como o “acontecimento do aparecimento de um enunciado”. Isto coloca em foco na enunciação a noção de *acontecimento*.

Em ambos os casos, ao se considerar a língua em funcionamento e a relação com os seus falantes, a língua faz muito mais do que apenas informar, ela é condição para as relações sociais. Também, a enunciação é dada como algo que não se repete nunca e o histórico reduz-se ao caráter da sucessão temporal.

Para Guimarães, essas definições de enunciação apresentam “[...] o caráter da irrepitibilidade da enunciação, ou seja, a enunciação é vista como o lugar do sempre novo” (1989, p. 72-73). Para ele, esse caráter da irrepitibilidade que observamos em Ducrot e Benveniste é uma maneira de se tratar a “história como tempo”.

Segundo o autor, é preciso tratar a enunciação como sendo caracterizada pelas condições sócio-históricas, mas sem considerar a história pelo caráter temporal e sem pensar a língua apenas como um sistema que oferece as formas que estabelecem as regras para as relações sociais.

Tendo em vista essas considerações, Guimarães definiu a enunciação, neste momento de sua teoria, como sendo “o acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado” (1989, p. 78). Ou seja, o acontecimento não é algo exterior à língua, à enunciação, mas é a própria enunciação, seguindo a linha ducrotiana, mas a história e o social apresentam-se diferentemente.

Para ele, o acontecimento enunciativo não é sempre novo, ele “expõe o repetível ao novo”, é o encontro do já-dito (memória de sentidos) com os sentidos produzidos na enunciação. Com isso, a história, como memória, e o social, em que a língua é pensada como prática social, são constitutivos da produção dos sentidos na enunciação.

Ainda, para este autor, nesta fase de suas reflexões, o enunciado é “unidade de discurso”, e o discurso não é tratado aqui como o “exercício da fala”, mas como prática social. Segundo Orlandi, é o “contato do histórico com o lingüístico que constitui a materialidade específica do discurso” (In: PÊCHEUX, 2002, p. 8). Estabelece-se, então, uma relação entre língua e história, em que “a linguagem é sentido e a história faz sentido” (ORLANDI, 1990, p. 25). Realiza-se, assim, uma aproximação entre a teoria da Enunciação e a Análise de discurso.

Para Orlandi (1990),

A história está ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política) (p. 35).

E isso muda a relação da língua com o real e com os sujeitos, dos enunciados com os outros enunciados, de uma palavra com outras palavras, uma vez que nessa concepção de história, os fatos, os acontecimentos necessitam que a eles sejam atribuídos sentidos, carecem de interpretação e é a história que possibilita as interpretações.

Guimarães, com o objetivo de tratar historicamente a enunciação, considerando que “a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência” (1995, p. 66), afirma que o sentido precisa ser tratado de maneira discursiva mas enquanto definido pelo “acontecimento enunciativo”. É desse modo que nessa fase de seus estudos ele define a enunciação como

[...] um *acontecimento de linguagem* perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento (GUIMARÃES, 1995, p. 70).

Com essa definição da noção de enunciação, o acontecimento ganha uma especificidade. Ele não é um fato empírico, mas um acontecimento linguístico, o que o inclui nos estudos semânticos como um *acontecimento enunciativo*. Neste momento de sua teoria, ele considera que os sentidos se constituem pelo cruzamento de discursos, na relação com a história, tratada aqui como memória de sentidos, e com os sujeitos constituídos na e pela linguagem.

Considerando esta relação entre discurso e enunciação, vejamos, então, como se caracteriza a noção de acontecimento discursivo, que, apesar da relação entre as teorias, distingue-se do acontecimento enunciativo. Vamos tratar da noção tal como ela é pensada por Pêcheux, no interior, portanto, do materialismo histórico, no qual também Guimarães desenvolve suas reflexões.

2.4 Acontecimento discursivo

Pêcheux (1988) busca compreender o discurso como acontecimento e como estrutura. Nesse caso, ele trata somente do acontecimento discursivo, não interessando os aspectos cognitivos, pragmáticos, sem com isso deixar de considerar a relação da língua com o real e com os sujeitos. Para ele, “‘há real’, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser ‘assim’. (O real é o impossível... que seja de outro modo)” (PÊCHEUX, 1988, p. 29). Ele é algo que descobrimos, “nos deparamos com ele”. A percepção do mundo e o agir humano, enquanto questões cognitivas e pragmáticas não estão em questão. O que interessa é o modo como o real, atravessado pelo discurso, adquire sentidos na relação com a memória, passando a ser um acontecimento discursivo.

Para tratar do acontecimento discursivo, ele analisa o enunciado *on a gagné!* (Ganhamos!) do dia 10 de maio de 1981, por volta da 20 horas, que circulou na França. Aparecia na televisão a imagem de François Mitterrand como o futuro presidente da República Francesa.

O acontecimento tratado como um fato novo, isto é, a vitória de François Mitterrand, era atravessado por enunciados, textos e imagens, através dos quais as pessoas tinham acesso a esse acontecimento. Mas ele não é somente “a novidade” da vitória, os enunciados sobre ele mobilizam a memória de outros acontecimentos.

É o acontecimento da mídia de massa e jornalístico que remete a um conteúdo político um enunciado esportivo ao mesmo tempo transparente (o resultado proveniente da evidência das tabelas de estimativas) e também opaco, por remeter a uma memória, pois, mesmo antes do dia 10, já havia o confronto discursivo sobre a denominação do acontecimento. Dois discursos estão em confronto, o esportivo e o político.

Segundo ele, *on a gagné!* será repetido apegado ao acontecimento, após a vitória, em Paris, na Praça da Bastilha. Esse enunciado coletivo retoma no acontecimento político o grito coletivo dos torcedores de uma partida esportiva e marca o momento em que o torcedor passa de um espectador passivo para as atividades gestual e vocal coletivas. O jogo metafórico produzido pelo enunciado recobre o acontecimento mostrando sua

equivocidade. Há, com isso, o encontro de dois discursos, o político e o esportivo, sob novas condições, tornando-se um outro discurso na voz do povo.

O enunciado *On a gagné*, aparecendo na mídia, apresenta, segundo ele, a mesma univocidade lógica por causa do resultado eleitoral que depende das porcentagens, das regras que determinam o vencedor das eleições. É um espaço de predicado, de argumentos, do logicamente estabilizado.

Para Pêcheux (1988), o enunciado *On a gagné* é opaco. Sua materialidade léxico-sintática é inserida em meio a uma diversidade de enunciados que funcionam de acordo com diversos discursos, isto é, em uma “estabilidade lógica variável”.

Observamos por essa abordagem discursiva que aquilo que Pêcheux (1988) compreende como acontecimento discursivo seria o surgimento de uma nova discursividade que significa o real a partir de enunciados de dois discursos diferentes: o futebolístico e o político. Trata-se da discursivização de um fato antes inexistente que ganha sentidos quando significado através de enunciados de uma memória discursiva.

Com o acontecimento discursivo, Pêcheux desloca a univocidade lógica pretendida pelas ciências régias produtoras de um universo logicamente estabilizado formado por evidências. Ele desconstrói essa homogeneidade através da multiplicidade de sentidos por meio da noção de acontecimento discursivo. Para Pêcheux, há uma série de equívocos que atravessam a homogeneidade lógica de termos que são heterogêneos, ocorrendo, assim, uma “cobertura lógica de regiões heterogêneas do real” (1988, p. 32).

Os acontecimentos não são, portanto, estáveis; suas propriedades lógicas não funcionam em seu lugar. Eles são determinados pelas construções discursivas em que se inscrevem os enunciados que dão sustentabilidade a esses objetos.

O acontecimento discursivo se dá com o surgimento de uma nova discursividade. É o lugar da possibilidade do sentido, das possibilidades de interpretação para o real, em que são questionadas as evidências do mundo logicamente estabilizado. Ele não está fora da língua, não é algo a ser apreendido por ela. A língua, enquanto materialidade do discurso, não é entendida aqui apenas como estrutura, mas também como acontecimento.

2.5 Semântica do acontecimento

Ao longo deste capítulo, tomamos como fio condutor o vínculo que se forma entre a *enunciação* e o *acontecimento*. Este atravessa a noção de enunciação ora como algo exterior à linguagem, ora como sendo a enunciação o próprio acontecimento de linguagem.

No terreno da Análise de discurso de linha francesa, no interior do materialismo histórico, o acontecimento passa pela questão da relação da língua com a história e o real, sendo ela estrutura e acontecimento ao mesmo tempo. Como vimos, para Pêcheux (1988), o acontecimento discursivo se dá em termos de efeitos de sentido produzidos quando ele é atravessado por enunciados de discursos diferentes, produzindo-se uma nova discursividade.

No acontecimento, o confronto discursivo se dá através de enunciados que significam um fato novo. E os enunciados significam porque há um já-dito que constitui seus sentidos. Uma questão importante discutida é sobre o real. Há formulações diferentes para significar o real, diversas interpretações são possíveis para ele. E, ao mesmo tempo, um mesmo enunciado é instável, funciona pela equivocidade: pode ter vários sentidos e isso vai depender da relação do real com a história no discurso.

Passemos agora ao ponto de vista da Semântica do Acontecimento, teoria a partir da qual realizamos nossas análises. Nessa perspectiva, também materialista, segue-se a linha dos estudos enunciativos com algumas diferenças e se estabelece um diálogo com a Análise de discurso francesa.

Para nós, o acontecimento enunciativo também é constituído por um passado de sentidos que faz com que os enunciados ou palavras signifiquem diferentemente no acontecimento pela relação com o presente. Mas é o acontecimento enunciativo que organiza uma temporalidade, configurando uma outra rede de sentidos a partir do *memorável*.

A história, que surge aqui através da noção de memorável, é central, mesmo porque a própria língua é determinada por ela:

De um certo modo, podemos dizer que no acontecimento se refaz insistentemente uma língua, pensada não como estrutura, um sistema

fechado, mas como um sistema de regularidades determinado historicamente e que é exposto ao real e aos falantes nos espaços de enunciação (GUIMARÃES, 2007, p. 96)

A diferença em relação às outras teorias enunciativas já se inicia pela forma de se compreender o que é língua, definida como um sistema que não é fechado e que é determinado historicamente, significando algo do real em relação aos falantes no espaço de enunciação.

Vejamos, então, na linha dos estudos semântico-enunciativos, o modo como Guimarães, em uma fase mais recente de seu trabalho, define a Enunciação na relação com o acontecimento, relação primordial para as análises que realizamos.

2.5.1 O acontecimento enunciativo

A enunciação, enquanto acontecimento, permite-nos descrever sentidos que não são “pegos” se não considerarmos a historicidade da língua em funcionamento. Na sua formulação mais recente da noção de Enunciação, Guimarães coloca a noção de acontecimento como central e a enunciação torna-se o próprio acontecimento de linguagem. Isso permite observar a multiplicidade de sentidos através da temporalidade que é própria ao acontecimento e também o litígio dos sentidos, por ser ele um acontecimento político.

É assim que enquanto acontecimento de linguagem, ele é definido como

[...] diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem o qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

A diferença frente às posições da semântica da enunciação anteriormente apresentadas é que é o próprio acontecimento que define uma temporalidade que lhe é própria, produzindo diferentes sentidos através das relações linguísticas. Não se trata de um acontecimento *no* tempo tal como vimos em Benveniste e em Ducrot. Além disso, também não se confunde com o tempo do locutor que diz *eu*, como para Benveniste. Cada acontecimento é diferente porque ele organiza uma temporalidade distinta que mobiliza um

passado de sentidos diferentes. É desse modo que presente e passado encontram-se no acontecimento.

O futuro apresenta-se enquanto projeção de sentidos, possibilidades de interpretação, configura-se pelo presente do acontecimento que lança uma futuridade imanente a seu funcionamento histórico. É o passado de enunciados que são rememorados que faz com que o presente signifique e tenha uma projeção interpretativa. “O passado é no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro” (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

Esse passado é o que autor denomina como “memorável”, isto é, uma rememoração de sentidos recortada no e pelo acontecimento enunciativo. Não é o “todo” já-dito, mas uma memória de sentidos que é recortada na relação com o presente do acontecimento, projetando um futuro na forma de interpretação. O memorável depende, portanto, da temporalização realizada pelo acontecimento do dizer. Ele é assim definido pelo presente da enunciação e pela futuridade, isto é, pela interpretação possível que esse passado de enunciações pode ter, dependendo do presente.

Considerando a enunciação como um acontecimento enunciativo, o acontecimento não se confunde com um acontecimento empírico. O acontecimento enunciativo é o lugar da constituição de sentidos através da rememoração de enunciações passadas que remete ao real, ou seja, os sentidos que se constituem nele significam algo do real.

A enunciação é tratada, então, como acontecimento cuja especificidade é a temporalidade que a constitui. O sentido é considerado pelas relações do funcionamento das formas linguísticas com a temporalidade do acontecimento: o seu presente, o seu passado (o memorável) e a projeção de um futuro de interpretação. Nesse caso, a história se apresenta pelo memorável (passado, não como referido, mas como aquilo que o acontecimento toma como sentido) recortado pelo acontecimento. A cada acontecimento enunciativo, a cada enunciação, os sentidos trazem um sentido do passado “recortado” num presente, projetando um futuro, significando algo do real diferentemente.

Outro aspecto que caracteriza este acontecimento enunciativo é que ele é político. Para Guimarães, o político é o conflito que se dá porque o real é dividido de maneira

normativa e desigual. Com isso, ocorre a contradição pela exclusão dos desiguais que afirmam a sua igualdade, o seu pertencimento, instalando-se assim o conflito.

É por se dar nos espaços de enunciação que o acontecimento enunciativo é político. Os espaços de enunciação são definidos como

[...] espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer (GUIMARÃES, 2002, p.18).

Nos espaços de enunciação, temos as cenas enunciativas, que se configuram como “especificações locais” dos espaços. Nas cenas, as figuras da enunciação assumem a palavra. Mas nessa assunção da palavra a distribuição dos lugares de dizer se dá de forma desigual e, pela temporalização do acontecimento.

Desse modo, o acontecimento enunciativo, tal como é concebido na semântica do acontecimento, dá ao sentido/significado uma outra configuração, seja pela inclusão do que foi excluído e relegado à “fala”, desde Saussure, seja pela própria maneira de se tratar a língua, a história e o real.

Esta configuração da enunciação como acontecimento não torna o sentido imutável, uno, mas permite observar seu funcionamento instável, inconstante, dividido, conflituoso, político, portanto, considerando a sua historicidade, o real e a relação com o sujeito. É no acontecimento de enunciação que observamos a história e o funcionamento político dos sentidos da palavra *preconceito* através da noção de designação.

A designação, por estabelecer a relação entre a linguagem e o real, é uma noção essencial na semântica e nosso objetivo específico neste trabalho. Considerando-se que os sentidos constituem-se historicamente na enunciação, a designação é reformulada por Guimarães sendo definida como

[...] o que se poderia chamar a significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história (2002, p. 9).

Com a designação, compreendemos que o sentido é uma construção de linguagem que remete ao real, ou seja, trata-se da significação da palavra no funcionamento enunciativo.

Para ele, a designação é uma “relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é exposta à diferença” (GUIMARÃES, 1995, p.74). O cruzamento de discursos produz sentidos para o objeto. Mas não interessa apenas os sentidos da designação. Para ele, é preciso pensar no que fica apagado, o que o confronto discursivo não deixa designar.

Assim, o sentido não é compreendido como algo estático, como uma decodificação de um código ou a mera significação do signo pelas relações de valor. A palavra *preconceito* não nomeia um objeto, ela significa algo das relações sociais. Sua significação, enquanto própria das relações de linguagem, revela uma instabilidade entre o que seu étimo significa, um conceito formado antecipadamente, e aquilo que ele passa a significar pelo funcionamento enunciativo.

Trata-se, portanto, de observar uma espessura semântica que atravessa o texto tanto pela relação dessa palavra com um sentido evidente, quanto na relação com outras palavras que remetem a sentidos trazidos pelo memorável a partir da sua história de enunciações, permitindo outras interpretações. É assim, então, que pretendemos chegar à designação da palavra *preconceito* em cada uma das obras que selecionamos para a análise e, também, compreender algo das relações sociais brasileiras a partir do olhar de seus autores⁹.

Após todas essas considerações sobre acontecimento e enunciação, podemos concluir que tratar do acontecimento de uma perspectiva materialista implica pensar a história na relação da língua com o real como uma relação necessária. Com isso, ao ser tratada como acontecimento que temporaliza, a definição de enunciação que usamos permite que se dê um outro olhar para a constituição dos sentidos, como construção indissociável da língua com a história e o político.

Assim, o acontecimento enunciativo propicia justamente a observação da língua acontecendo na relação com seus falantes, dos sentidos se formando, transformando-se em

⁹ “Autor” está sendo usado aqui de forma geral, comum, sem especificidades teóricas.

outros sentidos, entrando em conflito, se dividindo. E é por esse litígio que o acontecimento é político.

É através do acontecimento enunciativo que analisaremos os sentidos da palavra *preconceito* “acontecendo” no espaço de produção de conhecimento científico das Ciências Sociais. Mas, para tanto, situaremos melhor, no próximo capítulo, o que entendemos por político e sua relação com a linguagem.

CAPÍTULO II

A NOÇÃO DE POLÍTICO E O ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO

A análise dos sentidos da palavra *preconceito* será realizada considerando-se que o acontecimento enunciativo é político. Essa noção não será compreendida aqui como a forma de se ordenar ou organizar um Estado para o bem comum, embora isto faça parte do que o político significa.

A compreensão do político no funcionamento da linguagem possibilita analisarmos o que a palavra designa e o modo como estes sentidos circulam no funcionamento textual, o que nos ajuda a compreender como as relações sociais são interpretadas em textos clássicos sobre a formação social do Brasil.

No funcionamento enunciativo, considerado aqui como não-transparente e como tendo uma espessura semântica que é histórica, a noção de político permite que olhemos para os sentidos da palavra *preconceito* na relação entre os sentidos estabilizados e os sentidos que essa palavra vai adquirindo ao ser determinada por outras palavras no funcionamento textual. Mas isso não se dá de maneira dicotômica e nem observando a evidência dos sentidos preestabelecidos. Buscamos esta relação a partir do conflito, do litígio desses sentidos que revelam outras possibilidades de interpretação para as relações sociais no Brasil.

Considerando que “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 2002, p. 53) é possível, pois, compreender que o sentido da palavra dado ideologicamente como evidente, como o sentido etimológico por exemplo, é apenas um dos sentidos possíveis. Isto porque na enunciação observamos o confronto dele com aqueles sentidos que se constituem no funcionamento enunciativo, numa disputa incessante e instável pelo lugar estabilizado/legitimado no dizer.

Nessa deriva dos sentidos da palavra *preconceito*, observamos que as relações sociais são significadas de uma maneira particular pela memória de sentidos que se

constituiu na história do pensamento social brasileiro, ao mesmo tempo em que se produz outros domínios de sentidos para a palavra. O que essa palavra significa e o que ela significa das relações sociais, na representação destas relações no interior da produção do conhecimento das “Ciências Sociais”, será compreendido, então, a partir do acontecimento da enunciação que é político. As reflexões sobre o político estão relacionadas com a nossa participação no projeto História das Ideias Linguísticas intitulado “ O controle político da representação: uma história das ideias”.

Problematizaremos a questão do político ou política a partir de Rancière (1995)¹⁰, que desconstrói a teoria trazida pela Filosofia Política de que a política se reduziria àquilo que administra o bem comum da comunidade nas esferas deliberativas do Estado, anulando-se em função das exigências do mercado mundial, ou seja, ele discute a afirmação que sustenta o “fim da política”.

Para realizar esta discussão, Rancière (1995) define a política como o conflito ou o litígio que se dá pelo desentendimento e não pela harmonia, colocando assim em questão a atual democracia consensual que apaga esse funcionamento conflituoso. Para mostrar essa outra face da política, ele retoma, na tradição filosófica, a maneira como vai se estabelecendo a relação entre a política e a comunidade através da *posse da palavra*. O “logos”, isto é, ter a palavra, depende do valor de cada grupo na comunidade, o que acaba gerando o desentendimento, uma vez que nem todos têm direito à palavra do mesmo modo.

É interessante observar nesta reflexão de Rancière como através da linguagem, de uma maneira específica em seu pensamento, podemos reconhecer que a sociedade é dividida, hierarquizada, está em conflito, ao contrário da ilusória imagem de igualdade, de homogeneidade, de ausência de conflitos que muitas vezes determinam a forma de conduzir a democracia.

¹⁰ Utilizamos o texto em francês de Rancière intitulado “La Mésentente”, de 1995. Para a tradução das citações deste livro, lemos também a tradução para o português intitulada “O desentendimento”, de 1996, da Editora 34. É desta tradução que citamos os trechos em português para traduzir as citações francesas que ficaram em nota de rodapé.

Guimarães (2002), a partir das reflexões de Rancière, vai considerar no interior dos estudos da linguagem, de um ponto de vista semântico e enunciativo, o político¹¹ como sendo “algo que é próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem” (p. 15), aliando-o, a partir do funcionamento enunciativo, às noções de espaço de enunciação e de acontecimento enunciativo.

A noção de político no interior dos estudos da linguagem também é discutida na Análise de discurso por Eni Orlandi (1990), para quem “a linguagem é política porque o sentido sempre tem uma direção, é sempre dividido” (p. 49), reflexão esta que vai na mesma direção a qual discutimos o político, embora tenhamos como foco o funcionamento enunciativo.

Compreender, pois, que a linguagem é política é compreender que os sentidos entram em conflito, se dividem, tornam-se outros. É nessa disputa que se constituem os lugares de dizer distribuídos de maneira hierarquizada e desigual para os falantes na enunciação.

1. A política como “desentendimento”

Rancière discute os desdobramentos do retorno da Filosofia Política, disciplina que tem a política por objeto, nas análises sobre a democracia na atualidade. Ele questiona a atual forma de se pensar a democracia como sendo consensual. Neste tipo de democracia, teríamos a busca pela política no seu “estado primeiro”, isto é, um estado de “pureza” em que haveria apenas o que é justo, conciliando, assim, as doutrinas filosóficas clássicas com a legitimação dos estados de democracia liberal.

Nessa maneira de conceber a política na atualidade, o autor explica que é próprio a ela, no que se refere às decisões sobre o bem comum, realizar a adaptação das decisões do Estado ao funcionamento do mercado mundial, havendo, segundo ele, um “ausentar-se da política por parte dos seus representantes autorizados”. Em face disso, ele considera que o que ocorre na filosofia política na atualidade é o apagamento da política tal como ele vai

¹¹ Em seu estudo, Guimarães (2002) não faz distinção entre político, no masculino, e política, no feminino, predominando o uso no masculino.

defini-la. Para explicar isso, ele faz uma retomada de conceitos da tradição filosófica clássica, em que a política é tema desde o início da reflexão sobre a comunidade e suas leis, mostrando, assim, que ela surge do desentendimento.

Contestando as afirmações sobre o “fim da política” que circulam nesta disciplina, Rancière afirma que a filosofia política não é um campo natural da Filosofia. Aristóteles é um dos primeiros filósofos a relacionar política e filosofia. E a maneira como Aristóteles o faz é sob a forma de um paradoxo, de um “embaraço”. Trata-se de ter no seu interior a igualdade e a desigualdade que levaria à divisão das partes da comunidade.

Rancière busca, então, explicar como se dá esse paradoxo, esse embaraço que constitui o que ele chama de política:

A política [...] é a atividade que tem por princípio a igualdade, e o princípio da igualdade transforma-se em repartição das parcelas de comunidade ao modo do embaraço: de quais coisas há e não há igualdade entre quais e quais? O que são essas “quais”, quem são esses quais? De que modo a igualdade consiste em igualdade e desigualdade? Tal é o embaraço próprio da política, pelo qual a política se torna um embaraço para a filosofia, um objeto da filosofia (p. 11, 1996)¹².

Essa relação paradoxal de convívio entre iguais e desiguais produziria o “desentendimento” (*la mésestente*), compreendido como uma “certa situação de palavra” mas que não seria o mal-entendido. O desentendimento seria o conflito entre aqueles que não entendem do mesmo jeito as mesmas coisas.

Os casos de desentendimento são aqueles em que a disputa sobre o que quer dizer falar constitui a própria racionalidade da situação de palavra. Os interlocutores entendem e não entendem aí a mesma coisa nas mesmas palavras (RANCIÈRE, 1996, p. 12)¹³.

¹² « La politique [...] est l'activité qu'a pour principe l'égalité, et le principe de l'égalité se transforme en repartition de parts de communauté sur le mode d'un embarras: de quelles choses y a-t-il et n'y a-t-il pas égalité entre quels et quels? Que sont ces « quelles » qui sont ce « quels »? Comment l'égalité constistete-t-elle en égalité et inégalité ? Tel est l'embarras propre de la politique par lequel la politique devient un embarras pour la philosophie, un objet de la philosophie » (RANCIÈRE, 1995, p. 11-12).

¹³ « [...] Les cas de mésestente sont ceux où la dispute sur ce que parler veut dire constitue la rationalité même de la situation de parole. Les interlocuteurs y entendent et n'y entendent pas la même chose dans les mêmes mots [...] » (RANCIÈRE, 1995, p. 13) .

A política é assim entendida como um objeto escandaloso, porque faz parte de sua racionalidade a racionalidade do desentendimento, da disputa pelo dizer.

Dessa maneira, o autor nos dá um outro olhar para a noção de política que é o do conflito causado pelo “desentendimento”, desfazendo com isso a ideia de uma democracia consensual na qual a política, como desentendimento, é apagada, buscando-se mostrar uma harmonia social.

Na discussão que o autor realiza, entendemos que a política existe porque o homem fala mostrando que “falar” é muito mais do que dialogar. E é assim que, para nós, do ponto de vista enunciativo, nos interessa compreender melhor esta noção de política.

Vejamos, então, como se dá o “desentendimento” que constitui a política a partir da exposição que Rancière faz sobre a questão da justiça na comunidade na tradição filosófica.

1.1 A Política: a posse da palavra

Para Aristóteles, segundo Rancière, o homem seria um animal político por natureza, porque ele possuiria a *palavra* que permite manifestar o que é justo e o que é injusto. A *palavra* e a *voz* seriam duas formas distintas de pertencer ao sensível.

A *voz* seria comum a todos os animais e permitiria mostrar o sofrimento e o prazer. A “posse da palavra” (*logos*) seria própria ao homem e permitiria manifestar a distinção entre o bem e o mal, entre o útil (justo) e o nocivo (injusto), fazendo dele um ser político. A voz seria apenas um indicador dos sentimentos, não podendo manifestar essa diferença tal como a palavra o faz.

Na tradição filosófica grega, os termos *útil* e *nocivo* não seriam opostos. Os termos correspondentes usados por Aristóteles não configurariam uma oposição: são eles o *sympheron* e o *blaberon*.

Tanto para Aristóteles como para Platão, segundo o autor, o que corresponderia ao justo em uma cidade é o estado de *sympheron*, ou seja, o estado de vantagem, sem haver por oposição o estado de desvantagem, o *blaberon*.

O que o autor nos mostra, então, através desta falsa oposição, é que no pensamento filosófico clássico sobre a política, a desvantagem, o dano, isto é, a consequência negativa é suprimida do modo de se pensar a comunidade. Restaria, assim, à cidade somente o que é justo, o que é vantajoso, sendo a política fundada sobre uma falsidade, a de não haver o lado negativo na comunidade.

Com isso, a justiça não começaria com a preocupação, na comunidade, de impedir o que causa os danos, mas em equilibrar os lucros e as perdas. Ela vai se ocupar do que os cidadãos possuem de comum, da repartição e do controle das formas de poder. Ela será “[...] a escolha da própria medida segundo a qual cada parte só pega a parcela que lhe cabe” (Rancière, 1996, p. 20)¹⁴.

A justiça torna-se política quando ela é a ordem que determina as medidas para os indivíduos e os bens, isto é, “[...] ela é a ordem que determina a divisão do comum” (Rancière, 1996, p. 20)¹⁵. A política começaria, então, quando se para de equilibrar os ganhos e as perdas e se começa a repartir o que é comum.

Essa repartição, para que haja a harmonia do bem comum, é feita de forma proporcional: a parcela do comum será distribuída às partes da comunidade proporcionalmente à parcela que cada parte proporciona ao bem comum.

A política se encontra, então, no problema da oposição *sympheron/blaberon* que esconde o erro ou o dano fundamental representado pelo *demos*. Na lógica da contagem proposta na filosofia, sobra uma parte que não é contada, o *demos*, que representa o dano e que não tem sua parcela na distribuição do bem comum por não oferecer nada de valor a ele.

A repartição do que é comum entre as partes da comunidade se faz, então, de acordo com o valor de cada uma delas. O autor nos mostra no pensamento aristotélico quais seriam esses valores: a riqueza de um pequeno número de pessoas, parte chamada de *oligói*; a virtude, que é adquirida através do sobrenome, são os chamados *aristoí*; e, por fim, a

¹⁴ « [...] le choix de la mesure même selon laquelle chaque partie ne prend que la part qui lui revient » (Rancière, 1995, p. 23).

¹⁵ « [...] elle est l'ordre qui détermine le partage du commun » (Rancière, 1995, p. 23).

liberdade do povo, chamado de *demos*. A combinação dos três valores da comunidade daria o bem comum.

No entanto, existe o desequilíbrio entre eles: é possível medir o valor da oligarquia e da aristocracia, mas a liberdade do *demos* não apresenta uma propriedade, um valor que se pudesse determinar. Tratar-se-ia de um valor vazio, pois é um valor que todos tinham, já que todo ateniense era livre depois de abolida a escravidão por dívidas.

Como nos mostra Rancière, a liberdade não é determinada por nenhuma propriedade positiva, como a riqueza e a virtude. No entanto, o que há de “comum” entre o *demos* e os que são “superiores”, os *oligói* e os *aristói*, os que têm riqueza e sobrenome virtuoso, igualando-os ao todo da comunidade, é justamente a propriedade de serem livres.

A gente do povo é de fato simplesmente livre como os outros. Ora, é dessa identidade com aqueles que, por outro lado, lhes são em tudo superiores que eles tiram um título específico. O *demos* atribui-se, como sua parcela própria, a igualdade a que pertence a todos os cidadãos (RANCIÈRE, 1996, p.24)¹⁶.

A liberdade é uma virtude comum que faz com que os homens do *demos*, o povo, se identifiquem à comunidade, é a propriedade comum que permite a igualdade. No entanto, o povo se apropria da qualidade comum como se ela lhe fosse própria, uma apropriação indevida do comum, um litígio. Trata-se do “dano” do *blaberon*, e desse modo, o povo é considerado como desigual, apesar de se fazer igual. É esse litígio que faz a comunidade ser política.

[...] é também mediante a existência dessa parcela dos sem-parcela, desse nada que é tudo, que a comunidade existe enquanto comunidade política, ou seja, enquanto dividida por um litígio fundamental, por um litígio que afeta a contagem de suas partes antes mesmo de afetar seus ‘direitos’. O povo não é uma classe entre outras. É a classe do dano que causa dano à comunidade e a institui como ‘comunidade’ do justo e do injusto (RANCIÈRE, 1996, p.24)¹⁷.

¹⁶ « Les gens du peuple en effect sont simplement libres comme les autres. Or c’est de cette simple identité avec eux qui par ailleurs leur sont en tout supérieurs qu’ils font un titre spécifique. Le *demos* s’attribue comme part propre l’égalité qui appartient à tous les citoyens » (RANCIÈRE, 1995, p. 27).

¹⁷ « [...] c’est par l’existence de cette part des sans part, de ce rien qui est tout, que la communauté existe comme communauté politique, c’est-à-dire comme divisée par un litige fondamental, par un litige qui porte sur le compte de ses parties avant même de porter sur leurs « droits ». Le peuple n’est pas une classe parmi

São os filósofos antigos, segundo Rancière, que reconhecem a realidade política da luta entre pobres e ricos. Mas não seria o confronto dos pobres contra os ricos que torna a comunidade política, mas o litígio da existência de uma parte sem parcela na comunidade que pretende ser parte da comunidade, interrompendo a dominação dos ricos. Ou seja, para ele, a política se dá quando há a interrupção da dominação por conta do litígio *fundamental* da comunidade.

Podemos observar que a exposição desse litígio fundamental que caracteriza a comunidade mostra que ela está dividida, partilhada, e que o litígio não se reduz a uma questão econômica simplesmente. O povo, que equivale aos pobres, seria a parte em que reina a ausência de qualidade, que tem uma propriedade vazia por ser um valor comum a todos, a liberdade.

A questão do litígio, de ter ou não valor, se dá pela situação de fala. Fazer parte da comunidade é ter sua palavra (*logos*) ouvida e compreendida, e isso depende da virtude que se tem, do valor, e que dá direito a um lugar na comunidade. Nem todos possuem igualmente o direito de falar e de serem compreendidos, pois que há na sociedade os que mandam e os que obedecem, isto é, a desigualdade.

O que ele nos mostra é que falar é uma questão política: os desiguais se colocam como iguais e falam. Não se trata apenas de comunicar-se, de falar e ser compreendido numa situação de interlocução. O pertencimento à comunidade, ter seu lugar é o que dá direito, legitimidade à fala, é o que nos faz sermos “ouvidos”, “compreendidos”.

Com isso, a distinção entre o animal lógico e o animal político acaba ocultando o dano de que há partes da comunidade que não são verdadeiras partes do corpo social. O *logos* é perturbado pelos seres falantes realizados politicamente como iguais às outras partes da comunidade, sem serem iguais por não terem qualidades que possam ser medidas como os *oligói* e os *aristói*.

A mera oposição entre animais fônicos e animais lógicos (políticos) não seria, então, como inicialmente se previra na filosofia, o que determina a política:

d'autres. Il est la classe du tort qui fait tort à la communauté et l'institue comme « communauté » du juste et de l'injuste » (RANCIÈRE, 1995, p. 28)..

A simples oposição entre os animais lógicos e os animais fônicos não é pois, de forma alguma, o dado sobre o qual se funda a política. Ela é, ao contrário, uma *aposta do jogo* do próprio litígio que institui a política. No âmago da política, há um duplo dano, um conflito fundamental e nunca considerado como tal em torno da relação entre a capacidade do ser falante sem propriedade e a capacidade política (RANCIÈRE, 1996, p. 36, grifo nosso)^{18 19}.

O que determina a política não é, portanto, a oposição, mas o jogo, a disputa através da qual há o litígio instaurado pela falsa igualdade do povo. Este tem a capacidade da fala, mas não fala realmente, sua fala apenas imita a voz enquanto há aqueles que falam realmente, que possuem o *logos*. O *logos* é que dá a dimensão política, porque ele não é apenas a palavra, mas é a palavra que é ouvida, compreendida como emissão sonora e não apenas como barulho, estando apto a enunciar o “justo”²⁰.

Diante dessa caracterização da política como desentendimento e litígio, Rancière propõe nomear de *polícia* ao que comumente se nomeia de *política*.

Assim, a *polícia* vai ser

[...] o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição (RANCIÈRE, 1996, p. 41)²¹.

¹⁸ « La simple opposition des animaux logiques e des animaux phoniques n'est donc aucunement le donné sur lequel se fonderait la politique. Elle est au contraire un enjeu du litige même qui institue la politique. Au coeur de la politique il y a un double tort, un conflit fondamental et jamais mené comme tel sur le rapport entre la capacité de l'être parlant sans propriété et la capacité politique » (RANCIÈRE, 1995, p. 44).

¹⁹ A palavra “enjeu”, em francês, traz uma dificuldade para ser traduzida em português. Na tradução em português do livro de Rancière, esta palavra foi traduzida pela expressão “*aposta do jogo*”. Na minha opinião, “enjeu”, neste caso, significa a ideia da “disputa” por alguma coisa na aposta. Assim, considero que “enjeu” poderia ter sido traduzido por “disputa”, pois esta palavra comporta melhor a ideia do litígio que caracteriza o político no lugar da simples oposição, como afirma Rancière.

²⁰ Rancière nos dá um exemplo sobre dessa disputa pela palavra. Ele comenta uma análise feita por um pensador francês chamado Pierre-Simon Ballanche sobre a narração de Tito Lívio do fim da guerra contra os Volsques. Ballanche observa a cena do debate entre patrícios e plebeus em que há o conflito, pois para os patrícios não poderia haver discussão com os plebeus, porque eles não falariam, já que não possuíam “sobrenome” e por isso eram privados do *logos*, ou seja, de sua inscrição simbólica na cidade.

²¹ « [...] l'ensemble de processus par lesquels s'opèrent l'agrégation et le consentement des collectivités, l'organisation de pouvoirs, la distribution de places et fonctions et les systèmes de légitimation de cette distribution » (RANCIÈRE, 1995, p. 51).

Ou seja, a polícia é a ordem que define as divisões, que faz com que o corpo por seu nome receba tal ou tal lugar. Trata-se de uma ordem do visível e do dizível que faz com que algumas atividades sejam visíveis e outras não, que uma fala seja considerada discurso e que outra seja somente um barulho.

Já a política será aquilo que provoca a ruptura, a partilha dessa configuração do sensível em que estão definidas as parcelas e as partes ou a falta delas quando se pensa na parte dos sem parte. Com isso, Rancière distingue três figuras da política. São as figuras da arqui-política, da para-política e da meta-política.

A arqui-política seria o projeto platônico de uma comunidade se realizar integralmente, isto é, ela substituiria a democracia política sem deixar “resto”, dando uma solução lógica ao paradoxo da parte da comunidade que não tem parte alguma. Isto se daria com uma forma de governo que ele chama de *politeia*, que substituiria as más formas de governo. Nela, todas as partes da comunidade funcionam como partes de um organismo reguladas pelo princípio vital que atribui funções. Já que todas as partes estão coordenadas em função do ciclo vital da comunidade, não há a parte dos sem parte, o dano.

O que seria comum para os artesãos, por exemplo, na *politeia* é possuir somente aquilo que lhes pertence. Sua participação na comunidade se dá somente pela ocupação à qual a natureza os destinou, isto é, o trabalho manual. Eles não podem fazer nada além desta função, não se ocupar do todo é a condição de sua participação na comunidade, e a virtude comum é a submissão às ordens as quais os limitam a fazerem somente o que fazem.

Elimina-se, com isso, o espaço comum que a democracia, através da liberdade, proporcionava ao *demos* para exercer seu poder. O *demos* é decomposto pela ausência de liberdade para ser recomposto na comunidade em funções, nas quais não há esse espaço comum e todos são limitados ao seu ofício. Não há, na *politeia*, a liberdade. O vazio, o tempo livre e o espaço da comunidade são saturados. Na arqui-política, o conflito, que caracteriza a política, é suprimido e o bem se realiza totalmente, sem dano.

Aristóteles estabelece, então, uma outra forma de política, a para-política. Nesta, considera-se a especificidade da política, isto é, o litígio, pelo efeito de igualdade do povo através da virtude da liberdade, ao restante da comunidade que não é igual a ele. Como

todos seriam iguais, essa ordem torna impossível que os melhores comandem sempre. Com isso, todos podem participar do comando, alternando-se o lugar do comandante e do comandado.

Ela não suprime uma ordem pela outra, como ocorre na arqui-política. Segundo Rancière, o litígio do *demos* vai ser identificado a outro conflito, que é a ocupação dos postos de comando, os *arkhai*. Assim, na para-política, a política vai ser então uma questão do poder.

A para-política vai se centrar na interrupção do poder através da liberdade litigiosa do povo. O *demos* passa agora ao centro do dispositivo institucional dos *arkhai*, os cargos de comando, havendo assim um conflito com as outras partes para ocupar esses cargos e se ter o poder (*kurion*).

O problema, assim, é que no interior da *pólis* sempre haverá o dissenso que leva a sua ruína. A proposta de Aristóteles é que o governo encontre sua própria lei, uma lei verdadeira para salvaguardá-lo e não seguir a lei do tirano que terá que se submeter a ela.

E, por fim, a terceira forma da política é a meta-política, que denuncia o dano absoluto opondo-se simetricamente à arqui-política, que fazia uma falsa política, isto é, anulava o dano democrático.

A meta-política seria a reveladora da “verdade”, do excesso do dano, da injustiça e da desigualdade, mostrando, assim, a “falsidade” na política que se dá pelo argumento da “igualdade”. Ela revelaria a “verdade” da política que é a sua falsidade, isto é, sua distância das realidades que a sustentam, a distância do social, do movimento das classes sociais. Ela manifesta, dessa forma, o litígio do povo, confronta a aparência com a realidade. Na interpretação meta-política, o povo é diferente de si mesmo, é dividido em povo da representação jurídico-política, de um lado, e, de outro, em povo do movimento social, verdadeiro, que acaba com a aparência de igualdade da democracia.

Para Rancière, essa distância do povo de si mesmo não é algo que se precisa denunciar tal como o faz a meta-política. A distância faz parte da política. Na política

[...] não há, de um lado um povo ideal dos textos fundadores e, de outro lado, o povo real das oficinas e subúrbios. Há um lugar de inscrição do poder do povo e lugares onde esse poder é considerado sem efeito. O

espaço do trabalho ou o espaço doméstico não desmentem o poder escrito nos textos (RANCIÈRE, 1996, p. 94-95)²².

Com a delimitação dessas três formas de política, Rancière mostra como, na sua relação com a filosofia, a realização da política se deu pela própria supressão da política, isto é, do desentendimento. Com a meta-política, reveladora da “verdade” da política, que é a sua “falsidade”, busca-se a verdade do social reduzida a uma verdade vazia, que é a busca pela ausência do político, ou seja, a ausência do conflito, da desigualdade. Trata-se do “fim do político” ou, como o chama a filosofia política, seria a “volta do político”, isto é, a volta ao grau zero da filosofia política, a realização filosófica do bem por parte da comunidade sem o litígio.

A partir dessa análise que Rancière faz sobre o político, compreendemos que mesmo que os homens possuam a capacidade biológica comum de falar, o que os tornaria iguais, na sociedade essa capacidade fica submetida a uma organização do sensível que a torna desigual, é a “partilha do sensível”. Ou seja, não se trata de uma questão biológica, pois, se assim fosse, a igualdade predominaria, mas de uma questão política e histórica que faz com que haja o paradoxo da relação igualdade/desigualdade no interior da comunidade.

A maneira como ele mostra o funcionamento da sociedade pela noção de política como o desentendimento que se dá pelo litígio expresso na situação de fala, na cena política, torna possível compreendermos a relação paradoxal de convivência entre igualdade e desigualdade nas relações sociais, isto é, que a sociedade é dividida e que há formas de política que tentam apagar, eliminar o dano, o desentendimento, o próprio povo. O desentendimento se dá justamente por uma parte da sociedade (pobres, operários, funcionários, desempregados etc.) se colocar como iguais a uma parte da sociedade que não os considera como iguais.

Desigualdade com a produção do desentendimento, o político, assim compreendido, acaba sendo apagado pela ilusão de igualdade. As desigualdades, os conflitos, os problemas, o próprio povo, acabam sendo apagados como se não existissem, deslegitimando, assim, as reivindicações dos desiguais.

²² « Il n’y a pas, d’un côté, le peuple idéal des textes fondateurs et, de l’autre côté, le peuple réel des ateliers et des faubourgs. Il y a un lieu d’inscription de la puissance du peuple et des lieux où cette puissance est réputé sans effect » (RANCIÈRE, 1995, p. 126).

É preciso, justamente, questionar essa suposta igualdade na qual ficam encobertos, apagados, os problemas, na qual ocorrem os desentendimentos. De nossa parte, considerando que a linguagem realiza a partilha do sensível, perguntamos pelos sentidos da palavra *preconceito* onde se supõe uma homogeneidade, uma unidade que apaga as diferenças, num mundo logicamente estabilizado, o do conhecimento científico. Para tanto, compreender o acontecimento enunciativo como sendo político é essencial para analisar a multiplicidade dos sentidos.

Analisar o que *preconceito* designa em importantes textos das Ciências Sociais sobre a formação social do Brasil é uma forma de deslocar os sentidos estabilizados provenientes do discurso das descobertas, isto é, da maneira como “a Europa conhece o Brasil” (ORLANDI, 1990, p. 19), conhecimento que se configura, muitas vezes, como forma de “tomar posse”, para dar, então, lugar a outras interpretações possíveis, ao modo como o Brasil conhece o Brasil.

Para isso, selecionamos obras do início do século XX, num período de efervescência política e cultural que sucede grandes conquistas para a sociedade brasileira: a independência, a abolição da escravidão e a proclamação da República. Um período em que se procurava dar ao Brasil um estatuto de “nação”, independente e civilizada, buscando-se criar uma identidade nacional através de características que identificavam o povo ao país, como a língua, a cultura, a “raça”.

Tendo em vista que se trata do Brasil narrado por brasileiros, mas considerando o político na enunciação, não poderíamos ter ainda circulando certos discursos que significam as relações sociais brasileiras a partir do olhar do estrangeiro no interior da produção do conhecimento nesse período?

Ao longo de nossas análises observamos como o *preconceito* é designado, quais sentidos se formam e quais são apagados, e a maneira como os enunciadores o enunciam e contra quem ele vai sendo suscitado.

2. O político na linguagem

Ao mostrar as diferentes formas de como a política é abordada na filosofia, Rancière desloca a maneira como ela é normalmente compreendida, como sendo a forma pela qual o Estado administra as decisões para o bem comum, como organização dos poderes e dos lugares na sociedade.

O homem, conforme a filosofia clássica, é um animal político porque possui o *logos*, isto é, a “palavra” que permite a distinção entre o justo e o injusto, enquanto os animais teriam apenas a “voz”, fariam apenas barulho. Mas o problema para o qual Rancière nos chama a atenção é que nem todos os homens possuem a palavra igualmente. Isso depende do valor que cada parte tem na comunidade, havendo a parte dos que não possuem valor algum, o povo (*demos*), e que por isso não são “compreendidos” apesar de “falarem”.

O que ele considera como política será, então, o *desentendimento* que se dá por ser próprio da comunidade haver uma parte dos sem parte, os desiguais que se colocam como iguais na comunidade, mas, por não terem valor, não são “compreendidos”.

O que está no centro da questão da política é o litígio causado pelo desentendimento e o apagamento desse litígio com a afirmação de que a política se findou. É através da linguagem que o homem é considerado um ser político, é nela que se mostra o litígio que existe na comunidade e que acaba sendo apagado, já que o que acontece na democracia consensual atualmente, segundo o autor, é a substituição da política, como litígio, pelo que ele considera como *polícia*.

No campo da Linguística, especificamente no da Semântica do Acontecimento, a questão é pensar a divisão que é própria do político (ou política) como parte do funcionamento da linguagem, na constituição dos sentidos no acontecimento enunciativo e, como tal, no agenciamento enunciativo dos falantes.

Considerando então o funcionamento político da linguagem, Guimarães (2002) retoma as distinções entre arqui-política, meta-política e para-política feitas por Rancière e estabelece a relação do político com a produção dos sentidos.

Para o autor, o real é significado pelos sentidos na linguagem, considerando que eles se constituem no acontecimento de enunciação pela relação com a história, o sujeito e o político, como vimos anteriormente. Vejamos, então, como o autor compreende o conceito de político.

A arqui-política, segundo Guimarães, transformaria a política em organização na qual o povo precisa se submeter à distribuição dos papéis sociais, sendo a política, nesse caso, a “mentira”, isto é, a parcela do povo que é desigual, mas que se coloca como igual.

No segundo tipo de política, a para-política, Guimarães ressalta que ela seria uma aparência que buscaria neutralizar o conflito e, com isso, trazer a pacificação social. E, por fim, a meta-política assumiria o papel de denunciar as desigualdades, as mentiras, de atacar a “política” considerada como falsidade.

Segundo Guimarães, “estes três modos de conceber o político o tomam como a prática do falso ou do aparente e assim procuram organizá-lo, integrá-lo, ou denunciá-lo” (2002, p. 16).

Desse modo, recusando essas concepções do político negativas que o tratam como falsidade, como mentira, ele trata o político como sendo sempre dividido devido à contradição que lhe é constitutiva. Isso faz com que apareça a desigualdade e a afirmação de pertencimento dos que são considerados como desiguais.

Segundo ele, a afirmação de pertencimento e de igualdade dos que são considerados desiguais na sociedade é significada, geralmente, como algo impróprio, como abuso, e assim, é silenciada²³, apagada.

Esta desmontagem é o esforço do poder em silenciar a contradição, na busca de um político como ação homogeneizadora que ora se esgota no administrativo, ora naquilo que Rancière chamou de polícia, e que ele opõe à política (GUIMARÃES, 2002, p. 16).

²³ O silêncio é compreendido aqui, tal como Orlandi (1990; 1992) o considera, como o silenciamento dos sentidos. Há, então, o silêncio constitutivo, que diz respeito aos sentidos que são necessariamente silenciados ao se dizer, e o silêncio local, que seria um tipo de censura, isto é, a proibição da circulação de sentidos que não se quer que circulem. Para a autora, é preciso, então, perguntar pelos sentidos silenciados, pois estes também significam, não são transparentes.

Tomando então a contradição e o conflito da afirmação de pertencimento dos desiguais como central na noção de político e a questão do silenciamento como parte deste funcionamento que se dá pela linguagem, Guimarães define o político como sendo

[...] caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada (2002, p. 16).

E essa divisão incessante do real é estabelecida pelas próprias formas de organização da sociedade, isto é, pelas instituições sociais, sendo que a linguagem vai significar estas relações. É através do seu dizer normatizado que é organizada a divisão do corpo social, gerando, assim, o conflito entre a divisão normativa do real e a redivisão na qual os desiguais afirmam seu pertencimento ao povo.

É, então, com essa concepção de político que Guimarães vai considerar a enunciação como acontecimento de linguagem. O acontecimento é político, pois é nele que os sentidos se constituem, não de forma homogênea. Eles se dividem, e redividem, são apagados, entram em conflito, constituindo os sujeitos e distribuindo seus lugares na enunciação de maneira desigual.

2.1 Espaço de enunciação e cena enunciativa

Para melhor compreender o acontecimento enunciativo como um acontecimento político, em que analisamos os sentidos da palavra *preconceito*, é preciso compreender a noção de espaço de enunciação.

O acontecimento enunciativo se dá nos espaços de enunciação que são espaços de disputa entre línguas e falantes e de sentidos. São espaços de dizer que existem porque os falantes estão constituídos por esta disputa das línguas e dos sentidos.

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político [...] (GUIMARÃES, 2002, p. 18-19).

Os falantes são figuras políticas agenciadas no espaço de enunciação no qual as línguas funcionam divididas, determinadas pela regulação do Estado-Nação.

Esta relação entre falantes e línguas interessa enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político, portanto. A língua é dividida no sentido de que ela é necessariamente atravessada pelo político: ela é normativamente dividida e é também a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos (GUIMARÃES, 2002, p. 18).

A cena enunciativa, enquanto uma especificação do espaço de enunciação, é o lugar em que ocorre a “assunção da palavra”, em que se dão os “modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas” (GUIMARÃES, 2002, p. 23).

Ela é o lugar onde, em função do acontecimento enunciativo, os lugares são distribuídos, caracterizando-se, assim, uma deontologia particular à temporalização que se dá no acontecimento.

Os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”. Na cena enunciativa “aquele que fala” ou aquele para quem se fala” não são pessoas mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não por pessoas donas de seu dizer (GUIMARÃES, 2002, p. 23).

Na cena enunciativa, temos o Locutor (com maiúscula e que é representado por L maiúsculo, simplesmente), que se representa como uno, como a origem, fonte do dizer. Falar do lugar de Locutor é colocar-se no lugar que enuncia.

Embora falar do lugar de Locutor seja colocar-se no lugar da unidade, ele não é uno, ele é dividido. Ele precisa estar “afetado pelos lugares sociais autorizados a falar, e de que modo, e em que língua (enquanto falantes)” (GUIMARÃES, 2002, p. 24). Assim, para falar, ele é dividido em locutor-x (representado por l-x, em que x é a variável que representa o lugar social) que o autoriza a dizer o que ele diz.

Isso mostra que “há uma disparidade constitutiva do Locutor e do locutor-x” (GUIMARÃES, 2002, p.24) que se dá pela diferença entre o tempo do Locutor e a temporalidade do acontecimento. E isso é importante porque essa divisão do sujeito na enunciação produz sentidos diferentes, dependendo do lugar social de que se fala, e, como veremos, dependendo também da posição-sujeito da qual se fala.

Além disso, há um outro aspecto: o Locutor, ao dizer, desconhece que fala de um lugar social. Ao dizer *eu*, muitas vezes, desconhece que fala em uma cena enunciativa. Neste caso, ele fala de um lugar de dizer sem ter ideia de que está determinado por um lugar social. E aí temos a figura do enunciador que se representa na enunciação como se estivesse fora da história, na origem do dizer, ignorando que fala de um lugar social, de que há uma memória de sentidos que o agencia.

Assim, temos o enunciador individual, que se representa como sendo um lugar que estaria acima de todos os outros. Além deste, há o enunciador genérico que, ao enunciar, diz algo como sendo aquilo que todos dizem, identificando-se com o “todos”.

Há também o enunciador universal que se coloca no lugar de dizer como sendo aquele que diz a verdade dos fatos. É um lugar de dizer típico do discurso científico, mas não é exclusivo dele. E, por fim, Guimarães elenca um outro enunciador, o enunciador coletivo. Este tipo de enunciador é caracterizado em uma análise que ele faz de nomes próprios de pessoa. Na combinação dos nomes e dos sobrenomes, Guimarães observa que o nome atribuído do lugar social de pai é alterado ao longo da vida social da pessoa que recebeu o nome. Assim, por exemplo, o nome Maximino Araújo Maciel torna-se Maximino Maciel. A nomeação inicial do lugar da paternidade é feita do lugar de um enunciador individual. A segunda nomeação que ocorre ao longo da vida social dá-se do lugar de um enunciador coletivo. Trata-se de um “lugar de dizer que se caracteriza por ser a voz de todos como uma única voz” (GUIMARÃES, 2002, p. 38).

Com isso, os enunciadores não são pessoas, mas lugares enunciativos produzidos pela língua em funcionamento, isto é, trata-se do agenciamento enunciativo. Além disso, a distribuição desses lugares é determinada pela temporalidade própria do acontecimento, temporalidade formada pelo presente do acontecimento e pelo memorável, que é o passado recortado também pelo acontecimento.

No caso dos autores das obras em questão, eles falam dos lugares sociais de professor (locutor-professor) e de pesquisador (locutor-pesquisador), que vamos tratar como sendo o lugar social da ciência, considerando-os como locutores-cientistas. Estes lugares os autorizam a escrever obras que fazem parte da produção de conhecimento das Ciências Sociais, caracterizando-as, dentre outras coisas, como uma escrita da ciência.

Além dos lugares sociais, veremos, ao longo de nossas análises, a divisão dos enunciadores, uma vez que isso determina a produção dos sentidos no acontecimento. Também veremos uma outra divisão através das posições-sujeito que detalharemos teoricamente no próximo capítulo.

2.2 A divisão das línguas no espaço de enunciação brasileiro: a língua da ciência

Uma questão presente quando tratamos do espaço de enunciação é a de que os falantes são determinados pelas línguas que falam, “são sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes” (GUIMARÃES, 2002, p. 18). São, portanto, constituídos pela(s) língua(s) que falam, compreendendo-se que as línguas podem ser oficiais, nacionais, maternas e/ou francas.

O Brasil constitui-se como um espaço de enunciação específico por possuir uma política e uma história de línguas que lhe são próprias, proporcionando uma memória de sentidos particular sobre nosso país, sobre nosso povo, e um percurso de sentidos específico para a palavra *preconceito*.

Uma primeira certeza que geralmente se tem sobre a língua portuguesa falada no Brasil é a de que ela seria a mesma língua que é falada em Portugal. Trata-se de uma evidência que circula nos instrumentos de gramatização, em documentos, e é afirmada por

muitos estudiosos. Vimos essa evidência ser recentemente reafirmada pelo novo Acordo Ortográfico, aprovado em 2008, que uniformiza a ortografia de maneira a eliminar algumas das diferenças linguísticas entre os países que têm “a” língua portuguesa como oficial.

Um dos fatores que nos identifica como brasileiros e que produz uma ideia de unidade nacional é o de falarmos “a língua portuguesa”, a mesma língua falada por uma nação considerada “civilizada”, Portugal. Relação de unicidade esta que remete a um memorável de país colonizado, que foi dominado por Portugal.

Com a noção de espaço de enunciação, Guimarães nos mostra que o espaço de enunciação brasileiro é dividido, porque nele convivem várias línguas além da própria língua portuguesa, que também é dividida e que, por conta de uma historicidade que é própria ao espaço de enunciação brasileiro, não é a mesma língua falada em Portugal.

Enquanto língua oficial e nacional do Estado Brasileiro, a língua portuguesa é representada como uma língua “una” no ensino escolar e assim normatizada e legitimada pelos dicionários e gramáticas. A padronização e a institucionalização estabelecem uma divisão na língua entre o que é “correto” e o que é “errado”, divisão esta que produz uma divisão social ao funcionar.

Com isso, aqueles que a falam de acordo com o que é considerado “errado” são significados dentro de uma discursividade que os difere do grupo que falaria a língua coloquial de pessoas com alta escolaridade. Forma-se a divisão que Guimarães (2005) chama de “divisão vertical”, uma hierarquização das línguas que valoriza o registro formal significado como superior, como correto, que é tomado como “a língua”. Depois viriam os registros coloquiais de pessoas escolarizadas e, por fim, os registros coloquiais de pessoas não escolarizadas, significados como “errados”.

Há também a divisão horizontal que resulta da hierarquização das diferenças linguísticas regionais do Brasil. A divisão horizontal é atravessada pela divisão vertical e, com isso, os falares do Sul (Paulista, gaúcho, entre outros) acabam sendo considerados como “a língua formal”, e outros falares, como o nordestino, são afastados do registro formal, considerados como registros coloquiais e significados como inferiores nessa hierarquização.

A língua portuguesa não é una, portanto ela é dividida em vários falares ou línguas no espaço de enunciação brasileiro. Além disso, essa divisão da língua portuguesa também convive no espaço de enunciação brasileiro com línguas oficiais de outras nações.

Como vemos, a partir do funcionamento do português no espaço de enunciação brasileiro “[...] estar identificado pela divisão da língua é estar destinado por uma deontologia global da língua, é poder dizer certas coisas e não outras, a poder falar de certos lugares de locutor e não de outros, a ter certos interlocutores e não outros” (Guimarães, 2005, p.21).

Considerando, então, que há uma divisão de línguas que convivem no espaço de enunciação brasileiro e que a unicidade da língua portuguesa é um efeito que ocorre em função da necessidade de se haver a identidade do povo à nação a qual ele pertence, somos levados a questionar como a divisão de línguas está presente no nosso *corpus* formado por textos que se caracterizam como uma escrita da ciência, e como essa divisão determina o que pode e o que não pode ser dito.

O que podemos observar nesta escrita da ciência? Nas quatro obras de nosso *corpus* observamos que, além da língua portuguesa, encontramos palavras, expressões, citações em línguas estrangeiras.

Na obra de Oliveira Vianna, encontramos citações em português as quais a referência, indicada em nota de rodapé, é dada em língua francesa. Encontramos citações em francês no corpo do texto de autores como Gabriel Tarde, Lucien Febvre, mas sem tradução para o português. Também encontramos expressões latinas, como *genius loci*, e nomes científicos em latim, tal como *Necator americanus*. Há também a indicação de textos em inglês nas notas de rodapé.

Na obra de Gilberto Freyre, encontramos termos em inglês, tais como *inbreeding*, que seria o nome em Biologia para o “cruzamento” de indivíduos de uma mesma família. Também encontramos a nomenclatura em latim, tais como *H. Europaeus L*, além de citações inteiras em francês e em inglês no corpo do texto e em notas de rodapé, sem tradução para o português.

Na obra de Sérgio B. de Holanda, encontramos as expressões em português (que estão entre aspas colocadas pelo autor) e a palavra correspondente em inglês entre

parênteses: “cooperação” e “prestância” (*helpfulness*); ou então uma explicação em português que traduz a palavra que aparece na sequência em inglês, como *negro jobs* precedida pela explicação “trabalhos de baixa reputação”. Encontramos, também, citações sem tradução em italiano, mas nesse caso faz-se referência à literatura. Também encontramos citações em francês e em espanhol.

Na obra de Caio Prado Júnior, encontramos uma palavra em inglês *plantation* que significa a plantação de um único gênero em grandes porções de terra, os latifúndios, trabalhada por escravos ou trabalhadores assalariados. Ela aparece quando se descreve o desenvolvimento da agricultura nas colônias inglesas da América do Norte, conceito este que ele usa para explicar o tipo de agricultura que é desenvolvida no Brasil colônia. Assim, compreendemos seu sentido pelas explicações que estão diluídas na análise do autor, mas não há uma tradução direta.

Além dessa palavra, encontramos ainda outras, como *rush* formando a expressão *rush do ouro* (p. 205), expressões como *indentured servants* (que aparece entre aspas e em itálico na obra), que ele explica serem os trabalhadores brancos sujeitos a uma semi-escavidão, ou mesmo a expressão *poor whites*, que também aparece sem tradução e que concluímos, pela análise que ele está fazendo, que é assim que são descritos os brancos pobres das colônias da América do Norte, expressão que passa a descrever também os brancos pobres brasileiros durante a colonização.

Também encontramos um enunciado em francês, entre aspas e em itálico: *Le Brésil n'a pas de peuple*, sem tradução também, da obra *l'Esclavage au Brésil* (1881), de Louis Couty, citada na obra.

Além disso, aparecem citações inteiras em inglês em nota de rodapé – p. 121;122, por exemplo – ou no corpo do texto – p. 270; 271 – sem tradução alguma.

Essas palavras, citações em língua estrangeira, aparecem porque a colonização brasileira vai sendo representada a partir da comparação com a colonização norte-americana, em relação à escavidão, ao tipo de exploração da terra, colonização esta que é geralmente analisada por autores que são estrangeiros. Também, a representação que se faz do Brasil do século XIX e, por extensão, dos séculos do período colonial, é feita a partir do olhar de autores estrangeiros.

Assim, é frequente nas obras analisadas a língua portuguesa misturar-se a línguas estrangeiras, sem haver tradução para o português. As palavras, expressões, citações longas em línguas estrangeiras que explicam outras realidades são usadas pelos autores para explicar a nossa realidade, a nossa formação social. Não apenas conceitos estrangeiros, mas a própria interpretação de autores estrangeiros sobre o Brasil são incorporadas.

Com isso, podemos reconhecer uma outra divisão da língua²⁴ que diz respeito às línguas que estão em relação e que constituem os falantes no espaço de enunciação brasileiro, mais especificamente na produção do conhecimento: trata-se da língua da ciência. Ela se difere da divisão das línguas em relação ao Estado-Nação (língua nacional, língua oficial, língua materna) e da normatização e legitimação da língua pela escola e pelos instrumentos de gramatização (divisões vertical e horizontal dos falares), embora não deixe de estar afetada por essas divisões.

Assim, no espaço de enunciação da ciência, configura-se uma língua da ciência que é caracterizada por colocar o português em relação com a língua inglesa e com o francês, com maior frequência, e, com menor frequência, com o latim. Aparecem até mesmo o espanhol e o italiano, mas essas línguas aparecem de forma particular. E isso se dá, na maioria das vezes, sem tradução para o português como se essas outras línguas fossem um prolongamento da língua portuguesa.

O uso do inglês e do francês intenso e sem tradução mostra a força dessas línguas na escrita da ciência, mas isso não indica apenas a erudição dos autores em questão. Isso mostra a grande circulação de teorias elaboradas por estrangeiros determinando o pensamento social brasileiro. Isso porque observamos que os casos que estão sendo explicados muitas vezes estão sendo feitos a partir de algo que foi observado ou teorizado por estrangeiros, no Brasil ou em outros países, e que é transposto diretamente para falar da nossa formação.

Por exemplo, no caso da palavra *plantation*, que é usada por pensadores estrangeiros para denominar a forma como a agricultura era desenvolvida nos Estados

²⁴ Essas divisões da língua, assim como outras divisões como a língua da tecnologia, em língua da poesia, língua da matemática, língua do funk, do jornalismo etc., foram discutidas nas aulas da pós-graduação do Prof. Eduardo Guimarães.

Unidos nos primeiros séculos da sua colonização, passa a ser usada para denominar a forma de agricultura na época do Brasil colônia, sem tradução alguma. A força dessa palavra inglesa é tamanha que ela passa a ser usada, muitas vezes, no ensino brasileiro²⁵.

As expressões *negro jobs* e *poor whites* também são usadas para descrever uma situação da colonização brasileira com base no que aconteceu no processo de colonização americana e da escravidão lá desenvolvida.

Em relação à língua francesa, as citações remetem a teorias científicas ou então aos relatos sobre o Brasil colônia feitos por viajantes franceses. E, muitas vezes, é a partir dessas teorias e relatos que a sociedade brasileira é analisada. A expressão “*Le Brésil n’a pas de peuple*” (o Brasil não tem povo) é justamente a análise feita por um estrangeiro que é trazida diretamente para a análise de Caio Prado Jr., ao analisar o “vácuo” existente na sociedade brasileira dividida em uns poucos que possuíam dinheiro e poder, os senhores das grandes propriedades, e os escravos que estavam abrigados nessas grandes propriedades. O que existia entre eles seria essa “ausência” de povo, segundo o pensador francês, que seria um enorme contingente de indivíduos com ocupações aleatórias ou sem nenhuma ocupação. Essa “ausência” significa a “inutilidade” do povo brasileiro na visão do pensador francês, que é enunciada por Caio Prado.

O latim aparece com menos frequência. Língua que, por ser considerada erudita, foi usada para se estabelecer a nomenclatura (taxonomia) em biologia, tendo sido muito usada como a língua da ciência, conservando-se ainda nos nomes científicos e em algumas expressões. Já o espanhol aparece apenas em uma das obras, quando o autor faz comparações entre as colonizações portuguesa e espanhola na América do Sul. E o italiano também é apenas uma ocorrência corriqueira através de uma citação literária.

Enfim, o espaço de enunciação da ciência é dividido basicamente entre o francês, o inglês e o latim, que se misturam à língua portuguesa, como prolongamentos dela, mas não no mesmo patamar. Essas línguas estrangeiras (francês e inglês) por serem faladas por povos de nações mais ricas, com uma história mais longa de produção científica, de nações

²⁵ No site Brasil Escola, encontramos o tópico de estudo intitulado “Plantation”. Lembro-me também de ter aprendido este conceito na escola quando estudei a colonização do Brasil. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/historiab/plantation.htm>. Acesso em: 03/04/2011.

que foram dominadoras, consideradas “civilizadas”, circulam, desse modo, como hierarquicamente superiores à língua portuguesa. Assim, a relação da língua portuguesa com essas línguas estrangeiras próprias do espaço de enunciação da ciência não se dá em condição de igualdade, como línguas nacionais e oficiais do Estado, mas de maneira hierarquizada na escrita da ciência, garantindo a legitimidade à teoria produzida por brasileiros sobre sua própria formação social.

Esta relação entre línguas faz, ainda, com que certos sentidos, e não outros, circulem, geralmente os produzidos por estrangeiros, agenciando os locutores-cientistas brasileiros a partir de certos discursos, legitimando-os, autorizando-os a falarem o que falam. Isso mostra como a escrita da ciência, para se constituir, precisa fazer remissão a autores de países de primeiro mundo, cujas teorias acabam por significar a nossa formação social.

Assim, a formação da sociedade brasileira é descrita não apenas em português, mas também em línguas estrangeiras, ou seja, a visão dos intelectuais brasileiros sobre o Brasil, ao ser explicada através de outras línguas, é significada pelos sentidos que circulam nessas outras línguas, na visão de estudiosos estrangeiros. Desse modo, para se fazer ciência no Brasil não basta usar a nossa língua, que por sinal era a língua do colonizador, mas é preciso usar línguas estrangeiras para que o conhecimento produzido seja reconhecido como científico.

O *corpus* que selecionamos abrange um período situado na primeira metade do século XX, período marcado por um clima de preocupação com a questão nacional. Esse clima se manifesta nas obras em questão pela preocupação que observamos nelas em se buscar compreender as características sociais e econômicas do Brasil do século XX, incluindo aí a compreensão dos problemas enfrentados pelo país nesse momento. E essa compreensão se dará nessas obras sob a luz da ciência produzida por cientistas (locutor-cientista) brasileiros. Vimos que esse conhecimento é produzido em uma escrita da ciência, num espaço de enunciação da ciência que tem por característica a relação do português com o inglês, o francês, entre outras línguas. E isso faz, como efeito do funcionamento político do espaço de enunciação, com que essas línguas estrangeiras se situem como superiores ao português. Elas servem para legitimar o conhecimento que é produzindo por brasileiros

como conhecimento científico, fazendo também circular teorias estrangeiras para se interpretar a formação da nossa sociedade em meio a um período de constituição da identidade nacional.

Considerando essas questões, perguntamos que sentidos a palavra *preconceito* vai adquirir em meio à busca por se compreender como se deram as relações sociais no Brasil nesse período, num espaço de enunciação constituído por uma escrita da ciência marcada por essa relação de línguas. Que sentidos circulam e que sentidos são apagados para essa palavra na língua da ciência?

Para pensar nessas questões, considerando a especificidade de nosso corpus como um conhecimento científico de base para as Ciências Sociais, buscaremos compreender a maneira como o conhecimento científico é pensado no interior do materialismo histórico, o que nos leva também a pensar a questão do sujeito da ciência com a noção de posição-sujeito.

CAPÍTULO III

A REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: A QUESTÃO DO SUJEITO E DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Pensar a produção de conhecimento no campo das ciências a partir de uma análise linguística que leve em consideração a história e o político nos leva a observar a heterogeneidade na(s) maneira(s) de as Ciências Sociais representarem a sociedade brasileira. Essa representação, como veremos através da designação de *preconceito*, se dará diferentemente, diversamente, para cada locutor-autor, mas isso não significa que certos sentidos não continuem a circular.

Olhar para o lugar da ciência e para o modo como ela produz o conhecimento é considerar, como veremos com Henry (1992), que o objeto científico é um objeto de conhecimento historicamente constituído. Nessa medida, os locutores-autores são sujeitos que enunciam determinados por certos discursos que os constituem e que ficam apagados pela pretendida “objetividade” própria do discurso da ciência. Na enunciação, como vimos no capítulo anterior, os falantes representam-se como se estivessem fora da história, como se não fossem agenciados pelo memorável que se faz presente no acontecimento enunciativo. Falam como se estivessem na origem do dizer, esquecendo-se de que são sujeitos de seu dizer, e que falam de um ou mais lugares sociais, isto é, de que são constituídos como sujeitos pela disputa de línguas e sentidos.

Com Le Goff (2003), por outro lado, poderemos observar que há várias formas de se compreender o que é História, que, para ele, trata-se de uma construção realizada com a predominância da forma ocidental de se fazer ciência.

No caso do Brasil, os locutores-autores escolhidos para a análise são considerados, de acordo com Ianni (2004), no pensamento social brasileiro como intelectuais que fizeram “reinterpretações”, que “inauguraram interpretações”, que conferiram “aura científica” para a formação da nossa sociedade. Assim, veremos o modo como essas obras são representadas pelo pensamento social brasileiro, como sendo obras que inauguraram interpretações e que deram um olhar científico para explicar questões sociais, políticas e

econômicas do Brasil, considerando que a produção do conhecimento é historicamente constituída.

1. A questão do sujeito

Um dos elementos importantes que Guimarães elenca para a constituição dos sentidos no acontecimento enunciativo é a constituição do sujeito na e pela linguagem. Para ele, não se trata de pensar o indivíduo enquanto um “ser físico” (2002, p. 11), mas de pensá-lo constituído pelos sentidos na linguagem.

Levando em consideração que estamos trabalhando com a noção de acontecimento enunciativo e, portanto, com a noção de memorável, vamos observar os modos como a palavra *preconceito* é significada no acontecimento enunciativo. Para tanto, vamos verificar seus sentidos nas cenas enunciativas que se compõem pelos enunciadores tal como expomos anteriormente. O Locutor se representa como a origem do dizer, como responsável pela fala, como se fosse um sujeito uno, mas, ao enunciar, enuncia de um lugar social que estamos considerando aqui, no caso dos autores das obras, como o lugar social da ciência, o locutor-cientista. Os enunciadores enunciam como se estivessem fora da história, ignorando que, quando falam, falam de um lugar social. Desse modo, veremos nas cenas a divisão dos enunciadores e o lugar enunciativo que o locutor-cientista adere na argumentação.

Embora o locutor-cientista se represente como enunciador, como se estivesse fora da história, ele é determinado por uma memória de sentidos.

Assim o Locutor está dividido no acontecimento. E está dividido porque falar, enunciar, pelo funcionamento da língua no acontecimento, é falar enquanto sujeito. Para caracterizar este aspecto recorro, neste ponto, à posição da análise de discurso para a qual o sujeito que enuncia é sujeito porque fala de uma região do interdiscurso, entendendo este como uma memória de sentidos. Memória que se estrutura pelo esquecimento de que já significa (Orlandi, 1999). Ser sujeito de seu dizer, ser sujeito, é falar de uma posição-sujeito (GUIMARÃES, 2002, p. 14).

Apesar de falar como se estivesse na origem do dizer, fora da história, o Locutor é constituído por uma memória de sentidos. Desse modo, articularemos, em nossas análises das cenas enunciativas, a observação da posição-sujeito da qual o locutor-cientista fala a partir de lugares enunciativos diferentes.

Temos, então, algumas questões que se constituem mutuamente relativas à subjetividade. Uma delas é que o sujeito enuncia de uma posição histórica e socialmente constituída; outra, é que os sujeitos não têm acesso ao modo como os sentidos se constituem nele; e uma terceira questão é que este sujeito se representa na enunciação como se estivesse fora do processo histórico, como se não fosse determinado ideologicamente por uma história de sentidos.

De acordo com Pêcheux (1975), o sujeito é sempre “já sujeito”, isto é, não existe um momento em que são indivíduos sem passar pela linguagem. Entretanto, os sujeitos, ao falarem, colocam-se na origem do que dizem, como se houvesse um antes ou um fora da linguagem. Trata-se do esquecimento número 1, que seria para ele o esquecimento de que o sujeito não pode estar fora da formação discursiva que o domina, esquecendo-se de que há um já-dito que determina o seu dizer. Por outro lado, há o esquecimento número 2, que é o esquecimento de que, além do enunciado dito, há outros possíveis de serem ditos também.

Segundo Orlandi (2001), a constituição do indivíduo em sujeito se dá pela relação da língua com a ideologia. Trata-se do assujeitamento que não é quantificável, não se é mais ou menos assujeitado. Sujeito e sentido se constituem conjuntamente, o sujeito está/é *sujeito* à língua. No entanto, segundo a autora, a língua é passível de equívocos, que é a falha da língua na história. E pelo equívoco na língua que é possível haver deslocamentos, rupturas, possibilidade de outros sentidos, é o lugar da resistência dos sujeitos.

Para Orlandi, a “subjetividade leva ao equívoco da impressão idealista da origem em si mesmo do sujeito” (2001, p. 105). Ela descreve como se dá o processo de subjetivação. Há a forma sujeito histórica que corresponde à “interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia” através da língua na relação com a história. A ilusão do sujeito ser fonte, origem do seu dizer é considerada necessária para a subjetivação.

Uma segunda parte desse processo seria a forma social capitalista que a forma sujeito adquire através da individualização do sujeito pelo Estado (através de suas

instituições e suas extensões), o que produz diferenças na produção dos sentidos. Assim, o sujeito tem “a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres), frente ao Estado e aos outros homens” (ORLANDI, 2001, p. 107).

Na forma histórica do sujeito de direito, o sujeito ignora que enuncia de certas posições. A memória discursiva, isto é, o interdiscurso que está na base do dizer, torna o dizer possível e retorna sob a forma do pré-construído, que sustenta cada tomada de palavra, definindo as posições-sujeito a partir das quais se enuncia, sem que aquele que fala tenha acesso a essa memória de sentidos.

Uma vez que selecionamos um *corpus* que se configura como uma escrita da ciência, e que, como veremos, o discurso da ciência embora se faça como neutro, objetivo, ele está inscrito na história, somos levados a observar as posições-sujeito que sustentam os sentidos da palavra *preconceito* na medida em que isso for sendo significativo para a análise. Assim, levando em consideração que somos sujeitos de linguagem, nas nossas análises contrastamos os sentidos produzidos a partir das figuras da enunciação, que enunciam como se estivessem fora da história, com os sentidos produzidos a partir das posições-sujeito.

2. A produção do conhecimento científico no materialismo histórico

Na produção do conhecimento científico, a ciência está voltada para si mesma, se representa como transparente, não-subjetiva, representada, às vezes, na linguagem pelo enunciador universal, como se estivesse fora da história. No entanto, a produção de conhecimento científico está inscrita na história, com uma língua que é própria desse discurso que representa uma interpretação, dentre outras possíveis, do real, feita a partir de certas posições-sujeito.

Henry (1992) considera que é preciso fazer a distinção entre objeto de conhecimento e objeto real. Segundo ele, o objeto do conhecimento, diferentemente do objeto real, muda porque está inscrito na história. A indistinção levaria à contradição do funcionamento das

ciências, contradição que é operante mesmo não sendo observada, é o lugar das ideologias no processo de produção dos conhecimentos.

Segundo o autor,

[...] o processo de produção do conhecimento é suscetível de tomar e tomou formas históricas diversas. Tudo o que se pode dizer é que o processo implica uma certa divisão que decorre da contradição objeto real – objeto de conhecimento, a qual funda igualmente, sem que possa ver aí um retorno à concepção continuísta do desenvolvimento das ciências, a autonomia relativa do processo de produção dos conhecimentos (HENRY, 1992, p. 25).

Compreendemos, então, que o objeto de conhecimento, por ser um objeto histórico, possibilita várias interpretações, opondo-se, assim, a uma ciência idealista que se coloca como reveladora de um objeto real, único, como se o conhecimento fosse produzido fora da história, num processo contínuo, sem falhas. Assim, com a indistinção, a ciência é produzida como se fosse contínua, sem falhas, inquestionável, e aquele que a produz se representa como objetivo, como origem do dizer, como se o que dissesse fosse neutro.

Mas, segundo Henry (1992), ao se produzir conhecimento é preciso considerar o par ciência/ideologia e não apenas um desses elementos. Essa distinção também leva o autor a reconhecer que nas ciências idealistas, aquele que produz o conhecimento é um tipo de sujeito específico, o sujeito do conhecimento ou da ciência, universal e individual, que tem a função totalizante do formalismo.

É nesse ponto que Henry, pela crítica ao formalismo que leva ao fechamento da Linguística, chega à crítica às ciências idealistas, assim como o faz Pêcheux (1975). Esse sujeito da ciência leva a uma redução do objeto de conhecimento (constituído sob uma certa formação discursiva) ao objeto real, confusão esta que leva ao imaginário de transparência e evidência dos sentidos e dos sujeitos.

Para Henry (1992), o sujeito da ciência é uma posição dentre outras, uma posição historicamente constituída que não reconhece que o modo de produção do material afeta o processo social e intelectual:

O materialismo histórico supõe uma posição de sujeito da ciência que rompa com esse sujeito permanente, eterno, seja no fora-do-lugar da verdade ontológica, ou por sua gênese no modelo do sujeito epistêmico piagetiano, integrando o processo de produção do conhecimento, concebido como autônomo com relação à luta de classes (p.128).

O que Henry e Pêcheux nos mostram é que o reconhecimento de que a posição-sujeito da ciência é uma posição dentre outras permite considerar que a produção de conhecimento é realizada a partir de uma discursividade que prevalece sobre outras na constituição do sujeito. Assim, os objetos das ciências podem ter outras explicações que não apenas as canonizadas, legitimadas por uma posição formalista no discurso da ciência.

Le Goff (1977) nos dá um exemplo disso ao tratar das ambiguidades da palavra História. Ele mostra que esta disciplina, ao longo de seu desenvolvimento, foi tratando dos acontecimentos de acordo com a corrente de pensamento de cada período, a partir do conhecimento produzido no Ocidente.

Segundo o autor, a história pode ser, por um lado, a história vivida, isto é, o objeto de procura, e, por outro, a ciência que busca explicar o objeto. Ainda, ela pode ser entendida como a narração dos acontecimentos.

Conforme Veyne, “a história é quer uma série de acontecimentos, quer a narração desta série de acontecimentos” (*apud* LE GOFF, 2003, p. 18). A ciência histórica se daria diferentemente de acordo com certas correntes de pensamento em vigor em determinado período, modificando-se, assim, a forma como vai se produzir a história. Além disso, é o historiador quem organiza a série de acontecimentos, isto é, é ele quem escolhe os acontecimentos que vão ou não entrar na série que vai constituir a narrativa da história.

Outra questão que ele destaca sobre a ciência histórica é a relação entre o passado e o presente. Trata-se da compreensão do passado pelo presente, isto é, é impossível nos desvestirmos do presente para olhar o passado, o que leva a uma contínua reconstrução do passado.

Ou seja, para o autor, a história pode ser sempre re-contada, podendo, assim, haver várias interpretações, já que ao olharmos para o que aconteceu estamos partindo do presente que possibilita entendermos o passado de outras formas. O futuro também

possibilita outras formas de se olhar para o passado, já que ao se observar os acontecimentos passados, sabemos o que aconteceu depois deles.

Mas, além dessas questões, Le Goff alerta para o fato de que a história se baseia nas noções e concepções ocidentais ou, mais especificamente, europeias.

[...] a história se faz em geral da mesma maneira nos três grandes grupos de países existentes hoje no mundo: o mundo ocidental, o mundo comunista e o Terceiro Mundo. As relações entre produção histórica destes três conjuntos dependem das relações de força e das estratégias políticas internacionais, mas também se desenvolve um diálogo entre especialistas, entre profissionais, numa perspectiva científica comum (LE GOFF, 2003, p. 52).

Como ele afirma, noções como *civilização*, *cultura* etc., tiveram sua origem na expansão greco-romana, foram elaboradas em função do imperialismo, e, desse modo, o que é civilizado e o que não é, é considerado a partir desse ponto de vista. Ele cita como exemplo o caso da Índia, que foi considerada como não tendo “história”, uma vez que o seu modo de desenvolvimento, econômico e social, se difere do ocidental.

Assim, para Le Goff (2003, p. 136), “há um alargamento do horizonte histórico que deve trazer uma verdadeira revolução da ciência histórica, devido à necessidade de pôr fim ao etnocentrismo e de deseuropeizar a história”.

Trata-se de uma “colonização” da história que se espalhou pelo mundo. O modelo ocidental de produção científica se difundiu para os países colonizados como o Brasil, desconsiderando-se que há outras formas de se fazer história, de se produzir ciência, com outras interpretações. É, muitas vezes, através do olhar do colonizador que se conta a história do Brasil, que se estuda a sociedade que se formou aqui.

“Desautomatizar” esse olhar sobre o Brasil é justamente o que estamos nos propondo ao questionarmos pela história e política dos sentidos da palavra *preconceito* em importantes textos das ciências sociais, que buscam dar, no início do século XX, outras interpretações sobre a formação social brasileira, num período de consolidação do país como nação. Para tanto, nosso *corpus* se constitui por obras de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.

Não perderemos de vista que eles são locutores que enunciam num espaço de enunciação da ciência tal como vimos no capítulo anterior, e que são, desse modo, sujeitos da ciência que podem enunciar como se suas teorias estivessem à parte da história. Eles falam dos lugares sociais de professores e pesquisadores, que estamos considerando aqui como locutores-cientistas, porque esses lugares os legitimam a produzir conhecimento, mas, como já vimos, são falantes constituídos na relação da língua portuguesa com línguas estrangeiras (línguas da ciência) no espaço de enunciação brasileiro, enunciando de posições-sujeito específicas aos discursos que os agenciam.

Esses autores falam, então, de lugares sociais que os autorizam a falar sobre as relações sociais no Brasil, constituídos diferentemente por certos discursos científicos que circularam no Brasil, como o do evolucionismo, o do marxismo etc., e também por uma preocupação com a “questão nacional”. Também são movidos pela preocupação em mostrar as diferenças da formação social do Brasil relativamente à portuguesa, trazendo as “heranças” e as diferenças que fazem nossa sociedade ser brasileira.

Observaremos, então, nos textos desses autores, falantes da língua da ciência, legitimados a falar do lugar da ciência e, também, do lugar do Estado, no caso de Oliveira Vianna, quais sentidos se constituem para a palavra *preconceito* pelo modo como ela é designada, de forma a significar as relações sociais no Brasil. Sentidos estes que se dividem, entram em conflito, que são apagados, significando algo das relações sociais. Ou seja, ao mesmo tempo em que esses autores interpretam as relações sociais construindo sentidos para elas, eles são também constituídos enquanto sujeitos agenciados por certos sentidos.

Desse modo, compreender o que a palavra *preconceito* designa, no interior do acontecimento de enunciação que é político, é uma forma de compreender o modo como a sociedade brasileira é *representada* pela ciência, no caso as Ciências Sociais, não pelo “conteúdo” que é dado pelo autor, embora ele constitua as evidências dessa representação, mas a partir de um olhar político, observando o litígio dos sentidos da palavra *preconceito*.

3. A formação do *corpus*: a representação das obras no pensamento social brasileiro

A constituição do *corpus* aconteceu considerando-se a importância das obras selecionadas pelo modo como elas são representadas no pensamento social brasileiro.

As obras foram produzidas a partir de certas teorias que levaram a interpretações que buscam explicar o modo como a sociedade brasileira se formou, de maneira a fornecer possíveis explicações para os problemas que ela enfrentava no período em que as obras foram escritas. O conhecimento que as quatro obras analisadas reúnem traz a representação das relações sociais dos brasileiros para cada autor, e tomaremos os sentidos da palavra *preconceito* como observatório da representação dessas relações.

Para observarmos o modo como os sentidos de *preconceito* significam algo do real, buscamos realizar uma análise que leve em consideração os aspectos políticos que envolvem a constituição dos sentidos da palavra, no interior do acontecimento de linguagem, utilizando o dispositivo de análise da Semântica do Acontecimento. Assim, é preciso considerar essa palavra no seu funcionamento político.

Consideramos, inicialmente, que a palavra *preconceito* teria sentidos específicos em cada texto selecionado. Buscamos recortar um período de intensas transformações na sociedade brasileira e de preocupação com a “questão nacional”, período que vai dos anos 1920 aos anos 1940, marcado por movimentos sociais, muitas revoltas e pelo golpe de 1930, que coloca fim ao primeiro período republicano após o fim da monarquia, a chamada “República Velha”, de acordo com a historiografia brasileira, e dá início a um período de ditadura.

No século XIX, segundo Ianni (2004), mesmo após a Independência, o Brasil continuava ainda sob o jugo do passado colonial, ainda “lusitano”, mantendo-se as estruturas sociais da época da colônia. É sinal disso a manutenção do sistema de trabalho escravocrata e da monarquia. Para Ianni, buscando acompanhar a modernidade é que o Brasil proclama a República e coloca fim na escravidão. Entretanto, as mudanças que começam a acontecer vêm de cima, do governo, e não atendiam às necessidades populares

dos trabalhadores, dos ex-escravos, dos índios. Muda-se um pouco a organização do poder, mas para atender a oligarquia produtora de café.

Para o autor, é no ano de 1922 que o Brasil começa a entrar no século XX, na modernidade. Neste ano, há vários acontecimentos que manifestam as transformações na sociedade: as reivindicações populares, como greves, a fundação do partido comunista brasileiro, o movimento tenentista que era civil e militar, a fundação do Centro Dom Vital para reunir e preservar a civilização ocidental e cristã, a semana da arte moderna. Em todos os âmbitos, social, econômico e político, que o Brasil começava a dar sinais de um processo lento de transformações sociais.

Nesse período, segundo ele, “o pensamento social defrontava-se com novas realidades e rebuscava contribuições na cultura européia, norte americana e brasileira” (IANNI, 2004, p. 23). Atravessava o pensamento social uma preocupação com a “questão nacional”. Essa preocupação era no sentido de se compreender os aspectos que faziam do Brasil uma nação e, assim, repensá-lo para o século XX discutindo-se a herança colonial que emperrava a modernização do Brasil.

Segundo o autor, essa preocupação era mais forte em três conjunturas, na época da independência, na época da Proclamação da República e na época da Revolução de 30.

O que se encontrava em esboço, apenas intuído, de repente parece clarificar-se. Foi na década de 30 que se formularam as principais interpretações do Brasil moderno, configurando “uma compreensão mais exata do país”. Muito do que se pensou antes se polariza e se decanta nessa época. E muito do que se pensa depois arranca das interpretações formuladas então (IANNI, 2004 p. 26).

Segundo o autor, é nesse período que algumas “matrizes” do pensamento social brasileiro foram formuladas, reveladoras de “horizontes novos”. É por considerar a importância atribuída a essas obras na produção do conhecimento do pensamento social brasileiro, pelo lugar que as obras e o período representam para as Ciências Sociais, que escolhemos esse momento para analisar a palavra *preconceito*.

Dentre as obras produzidas nesse período e que foram destacadas por Ianni, selecionamos algumas das mais significativas que tratavam da formação social brasileira,

por considerarmos que seria nesse domínio temático brasileiro que a palavra *preconceito* apareceria com maior frequência.

A primeira é a obra **Evolução do povo brasileiro**, de Oliveira Vianna, de 1923, que é republicada na década de 1930, conforme ressalta Ianni. Da década de 30, selecionamos **Casa-grande e Senzala**, de Gilberto Freyre, de 1933, e **Raízes do Brasil**, de Sérgio Buarque de Holanda, de 1936. A última é a obra **Formação do Brasil Contemporâneo**, de Caio Prado Júnior, de 1942. Apesar desta última ser da década de 40, é tratada por Ianni como fazendo parte ainda desse período de importante produção de conhecimento.

Segundo Ianni, antes das obras desses autores, o que havia eram obras que demonstravam uma ansiedade em procurar entender o passado para se construir o futuro do país:

Algumas das dúvidas e ambigüidades desses e de outros pensadores foram superadas, ou mesmo renovadas em outros termos, nos escritos de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Roberto C. Simonsen e Caio Prado Júnior, entre outros. Elaboraram mais e melhor as questões, os dilemas. Conseguiram reinterpretar a história do país, explicar o presente e descortinar algumas tendências futuras. São autores que inauguram interpretações, codificam o conhecimento acumulado até então, reinterpretam momentos cruciais da história, conferem *aura científica* às suas explicações, estabelecem estilos de pensamento (2004, p. 34, grifo nosso).

Desse modo, a seleção dessas obras, excetuando-se aquelas do autor Roberto Simonsen²⁶, ocorreu em função da importância destinada a elas no interior da prática científica das Ciências Sociais e em função do período histórico que, do ponto de vista historiográfico e do pensamento social, foi muito importante na história oficial do Brasil por ser um momento de transformação do país para seu enquadramento não apenas à condição de República, mas também à modernidade. Como vimos, a prática científica é impulsionada por essas agitações, materializando questões e interpretações que antes tinham sido apenas esboçadas.

²⁶ Por uma questão de extensão de *corpus*, demos preferência à obra de Caio Prado Júnior que traz um panorama de vários aspectos da sociedade do ponto de vista do marxismo, privilegiando a luta de classes, as desigualdades sociais, e deixamos de lado a obra de Roberto Simonsen.

As teorias elaboradas por esses autores são representadas por Ianni como tendo conferido “aura científica” à produção do conhecimento sobre a nossa sociedade. É como se as explicações que vieram antes não tivessem o mesmo *status*. E o que significa ter “aura científica”? Como o próprio Ianni afirma, esses autores buscaram teóricos e teorias estrangeiras, e, diga-se de passagem, brasileiras também, para tentar explicar o que se passava no Brasil. Vimos também que a escrita da ciência desses autores no espaço de enunciação brasileiro é caracterizada pela relação do português como inglês e o francês como se essas línguas fossem um prolongamento do português.

Parece, então, que a “cientificidade” estaria aqui determinada pela relação com o que é estrangeiro para se poder explicar a sociedade brasileira.

E, como afirma Guimarães, a prática científica

[...] é determinada pelas condições históricas gerais e pelas condições históricas do domínio do saber e é particularizada pelas instituições (pelo Estado) em que se desenvolve. Isto tem a ver com o fato de que, de um lado o sujeito da ciência não está fora da história (2007, p.16).

O sujeito da ciência está determinado, nesse caso, por línguas e teorias estrangeiras.

Nesse período, também surgem muitos centros de estudos universitários e não-universitários, privados e públicos, além de haver uma intensa atividade cultural em vários estados do país, o que permite uma maior produção de conhecimento.

As obras desse período darão contornos específicos para a disciplina das Ciências Sociais no Brasil, uma vez que se trata de obras que circulam nos mais diversos domínios, que são ainda muito estudadas e utilizadas não apenas no meio acadêmico como também fora dele.

Suas interpretações do Brasil tornam-se paradigmáticas. Passam a ser referência constante no ensino e pesquisa universitários, nas atividades de partidos e movimentos, nas diretrizes de governantes, nas controvérsias da opinião pública. Apesar das críticas possíveis, ou das lacunas reais, consolidam-se, institucionalizam-se (IANNI, 2004, p. 34).

A produção de Oliveira Vianna é marcada pelo “conservadorismo europeu e brasileiro”, segundo Ianni. Para Vianna, o Estado deveria “civilizar” a sociedade,

considerada por ele como incapaz, que precisaria ser tutelada pelo Estado, que teria um papel “corporativo, dinâmico e modernizador”.

A obra **Evolução do Povo brasileiro** foi publicada um ano após a semana de Arte Moderna, como parte da introdução do documento do Recenseamento de 1920 feito pelo governo de Epitácio Pessoa. Tomamos, assim, sua data de publicação como 1923, pois a edição que utilizamos não apresenta data. A análise da formação do povo é feita do ponto de vista do Evolucionismo, distinguindo-se as raças em superiores e inferiores, e considerando, a partir do que ele interpreta dos números do censo de 1890, que a população brasileira estaria passando por um processo de eugenia (seleção para o “clareamento” da população). Atribui as características de cada raça à biologia, naturalizando essas características e, mais do que isso, hierarquizando-as.

De acordo com Veríssimo (1963) (*apud* IANNI, 2004, p. 17-18), as teorias como a do positivismo comtista, do transformismo darwinista, do evolucionismo spenceriano, do intelectualismo de Taine e Renan vigoraram na Europa na primeira metade do século XIX, e no Brasil, somente por volta dos anos 70 desse mesmo século. Como vemos, essas ideias ainda são utilizadas por Vianna nos anos 20 do século XX e sua obra é republicada nos anos 30, o que mostra a sua importância para a época.

Gilberto Freyre teria recebido influências de Franz Boas. Ele foca seu estudo na formação da sociedade na família patriarcal a partir de um viés cultural e vê essa família patriarcal como uma metáfora do governo, do poder estatal. Ele analisa os tipos sociais, elaborando a ideia de “democracia racial”. Sua obra **Casa-grande e Senzala** mescla antropologia, sociologia e história. Segundo Cardoso (2003 em FREYRE, 2006), a maneira de explicar a sociedade de Freyre é “inovadora”, porque incorporaria o cotidiano tanto público como privado. Ao mesmo tempo, Cardoso considera a obra como um mito, uma interpretação que ajuda a explicar a história do Brasil. Ele o faria através de uma análise do equilíbrio dos antagonismos.

Sérgio Buarque de Holanda volta-se para uma análise dos tipos ideais baseado em pensadores alemães modernos, como Max Weber. **Raízes do Brasil** traz um estudo das características dos portugueses que vieram para o Brasil, características que seriam próprias dos povos ibéricos, que vão constituir as características dos brasileiros. Ele realiza sua

análise através dos “pares antagônicos”, trazendo para sua discussão questões relacionadas à política, como a administração do Brasil e a democracia. Nela, ele formula a teoria do “homem cordial” que sintetiza sua análise da nossa sociedade.

Caio Prado, fundamentado no marxismo, estuda a formação social do Brasil, voltando seu olhar para as relações de produção e as desigualdades sociais, raciais, as contradições de classe, analisando elementos econômicos, políticos e sociais. A obra **Formação do Brasil Contemporâneo** é publicada na década seguinte, 1942. Essa obra nos proporcionará uma visão da sociedade e da economia brasileiras a partir de uma análise da relação de classes.

Assim, compomos um conjunto de textos heterogêneos que deram interpretações que se tornaram clássicas sobre a nossa sociedade e que fazem parte de um saber científico considerado pela história do pensamento social como inovador e brilhante. Isso nos possibilitará observar os vários sentidos da palavra *preconceito* nesse conhecimento científico, num período de mudanças e consolidação desse conhecimento, observando, através de suas designações, que olhar esses autores têm da nossa sociedade.

CAPÍTULO IV

O FUNCIONAMENTO POLÍTICO DA PALAVRA *PRECONCEITO* NA ENUNCIÇÃO

Tomar o político em relação à linguagem leva-nos a considerar que uma palavra, no interior de um enunciado ou texto, pode sempre ter outros sentidos, sentidos estes que se dividem, derivam para outros, estão em conflito.

Embora um texto se caracterize empiricamente por um começo, meio e fim, na busca pela unidade, ao considerarmos a relação entre língua e história compreendemos que ele funciona pela incompletude²⁷, pela dispersão de sentidos e sujeitos, investindo de sentidos as palavras que o integram. É a partir dessa tensão entre unidade e multiplicidade dos sentidos que simbolizam algo do real, das relações sociais, que outros sentidos vão se constituindo.

No caso da palavra *preconceito*, perguntamo-nos que sentidos específicos essa palavra adquire e que sentidos são apagados, no acontecimento enunciativo, quando pensamos nela como uma palavra que simboliza algo das relações sociais no interior de textos sobre a formação social do Brasil da década de 20 à década de 40 do século XX, período em que havia uma preocupação entre os intelectuais com a “questão nacional” e que importantes interpretações sobre a sociedade brasileira foram produzidas. Quais são as designações da palavra *preconceito*? Que relações de sentido são adquiridas quando essa palavra circula em meio às interpretações da sociedade brasileira? Que relações de sentido se mantêm ao longo das análises? Que sentidos ficam apagados quando outros são significados?

²⁷ Consideramos que a língua tem por princípio funcionar na incompletude. De acordo com Orlandi, “a condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos, nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível!” (1999, p. 52).

Desse modo, pensar historicamente e politicamente os sentidos de uma palavra através do que ela designa nos textos em que aparece é não parar no sentido etimológico ou no sentido dicionarizado. É sair da evidência, é observar as possibilidades de significação para além da língua como estrutura, para além da linearidade temporal, para além do legitimado. É trabalhar com a dinamicidade da linguagem no seu funcionamento, como acontecimento, pensando o sentido como múltiplo, dividido, como litígio, como possibilidade de ser outro, sempre remetido ao real e à história de enunciações da palavra.

Compreender a distinção da política como o que gere o bem comum no Estado de um lado, e, de outro, a política como sendo o desentendimento, que é próprio da situação de linguagem, ajudou-nos a pensar, a partir da noção de espaço de enunciação e de acontecimento enunciativo, tal como Guimarães os considera, esse funcionamento político dos sentidos na linguagem.

Isso nos permitiu sair da evidência do sentido da palavra *preconceito* produzida pelo sentido etimológico para compreendermos que seus sentidos funcionam na pluralidade, na polissemia, na divisão, no conflito, no acontecimento enunciativo, no espaço de enunciação científico brasileiro. Configura-se, portanto, uma historicidade de sentidos específica para essa palavra a partir dos textos que selecionamos.

Da perspectiva da Filologia Política, Jean-Claude Zancarini, assim como Jean-Luis Fournel e Romain Descendre, realiza a análise de conceitos políticos, a partir da Filologia Política, situando-os nas disputas políticas da época a que os textos analisados por eles se referem. Suas análises permitem que observemos como, na escrita política de um certo tempo, é possível observar um sentido específico de um conceito político, sentido adquirido a partir da conjuntura ou qualidade do tempo no qual este conceito está inserido.

Observar como esses autores realizam sua análise de palavras políticas nos possibilita compreender que uma definição lexicográfica ou a origem etimológica são apenas alguns dos sentidos possíveis de uma palavra e que os sentidos se constituem na prática social.

E, finalmente, trazemos a nossa metodologia de análise que nos permitirá observar o que a palavra designa através das noções de reescritura e articulação, procedimentos que

propiciam a textualidade ao texto e que nos permitem chegar ao domínio semântico de determinação (DSD) da palavra em cada obra analisada.

1. A escrita política

Zancarini (2002; 2007; 2008) realiza análises de palavras políticas sem se restringir aos sentidos estabilizados. Isso é feito no interior da “Filologia Política”, um campo de estudos que teria se iniciado com a leitura “lenta”, “minuciosa” e “crítica” de alguns textos para traduzí-los. Tratar-se-ia de relacionar um vocabulário político com a conjuntura política de um certo período. Assim, a filologia é

[...] política não somente porque nós escolhemos estudar um corpus de textos ligados a uma conjuntura política e militar precisa mas porque para nós a abordagem crítica dos textos e a reflexão sobre o sentido das palavras utilizadas na linguagem têm um valor eminentemente político, qualquer que seja o período histórico visado (ZANCARINI, 2008, p.11)²⁸.

Nesta perspectiva, a produção escrita de uma certa conjuntura ou qualidade do tempo expressaria as mudanças, as novidades de uma situação que se dão pelas disputas de poder, a ação dos homens. Isso aconteceria não apenas através do surgimento de novos termos, mas da mudança de sentidos de palavras importantes de um vocabulário político que acompanharia essas mudanças na história e na política de um país, uma cidade etc.

São escolhidos períodos de grande agitação política, durante guerras ou conflitos. A partir disso, busca-se compreender, no caso de Zancarini, o pensamento político italiano tomando o período das Guerras da Itália durante uma situação inédita no governo de uma cidade: o surgimento da República do Grande Conselho em Florença do final do século XV e início do século XVI. E isso se dá através da profusa produção escrita do momento.

²⁸ Trazemos a citação em francês do texto original: “‘politique’, non seulement parce que nous avons choisi d’étudier un corpus de textes liés à une conjoncture politique et militaire précise, mais aussi parce que, pour nous, l’approche critique des textes et la réflexion sur le sens des mots utilisés dans le langage ont une valeur éminemment politique, quelle que soit la période historique envisagée” (ZANCARINI, 2007, p. 65).

Para o autor, trata-se de apreender, a partir da escrita política sobre Florença, as agitações que fazem desse período, compreendido entre 1494 e 1530, um momento único na história dessa cidade, com o jogo político das disputas pelo poder através do modo como certas palavras significam em importantes obras escritas nessa época.

Não é, com efeito, porque existe “o papel e a tinta” que escrevem “nossos” autores; eles são impulsionados pela necessidade de fazer frente, de compreender, de agir em uma conjuntura. Eles têm novas questões para resolver, os modelos interpretativos que eles tinham a sua disposição são recolocados em questão pelas novas maneiras de se fazer a guerra [...] por esta transformação do tempo mesmo da guerra que resulta disso (FOURNEL; ZANCARINI, 2002, p. 6-7, tradução nossa)²⁹.

Assim, pensadores como Guicciardini, Savonarola e Maquiavel, movidos pela conjuntura ou qualidade do tempo, produzem seus textos. Seus escritos não eram apenas uma forma de compreender o que se passava, mas propunham ações, aconselhavam os dirigentes, tentavam dar soluções para impasses próprios à novidade da época. Eles são considerados, então, como “atores” políticos. É por isso que Zancarini considera ser necessário para a análise compreender as vontades, os desejos, os fracassos desses atores políticos no interior de suas obras, pois os significados das palavras teriam por significado as expectativas desses atores.

As expressões *qualidade do tempo* ou *condição do tempo* são usadas por Machiavel e Guicciardini, respectivamente. A qualidade do tempo seria, segundo Zancarini (2002), o que se costuma chamar de conjuntura, isto é, diz respeito “às manobras e às relações de forças que definem um momento histórico e que é preciso levar em conta quando se quer agir” (Zancarini, 2008, p. 9)³⁰. Ou seja, ressalta-se, assim, que o que as palavras políticas significam tem a ver com a conjuntura, com a qualidade do tempo.

²⁹ Tradução nossa, por não estar ainda traduzido para o português: «Ce n'est pas en effect qu'il y a « du papier et de l'encre » qu'écrivent « nos » auteurs ; il sont poussés par la nécessité de faire front, de comprendre, d'agir dans une conjoncture. Ils ont des questions nouvelles à résoudre, les modèles interprétatifs qu'ils avaient à leur disposition sont remis en question par les nouvelles façons de faire la guerre [...] par cette transformation du temps même de la guerre qui en découle » (FOURNEL; ZANCARINI, 2002, p. 6-7).

³⁰ « aux enjeux et aux rapports des forces qui définissent un moment historique et dont il faut tenir compte lorsque l'on entend agir » (ZANCARINI, 2007, p. 63).

1.1 A “libertà” florentina

Tomemos, como exemplo desse tipo de estudo, a análise da palavra *liberdade* na tradição da República Florentina. A palavra vai apresentar outros sentidos nessa conjuntura específica.

Segundo Zancarini (2008), o primeiro sentido de liberdade seria o de aspirar à independência através do governo dos cidadãos, em oposição ao governo individual. Este sentido não seria exclusivo de Florença, tendo já aparecido no século XII. Este primeiro sentido é, segundo o autor, político: a palavra com o sentido de “independência” era usada como argumento na luta de Florença contra os duques de Milão e contra o Papa. Essa disputa acontece no final do século XIV e início do século XV.

A palavra não se encontraria somente nos textos da propaganda republicana ou em textos contra os inimigos da cidade, mas também na bandeira de Florença durante a guerra dos Oito Santos contra as forças pontificais, e assim Zancarini vai considerá-la, nessa conjuntura, como uma “arma”.

O segundo sentido de *liberdade* “opõe o governo dos cidadãos e o governo de um só, a liberdade republicana e tirania” (ZANCARINI, 2008, p.14)³¹ num momento em que o povo florentino se revoltava contra o governo do duque de Atenas, que queria privá-los das instituições republicanas.

Por essa análise, podemos ver que uma palavra ganha outros sentidos dependendo da conjuntura política em que ela é usada. Com isso, para o autor, é preciso, como é mostrado com a análise do termo *liberdade*, “restituí-lo à conjuntura política precisa na qual é empregado”³² (ZANCARINI, 2008, p. 14).

Assim, *liberdade* ganharia um novo sentido a partir de 1494, quando se institui o “grande conselho”, que se torna o fundamento mesmo da *liberdade*, tal como Francesco Guicciardini fala em seu *Dialogo Del Reggimento de Firenze*. Ele parte dos efeitos da nova conjuntura para colocar em questão o sentido a dar aspiração à liberdade.

³¹ «oppose gouvernement des citoyens et gouvernement d’un seul, liberté et tyrannie » (ZANCARINI, 2007, p. 68).

³² «de le restituer dans la conjoncture politique précise dans laquelle il est employé » (ZANCARINI, 2007, p. 68).

Com a dominação definitiva dos Médicis a partir de 1530, *liberdade* deixa de ter ao mesmo tempo os sentidos de *independência* e da *forma republicana de governo pelos cidadãos* (não tirana). Passa a significar então a *independência da cidade frente a poderes estrangeiros*.

Com essa análise, podemos dizer que Zancarini preocupa-se em analisar as disputas políticas através da linguagem. O que *liberdade* significa revela o conflito do poder ora da cidade de Florença contra poderes estrangeiros, ora contra poderes religiosos, ora do poder no interior da própria cidade. Com a volta dos Médicis ao poder, novamente tem-se um governo tirano e a palavra *liberdade* perde os sentidos antes adquiridos para significar simplesmente a independência da cidade da ameaça estrangeira.

Assim, notamos alguns elementos na análise de Zancarini que nos são importantes: a instabilidade dos sentidos por estarem relacionados à conjuntura política a qual elas significam. Como vimos com a palavra política *liberdade*, o que ela significa remete a uma disputa pelo poder na cidade de Florença, tratando-se, portanto, de sentidos políticos. O que o autor faz é ir além do sentido etimológico da palavra para situar seus sentidos nos acontecimentos históricos e políticos da cidade de Florença.

2. A palavra e seu funcionamento político na enunciação: a divisão dos sentidos da palavra *preconceito*

Como vimos anteriormente, os autores das obras analisadas por Zancarini são “atores políticos”, eles tiveram uma produção de conhecimento importante impulsionada pelos problemas políticos (qualidade do tempo), isto é, produziram textos, cartas, escritos para tentar compreender e propor ações aos chefes e administradores. É assim que uma conjuntura marcada por eventos históricos (no sentido que Koselleck usa), por agitações políticas, investe de sentido os conceitos políticos. Suas análises nos mostram, portanto, que as palavras podem significar diferentemente dependendo de quem as escreve e da conjuntura histórica e política, e por isso não podemos nos limitar a sentidos da origem etimológica ou lexicográficos.

Em nosso trabalho, tomar o político, do nosso ponto de vista, o da Semântica do Acontecimento, é considerá-lo no acontecimento de linguagem, isto é, na enunciação, na qual as relações de sentido se dão historicamente, constituindo sujeitos, significando o real, entendendo-o como a divisão, o conflito de sentidos no acontecimento. É nesse jogo que a palavra *preconceito* é investida de sentidos tornando-se, assim, para nós, um observatório das relações sociais.

Considerando o confronto dos sentidos que constituem os sujeitos na enunciação, os lugares enunciativos são distribuídos desigualmente. Estabelece-se uma deontologia do dizer que é desigual e que significa os sujeitos numa hierarquização, através do modo como a língua que falam é significada (vimos isso quando tratamos do espaço de enunciação), autorizando uns e desautorizando outros a falarem. No discurso da ciência, somente aqueles que se inscrevem na língua da ciência, e que com isso são agenciados por teorias estrangeiras e que ocupam certos lugares sociais (no caso, como professores, pesquisadores), podem falar do lugar de cientistas.

Por outro lado, a hierarquização pode ocorrer pela relação com os sentidos que constituem os sujeitos, no caso, através da designação da palavra *preconceito*.

Como já vimos anteriormente, para nós, os autores não são indivíduos empíricos, mas figuras da enunciação que falam de lugares enunciativos e que se representam no dizer como se estivessem fora da história, mas que são determinadas pelas relações de sentido constituídas histórica e politicamente.

Considerar então o político nas relações de linguagem, deste ponto de vista, é considerar que não há um, mas vários sentidos. Eles se dividem, entram em conflito, são apagados no acontecimento por significarem as relações sociais que são divididas, hierarquizadas. E ser sujeito de linguagem é estar determinado por essa disputa de sentidos que se dá no acontecimento enunciativo, é constituir-se nessa divisão dos sentidos e ser ele mesmo dividido, é, pois, ser um sujeito político.

Desse modo, não partimos da conjuntura para analisar os sentidos, mas buscamos compreender o modo como os sentidos, através das relações entre as palavras, significam o real. Para nós, a compreensão dos sentidos de uma palavra no texto se dá a partir dos sentidos que são recortados no acontecimento enunciativo e que atribuem sentidos ao real.

É através das relações linguísticas que compreendemos algo da exterioridade, das relações sociais. Ou seja, a conjuntura interessa enquanto significada pelas relações linguísticas, tendo seus sentidos constituídos no funcionamento enunciativo. Trata-se, portanto, de considerar que o acesso ao real se dá apenas pela linguagem considerando-a em sua historicidade, como prática social e várias interpretações podem ser dadas ao real. Desse modo, aquilo que o real significa é uma construção de linguagem.

Assim, considerando o funcionamento político das palavras na enunciação, *preconceito* é uma palavra da ciência, no caso das Ciências Sociais. Como veremos, a palavra aparece sem nenhuma preocupação em ser definida como a um conceito. E, ao ser enunciada, ela vai significando o embate político, as diferenças, as divisões, os conflitos sociais na formação da sociedade brasileira.

3. Conceito e palavra

Observamos a linguagem em funcionamento, sendo, portanto, a partir das relações entre as *palavras* no texto que temos por objetivo compreender a constituição dos sentidos. Na História dos Conceitos é utilizado o termo “conceito” ao invés de “palavra”.

Para Koselleck (1979), os conceitos são expressos por palavras, mas nem toda palavra é um conceito. Este teria uma necessidade de generalização e seria sempre polissêmico por fazer parte de uma terminologia social e política da língua.

O exemplo dado por ele é o da palavra “nós”, palavra que ele considera como “exclusivamente” linguística e que remete à identidade de um grupo. Do ponto de vista conceitual, essa relação entre “nós” e um grupo só pode ser apreendida se “nós” estiver associado a palavras coletivas como “nação”, “classe”, entre outras. Assim, segundo o autor, “uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada se agrega a ela” (Koselleck, 2006, p. 109).

Ele cita outro exemplo: a palavra “Estado”, que se torna um conceito ao incluir no seu sentido elementos como dominação, território, burguesia, legislação etc. Isso traz vários conteúdos, com uma terminologia particular, que formam outros conceitos e que vão se

integrar ao conceito de Estado. É nessa medida que o conceito tem para ele uma plurissignificação.

O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito (KOSELLECK, 2006, p. 109).

Retornemos ao exemplo da palavra “nós”. Através dela, podemos notar que para o autor há a diferença entre o que é “estritamente linguístico”, a palavra, e o que sai dos limites do linguístico e é investido de um conteúdo político e social, o conceito. Essa divisão entre palavra e conceito é feita como se nos estudos linguísticos não se pudesse estudar a palavra em relação ao político, ao social e ao histórico, sendo necessária outra disciplina para se estabelecer esta relação. Desse modo, essa separação entre o estritamente linguístico e o sócio-político não condiz com uma concepção de língua como constituída no processo histórico pelas relações sociais.

Além disso, não consideramos a palavra “em si”, possuidora de um ou vários conteúdos, mas a palavra “em relação à”. Portanto, é sempre na relação com outras palavras no texto que buscamos os seus sentidos, relações que se dão no funcionamento linguístico e pela história de enunciações, e não como uma relação referencial que se daria fora da língua.

Não pretendemos fazer uma história do conceito “preconceito” no interior das Ciências Sociais, mas fazer uma história dos sentidos dessa palavra nesse domínio de conhecimento, observando que seus sentidos se constituem pela relação com a história de sentidos no acontecimento de enunciação. Não nos interessa, portanto, a sucessão de definições preestabelecidas que significam o conceito. Para nós, interessa analisar o modo como através do embate político dos sentidos a palavra *preconceito* vai sendo significada no acontecimento enunciativo e, com isso, observar a configuração de algumas interpretações para as relações sociais. Com isso, é possível falar dos sentidos da palavra além dos sentidos estabilizados pelos conceitos e, ao mesmo tempo, dizer sobre os sentidos que constituem os locutores-autores como sujeitos da ciência.

4. Historicização dos sentidos da palavra *preconceito*

As gramáticas, dicionários, livros didáticos etc., além do papel pedagógico, têm por função serem reguladores das línguas. As gramáticas e manuais didáticos regulam as línguas através de um conjunto de normas que definem a norma da língua culta.

Os dicionários regulam os sentidos, realizam a estabilização dos sentidos e a sua homogeneização através das definições lexicográficas. Eles retiram os sentidos das palavras de um determinado estado de língua e os projetam como se fossem os únicos sentidos possíveis.

Essa necessidade da normatização e de estabilização dos sentidos contribui para se homogeneizar e unificar uma língua, produzindo-se, assim, um efeito de evidência de língua una, como se todos falassem a mesma língua, do mesmo jeito e como se as gramáticas e dicionários representassem “a” língua que deve ser falada/escrita por um determinado grupo.

Auroux (1992), ao tratar da história dos conhecimentos linguísticos, mostra que é preciso considerar que a forma de estruturação de uma ciência é transitória e que por isso é preciso pensar “nas ciências” da linguagem, isto é, nas diferentes formas através das quais o conhecimento sobre ela foi estruturado.

O autor atribui como causas do desenvolvimento dos saberes linguísticos questões políticas como “a administração dos grandes Estados, a literarização colonial, o proselitismo religioso, as viagens, o comércio, os contatos entre as línguas, ou o desenvolvimento dos conhecimentos conexos como a medicina, a anatomia ou a psicologia” (AUROUX, 1992, p. 28). Além desses fatores, ele especifica também o purismo e a identidade nacional que surgem em decorrência do “aparelho de Estado e a administração, expansão de uma religião, emergência de uma consciência nacional com ou sem unificação política, dispersão de um povo, etc” (AUROUX, 1992, p. 29).

A gramatização massiva das línguas da Europa, a partir do período Renascentista, foi considerada por ele como a segunda revolução técnico-linguística (a primeira teria sido a escrita). A gramatização é definida como “o processo que conduz a descrever e a

instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65).

Auroux questiona porque somente a partir do século XVI é que a gramatização se intensifica. A primeira causa, segundo ele, é a predominância do latim como língua do saber letrado, do poder da religião em relação às línguas faladas de uso cotidiano até o momento. Uma outra causa é a formação das nações europeias, o que teve como consequência uma disputa entre elas que se estende para a concorrência entre as línguas. Além disso, inovações tecnológicas contribuíram, tais como a imprensa, que se tornou um instrumento que auxiliou na uniformização gramatical dos vernáculos europeus durante o Renascimento, o contexto do capitalismo mercantil e a diversidade de línguas das nações europeias.

A velha correspondência uma língua, uma nação, tomando valor não mais pelo passado mas pelo futuro, adquire um novo sentido: as nações transformadas, quando puderam, em Estados, estes vão fazer da aprendizagem e do uso de uma língua oficial uma obrigação (AUROUX, 1992, p.49).

O surgimento das gramáticas, das listas de palavras e dos dicionários acompanha necessidades históricas e políticas, tais como a transformação de uma língua em língua oficial. As gramáticas e dicionários permitem que uma língua seja instrumentalizada, homogeneizada, e, com isso, ensinada para que todos a falem e a escrevam.

No Brasil, não foi diferente. A língua portuguesa foi se tornando aos poucos a língua mais falada com a intensificação da vinda de colonos portugueses ao longo da colonização e, principalmente, depois da instalação da corte portuguesa na colônia no século XIX. Políticas linguísticas contribuíram para a difusão da língua oficial do Estado português, como a medida pombalina, que proibia o ensino das línguas indígenas na escola, silenciando essas outras línguas faladas no Brasil. A língua portuguesa vai se estabelecendo como a língua oficial e nacional do Brasil, mesmo após a independência, e os instrumentos de gramatização são fundamentais para a institucionalização dessa língua, a língua do colonizador, como a língua oficial e nacional dos brasileiros.

Com isso, produziu-se a ilusão de se falar no Brasil a mesma língua falada em Portugal através da manutenção do mesmo nome, língua portuguesa, conforme mostra Guimarães (2005) em uma análise de um parecer emitido em meados do século XX, que defende a manutenção do nome da língua falada no Brasil como sendo a língua portuguesa. Além disso, é comum o uso de gramáticas e dicionários portugueses para o ensino de língua nas escolas no Brasil, o que fortaleceu a institucionalização da língua portuguesa e ainda reforçou a ilusão de língua una³³.

A instrumentalização de uma língua através de gramáticas e dicionários viabiliza a sua institucionalização como língua oficial e nacional de um país, tornando-a um dos artefatos símbolos da nação. As gramáticas e dicionários são, portanto, saberes produzidos sobre a língua para sua uniformização e padronização que atendem, muitas vezes, demandas de um determinado momento histórico³⁴.

Como vimos, a partir das considerações de Auroux (1992), as gramáticas e os dicionários são instrumentos de gramatização produzidos para, muitas vezes, atenderem a necessidade do Estado de padronizar uma língua para que ela seja ensinada à população. Gramáticas e dicionários regulam as línguas para que se tornem oficiais e nacionais, de maneira a interferir nelas organizando um certo léxico, uma certa rede de sentidos, um certo funcionamento gramatical etc., e, isso, como vimos, não foi diferente no Brasil.

Desse modo, podemos compreender que gramáticas e, em especial, os dicionários, que nos interessam aqui, são artefatos construídos segundo necessidades e interesses políticos. Com isso, podemos pensar que as definições lexicográficas representam um estado da língua e são elaboradas sob uma certa determinação histórica. Isso faz com que somente alguns sentidos façam parte dos dicionários enquanto que outros fiquem de fora.

Assim, colocamos em questão a evidência primeira do sentido palavra *preconceito*, significada como um “conceito ou opinião formados antecipadamente” (Dicionário

³³ Há estudos que consideram que a língua portuguesa brasileira é uma língua diferente da língua portuguesa falada em Portugal. Sobre isso, ver Orlandi, E. A língua brasileira. In: *Revista Ciência e Cultura: Línguas do Brasil*, número 2, abril, maio e junho de 2005. Da mesma autora, há também o livro *A língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas, SP: Editora RG, 2009

³⁴ Por exemplo, as primeiras gramáticas e listas de palavras de língua tupi produzidas pelos jesuítas foram utilizadas para que esses religiosos normatizassem essa língua, facilitando seu aprendizado, o que permitia difundir a religião católica. Sobre esse assunto, ver Nunes, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

Etimológico Nova Fronteira, 1998, p. 629), isto é, uma ideia pré-concebida, sentido que vem pela etimologia. A Etimologia recorta um momento de um estado de língua deixando de lado um antes e um depois³⁵. Vejamos, então, como *preconceito* é definido etimologicamente.

O **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (PHLP)** dá como formação etimológica o prefixo “Pré” mais o radical “Conceito” – (*pré +conceito*).

No **Dicionário Etimológico da Nova Fronteira (DENF)**, o *preconceito* é classificado morfologicamente como um substantivo masculino, definido como “conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos”, e como sendo “calcado no francês *préconçu*” (Dicionário Etimológico da Nova Fronteira, 1998, p. 629).

Na significação etimológica já temos um primeiro deslizamento dos sentidos quando a palavra é reescrita pelo radical “conceito” e, em seguida, por “opinião”, passando de um discurso científico para um discurso informal, do senso comum. Essa significação etimológica determina diversas definições lexicográficas de dicionários *brasileiros* de língua portuguesa, como vimos em nossa dissertação de mestrado³⁶, muitas vezes como primeira acepção. Temos aí um primeiro conflito de sentidos entre o científico e o popular na significação de *preconceito*.

Na origem etimológica apresentada pelo **Dicionário Etimológico da Nova Fronteira**, uma outra relação de sentido é estabelecida e nos chama a atenção, é a da relação da palavra *preconceito* “calcada” na palavra francesa *préconçu*, da qual ela se originaria.

No dicionário **Petit Robert de poche**, o adjetivo *préconçu* é definido como

Élaboré sans jugement critique ni expérience → préjugé (PETIT ROBERT DE POCHE, p. 565).

³⁵ Este assunto foi discutido durante as aulas da pós-graduação pelo professor Eduardo Guimarães.

³⁶ Machado, C. de P. *A designação da palavra preconceito em dicionários atuais*. Dissertação de Mestrado, Campinas, SP: Unicamp, 2007.

(Tradução nossa: Elaborado sem julgamento crítico nem experiência → preconceito)

Na acepção francesa, a palavra é relacionada ao julgamento crítico e à experimentação que não são realizados. O sentido de “julgamento”, que não apareceu na definição etimológica do dicionário em língua portuguesa, aparece na definição lexicográfica do **Petit Robert**, e ela é seguida pela indicação a uma outra palavra, o substantivo *préjugé*. Há novamente uma deriva dos sentidos com a reescritura *préjugé* que atribui o sentido de julgamento antecipado.

É a palavra *préjugé*, caracterizada morfológicamente em francês como “nom masculin”, isto é, um substantivo masculino, que vai corresponder à palavra *preconceito* em português, como pudemos averiguar no dicionário **Michaelis** e no **Dicionário Português-Francês da Editora Porto**. Desse modo, mesmo que no dicionário etimológico em língua portuguesa não haja a relação de sentido com os sentidos trazidos pelo verbo *julgar*, a relação com a palavra francesa vai estabelecer essa relação, o que faz com que esse sentido determine a palavra *preconceito* em língua portuguesa.

E a palavra *préjugé* é definida como

1. Croyance, opinion préconçue; parti pris. 2. Didact. Indice qui permet de se faire une opinion (PETIT ROBERT, p. 566).

(Tradução nossa: Crença, opinião preconcebida; opinião preconcebida. 2. Didática. Índice que permite se fazer uma opinião)

Assim, vemos que na própria etimologia, que representa a “origem”, há a divisão e o conflito de sentidos através da relação da palavra *preconceito* em língua portuguesa com as palavras *préconçu* e *préjugé* provenientes da língua francesa, com a qual o dicionário coloca a língua portuguesa em relação. Temos, então, um outro espaço de enunciação no qual o sentido da palavra “julgar” circula. Os sentidos na etimologia da palavra *preconceito* em português são divididos entre o científico e o senso comum, e pela determinação que faz

parte da designação da palavra *préjugé* pela relação histórica entre a língua francesa e seus falantes.

Muitas vezes é o sentido etimológico que é tomado como o sentido da palavra *preconceito* nos textos que analisamos, o que apaga que *preconceito* seja significado de outras formas no acontecimento. E é justamente estas outras formas que temos por objetivo analisar. Não estamos partindo do sentido etimológico para observar outros sentidos. A questão é que observamos a relação entre língua e enunciação, isto é, que os textos analisados significam como o sentido de *preconceito* o que a etimologia dá como sentido, e que também circulam na sua enunciação outros sentidos para a palavra que não estão relacionados a essa memória etimológica.

Uma outra questão é que os sentidos como “opinião ou sentimento desfavorável”, “atitudes discriminatórias” (Dicionário Michaelis, 1998) são atribuídos a *preconceito*, mas não aparecem na origem etimológica da palavra nem em português nem em francês, o que contribui para a homogeneização dos sentidos dessa palavra.

Além disso, tanto *préjugé* quanto *préconçu* são palavras formadas por radicais que derivam de verbos. São eles os verbos *juger* e *concevoir*, que estão na forma de particípio passado em francês (*jugé*, *conçu*). Ou seja, ambas derivam de verbo, ambas surgem, portanto, da nomeação de uma ação. Já para *preconceito* em português, o radical *conceito* não deriva de verbo, isto é, o radical é um substantivo, não estabelecendo assim uma relação com ação.

Assim, a aparente homogeneidade do sentido que se tem sob a unicidade da palavra *preconceito* em português é desfeita na relação com a língua francesa, na qual encontramos duas palavras diferentes, *préjugé* e *préconçu*, que trazem sentidos diferentes. Em português, os sentidos ficam condensados em uma única palavra enquanto que em francês eles dividem-se em duas palavras de radicais diferentes e de classes gramaticais diferentes.

Essa ilusão de unicidade do sentido sob a unidade de uma palavra em português e a falta de sentidos como “opinião ou sentimento desfavorável”, “atitudes discriminatórias” (Dicionário Michaelis, 1998) e de outros, acabam provocando a ilusão nos textos que analisamos de ser o sentido etimológico de “conceito formado antecipadamente” como o

sentido de *preconceito*, sobrepondo-se aos outros sentidos que circulam em língua portuguesa.

Isso produz uma evidência sobre o que a palavra *preconceito* significa, como se a palavra, em si mesma, em sua própria forma, fosse suficiente e reveladora do seu significado. É esse o efeito de sentido produzido: a evidência de que o que essa palavra significa vem de sua formação etimológica, que se restringe a sua própria forma.

E é sobre essa ilusão que se funda o discurso sobre o combate ao preconceito, que traz como forma de combate “promover a educação” fazendo-se conhecer as “verdades” comprovadas “cientificamente” para se acabar com a “ignorância” e não se formarem conceitos, ou opiniões, ou julgamentos antecipados. Esse tipo de combate que visa “esclarecer” ou “fazer conhecer” conceitos desconhecidos ou dar uma base “verídica” e “científica” para as opiniões funciona como se o preconceito estivesse fora do processo histórico, como se o que ele significa fosse algo estável, evidente, como se a palavra fosse transparente. Trabalha-se com o conhecimento como “conteúdo” pronto e não como processo, como um saber produzido historicamente. E isso pode até mesmo gerar outros preconceitos, uma vez que a ciência, como vimos, é ela própria uma construção histórica. Como exemplo, temos o preconceito gerado pelas diferenças raciais que foram hierarquizadas segundo “critérios de base biológica”, como veremos em nossa primeira análise.

A questão é que a palavra *preconceito* tem outros sentidos no funcionamento enunciativo que, inscritos na história específica do Brasil, podem estar filiados a diversos discursos, inclusive àquele do preconceito racial, que, por sua vez, ganha especificidade pela história de escravidão, tal como se deu no Brasil.

Assim, como veremos no funcionamento textual, sob o efeito dessa ilusão de homogeneidade, de unicidade do sentido, essa palavra vai funcionar deslizando para outros sentidos.

Observamos, então, os sentidos estabilizados para a palavra *preconceito* através da sua etimologia em língua portuguesa. Apesar de não ser este o nosso objetivo na análise, não podemos desconsiderar que há uma história de enunciações dessa palavra e que os

sentidos estabilizados pelos dicionários são parte dessa história de sentidos e que aparecem significando a palavra nas obras analisadas.

História de sentidos de uma palavra em português determinada pela história de sentidos de palavras da língua francesa. Ou seja, aquilo que a palavra significa em português, no dicionário etimológico, é afetado pela historicização da língua francesa no espaço de enunciação francês.

E no Brasil? Pela historicização da palavra em língua portuguesa, que história de sentidos ela vai ter? A palavra *preconceito* passa a ter, como parte de suas designações, o sentido de discriminação, de exclusão, a partir de quais relações de sentidos?

Assim, há sentidos estabilizados que fazem parte da memória de sentidos dessa palavra para os falantes de língua portuguesa. Mas que outros sentidos ela tem e quais ficam apagados no interior da produção do conhecimento científico do pensamento social sobre o Brasil que trata das relações sociais marcadas pela escravidão?

Analisar a palavra *preconceito* a partir do dispositivo teórico fundado na Semântica do Acontecimento é compreender que os sentidos não se limitam a uma definição conceitual, ou à origem etimológica da palavra e àquilo que os dicionários, enquanto instrumentos de gramatização, legitimam como sendo a sua definição. Também não é considerar que um nome designa um objeto no mundo e que o seu sentido é uma descrição que apresenta a referência tal como se considera na lógica de Frege (1892). Também não é considerá-la como um conceito com um conteúdo político próprio.

Pensar dessa forma é ficar na evidência, é pensar que a linguagem é transparente. Buscaremos justamente a ruptura de sentidos, na qual o sentido etimológico cessa e outros significados passam a ser atribuídos à palavra, observando a deriva dos sentidos que passam a ser outros, considerando que há uma multiplicidade de sentidos que podem se constituir para a palavra a partir de sua história de enunciações, recortados pelo acontecimento no texto através das relações dessa palavra com outras que vão determinando seus sentidos. Ou seja, os sentidos são uma construção de linguagem que significam o real, as disputas, as divisões, o litígio.

Temos por hipótese que na descrição das relações entre brancos, negros, índios e mestiços, através do conflito de seus sentidos, o funcionamento da palavra *preconceito* nos

recortes analisados pode produzir uma naturalização das diferenças ou o apagamento de certos sentidos.

Além disso, considerando que na designação da palavra *preconceito* pode haver a hierarquização dos sentidos que constituem os sujeitos, distribuindo desigualmente seus lugares de dizer e, com isso, dividindo o real, será que esse funcionamento tem como possibilidade de interpretação (projeção de futuro) a divisão da sociedade brasileira que leva à exclusão?

Veremos se isso acontece na medida em que seus sentidos se constituem em textos produzidos em uma conjuntura histórica e política do Brasil que gira em torno do fim de um período republicano e início da era Vargas, período em que se instala no Brasil a ditadura, mas também por uma conjuntura intelectual de produção de conhecimento sobre o Brasil que lança as bases de conhecimento sobre a nossa sociedade para a futura produção científica.

Embora a noção de político expressa por Zancarini (2008) não seja a mesma que apresentamos para caracterizar o acontecimento enunciativo, uma vez que a relação que é estabelecida entre a linguagem e o político pelo modo que a palavra significa nos interessa, ela vai na direção que vimos até então expondo, a de perguntar pelos sentidos de preconceito não no sentido formal, ou por considerar sua etimologia ou sua definição lexicográfica, ou até mesmo uma definição conceitual, mas de perguntar a partir de seus sentidos estabilizados na produção de conhecimento das Ciências Sociais que outros sentidos essa palavra terá, sentidos pelos quais temos acesso ao real.

Nosso objetivo, do lugar do semanticista, é justamente questionar o modo como essa palavra é designada nesses textos, isto é, como se dá o processo de semantização dessa palavra nas relações textuais através do acontecimento enunciativo, que é político e histórico. Com isso, buscamos observar o que do real, no interior do acontecimento, a palavra *preconceito* significa pelo litígio de seus sentidos, observando, ao mesmo tempo, quais sentidos estão significando, quais sentidos estão sendo apagados, de maneira a se construir interpretações específicas para uma porção do real.

E somente a partir de uma posição histórica e política, tal como vimos descrevendo até então, que uma análise desse tipo é possível. Com ela, não pretendemos julgar se os

autores estão sendo preconceituosos ou não. O que pretendemos é mostrar, através da noção de acontecimento enunciativo como sendo política, a pluralidade de sentidos dessa palavra, pelo que ela significa e pelo que ela deixa de significar nesses textos, e significando, assim, algo das relações sociais.

5. Metodologia de Análise

O que a palavra *preconceito* significa é ao mesmo tempo uma construção textual e uma construção enunciativa. Seus sentidos são, portanto, resultado daquilo que o enunciado diz no seu funcionamento. Há procedimentos textuais que constituem a textualidade produzindo uma rede semântica que relaciona as palavras no texto por relações de determinação. Essa rede semântica, que coloca palavras em relação, seja pelas relações de sentido seja com a ajuda de articuladores, ocorre porque essas relações sintático-semânticas se dão no acontecimento de enunciação. Assim, o que uma palavra significa é uma construção de linguagem e é também uma relação com a história de seus sentidos em enunciações passadas.

Desse modo, perguntarmos pelos sentidos da palavra *preconceito* é perguntar com que outras palavras ela se relaciona nos textos a serem analisados, considerando sua história de enunciações recortada pelo memorável no acontecimento da enunciação. É também considerar que os sentidos se dividem e redividem incessantemente produzindo o litígio, contradições e apagamentos, numa disputa pelo lugar “estabilizado” do dizer. Isso implica levar em consideração o lugar do qual o Locutor enuncia e as posições-sujeito das quais enuncia.

É trabalhando com os sentidos estabilizados, mas questionando também os sentidos apagados, silenciados, censurados, no acontecimento enunciativo, que procuramos traçar as designações da palavra *preconceito*. Assim, analisar a designação é trabalhar no campo da possibilidade de sentido, da deriva dos sentidos, da sua desestabilização que ocorre por conta do litígio entre os sentidos.

A análise da palavra *preconceito* através da designação implica considerar que a palavra integra o enunciado que, por sua vez, integra o texto. A unidade de análise,

portanto, é o enunciado considerando que ele integra um texto, tomando como lugar de observação a palavra na relação com outras no interior do texto.

Os recortes³⁷ são, para nós, fragmentos do acontecimento, ou seja, fragmentos de linguagem e de exterioridade. Eles foram selecionados observando-se a ocorrência da palavra *preconceito* e a ocorrência de palavras que poderiam ser suas possíveis reescrituras no acontecimento. Desse modo, os recortes trazidos nos anexos não trazem todas as ocorrências da palavra nas obras, pois nem todas as suas ocorrências se constituem como contextos decisivos para a análise. E, mesmo depois da seleção dos recortes, alguns foram desconsiderados para a análise.

Assim, nem todos os recortes foram levados em consideração para o estabelecimento do domínio semântico da palavra. Consideramos somente aqueles que se caracterizavam como *contextos decisivos* por fornecerem uma reescritura ou uma articulação particularmente relevante para a análise.

O texto é, para nós, um conjunto de enunciados³⁸, isto é, unidades que foram realizadas na enunciação e que estão integradas, no sentido que Benveniste dá a essa palavra e que definiremos em seguida, formando um texto. Além disso, conforme Guimarães (1987), também vamos considerar que o texto é atravessado por uma dispersão de sujeitos e de sentidos e que se constitui como unidade de sentido, efeito de unidade que se dá porque o sujeito assume a função-autor³⁹ e pelo efeito de ter começo, meio e fim.

³⁷ Os recortes encontram-se anexados no final da tese.

³⁸ De acordo com Ducrot (1987), a frase é “um objeto teórico, entendendo por isso, que ele não pertence ao domínio do observável, mas constitui uma invenção desta ciência particular que é a gramática” (p. 164). À frase, ele atribui a significação que será o conjunto de instruções que levam à associação do enunciado ao sentido. O enunciado, por sua vez, é o objeto observável, considerado como sendo a manifestação da frase, tendo sido objeto da enunciação. Corresponde a ele o sentido, que não é definido como sendo o significado acrescentado dos elementos da situação. O sentido é para ele uma descrição da enunciação, aquilo que é comunicado ao interlocutor. A sequência linear de enunciados realizados vai constituir o que ele chama de discurso. Os enunciados são, desse ponto de vista, fragmentos de “discurso” e o texto “é na verdade, habitualmente, um discurso que se supõe ser objeto de uma única escolha, e cujo fim, por exemplo, já é previsto pelo autor no momento em que redige o começo [...]” (DUCROT, 1987, p. 166), seria então o conjunto de unidades abstratas, as frases.

³⁹ A função-autor, segundo Orlandi (2005), é uma “função discursiva do sujeito, estabelece-se ao lado de outras funções, estas enunciativas, que são o locutor e o enunciador, tal como as define Ducrot (1984) [...]” (p. 74). Ainda, segundo a autora, “[...] a função discursiva autor é a função que esse eu assume enquanto produtor de linguagem, produtor de texto. Ele é, das dimensões do sujeito, a que mais está determinada pela

É importante destacar que consideramos que os enunciados *integram* o texto, já que isso afeta a forma mesma como consideramos a textualidade e a produção dos sentidos. Benveniste (1966) considera que uma palavra integra uma frase (em nosso caso usamos o conceito “enunciado” de Ducrot no lugar de “frase”) e que o significado não é necessariamente o mesmo da palavra sozinha, fora de sua função na frase.

Para o autor,

A frase realiza-se em palavras mas as palavras não são simplesmente os seus segmentos. Uma frase constitui um todo, que não se reduz a soma de suas partes; o sentido inerente a esse todo é repartido entre o conjunto dos constituintes. A palavra é um constituinte da frase, efetua-lhe a significação; mas não aparece necessariamente na frase com o sentido que tem como unidade autônoma (BENVENISTE, 1966, p. 132).

Assim, a relação de significação da frase (enunciado) não é a soma da significação que as palavras têm isoladamente, não é, portanto, uma relação segmental. A significação da palavra se dá por esta integrar enunciado, é a sua relação com o significado do enunciado que determina o seu significado.

E, de acordo com Guimarães (2002), o sentido (ou significado) de um enunciado é determinado por este integrar um texto.

Isso permite considerar que a determinação de sentido entre as palavras não precisa se dar apenas por relações sintáticas como a predicação, mas pode se dar com outras palavras em qualquer parte do texto por terem seus sentidos definidos por estarem integradas ao sentido total do texto, relação esta que não é apenas sintática mas também histórica. A possibilidade de uma palavra estar relacionada com outras do texto em qualquer parte dele é o que Guimarães⁴⁰ considera como sendo um funcionamento transversal.

exterioridade – contexto sócio-histórico - e mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição responsabilidade etc” (p. 75).

Não trabalharemos com a função-autor em nossas análises, sendo ela utilizada aqui somente para melhor definir o que compreendemos por “texto”.

⁴⁰ Essa questão da transversalidade foi discutida nas aulas do professor Guimarães no curso de pós-graduação da Unicamp.

Consideramos, então, que o funcionamento da linguagem se dá através da relação entre o “mesmo” e o “diferente” para a constituição dos sentidos. É na tensão entre a paráfrase e a polissemia que os sentidos vão se tornando outros:

[...] a paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco (ORLANDI, 2005, p. 36).

Nas regularidades linguísticas das paráfrases encontramos o equívoco na sua materialidade que leva ao deslizamento dos sentidos, à falha no processo ideológico, produzindo-se, assim, a polissemia.

Através dos procedimentos de reescritura e articulação que constituem a textualidade, observamos o funcionamento parafrástico e polissêmico da linguagem. Será através da observação desses dois procedimentos de textualidade a partir da palavra *preconceito* que realizaremos a descrição de nossa análise.

Ao remeterem ao mesmo, as reescrituras inserem o diferente, o que leva a outros sentidos. A articulação expande o sentido da palavra analisada pois a relaciona a expressões que podem determinar, especificar ou caracterizar a palavra *preconceito* de maneira a produzir sentidos diferentes também.

Realizaremos nossas análises através desses dois procedimentos, a reescrituração e a articulação, o que nos leva a esboçar o Domínio Semântico de Determinação (DSD), noção proposta pela Semântica do Acontecimento, que representa a designação, nosso objeto de análise. Também, na medida em que as reescrituras e as articulações são descritas, analisaremos, quando relevante, a cena enunciativa que sustenta a constituição dos sentidos em um acontecimento.

O DSD apresenta, por um gesto interpretativo, palavras ou expressões que determinam a palavra analisada, no caso, a palavra *preconceito*, compondo seu domínio de sentidos para um determinado texto. A seguir, trataremos com mais detalhes dessas três noções que servem de instrumentos de análise: a reescrituração, a articulação e o domínio semântico de determinação.

5.1 A reescrituração

A reescrituração pode ser entendida como um procedimento de retomada pelo qual se dá a textualidade, tecendo os sentidos, produzindo a polissemia. Isso se dá na medida em que ao repetir o mesmo como algo diferente de si, ou seja, através de outras palavras que reescrevem a palavra ou expressão que está sendo analisada, são produzidos, na tensão entre o mesmo e o diferente, outros sentidos no acontecimento enunciativo.

Segundo Guimarães, os procedimentos de reescritura

[...] são procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito. Assim, a textualidade e o sentido das expressões se constituem pelo texto por esta reescrituração infinita da linguagem que se dá como finita pelo acontecimento (e sua temporalidade) em que se enuncia (2002, p. 28).

As reescrituras são responsáveis pela textualidade por retomarem algo dito no texto, pela repetição da palavra, pela sua retomada através de uma outra palavra ou expressão.

Elas não dependem somente do funcionamento sintático, mas também das relações de sentido historicamente constituídas. Desse modo, as reescrituras não ficam restritas a um nível de construção de uma sentença, que, por sua vez, estaria restrita a um outro nível de construção da sentença. As reescrituras determinam um nome por sobre os limites das orações, tratando-se, portanto, de relações de sentido que não dizem respeito a um caráter segmental do texto. Uma palavra pode ser reescritura de outra, não importa em que lugar do texto, para além dos limites do enunciado. O texto não é considerado como uma somatória de enunciados ou frases (dependendo da perspectiva em que se encontra) articulados sintaticamente de maneira segmental, mas como uma dispersão de sentidos e sujeitos sob a ilusão de unidade *integrada* por enunciados, como já vimos.

Conforme Guimarães (2007), a reescrituração pode se dar de diversos modos. Por exemplo, por repetição, um modo de reescritura muito comum no *corpus* que analisamos, uma vez que a palavra *preconceito* reaparece repetida várias vezes no texto.

Por substituição, em que uma palavra substitui a outra por uma relação de sinonímia produzida pelo acontecimento de enunciação. É importante observar que a relação de sinonímia não é algo já estabelecido previamente, fora da enunciação.

Por elipse, em que a palavra é suprimida por já ter sido mencionada. Por expansão, em que a palavra é reescriturada por um enunciado inteiro ou por uma expressão que expande os sentidos dela. Por condensação, em que ocorre o contrário da expansão. E por definição, quando temos um predicado articulado à palavra analisada de maneira a defini-la, como no exemplo “*Preconceito é uma ação compressiva*”.

5.2 A articulação

Este outro procedimento, que ajuda a constituir a textualidade juntamente com a reescritura, coloca em relação duas palavras ou expressões que não se reescrevem, mas que têm elementos de sentido que se relacionam no acontecimento.

A articulação “diz respeito às relações próprias das contigüidades locais. De como o funcionamento de certas formas afetam outras que elas não redizem” (Guimarães, 2007, p. 88).

O procedimento da articulação é largamente analisado nos textos do *corpus* que reunimos, diferentemente do que ocorre na análise da designação em um *corpus* formado por definições lexicográficas⁴¹. No caso das definições lexicográficas, por conta de sua técnica de definir a palavra, o que encontramos mais são palavras justapostas umas às outras, sem conectivos, funcionando como sinônimas, ou então encontramos enunciados definidores cuja articulação com a palavra analisada se dava de forma predicativa.

No caso de textos que não são definições lexicográficas, as articulações se complexificam e muitas vezes a articulação não é direta nem explícita.

É preciso então explicar melhor a relação entre a determinação e a predicação, duas formas de se darem as relações entre as palavras no funcionamento linguístico da produção dos sentidos.

⁴¹ Conforme realizei em minha dissertação de mestrado já citada anteriormente.

Conforme Guimarães (2007), a determinação é uma relação fundamental para a constituição do domínio semântico de uma palavra. Na Linguística em geral ela é vista como sendo própria de um sintagma nominal, diferentemente da predicação que envolve uma relação verbal entre sujeito e predicado. Mas, segundo o autor, a relação de determinação pode ser expressa através de uma predicação. Tomemos como exemplo o seguinte sintagma nominal do nosso *corpus*:

(1') Acção compressiva dos preconceitos sociaes

Pode-se perguntar se *preconceitos sociaes* é determinado ou não pela acção compressiva, já que esta expressão, nesse caso, não está funcionando como reescritura de *preconceito*, mas está apenas articulada a *preconceitos sociaes*.

Tomando como lugar de observação a palavra *preconceito*, temos que *acção compressiva* determina e é determinada por *preconceitos sociaes*. Para tornar essa relação de determinação mais evidente na análise, ela foi transformada em um enunciado verbal:

(1'') Os preconceitos sociaes são uma acção compressiva

Com isso, transformamos o sintagma nominal “Acção compressiva dos preconceitos sociaes” em uma predicação que nos dá mais elementos para a análise da palavra *preconceito*. Nesse caso, a relação passa a ser de predicação e “são uma acção compressiva” passa a funcionar como uma reescritura por definição, determinando, assim, *preconceito*.

A questão que Guimarães nos chama a atenção é a de que a relação predicativa não deixa de ser uma determinação. A expressão “acção compressiva” também determina a palavra *preconceito*, reescrevendo-a por definição.

Conforme o autor, no que diz respeito ao aspecto semântico, “toda relação de predicação é em certa medida, pelo menos, uma relação de determinação e vice-versa. A diferença entre uma e outra se dá pela conexão do sintático com o semântico” (GUIMARÃES, 2007, p. 78).

Assim como a reescritura, o procedimento de articulação também estabelece a determinação de uma palavra quando a articulação é transformada em uma predicação.

Ocorrem, no entanto, outras relações de sentido com a articulação através das conjunções. Nesse caso, observamos as orientações argumentativas através de operadores argumentativos e a divisão do sujeito e dos sentidos na enunciação.

A articulação também se dá através da justaposição de uma palavra ao lado de outra apenas, como acontece em uma enumeração ou numa adjetivação ou locução adjetiva. Nesse caso, há uma relação de sentido que estamos chamando de *especificação* quando o adjetivo articulado à palavra *preconceito* atribui uma especificação produzindo-se um tipo de preconceito específico. Com isso, consideramos que a palavra preconceito é que determina a sua especificação como, por exemplo, em: preconceito ┆ preconceito de cor.

Chamamos *caracterização* ao adjetivo ou locução que atribui uma característica semântica à palavra de forma momentânea. Isto é, trata-se de um adjetivo relacionada à palavra *preconceito* que aparece poucas vezes ou uma única vez no texto analisado e que não aparece de maneira significativa na história de enunciações da palavra, se se considerar outros textos. Os adjetivos deste tipo não fazem parte do seu domínio semântico de determinação. Por exemplo na expressão *preconceitos pessoais*, em que o adjetivo *pessoais* atribui um sentido de subjetividade a *preconceito* e que aparece em apenas um texto e não faz parte da história de enunciações da palavra. O adjetivo não entra como uma determinação da palavra no seu domínio semântico, configurando-se, portanto, apenas como uma caracterização.

Duas conjunções aparecem com frequência em nosso *corpus*: *e* e *ou*. Cada uma delas é analisada de acordo com seu modo de funcionamento específico na enunciação em que aparecem. A questão é que o fato delas coordenarem duas palavras, expressões ou enunciados já estabelece, em certa medida, uma relação entre seus sentidos.

A justaposição geralmente aparece nas enumerações. Estas são consideradas aqui como “um conjunto de expressões como modos de apresentar cada um dos aspectos que juntos formam uma unidade de sentido” (GUIMARÃES, 2009, p. 58). Vejamos um exemplo:

(2) Conjunto inextricável de idéas, sentimentos, **preconceitos**, desejos, crenças, tendências

No caso acima, a enumeração está especificando *conjunto inextricável*. Assim, *preconceito* é um elemento específico dentre outros que compõem o conjunto inextricável. Por outro lado *conjunto inextricável* determina todos os elementos que enumeram seus aspectos, entre eles *preconceitos*.

A adjetivação e a locução adjetiva também aparecem justapostas, atribuindo um elemento de sentido à palavra adjetivada, como, por exemplo, em *preconceito racial* ou *preconceito de raça*, sendo um tipo de especificação da palavra *preconceito*.

5.3. A cena enunciativa

Como já vimos anteriormente, a cena enunciativa é uma especificação local no Espaço de Enunciação, onde temos a representação das figuras da enunciação, pois é aí que se distribuem os lugares de enunciação no acontecimento. Representaremos a cena apenas de recortes que forem representativos para a análise, isto é, que mostrem a divisão de enunciadores que nos permite observar o movimento dos sentidos da palavra *preconceito*.

Nela podemos observar quatro tipos de enunciador: o universal, o genérico, o coletivo e o individual, como já descrevemos no capítulo sobre o político. É observando a passagem de um enunciador para outro que podemos ver o lugar enunciativo que o locutor assume na enunciação.

Isso é observado pelo funcionamento argumentativo dos enunciados. O argumento é compreendido como “[...] um enunciado que, ao ser dito, por sua significação, leva a uma conclusão (uma outra significação). Mais especificamente, argumentar é dar diretividade ao dizer” (GUIMARÃES, 1995, p. 78).

Schreiber da Silva (2009) realiza uma reflexão sobre a relação entre a argumentação e o jurídico, mostrando, no modo de funcionamento do texto jurídico, como a cena enunciativa é caracterizada pela enunciação argumentativa.

Ela mostra que o dizer de um juiz em um processo anterior ao processo analisado sustenta o argumento de que o “Delegado Regional Tributário de Araraquara” é incompetente para realizar o julgamento. É esse dizer anterior que funciona, segundo a autora, como um memorável no acontecimento da enunciação que sustenta o argumento do Delegado, orientando para a conclusão da incompetência.

Assim, segundo a Schreiber da Silva, “a relação de argumentação, a que garante a passagem do argumento para a conclusão, se sustenta no memorável” (2009, p. 134).

Considerando as reflexões da autora, entendemos que a divisão dos locutores em enunciadores que se dá em cada cena ocorre por conta do memorável que é recortado pelo acontecimento e que isso sustenta a argumentação, mas sem nos preocuparmos em categorizar que sentidos fazem parte do memorável.

5.4 Domínio Semântico de determinação (DSD)

Através das análises da reescrituração e da articulação temos o objetivo de chegar à representação do domínio semântico de determinação da palavra. Para fazer os domínios semânticos de determinação, doravante DSD, utilizamos os seguintes sinais: \top , \perp , \lrcorner , \llcorner , que significam “determina” em qualquer uma das direções – é um traço que significa uma relação de sinonímia; o traço contínuo na horizontal que divide o DSD indica os sentidos que se opõem a ele.

O DSD é uma representação da designação da palavra no texto em que ela se encontra, constituindo-se como um gesto de interpretação a partir das análises das reescrituras e articulações. Esse domínio nos mostra não os sentidos estabilizados, mas os sentidos que circulam no funcionamento textual.

A designação é, como já vimos no Capítulo I, a significação que resulta não apenas das relações linguísticas (reescrituras e articulações), mas das relações de sentidos estabelecidas pela história de enunciações de uma palavra que é retomada em parte pelo acontecimento enunciativo através do memorável.

Esperamos com essas diferentes posições interpretativas sobre o Brasil observar os sentidos da palavra *preconceito*, que consideramos estar relacionada à maneira como cada

locutor-autor compreende as relações sociais no Brasil ao enunciá-las como se estivesse fora da história. A análise dos sentidos dessa palavra proporcionará um outro olhar para o modo como a sociedade brasileira é interpretada e permitirá compreender que sentidos foram constituindo as relações sociais na história do nosso pensamento social.

PARTE II

ANÁLISES

CAPÍTULO V

A EVOLUÇÃO DO POVO BRASILEIRO, DE OLIVEIRA VIANNA

1. Sobre o autor e a obra

A partir dessas considerações teóricas, começamos nossa análise pela obra de Oliveira Vianna. Trazemos alguns dados biográficos do autor e, depois, faremos uma breve exposição das principais questões tratadas na obra analisada, de maneira a situar os recortes que fizemos.

Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951)⁴² formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1906 pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, foi advogado, professor, sociólogo, etnólogo e historiador. Publicou vários livros dedicados ao estudo da formação da sociedade brasileira que tiveram grande repercussão e que fizeram dele um intelectual muito respeitado.

Dentre os diversos cargos exercidos por ele, foi consultor jurídico do Ministério do Trabalho entre 1932 e 1940, ou seja, durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas, que era seu amigo, tendo colaborado na organização da legislação trabalhista que serviu de base para a atual legislação. Ingressou na Academia Brasileira de Letras, período no qual publicou, dentre outros, o livro **Instituições Políticas Brasileiras**. Também foi membro da Comissão especial de revisão da Constituição e em 1940 tornou-se ministro do Tribunal de contas da Justiça⁴³. Foi também membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁴⁴.

⁴² Dados biográficos disponíveis em: <http://www.biblio.com.br/default.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/oliveiraVianna.htm>. Acesso em 04/06/2009.

⁴³ Ele foi convidado pelo presidente Getúlio Vargas para ser Ministro de Contas da União, órgão que julga as contas pagas com recursos públicos. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Tribunal_de_Contas_da_Uni%C3%A3o http://www.museusdoestado.rj.gov.br/cov/texto/Biografia%20de%20OV_extensa.pdf. Acesso em: 02/07/2009.

⁴⁴ O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi criado em 1838 tendo como objetivo ser uma “entidade que refletisse a nação brasileira que, não muito antes, conquistara sua independência” através da reunião de arquivos bibliográficos, iconográficos, entre outros, além de realizar pesquisas. A criação do instituto foi iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e no início contou com o apoio de Dom Pedro II, eleito protetor desse instituto. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/ihgb.php>. Acesso em 02/07/2009.

Pela sua formação acadêmica, pelos cargos que ocupou e que foram enumerados acima, podemos dizer que os lugares sociais ocupados por Vianna ao longo de sua carreira o autorizam a produzir suas obras do lugar do Estado. Por conta disso, suas obras estão legitimadas tanto pelo lugar da Ciência quanto pelo lugar do Estado.

Utilizamos para análise a obra **Evolução do povo brasileiro**⁴⁵, que serviu de prefácio a um recenseamento demográfico e econômico realizado em 1920, organizado pelo Ministério da Agricultura e publicado em 1922 em comemoração ao centenário da Independência do Brasil.

Essa obra prefacial escrita por Vianna, que se tornou um livro em 1923, produz um conhecimento sobre os dados provenientes do censo de 1890, conhecimento este que serve para introduzir os novos dados do censo de 1920. Para isso, o autor utiliza dados resultantes do censo de 1890 que são interpretados a partir de uma posição evolucionista, biologista, produzindo uma rede de sentidos específica sobre a diversidade do povo brasileiro.

É interessante observar que na “Introdução” do livro é afirmado que apesar de ele estar realizando um estudo oficial, ele faz críticas ao regime republicano, por este ter sido iniciado no Brasil pelos militares. Ele fala das vantagens da centralização do poder nas mãos do monarca na época do Império e demonstra sua oposição ao liberalismo, à democracia, mostrando-se, então, conservador.

O livro a **Evolução do povo brasileiro** (1923) surge sete anos antes da Revolução de 1930, que dá fim à República Velha, substituta do regime Imperial iniciando-se o governo de Getúlio Vargas, o qual ganharia o perfil de ditadura, e é republicada nos anos 30, como vimos anteriormente. A sociedade brasileira está passando por momentos de agitação tanto política quanto econômica e intelectual.

Nessa obra, Vianna tem por objetivo estudar “a nossa evolução nacional”, tanto em termos sociais quanto políticos e econômicos. Vemos aí, já de início, uma preocupação, que

⁴⁵A edição utilizada para o estudo realizado aqui não apresenta data de publicação. Desse modo, através de uma pesquisa, verificou-se o ano de 1923 como o da publicação. In: <http://www.biblio.com.br/default.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/oliveiraVianna.htm>. Acesso em: 20/04/2008.

parece um tanto nacionalista, que serve de justificativa para se realizar o estudo sobre o “nosso povo”.

O autor inicia seu livro fazendo uma crítica à ideia de “unilateralidade de evolução” de Spencer, isto é, à generalização que acaba ocorrendo com a aplicação de “leis gerais” para explicar a evolução da sociedade, das línguas, da humanidade e das instituições.

O problema disso seria, segundo ele, que todos evoluiriam da mesma forma, isto é, não haveria particularidades na evolução de cada povo e, assim, bastaria aplicar as tais leis para se saber o estágio futuro. Por exemplo, nessa perspectiva criticada por ele, a família seria a “cellula originária das sociedades”⁴⁶, e toda ela passaria pelo estágio de “tribus” e em seguida para o de “povo”, e por fim, chegaria ao estágio de “nação”. Entretanto, nem todos os povos teriam seguido as leis evolutivas na mesma ordem, segundo o autor. Ele diz que, por exemplo, povos agrícolas em uma certa região do Brasil não teriam sido necessariamente pastores antes de se tornarem agricultores. Desse modo, cada povo teria suas particularidades ao evoluírem e teria uma civilização diferente.

Para Vianna, então, o meio, as condições climáticas e geográficas, e também as características étnicas determinariam a evolução dos povos, e por isso, nenhuma civilização seria igual a outra.

A “história” que ele menciona no seu texto diz respeito a fatos que foram se sucedendo cronologicamente, de forma progressiva, que levariam à “evolução” da população. A história não é vista como um processo para a análise do porquê esse povo deixou de ser agrícola e passou a ser pastoril. A mudança é vista por ele como um movimento natural dos grupos humanos, determinados biologicamente, e não seria determinada pelo processo histórico. A história, desta perspectiva, é entendida como evolução de maneira progressiva.

Cada grupo teria, nesse quadro teórico evolucionista, características próprias, “sua própria maneira de ser e de existir”, e isso só pode ser observado através da história particular de cada grupo, o que para ele significa a “comparação das diversas phases

⁴⁶ Mantivemos a ortografia original do livro.

evolutivas de cada um”. É assim que ele justifica, então, a necessidade de seu estudo da “evolução” social do Brasil, pois este teria características evolutivas diferentes de Portugal.

Na sua perspectiva, o tipo de organização política do Brasil seria determinado pelo modo como se deu a evolução do grupo que vivia aqui. Esta evolução seria particular porque, segundo ele, ela dependeria das condições do meio brasileiro as quais tal grupo se adaptaria. Ele defende, então, uma política “orgânica”, isto é, uma política derivada do tônus evolutivo de um grupo.

A partir da lógica “orgânica” defendida por Vianna, qual seria, então, a política social, administrativa, econômica, apropriada para o Brasil, tendo em vista a pluralidade de “raças” que formaria o grupo que aqui vivia? Esta é uma questão que parece estar sendo feita por Vianna na medida em que avançamos a leitura. O problema é como ele descreve as particularidades do nosso grupo nacional para que, a partir de seu estudo, seja definida uma política de administração para o país, isto é, um “Programma Nacional”. Vejamos, então, como ele vai descrevendo a diversidade “racial” e a mistura dessas raças, já que é neste quadro analítico das “raças” que a palavra *preconceito* funciona e será analisada.

O índio é descrito por ele como o *typo natural da terra* praticante de uma agricultura *rudimentar e essencialmente* rural, que não conhece o *uso dos metaes* em oposição aos indianos que seriam uma *civilização milenária, população organizada, com riqueza acumulada e tradição comercial*, valores que caracterizam o capitalismo mercantil⁴⁷. Através desses enunciados, observamos a divisão entre os indianos *civilizados* e os índios *não-civilizados*. Ser “civilizado” é, para Vianna, ter tradição, trabalhar com o comércio, ter riquezas, estar inserido nas relações de mercado.

As características indígenas seriam incompatíveis com a atividade de tráfico que os lusitanos já praticavam nas Índias. Com a “falta” de riqueza, “falta” de base para uma organização puramente comercial, restou aos “peninsulares” a agricultura. Eis aí uma primeira diferença entre os portugueses europeus “comerciantes” e os colonos portugueses impelidos para a agricultura através do contato com o índio: como este não tinha “riquezas acumuladas” das quais os portugueses pudessem se “apropriar”, eles tiveram que explorar a agricultura.

⁴⁷ O exemplo da Índia é retomado por Freyre a partir deste exemplo de Vianna.

Enquanto, segundo Vianna, o português, o “advena”, vai se tornar agricultor e traz a urbanização, os índios são caracterizados como “naturalmente”, por “essência”, “fundamentalmente agricultores rudimentares”.

Ainda, os tipos indígenas são denominados de “população aborígene”, “tribus selvagens”, “guerreiros ferozes e intratáveis” (aymorés). Por outro lado, haveria os índios de “temperamento dócil e pacífico” (os guayanazes de Piratininga), os “selvicolas”. Ou seja, havia os índios selvagens, guerreiros, mas também os índios dóceis, pacíficos. São estes últimos que se deixavam “civilizar”, ou seja, que os colonizadores conseguiam que trabalhassem para eles.

Já os portugueses instalariam “novos centros de riqueza e novos núcleos de povoamento e *civilização*” (1923, p. 75, grifo nosso) no lugar das tribos. O “primitivo” é substituído por Vianna pela “civilização”. Justifica-se, assim, a expulsão dos índios de suas terras, a escravidão e as guerras contra eles que são efetuadas no movimento de expansão para o centro do país.

Vianna continua caracterizando o português. Os que vieram para o Brasil seriam “aventureiros à caça de fortuna rápida, homens de pequena nobreza e mesmo de grande nobreza, fidalgos arruinados”. O “afluxo plebeu” viria depois para trabalhar nas minas.

Nos primórdios, os elementos preponderantes da sociedade colonial não são, com efeito, de modo algum, como se há dito, essa escorralha de criminosos e degradados, varridos das masmorras peninsulares para o vasadouro americano (VIANNA, 1923, p. 50).

O português seria um dos grupos étnicos europeus com uma formação mais complexa, devido à maior mistura desses grupos. Eles seriam compostos por muitos grupos étnicos dos quais se destacariam dois: “um louro, alto, dolicoide, de hábitos nômades e conquistadores; outro moreno, de pequena estatura, dolicoide ou brachyoide, de hábitos sedentários e pacíficos” (VIANNA, 1923, p.109).

Os primeiros, segundo ele, teriam composto a aristocracia feudal, a nobreza militar, enquanto que os morenos de pequena estatura comporiam as classes médias e populares.

Teria sido então o grupo dos louros altos conquistadores que vieram para desbravar a colônia, a princípio, e depois teriam vindo os de proveniência céltica.

Tratar-se-iam, portanto, dos “elementos aristocráticos”, “centros de gravitação”, “personagens reinantes”, “elementos sadios” aqueles que viriam para a colônia e que seriam o “contingente formador do nosso povo”.

Os mestiços são considerados por ele como sendo “mestiços superiores”, “ricos de eugenismo”, representantes das “qualidades superiores de coragem e força”, que suportariam a “selvageria amotinada dos índios”. São eles que vão compor, segundo Vianna, a “nova raça em formação”. Vemos, com isso, uma separação entre os portugueses que vivem no Brasil, que seriam “os melhores de uma raça magnífica”, e “uma nova raça em formação”, composta por mestiços. Na sua visão evolucionista, Vianna fala da superioridade dos mestiços parecendo contrariar, neste primeiro momento, outras visões evolucionistas que consideram que a miscigenação de raças “superiores” com raças “inferiores” resultaria numa raça degenerada. A “superioridade” desses mestiços que diz respeito, aqui, à cor de sua pele mais clara em relação aos que têm pele mais escura, justamente porque a ideia é que quanto mais clara for a pele, maior a quantidade de sangue da raça dos homens “brancos” o indivíduo terá, sendo assim superior aos que não têm ou têm menos sangue do homem branco. Apesar do racismo⁴⁸ da distinção dos povos ou etnias em raças superiores e inferiores, Vianna está, em certa medida, sendo favorável à miscigenação, enquanto que uma posição racista tradicional seria contrária. Para ele, o mestiço não seria uma “degeneração” da raça branca, mas indicaria o clareamento da população, evoluindo para a “raça branca superior”. Esta posição é, de uma certa forma,

⁴⁸ Preocupamo-nos aqui em não sermos anacrônicos, pois a teoria evolucionista utilizada para os estudos das sociedades era comum no final do século XIX e, como vemos, no início do século XX também. A teoria do determinismo racial de Arthur de Gobineau circulava no Brasil na segunda metade do século XIX, sendo que ele esteve no Brasil como embaixador francês entre 1869 e 1870 e tornou-se amigo de Dom Pedro II. Ele escreveu o livro *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1855), trabalho sobre eugenia e racismo que pretendia dar uma explicação “científica” para a desigualdade das raças e é nela que a raça branca é colocada em posição de superioridade em relação às outras raças e a raça ariana é dada como representante de raça superior. Como vemos, o racismo científico ainda não era algo polêmico no século XIX e parece que ainda no século XX isso ainda é aceitável. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/236572/Joseph-Arthur-comte-de-Gobineau>, acesso em: 15/03/2011. E disponível em: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/Gobineau.html>, acesso em: 15/03/2011.

condizente com o tom de caracterização de uma sociedade nacional que encontramos em seu texto, já que esse tema é central na sociedade brasileira no período em que a obra foi escrita.

No entanto, esse discurso de apologia ao grupo nacional de valorização do mestiço entra em contradição por causa da preocupação eugênica que ele demonstra e que vai sendo desenvolvida ao longo do livro. Ou seja, o mestiço é valorizado, nesse discurso, porque é superior aos negros e índios, indicando ele o branqueamento da população, mas, para o autor, ele não deixa de ser inferior ao branco. Ou seja, o mestiço é apenas uma fase evolutiva em direção à predominância da “raça branca” que é vista como “superior”.

Os africanos são descritos por ele como uma raça inferior ao homem branco, tanto em termos biológicos quanto em termos mentais:

O homem branco cultiva, com efeito, certas aspirações, move-se segundo certas predilecções e visa certos objectivos superiores, que *de modo algum* serão capazes de construir motivos determinantes da actividade social do homem negro. Esses objectivos, que são a causa intima da incomparável aptidão ascencional das sociedades arianas, deixam indifferentes os homens da raça negra, *organicamente incapazes de se elevarem*, quando transportados para um meio civilizado, acima das aspirações limitadas da sua civilização originária. [...] Quando sujeitos á disciplina das senzalas, os senhores os mantêm dentro de certos costumes de moralidade e sociabilidade, que os assimilam tanto quanto possível, á raça superior; desde o momento, porém, em que, abolida a escravidão, são entregues, em massa, á sua propria direcção, decaem e chegam progressivamente á situação abastardada, em que os vemos hoje (VIANNA, 1923, p. 135, grifo nosso).

Assim, nessa perspectiva, o homem negro teria “nascido para servir”, pois com sua inferioridade, só realizaria trabalhos braçais. E mais do que isso, seria somente sob a tutela do senhor branco que ele conseguiria “assimilar” um pouco dos costumes da “raça superior”. Fora dessa tutela, que era a de se submeter à condição de escravo, era inevitável que eles decaíssem.

Com isso, vemos que não é dada outra possibilidade ao negro. E, assim, o autor defende então a escravidão: “[...] a organização do trabalho não póde deixar de ter por base a escravidão: num paiz despovoado e novo, onde a principio o homem da plebe, o

trabalhador braçal rareia, é *impossível* a grande cultura por meio do trabalho livre” (VIANNA, 1923, p. 63).

Essa justificativa para a utilização do escravo é possível por conta da naturalização que o autor faz de uma suposta inferioridade do homem negro em relação ao homem branco, sendo que o primeiro, fora da influência civilizada e superior do branco, não teria chances de viver na sociedade. Isso torna a escravidão dos negros algo natural, inevitável, vital, para o Brasil, inviabilizando a possibilidade de uma outra condição de vida para ele, em pleno século XX, quase quarenta anos após a abolição da escravidão.

Vianna trata dessas desigualdades sociais como algo natural, proveniente da diferença racial, que é tratada aqui como biológica: aos brancos caberia dar ordens, mandar, administrar, tutelar as “raças inferiores”, civilizá-las; aos mestiços caberia serem criadores ou agricultores; os negros deveriam trabalhar como escravos e os índios são também inferiores por serem, como vimos, uma civilização primitiva, e uma parte deles mais inferior que os negros por não se deixarem “civilizar”, isto é, por resistirem ao trabalho.

Dentro desta perspectiva, a naturalização das relações sociais é confortável aos que falam do lugar de um discurso colonialista porque justifica e legitima sua dominação além de tornar imutável o lugar que cada um ocupa na sociedade. Assim, por sua capacidade que é natural, os brancos (portugueses ou descendentes) sempre ocupariam os cargos de poder, enquanto que aos negros só restaria serem escravos, porque só seriam capazes de obedecer, e os índios, como seriam “selvagens”, não-civilizados, vão sendo eliminados pouco a pouco.

Depois, passando ao período imperial, com a decadência da produção do açúcar, a produção de café passa a ser mais importante e continua exigindo, segundo Vianna, o “tipo social superior”, “uma raça de homens magnificamente providos de talentos políticos e capacidades administrativas” (1923, p. 91) para administrá-la, assim como as raças consideradas inferiores para trabalharem como escravos dos primeiros. Tratar-se-ia de uma capacidade inata que mantém os portugueses ou a elite que os substitui no poder e que mantém as “raças inferiores” subjugadas a esse poder.

É por isso que a abolição em 1888 é, para Vianna, um “golpe” que abala a sociedade rural fundada na “tradicional organização do trabalho agrícola assentada sobre a base da escravidão” (1923, p. 92).

E, por fim, ao tratar das instituições políticas, deixa clara sua posição conservadora criticando o liberalismo e as ideias democráticas.

Oliveira Vianna proporciona com seu estudo uma análise evolucionista detalhada que denigre os africanos, os índios e seus descendentes, os mestiços, inferiorizando-os e, mais do que isso, naturalizando essa inferioridade num discurso biologizante, evolucionista, que nos termos de hoje podemos considerar como um discurso próprio do preconceito racial.

Vejamos, então, através da análise da palavra *preconceito*, a designação que é produzida através da divisão dos seus sentidos na obra **A evolução do povo brasileiro**.

2. Descrição do funcionamento semântico-enunciativo da palavra *preconceito*

Deste livro, fizemos dez recortes nos quais havia uma ocorrência significativa da palavra *preconceito* e de suas possíveis reescrituras⁴⁹. Alguns desses recortes foram desconsiderados por não se constituírem como um contexto decisivo para a designação dessa palavra. Uma hipótese que levantamos a partir deste texto foi se a palavra *preconceito* estabeleceria alguma relação de sentido com as palavras *prejulgamento* ou *prejuízo*. A partir disso, passamos a ler os outros textos do *corpus* com a mesma atenção.

Uma outra relação de sentido possível que nos ocorreu foi a relação com o substantivo *racismo* ou com o adjetivo *racial* ou com a locução *de raça*. Vimos em nossa dissertação de mestrado que esta seria uma relação de sentido possível.

Vamos iniciar nossa análise pelos recortes nos quais a palavra *preconceito* aparece reescrita por repetição, tipo de reescritura encontrada mais frequentemente.

No recorte (1), observamos que a palavra *preconceito* aparece reescrita por repetição e está sendo determinada por algumas expressões. A seguir, dividimos o recorte (1) conforme a necessidade analítica:

⁴⁹ Os recortes completos encontram-se anexados no final do texto, assim como os recortes das análises seguintes.

(1a) Nenhum **erro** maior do que o daquelles que, partindo de uma suposta identidade entre nós e os outros grandes povos civilizados (porque temos a mesma civilização) julgam-se dispensados de estudar o nosso grupo nacional nas suas peculiaridades [...].

(1b) Essa abstenção encerra um **erro** imenso, comparável ao erro do médico [...].

(1c) Faria, neste caso, **não obra sincera e honesta da sciencia** e, muito menos, obra technica de medico, mas apenas obra grosseira ou leviana, de charlatão, á semelhança dos nossos boticarios de aldeia [...].

(1d) esse **preconceito** da absoluta semelhança entre nós e os outros povos civilizados.

(1e) esse **preconceito**, com que justificamos a imitação systemática das instituições europeas nos tem valido, há cerca de cem annos, decepções dolorosas e fracassos desconcertantes.

Uma primeira coisa a observar é que a expressão (1d) “preconceito da absoluta semelhança entre nós e os outros povos civilizados” pode ser tomada como paráfrase da expressão “uma suposta identidade entre nós e os outros grandes povos civilizados” de (1a). Desta maneira, podemos considerar que *preconceito* em (1d) é reescrito por sinonímia *suposta identidade* de (1a). E isto já coloca uma relação de determinação de *suposta identidade* sobre *preconceito*, estabelecendo uma sinonímia entre *suposta identidade* e *preconceito*. Deste modo, podemos observar a articulação que se dá em (1a), que “partindo de uma suposta identidade entre nós e os outros grandes povos civilizados” sustenta a afirmação “Nenhum *erro maior* do que o daquelles que [...] *julgam-se* dispensados de estudar o nosso grupo nacional nas suas peculiaridades [...]”. A *suposta identidade*, ou seja, o *preconceito* leva ao *erro maior* de se julgar dispensado de estudar o nosso grupo nacional.

Há que se notar que “partindo de uma suposta identidade entre nós e os outros grandes povos civilizados”, apresenta, sob a forma de pressuposto⁵⁰, que “há uma suposta

⁵⁰ Usamos aqui a noção de pressuposto que foi comentada no primeiro capítulo. A questão de ser tratada como ato ilocucional, tal como Ducrot trabalha na obra *Princípios de semântica lingüística* (1972), fica aqui de lado, para considerarmos a pressuposição enquanto um implícito, tal como ele considera na obra *O dizer e o dito* (1984). Nesse caso, a pressuposição faz parte do sentido do enunciado como implícito e é recuperada por ter sido objeto de uma enunciação.

identidade entre nós e os outros grandes povos civilizados”, que traz como implícito um outro pressuposto “nós somos idênticos aos outros grandes povos civilizados”. Assim, podemos considerar que em (1a) há uma divisão do Locutor entre os enunciadores, como segue:

(1a’) E-1: partem da suposta identidade entre nós e os outros povos civilizados;

(1a’’) E-2: há uma identidade entre nós e os outros povos civilizados;

De tal modo que o locutor fala do lugar de E-1 como um enunciador individual e discorda de E-2. E, nesta medida, o Locutor está afirmando que E-2 fala do lugar de enunciador genérico, do preconceito que leva ao erro. Assim, o dizer de locutor nos traz uma enunciação dada como preconceituosa, a do E-2 genérico e a enunciação do enunciador 1 (E-1), individual, que é assumida pelo Locutor como causa do “erro maior”, como a que mostra, explica, o preconceito. E isto nos permite considerar para a sequência em questão uma paráfrase como

(1’) – o preconceito leva ao erro maior

Ou mesmo, se considerarmos que (1a) traz o enunciado como uma litotes,⁵¹ isto é, como um enunciado que está dito indiretamente:

(1’’) – O preconceito é o erro maior.

⁵¹ Ducrot (1984), discutindo que o locutor pode abster-se da responsabilidade de assumir um enunciado subentendido, explica que para se chegar ao enunciado subentendido, o ouvinte parte da enunciação do enunciado para concluir um enunciado subentendido. Ele dá como exemplo o que acontece com um enunciado em que há um caso de litotes particular, o da negação, em que se nega o contrário de algo que se quer afirmar, como no exemplo “Jacques não despreza vinho”. De uma maneira geral, de acordo com Ducrot, a litotes seria quando um enunciado subentende outro enunciado que amplia seus sentidos, o enunciado dito diz de forma indireta o que o enunciado subentendido diz diretamente.

Deste modo, podemos também dizer que *erro* determina *preconceito* configurando-se como sua reescritura.

O “juízo” também determina os sentidos de *preconceito* neste acontecimento, sentido este rememorado da relação com a língua francesa através da palavra *préjugé*. O erro de se partir de uma suposta identidade leva ao juízo de se pensar estar dispensado de estudar o grupo nacional.

Erro maior é reescrito em (1b) por *erro imenso* e por *erro do médico*, de maneira a realizar uma relação de sinonímia.

Em (1c) temos, então, a negação da realização de uma *obra sincera e honesta da ciência*, e de *technica de médico* através de *não, muito menos*, articuladas à locução prepositiva *mas apenas* que torna exclusivo *obra grosseira ou leviana*, [...]. A predicação “obra grosseira ou leviana, de charlatão, á semelhança dos nossos boticários de aldeia” reescreve por substituição por desenvolvimento *erro*. Opõe-se, portanto, *obra científica* à *obra grosseira (erro)*. Nesse caso, para o DSD, vamos colocar a determinação *obra científica*, que está no domínio de antonímia de *preconceito*, em oposição ao que vamos chamar de *obra não-científica* que pode também ser *popular*, pois nesse caso, por oposição ao médico, quem faz a obra grosseira ou leviana de charlatão é o boticário de aldeia, ou seja, uma figura popular. Assim, o “erro” pode ser cometido por aqueles que, supondo a identidade dos povos (brasileiros e portugueses), julgam não ser preciso fazer um estudo do grupo nacional. E, dentre os que cometem este erro, podemos ter tanto estudiosos que falam do lugar da ciência, mas que não é o caso do locutor-cientista, tanto pelos que não são cientistas, incluindo-se aí, os que fazem parte do povo.

No recorte que envolve as sequências (1d) e (1e), observamos a palavra *preconceito* ser reescrita por repetição em (1e).

Em (1e), a palavra está articulada por *com que* à sequência “justificamos a imitação sistemática das instituições européas”, articulação que coloca a palavra *preconceito* em relação com o sentido da palavra *justificativa*, que determina seu sentido.

E por fim, temos o enunciado:

(1f) Nunca será demais insistir na urgência da reação contra *esse preconceito secular*: na necessidade de estudarmos o nosso povo em todos os seus aspectos; no imenso valor prático destes estudos.

Nela, *preconceito* é reescrito por repetição e é caracterizado por *secular*. *Secular* é uma adjetivação que caracteriza *preconceito* na história do Brasil em relação à identidade entre nós (brasileiros) e os outros povos civilizados (especificamente os portugueses). Esta caracterização mostra a permanência no tempo do *preconceito*.

Com a cena enunciativa, como vimos no primeiro recorte, observamos, pela divisão do sujeito, a divisão dos sentidos. A partir do enunciador 1 (E1), que não assume o preconceito, enuncia-se do lugar social de cientista, por ter como objetivo fornecer um estudo “científico” sobre o povo brasileiro. Com isso, o locutor-cientista busca dar um olhar científico ao que é dado como “secular”, como “erro”, ou seja, substituir os “preconceitos” sobre o povo brasileiro que observamos ser o lugar do enunciador 2 (E2) genérico que coincide com o lugar do não-científico.

Assim, nesse primeiro recorte, podemos pensar que Vianna propõe mostrar justamente as diferenças entre a civilização brasileira e a portuguesa no sentido de distanciar essas civilizações a partir do lugar da ciência. Temos, então, a seguinte relação:

locutor-cientista → enunciador individual → não se identifica com o discurso do preconceito: não identidade dos povos (brasileiros e portugueses)

locutor não-cientista → enunciador genérico → coincide com o discurso do preconceito da identidade entre os povos (brasileiros e portugueses)

Assim, o locutor-cientista enuncia de um lugar que não se identifica com o preconceito tal como ele está sendo significado, defendendo a necessidade de “estudarmos o nosso povo”, o “grupo nacional”. Vejamos agora a seguinte sequência do Recorte 2, em que a palavra *preconceito* é reescrita por repetição novamente:

(2) Estas diferenças de estrutura complicam-se com diferenças mais subtis de mentalidade. Esta representa um complexo, que nasce da lenta acumulação de mil *causas obscuras*, desde as vicissitudes históricas de cada grupo humano ás qualidades dos elementos étnicos que convergiram na sua formação. Conjunto inextricável de idéas, sentimentos, **preconceitos**, desejos, crenças, tendencias, para elle também imperceptíveis [...].

Neste caso, temos uma enumeração na qual *preconceito* está inserido: *Conjunto inextricável de idéas, sentimentos, preconceitos, desejos, crenças, tendencias*.

Assumindo que a enumeração é “um conjunto de expressões como modos de apresentar cada um dos aspectos que juntos formam uma unidade de sentido” (Guimarães, 2009, p. 58), ela, nesse caso, está especificando *conjunto inextricável*. Por outro lado, *conjunto inextricável* determina todos os elementos que enumeram seus aspectos, entre eles *preconceitos*.

Conjunto inextricável, por sua vez, reescreve por substituição *causas obscuras*. E assim temos que *causas obscuras* determina *conjunto inextricável*. Ou seja, *preconceito* figura dentre o conjunto de elementos que especificam e são determinados por *causas obscuras* que fazem com que, além de outras coisas, as mentalidades de cada grupo humano sejam diferentes.

Cada um desses elementos traz um traço de significação diferente, mas eles se identificam sob a unidade de sentido que se dá com a determinação do sintagma “*causas obscuras*”.

Se consideramos a antonímia que se formou para o sentido de *preconceito* no Recorte 1, em que *obra científica* se opõe a *preconceito*, podemos considerar que *causas obscuras* determina *preconceito* e também se opõe ao que é científico, pois, a enumeração da qual *preconceito* faz parte é formada por palavras que remetem a questões que não dependem de uma verificação científica. São, por isso, consideradas “*obscuras*”, ou seja, causas que a ciência (pensada como objetiva, absoluta) não explica. Essa oposição se reforça se pensarmos na oposição entre obscuro e claridade. Metaforicamente, o contraste entre claro e escuro remete à oposição conhecimento/falta de conhecimento, ignorância, própria do discurso iluminista.

Como nosso foco é a palavra *preconceito*, podemos considerar que esta palavra é determinada por *falta de conhecimento*.

Passemos, então, ao Recorte 3. Nele, *preconceito* é reescrito por repetição, caracterizado pelo adjetivo *peçoal* na sequência (3a):

(3a) Nesse empenho de trazer para a nossa historia o que ella tem de vivo e de humano, esforço-me, tanto quanto possível, para que não se insinue no meu julgamento dos factos e dos homens, nenhum **preconceito** peçoal.

No item (3a), na negação da existência de *preconceito peçoal* no *julgamento dos factos*, temos a afirmação da possibilidade do julgamento se realizar por *preconceitos peçoais*. Em (3a) pode-se considerar que faz parte do seu sentido algo que pode ser parafraseado pelos seguintes enunciados:

(3a') E1: os preconceitos podem se insinuar no julgamento dos factos;

(3a'') E2: Eu me empenho para isso não ocorrer.

O que está dito em (3a') é dito pelo locutor a partir do lugar de um enunciador E1 genérico, e é uma pressuposição. Já (3a'') é dito a partir do lugar de um enunciador individual, lugar ao qual o locutor adere.

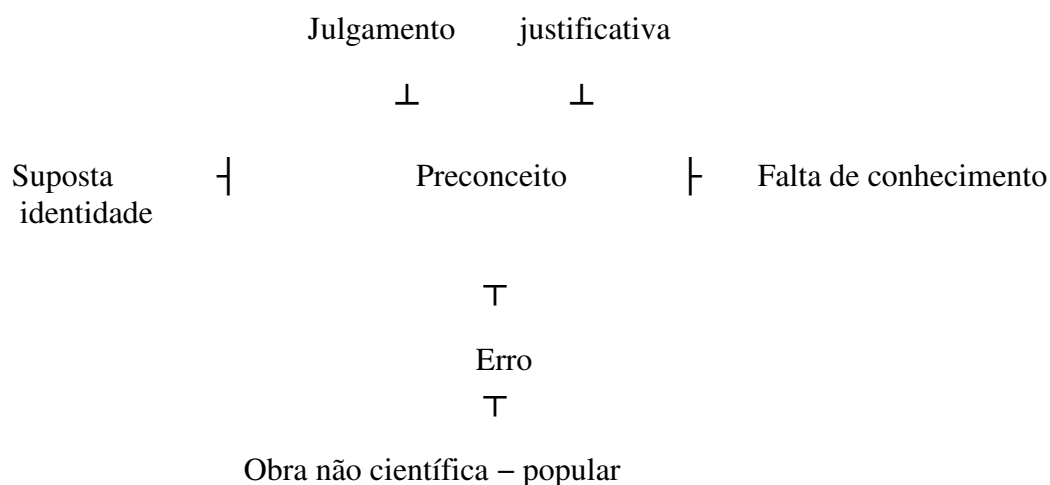
Novamente aparece a relação de sentido com a palavra (verbo) *julgar* através do substantivo *julgamento*. No entanto, neste acontecimento, *julgamento* faz parte do domínio de antonímia de *preconceito* por estar caracterizado por *factos*, sendo nesse caso o julgamento como algo científico, sem preconceitos. Vemos na língua portuguesa brasileira, pelo funcionamento enunciativo, uma diferença de sentido em relação à língua francesa, na qual *julgar* (*juger*) é parte dos sentidos da palavra.

Peçoal também caracteriza *preconceito* determinando-o enquanto algo que está no campo da subjetividade por oposição à objetividade própria do domínio científico. O locutor enuncia do lugar de enunciador que busca não ter preconceitos peçoais enunciando do lugar social de homem da ciência, como já havíamos visto.

Nesta primeira parte da análise, o locutor-cientista não fala do lugar do preconceito da identidade entre as civilizações. Ele enuncia a partir de uma voz genérica, na qual ele

não se inclui, na forma de uma generalidade, de um saber do senso comum, que não tem base científica.

Chegamos, com isso, à uma prévia do DSD nesta obra, em que preconceito é significado pela identidade:



Obra científica, julgamento

2.1 O preconceito da diferença

No Recorte 4, podemos notar uma mudança no assunto sobre o qual o locutor está tratando. Até o Recorte 3, ele falava sobre o *preconceito* da identidade dos povos, isto é, o erro de se considerar que a “nossa civilização”⁵² é a mesma dos outros povos civilizados, e, nesse caso, o preconceito da identidade se opõe ao que é produzido pela ciência. Trata-se da parte introdutória do livro, na qual o autor busca justificar a necessidade de se realizar o

⁵² Na obra, não há uma divisão clara entre brasileiros e portugueses. A distinção é realizada através dos pronomes *nosso*, *nós*, *outros*. Sobre este aspecto, fizemos uma análise sobre quem é esse “nós” e a quem refere esse “nosso”, que resultou na qualificação de área sob a orientação da profa. Carolina Rodriguez-Zuccolillo. Publicamos essa análise em: MACHADO, C. de P. Discurso fundador e representação: os sentidos de “brasileiro” em Oliveira Vianna e em Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos*, nº23/24, 2009, disponível em: http://www.revistalinguas.com/edicao23_24/edicao23_24.html, acesso em:17/02/2011.

estudo científico pormenorizado sobre a “nossa” sociedade com base “científica” e não com base em “preconceitos”.

No Recorte 4, Vianna já está tratando de seu objeto, “a evolução do povo brasileiro”, e encontramos a palavra *preconceito* reescrita novamente por repetição:

(4) Nesta classe (dos senhores de engenho e de latifúndios pastoris) é que se encontram os elementos brancos superiores: já o dissemos porque. Os elementos mestiços, especialmente mamelucos, que ahi aparecem, são em numero limitado.

Tambem os cargos publicos no periodo colonial são privilegio exclusivo dos brancos e são eles os unicos que formam, por essa época, a classe dos funcionarios, quer civis, quer militares. É tão grande o **preconceito** sobre este ponto que, já no I Império, ainda é estranhavel que um mulato exerça um cargo modesto, como de “capitão–mór”. O que nos conta Rugendas é significativo.

Aqui temos a palavra *preconceito* articulada à expressão “sobre este ponto”, uma expressão que reescreve por condensação o enunciado anterior “Tambem os cargos públicos no período colonial são privilegio exclusivo dos brancos e são eles os únicos que formam, por essa época, a classe dos funcionarios, quer civis, quer militares.”

Para Vianna, os senhores de engenho e de latifúndios pastoris, bem como os que ocupavam os cargos públicos e os que eram funcionários civis e militares, eram os “elementos brancos superiores”, e poucos eram os “elementos mestiços”. Observamos agora que *preconceito* aparece quando o autor está tratando das divisões socioeconômicas relacionadas a uma divisão racial estabelecida pela cor da pele, que por sua vez está relacionada à diferença racial e à hierarquia criada com base na teoria evolucionista, diferentemente do conjunto de recortes que vimos anteriormente.

Nesse caso, o *preconceito* é contra os mamelucos que não podiam ocupar cargos públicos ou serem senhores. A princípio, entendemos que Vianna enuncia de uma posição contrária ao preconceito como vimos no Recorte 1. Mas analisemos a cena enunciativa neste acontecimento. Podemos observar, inicialmente, a seguinte divisão de enunciadores, considerando a articulação *ainda*:

(4 a’) E1: Era estranhavel que um mulato exercesse um cargo modesto.

(4a'') E2: Ainda é estranhavel durante o I Império.

O locutor está dividido em um enunciador E1 que diz que causava estranhamento às pessoas que um mulato ocupasse um cargo público no período colonial, enunciando, então, do lugar de enunciador genérico.

Do lugar de E2, o sentido do enunciado (4a'') vai na mesma direção argumentativa do enunciado de (4a'). Nesse caso, o enunciador genérico ressalta o estranhamento como preconceito contra os mulatos que ocupassem cargos públicos. Em ambos os casos o locutor enuncia a partir de uma voz genérica, não se incluindo entre os que acham que é estranho que um mulato ocupe um cargo.

Como estamos tratando primeiramente das reescrituras por repetição, vamos passar ao recorte 8⁵³, em que temos o seguinte enunciado:

(8) Na organização do aparelho militar, por exemplo, elles compreendem a impossibilidade de romper com essas divisões ethnicas e com esses **preconceitos de côr**, concentrando e misturando nos mesmos corpos homens de tão diversas raças, separados por uma tão incoercível repulsão.

Preconceito é reescrito por repetição e é especificado por *de cor* articulado pela coordenação e ao sintagma nominal *divisões ethnicas*, estabelecendo-se uma relação de sentido entre *divisões ethnicas* e os *preconceitos de cor*.

Há, ainda, uma outra expressão, *diversas raças*, que nos chama a atenção e que embora não esteja diretamente ligada a *preconceitos de cor* pode estabelecer uma relação de sentido.

Na expressão *divisões ethnicas* vemos que a questão da etnicidade especifica *divisões*, ou seja, as diferenças étnicas produzem divisões na sociedade.

A segunda parte do recorte parece estar desdobrando a afirmação do primeiro enunciado explicando-o melhor. Podemos desmembrar o recorte nos seguintes enunciados:

(8a) Eles (os militares) compreendem a impossibilidade de romper com essas divisões ethnicas e com esses preconceitos de cor.

⁵³ O Recorte 7, bem como os recorte 9 e 10, embora tenham a ocorrência da palavra preconceito, não foram incluídos na análise por considerarmos que não se configuram como contextos decisivos.

(8b) Eles (os militares) concentram e misturam nos mesmos corpos homens de tão diversas raças, separados por uma tão incoercível repulsão.

No enunciado (8b), *diversas raças*, vem acompanhado por uma palavra intensificadora, “tão”, assim como pela expressão *incoercível repulsão*. Se há esse intensificador, podemos pensar que ele, juntamente com a expressão *diversas raças*, está retomando algo dito anteriormente para dar uma maior intensidade, que, no caso, seria a expressão *divisão étnica*. É assim que *diversas raças* está reescrevendo por substituição *divisões étnicas*.

No interior do discurso evolucionista, a diversidade racial é produzida biologicamente e, nesse caso, a relação que se estabelece com a expressão *divisões étnicas* faz com que estas também sejam consideradas como algo natural, tratando-se de uma questão biológica de “diferença racial”. Desse modo, é o discurso evolucionista e biológico que determina a *divisão étnica* e a *diversidade racial*.

Incoercível repulsão causa a separação. Podemos então pensar que ela reescreve os *preconceitos de cor*, considerando a retomada que o intensificador faz, assim como a relação de sentidos da separação pela repulsão com o que já foi dito antes sobre o preconceito no mesmo texto. Vamos considerar que a “separação por repulsão” reescreve, por expansão, *preconceitos de cor*.

“Separação por repulsão” determina, então, *preconceito*, atribuindo, com isso, a esse tipo de preconceito ser causador de repulsão que separa.

A expressão *divisões étnicas* está articulada à expressão *preconceitos de cor* através da conjunção coordenativa *e*. A coordenação estabelece uma relação de sentido entre as duas expressões ao fazer com que elas convivam no enunciado, embora estejam vinculadas a discursos diferentes, de um lado ao discurso científico (*divisão étnica* e *diversidade racial*) e de outro pelo discurso do senso comum (*preconceito de cor* e *incoercível repulsão*).

Temos, então, que a diversidade e a divisão produzidas pelas diferenças raciais e pelas divisões étnicas, por serem categorias biológicas, são determinadas por preconceitos de cor.

A caracterização *de cor* dá uma especificidade aos *estigmas de “raça inferior”*, que vão sendo delineados na construção enunciativa do texto, tais como a cor da pele (mencionada aqui) e outras características tratadas como estigmas por Vianna, como o tipo de cabelo.

Passaremos agora às outras reescrituras de *preconceito*. Embora já tenhamos visto que algumas reescrituras por repetição se desdobraram em definições, veremos agora isso com maior atenção.

Voltaremos então ao Recorte 3, no qual temos a sequência (3b):

(3b) Como nestes, o que me inspira é o mais absoluto sentimento de objectividade; sómente os factos me preocupam e somente trabalhando sobre elles é que infiro e deduzo. Nenhuma **idéa preconcebida**. Nenhuma preocupação de escola. Nenhuma limitação de doutrina. Nenhum outro desejo senão o de ver as cousas como as cousas são e dizel-as realmente como as vi.

Em (3b), que dá continuidade ao que foi dito em (3a), temos o sintagma nominal *idéa preconcebida*. Considerando a história de enunciações de preconceito que tem como parte de seus sentidos o significado do étimo, como vimos na análise da etimologia, podemos considerar que *idéa preconcebida* reescreve por substituição *preconceito*, que está caracterizado no recorte (3a) pelo adjetivo *pessoal*.

Preconceito pessoal, através da caracterização ‘pessoal’, e a reescritura *idéa preconcebida* que é uma reescritura por substituição de preconceito, constituem uma relação de sentido que é oposta aos sentidos das expressões “sentimento de objectividade”, “sómente os factos me preocupam e somente trabalhando sobre elles é que infiro e deduzo”, “ver as cousas como as cousas são e dizel-as realmente como as vi”. Reconhecemos aí novamente a divisão do locutor que enuncia de dois lugares deferentes.

Podemos parafrasear as expressões que formam uma oposição semântica, acima citadas, nos seguintes enunciados:

(3b’) E1: Há o julgamento dos fatos inspirados em ideias preconcebidas.
(pressuposto)

(3b'') E2: Eu me inspiro na objetividade dos fatos sobre os quais infiro e deduzo.

Essa oposição pode ser interpretada como uma oposição entre, de um lado, a subjetividade, que é recortada pela reescritura *ideas preconcebidas* enunciada pelo Enunciador 1 (enunciador genérico), rememoração do sentido etimológico que é tomado para significar o *preconceito*, e, de outro, o lugar da objetividade, da qual enuncia o Enunciador 2 (enunciador individual), que se dá pela observação dos fatos como eles são “realmente”, o que faz parte do discurso científico que preza pela exatidão e objetividade dos fatos. Note-se que o locutor adere ao lugar de E2 de forma contundente através do uso da 1ª pessoa do singular, o que não é comum no discurso científico por ser uma marca de subjetividade. Esta assunção do “eu” funciona como forma de dar maior credibilidade à afirmação de se inspirar na objetividade dos fatos, já que o Locutor fala como locutor-cientista no interior do discurso da ciência.

Passemos agora ao Recorte 5, no qual *preconceito* é reescrito formando um sintagma nominal:

(5) O poder ascencional dos negros em nosso povo e em nossa história, si é, pois, muito reduzido, apesar da sua formidável maioria, não o é apenas pela pequena capacidade eugenística da raça, não o é apenas pela ação compressiva dos **preconceitos sociais**, mas principalmente pela insensibilidade do homem negro a essas solicitações superiores que constituem as forças dominantes da mentalidade do homem branco.

Preconceito é reescrito por repetição especificado por *sociais*, mas agora no interior de um sintagma nominal formando a expressão *ação compressiva dos preconceitos sociais*.

Parafraseando esse sintagma nominal, podemos ter o seguinte enunciado:

1. Os preconceitos sociais são uma ação compressiva

Nesse caso, transformamos um sintagma nominal em um enunciado verbal em que “são uma ação compressiva” é uma predicação que determina o *preconceito* especificado por *sociais*. Essa predicação de preconceito significa-o como uma ação, a ação de

“comprimir”. Assim, considerando a predicação significada sob esta forma nominal, temos que *ação compressiva* é uma reescritura por definição de *preconceitos sociais*. A utilização do verbo *ser* se deu em função do predicado se configurar como uma definição de *preconceito*, sendo comum em definições a sua construção com o verbo *ser*.

Ainda, no recorte, o autor afirma que os homens negros têm um reduzido poder ascensional em “nossa história”, isto é, na história da sociedade brasileira. E então ele enumera três argumentos para sustentar essa afirmação. Vejamos isso na cena enunciativa:

(5a) E1: não o é apenas pela pequena capacidade eugenística da raça;

(5b) E2: não o é apenas pela ação compressiva dos preconceitos sociais;

(5c) E3: mas principalmente pela insensibilidade do homem negro a essas solicitações superiores que constituem as forças dominantes da mentalidade do homem branco.

Em (5a) e (5b) temos uma voz genérica na qual o locutor não se insere. O enunciado (5b) orienta para uma conclusão de crítica aos preconceitos sociais, o locutor enuncia do lugar de oposição ao preconceito social por não ter bases científicas, atribuindo à sociedade os preconceitos que comprimem.

A articulação entre as três sequências é feita através da conjunção *não apenas mas principalmente* que vamos analisar tomando por base o funcionamento da conjunção *não só [...] mas também*⁵⁴.

A expressão “não apenas mas principalmente” não nega os enunciados (5a) e (5b) mas nega a exclusividade desses argumentos como impedimentos para a ascensão dos negros na sociedade. O terceiro enunciado é o principal, sendo enunciado por um enunciador universal, no interior do discurso da ciência (discurso do evolucionismo e da

⁵⁴ A conjunção *não só [...] mas também* é analisada por Guimarães (1987). Sua análise demonstra que este operador argumentativo articula argumentos de igual força que orientam para a mesma direção, mas que são enunciados por enunciadores diferentes. O lugar de enunciador assumido pelo Locutor ganha força suplementar, pois os outros argumentos de enunciadores diferentes orientam para a mesma direção do argumento enunciado da perspectiva do Locutor. A enunciação polifônica é, segundo Guimarães, uma *estratégia* usada pelo Locutor para fortalecer a sua argumentação, sendo a própria polifonia argumento para a direção interpretativa que coincide com o lugar que o Locutor assume.

desigualdade das raças), que afirma a superioridade da mentalidade dos brancos sobre a dos negros como causa principal da sua não ascensão social.

O sentido do advérbio *principalmente* e os dois outros argumentos de enunciadores diferentes trazidos pelo locutor para construir a argumentação dão força maior ao terceiro argumento. Assim, tanto o advérbio quanto a divisão dos enunciadores funcionam fortalecendo a perspectiva cuja qual o locutor-cientista assume que é a do Enunciador 3 (E3), universal.

Desse modo, o locutor considera que os negros têm uma reduzida capacidade de ascensão social e aceita que isso se dê pela pequena capacidade eugenística da raça e pela ação compressiva dos preconceitos sociais, embora não enuncie desses lugares enunciativos. A questão é que não é “apenas” isso (*não apenas isso*). O terceiro argumento é o mais forte e, com isso, o locutor-cientista sustenta a insensibilidade do homem negro, aderindo ao lugar do enunciador universal (E3).

O locutor-cientista coloca, então, o argumento do preconceito entre o primeiro argumento, o da capacidade eugenística, e o terceiro e principal argumento, o da insensibilidade do homem negro a solicitações “superiores”. Este último argumento atesta a posição do locutor de considerar a inferioridade “racial” do negro em relação ao branco. O lugar legitimador da ciência, que é construído ao longo do texto, faz com que este argumento não seja tratado como preconceito, porque é um argumento “científico”.

Nesta cena enunciativa, o locutor-cientista enuncia agenciado por certo sentido, a partir do qual o leitor é levado a assumir, que é aquele de que negros e mestiços, em escalas diferentes, são biologicamente inferiores aos brancos, o que os impossibilita ascenderem socialmente ocupando cargos de alta relevância para a sociedade, e tudo isto através de um discurso da ciência específico que sustenta o que podemos considerar como preconceito racial.

A diferença racial tratada como biológica inferioriza os homens negros e não faz parte dos sentidos da palavra *preconceito* neste acontecimento. Sem descartar os dois primeiros argumentos, o Enunciador E3 enuncia no interior do discurso da biologia através da teoria do Evolucionismo, argumento que tem mais força. Assim, embora se reconheça o preconceito como um fator social (argumento 2), prevalece a posição biologista, mais

especificamente da teoria do evolucionismo, usada na análise da sociedade. Isto naturaliza as diferenças raciais, atribuindo o valor de inferioridade e superioridade às características raciais, e as transforma em causas da marginalização dos negros, e, mesmo, serve como justificativa para a escravidão.

Na sequência (6a) temos *preconceito* reescrito por repetição no plural e caracterizado por *sociaes*:

(6a) Os **preconceitos sociaes** têm para com elles *rigores selectivos* de uma meticulosidade exagerada. Elles descendem de uma raça servil, sem nenhuma tradição de nobreza. Os estigmas da raça inferior, aos demais, lhes recaem em regra, justamente sobre aquelles dous atributos, que aos olhos do povo são os índices mais seguros da bastardia de origem: os cabellos e a côr.

O primeiro enunciado do recorte, no qual a palavra preconceito se encontra, pode ser parafraseado por:

(6a') Os preconceitos sociaes selecionam rigorosamente e exageradamente os mestiços.

A predicação “têm para com elles (os mestiços) rigores selectivos” determina, portanto, *preconceito* atribuindo-lhe a ação de “realizar uma seleção rigorosa”, em que esta predicação se configura como uma reescritura por expansão.

O sintagma nominal *estigmas da raça inferior* pode ser caracterizado como sendo parte dos sentidos de *preconceito sociaes*. Ele é uma reescritura por metonímia de *preconceitos sociaes*. Os *estigmas da raça inferior* são as características visíveis dos mestiços, como o cabelo e a cor da pele.

Nesse recorte, Vianna parece estar argumentando na direção de uma crítica aos preconceitos, trazendo novamente a contradição que aparece também no Recorte 5.

No Recorte 5, o enunciado (5b) atribui também à ação compressiva dos preconceitos sociais a causa do impedimento da ascensão social dos negros. No entanto, embora o locutor não assuma a perspectiva desse enunciador E2, os dois outros enunciados, (5a) e (5c), funcionam na direção de se considerar a inferioridade mental da raça negra. Ou

seja, o locutor-cientista, ao afirmar o preconceito social enunciando do lugar contrário a ele, afirma um tipo de preconceito, o preconceito racial.

E o Recorte 6 parece ir na mesma direção. Vejamos a divisão do Locutor em vários enunciadores:

(6a) E1: Os preconceitos sociaes tem para com elles rigores seletivos de uma meticulosidade exagerada;

(6b) E2: Elles descendem de uma raça servil, sem nenhuma tradição de nobreza;

(6c) E3: Os estigmas da raça inferior, aos demais, lhes recaem em regra, justamente sobre aquelles dous atributos, que aos olhos do povo são índices mais seguros da bastardia de origem: os cabellos e a cor.

No enunciado (6a), temos um enunciador genérico (E1) que pressupõe a existência dos preconceitos sociais e os critica por estabelecerem um rigor seletivo. O que está sendo criticado são os preconceitos contra os mestiços (“elles”).

Nesse caso, vemos agora que o lugar dos preconceitos passa a ser atribuído ao povo especificamente. Desse modo, é o povo que tem preconceitos contra os mestiços, por estar no lugar não-científico, da falta de conhecimento (ignorância) e, desse modo, esses preconceitos são exagerados (“de uma meticulosidade exagerada”), posição essa que orienta para a direção de crítica aos preconceitos sociais.

No enunciado (6b), há um enunciador que enuncia como um enunciador universal (E2) que afirma que os mestiços descendem de uma raça (africanos) servil e sem nobreza. Nesse caso, o locutor-cientista se inclui a essa voz universal, que faz desse enunciado uma verdade incontestável.

E, por fim, no enunciado (6c), temos um enunciador genérico (E3) que fala a partir do lugar de (6a), que vai na direção do enunciado (6a) de que os preconceitos sociais (do povo) são um exagero.

Ao trazer o enunciado (6b) sem nenhum conectivo que afirma a inferioridade dos negros (a raça da qual os mestiços descendem), e dos mestiços por consequência, o locutor se inclui nessa voz, embora critique o “exagero” dos preconceitos por parte do povo. Novamente, a inferioridade é afirmada, mas do lugar da ciência, constituindo-se, para nós,

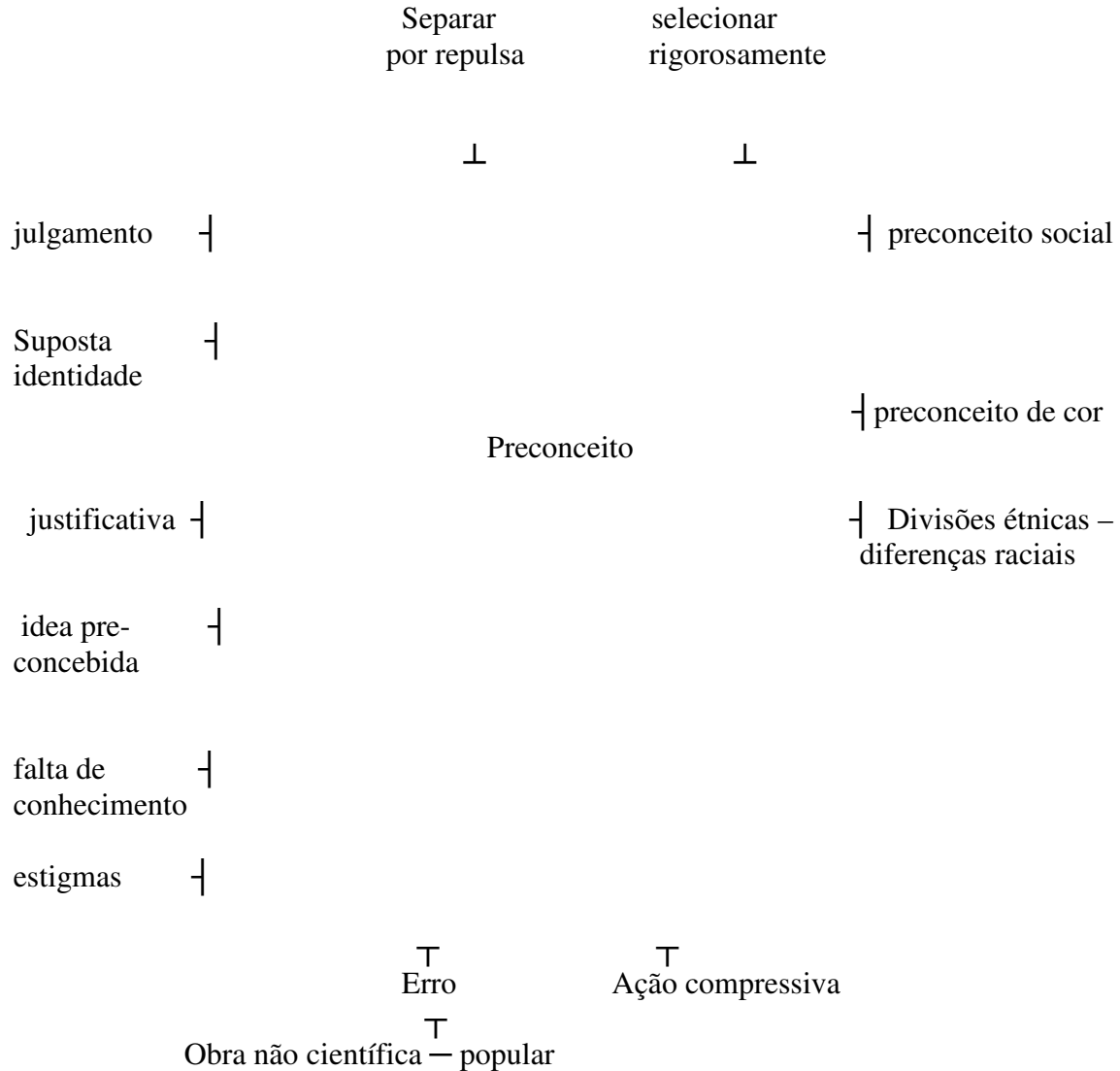
como sentido do preconceito racial, embora não seja considerado como preconceito. No acontecimento, isso se dá ao mesmo tempo em que o preconceito social é criticado.

Observa-se que o preconceito racial não faz parte do domínio semântico de *preconceito* nessa obra. Vianna está falando do interior do discurso evolucionista que permite que haja um enunciador que afirme a inferioridade da raça negra e dos mestiços em relação à raça branca, ao mesmo tempo em que há um enunciador que enuncia uma crítica ao “exagero” dos preconceitos sociais, contradição possível no interior do discurso evolucionista a partir do qual se descreve a sociedade brasileira.

Ao longo da obra, o autor distingue raças superiores e inferiores e defende o branqueamento da população. Para ele, conforme o indivíduo for ficando mais claro, mais características da “raça superior” ele terá. Assim, o preconceito tem como parte dos seus sentidos os *estigmas da raça* e é atribuído ao povo. Os preconceitos se aplicam aos mestiços (mulatos), pois estes teriam sangue dos brancos, mas características físicas dos negros. É neste caso que Vianna está criticando o exagero dos preconceitos.

Já em relação aos negros, no interior desse raciocínio, eles seriam inferiores por natureza, e isso não é um preconceito, é “fato observado”. Os preconceitos sociais os comprimem, mas não os preconceitos raciais. Assim, ele continua considerando a inferioridade das raças, isso só seria relativizado por conta da sua teoria do eugenismo.

Chegamos agora ao Domínio Semântico de determinação completo da palavra *preconceito* na obra de Oliveira Vianna:



Obra científica, juízo

Observamos a partir da análise da designação uma divisão dos sentidos e do Locutor sob a aparente unicidade da palavra *preconceito* em português.

No DSD acima, podemos perceber que a palavra *preconceito* é reescrita por substituição por *ideia preconcebida*, além de ser determinada por outros sentidos através de palavras como *erro*, *justificativa*, e de expressões como *falta de conhecimento*, *suposta identidade*, *estigmas de raça*, *juízo*, *obra não científica*. Neste conjunto de

determinações que colocamos à esquerda no DSD, temos o preconceito da “igualdade”, de se considerar que o grupo nacional e os portugueses de Portugal têm a mesma civilização.

A determinação *juízo* ora aparece como determinação ora como oposta a *preconceito*, por isso aparece tanto como determinação como no domínio de antonímia.

Além desses sentidos, o que surpreendeu no caso da obra em questão foi a reescritura por definição *é uma ação compressiva*, assim como as outras determinações que vão aparecendo, como *separar por repulsão* e *selecionar rigorosamente*. Com isso, temos o sentido de ação, através do substantivo “ação”, e também as ações de separar e de selecionar e, nesse caso, temos o preconceito da “diferença” entre as raças.

Podemos também observar que *preconceito* determina tipos de preconceito através das especificações por adjetivos e locuções adjetivas que constituem tipologia de preconceitos. Temos, então, *preconceito* determinando *preconceito social*, *preconceito de cor*.

No domínio de antonímia temos que a objetividade científica se opõe aos sentidos de *preconceito*, além do sentido de *juízo*. Assim, a designação da palavra *preconceito* significa as relações sociais de um lugar particular da ciência no qual prevalece a teoria do evolucionismo para analisar a sociedade considerando-se a desigualdade das raças.

Predomina um procedimento de reescritura específico, o procedimento de reescrituração por repetição. A palavra *preconceito* é repetida inúmeras vezes, sem haver uma definição para ela. Raras são as vezes em que ela é substituída por outra palavra ou expressão. Também, ela não aparece articulada a uma predicação. As vezes em que isso ocorre, utilizamos o recurso da paráfrase para transformar o sintagma nominal em um enunciado no qual a predicação ao mesmo tempo em que predica também dá uma definição para a palavra.

Podemos pensar, com isso, que aquilo que essa palavra significa é tratado como uma evidência, isto é, como sendo de conhecimento de todos, um lugar comum, como se a própria forma da palavra fosse suficiente para se saber o seu sentido e não há, portanto, nenhuma preocupação em se defini-la.

2.2 A designação da palavra *preconceito*: o lugar social de cientista e as posições-sujeito

No conjunto de determinações que reunimos no DSD, a significação “conceito formado antecipadamente” ganha o sentido pejorativo ao ser reescrito por *erro imenso, erro maior*. As reecrituras *causas obscuras (falta de conhecimento), suposta identidade, estigmas, julgamento, ideia preconcebida, não científico, justificativa* estão vinculadas ao discurso do senso comum, popular, e do conhecimento não científico e mostram uma relação de sentido pouco comum a *preconceito* que é o sentido pela identidade e não pela diferença.

No funcionamento semântico enunciativo, esse sentido vai sendo oposto ao conhecimento que é produzido pela ciência. Assim, o *preconceito* atribuído ao que não é científico vai sendo colocado no lugar da falta de conhecimento e da ignorância por oposição ao que é produzido através do conhecimento científico, lugar social do qual enuncia o locutor. E o povo, dentre os que têm preconceitos contra os mestiços, acaba indo para este lugar também.

O interessante a observar aqui é que nesse primeiro conjunto de determinações temos o preconceito da “igualdade”, isto é, o preconceito “da suposta identidade entre nós e os outros povos civilizados”. E isso é na relação entre o povo que vive no Brasil e os estrangeiros, mais especificamente os portugueses que vivem em Portugal.

A enunciação do lugar social da ciência está sustentada pelos sentidos da teoria evolucionista aplicada ao social e pela teoria da desigualdade das raças, e, num primeiro momento, podemos interpretar que o locutor cientista fala da posição de um discurso nacionalista se considerarmos a memória de sentidos da desvinculação do Brasil da “antiga colônia” com a reivindicação de que o Brasil é também uma nação civilizada (embora tenha suas peculiaridades), mas que tem uma civilização diferente da europeia, o que caracteriza uma posição-sujeito nacionalista. Isso se sustenta ainda se considerarmos que a obra foi escrita em um período histórico em que havia uma preocupação com a questão nacional, com muitas disputas políticas entre conservadores (monarquistas), militares, liberais, posições estas que se modificavam, misturavam, dependendo do momento político.

A oposição *preconceito* como *erro* (conhecimento não científico) X acerto (conhecimento científico) desenha uma situação dualizada na qual o locutor é agenciado pelo lugar social de cientista abstendo-se do que ele considera como “preconceitos”.

A palavra *preconceito* é significada, então, como erro, suposição falsa, como ideia preconcebida, como julgamento, como justificativa e tem seus sentidos atribuídos àqueles que usam ou imitam saberes seculares que vêm de fora, dos europeus, no que diz respeito à análise da civilização brasileira, ou que supõe a identidade entre os povos. A palavra *preconceito* tem seus sentidos relacionados à identidade e não à diferença, como geralmente ocorre.

Ao longo das análises da palavra *preconceito* temos um discurso científico que se insere num quadro teórico específico, o da teoria da evolução das espécies aplicada à análise social que sustenta uma posição nacionalista.

Observamos que até o Recorte 3, os sentidos da palavra *preconceito* estão relacionados à justificativa de realização do estudo proposto por Vianna. Seus sentidos funcionam no domínio de oposição ao que é dado como científico.

Assim, vimos que:

locutor-cientista → posição-sujeito nacionalista

(a flecha indica que o locutor “fala da” posição-sujeito nacionalista)

A partir do Recorte 4, a palavra *preconceito* passa a ser relacionada ao objeto de estudo de Vianna, “a evolução do povo brasileiro”. A relação deixa de ser com o “estrangeiro” e passa para o interior das relações sociais entre brancos, negros, mestiços e índios. Aqui, seus sentidos se ampliam, estão relacionados às divisões da sociedade, à separação, à compressão em relação à cor, à etnia. Assim, temos uma mudança nas reescrituras de *preconceito*, e, com isso, um deslizamento de sentidos, sendo que *preconceito* passa a significar essas diferenças.

A primeira marca dessa mudança é o adjetivo *sociais* que caracteriza *preconceito* indicando que não há um mas vários tipos de preconceito provenientes da sociedade. Junto dessa caracterização, é interessante observar que *preconceito* passa a ter como parte de seus

sentidos aquele de ação, mesmo que a palavra *preconceito*, um substantivo e não um verbo, não o indique. Assim, *preconceito* é determinado por “ação compressiva” nomeando uma ação, mas uma ação muito específica, a ação de comprimir. Quando o locutor-cientista passa a analisar as relações sociais, surge o sentido de comprimir os negros e mestiços para os níveis sociais mais baixos, significando as ações de dividir, separar e não mais de apenas realizar julgamentos, elaborar conceitos ou opiniões antecipadamente, fazer suposições falsas, cometer erros.

Também, as reescrituras de *preconceito* em que a palavra aparece especificada por um adjetivo ou uma locução mostram que não há um preconceito, mas vários tipos de preconceito, desmistificando a evidência de uma suposta unidade.

Embora o *preconceito* signifique em algumas cenas enunciativas formas de compressão e de separação através das reescrituras, por definição, de “ação compressiva” e separação por uma incoercível repulsão, o que nos levaria a pensar que o locutor estaria agenciado pelo sentido de crítica a uma certa forma de preconceito, observamos pela divisão dos sentidos e do sujeito que não é bem assim.

Inicialmente, observamos que o locutor-cientista enunciava de uma posição-sujeito determinada pelo discurso nacionalista, de maneira a valorizar a civilização brasileira e a opor o preconceito ao que era científico.

No entanto, analisando as articulações que determinavam a palavra *preconceito*, observamos que a suposta “inferioridade racial” dos negros não determina os sentidos de *preconceito*. O locutor enuncia de um lugar social de cientista agenciado especificamente pela teoria evolucionista aplicado-a a análise social, o que na época em que a obra foi escrita ainda não era considerado uma análise preconceituosa e racista por muitos. No interior de um discurso colonialista, esse tipo de interpretação pode circular. Como vimos nos recortes 5 e 6, através da divisão dos enunciadores, o lugar social de homem da ciência do qual o locutor enuncia é agenciado pelo discurso colonialista. Assim, o locutor desliza de uma posição-sujeito nacionalista para uma posição-sujeito de colonizador e para uma posição-sujeito do preconceito racial, mesmo falando do lugar social da ciência, que, neste caso, tem o objeto de conhecimento analisado a partir da teoria evolucionista.

locutor-cientista : posição-sujeito nacionalista -----→ posição-sujeito colonialista e do preconceito racial

(a flecha com traços indica o deslizamento de uma posição para outra)

Desse modo, há o distanciamento do locutor em relação aos preconceitos e ele está descrevendo algo que é da sociedade. Assim, os preconceitos sociais separam, comprimem. Esses preconceitos são atribuídos ao povo e o locutor-cientista não fala desse lugar.

No entanto, o argumento da inferioridade biológica racial predomina sustentando “cientificamente” os sentidos da inferioridade racial. Os sentidos do preconceito racial são produzidos, mas sem que isso seja considerado como preconceito por conta do discurso da ciência, que serve de legitimação. Assim, o locutor, tomado por um lugar de cientista, é agenciado pelo discurso da ciência que pode ser considerado como preconceituoso. O preconceito é parte do discurso da ciência, o sentido de *preconceito* é próprio da enunciação científica e o locutor está neste lugar teórico que inclui o preconceito como parte da teoria.

As características biológicas dos negros e mestiços são as causadoras da sua suposta “inferioridade”, naturalização esta que é considerada a causa da sua impossibilidade de ascensão social.

No horizonte de interpretação possível a partir desse acontecimento enunciativo, pode-se considerar que, uma vez que essa inferioridade é tida como “natural” e não é causada pelo *preconceito*, a culpa da degradação e da exclusão recai sobre os próprios africanos e mestiços, mas jamais sobre a sociedade, sobre os brancos descendentes de portugueses, naturalização esta que torna a exclusão irreversível, sustentada no discurso da ciência.

O domínio semântico mostra os sentidos que são recortados para *preconceito*. No interior do discurso evolucionista fica apagado que as supostas “inferioridades” étnicas ou raciais sejam uma construção histórica e social, que elas não são biológicas, portanto não naturais.

Pelo contrário, a teoria evolucionista confirma essa naturalização sustentando-a como um argumento científico. Isto é, para o Locutor, do lugar social de cientista nesta

teoria, as diferenças são naturais, imutáveis, inatas, portanto inquestionáveis. Ocorre, então, uma naturalização desses sentidos, sendo ela um dos processos de produção do sentido de *preconceito*, sentidos que se tornam evidências que circulam até hoje na sociedade.

Assim, mesmo sendo o *preconceito* determinado por *estigmas*, como a cor da pele, da qual surge a expressão “preconceito de cor”, estes são sentidos produzidos historicamente, isto é, a cor da pele é natural, mas ser considerada um “estigma”, é algo construído historicamente por teorias que se sustentam pelo argumento da cientificidade. São, portanto, expressões que surgem a partir de características tornadas negativas no discurso evolucionista e naturalizadas por ele. Esse discurso, que está vinculado ao *discurso colonialista*, transforma o homem negro, como vimos em um dos recortes, em homens inferiores ao branco, inferioridade também atribuída, nesse discurso, a sua formação biológica, sentidos estes que os excluem da sociedade.

No discurso da ciência, o Locutor enuncia como se estivesse fora da história, como pudemos observar no texto analisado. Isso pode ser visto na seguinte afirmação:

Como nestes, o que me inspira é o mais absoluto sentimento de objectividade; sómente os factos me preocupam e somente trabalhando sobre elles é que infiro e deduzo. Nenhuma idéa preconcebida. Nenhuma preocupação de escola. Nenhuma limitação de doutrina. Nenhum outro desejo sinão o de ver as cousas como as cousas são e dizel-as realmente como as vi (VIANNA, 1923, p.40-41).

Desse modo, afirmando a “objetividade” e a “veracidade” de seu estudo fundado no seu testemunho dos fatos, ele vai analisar a “evolução social brasileira”, social, política e por vezes também econômica, já que geralmente esses temas costumam se entrelaçar com o objetivo de diferenciar a civilização brasileira da portuguesa, combatendo os preconceitos.

O locutor divide-se em vários enunciadores – genérico, individual, universal – por se representar dizendo fora da história, como se o que ele diz fosse uma verdade absoluta, universal, inquestionável, enunciador que é próprio do discurso da ciência e que, neste caso, contribui para a naturalização dos sentidos. No entanto, ele enuncia determinado por uma história, uma memória de sentidos que mostra que, embora ele se coloque na origem

do dizer, ele fala de posições-sujeito diferentes: nacionalista, colonialista e do preconceito racial.

E esse embate produz um movimento de sentidos para a palavra *preconceito* que inicialmente é determinada por um conjunto de reescrituras que significam como erro, como ideia preconcebida e que passa a significar ação compressiva, separação, divisão.

As relações sociais são analisadas afirmando-se a “inferioridade e a superioridade das raças”, naturalizando as diferenças causadas pelo conceito de raça tomado de um ponto de vista biológico.

A questão é que, como vimos, pelo modo como se constitui a designação da palavra *preconceito* ao se tratar das relações sociais, o homem negro é excluído (separado, comprimido) delas através da naturalização de características consideradas “inferiores”.

Assim, observamos que sob a evidência de a palavra *preconceito* estar determinada pelo não científico e de se criticar o preconceito contra os mestiços, este preconceito, pelo que ele designa, só é possível por conta de outro preconceito que fica apagado, o preconceito racial. Este se dá pela naturalização de se considerar a raça negra inferior. É, então, através da afirmação do preconceito social e através da naturalização da inferioridade de certas “raças” que se produz o preconceito racial, que é próprio da teoria científica evolucionista e cujos sentidos agenciam o locutor a enunciar do lugar do preconceito.

2.3 A “questão nacional”

A preocupação de Vianna é propiciar um estudo que mostre que há aspectos “peculiares”⁵⁵ que diferenciam a nossa civilização dos outros povos civilizados, para que, com base nele, se produza um “Programma Nacional de reformas políticas e sociaes”.

Assim, o que diferencia “nós” dos “outros povos civilizados”, e notemos que esse “nós” não é determinado por brasileiros ao longo de seu texto, é que há entre “nós” “raças

⁵⁵ Note-se aí que ele usa o termo “peculiar” para diferenciar a civilização brasileira da portuguesa, ou seja, o Brasil sempre é posto no lugar do que é peculiar, exótico, em relação à civilização europeia.

exóticas”, inferiores aos “brancos superiores”, que, como sabemos, pela história de nossa colonização, são em sua maioria os portugueses e seus descendentes.

Ou seja, quando ele fala, no começo de seu livro, que não se pode continuar com preconceitos que nos levam a imitar as instituições europeias, a supor idênticas as civilizações, isso pode nos levar a pensar que ele tem por objetivo com o seu estudo se distanciar da influência portuguesa, e mesmo de outras nações estrangeiras, no modo de conduzir a administração política, a organização social e econômica, através da ruptura com os laços colonialistas, levando-nos a considerar, pela análise, que ele enuncia de uma posição nacionalista que condiz com as condições de produção da obra.

Entretanto, quando seguimos com a análise da designação da palavra *preconceito* no funcionamento enunciativo, na sociedade, conforme ele vai descrevendo, os negros, índios e mestiços são considerados inferiores ao branco, sendo excluídos da oportunidade de ocuparem cargos mais elevados, incluídos somente para fazerem trabalhos degradantes através da escravidão. Nesta designação, a evidência de criticar o preconceito como “ação compressiva” contra os mestiços se dá pela afirmação do preconceito racial através da naturalização da “inferioridade” dos negros e, por consequência, dos mestiços que produz a exclusão, e isso é “autorizado”, de certa forma, pelo discurso da ciência que agencia o autor.

Assim, os sentidos produzidos do lugar social de cientista agenciado pelo discurso nacionalista para *preconceito* diferem-se dos sentidos produzidos do lugar social de cientista agenciado pelo discurso colonialista e o preconceito racial é produzido pelo processo de naturalização.

No horizonte de interpretação podemos pensar que, nesse caso, os brancos, portugueses, descendentes, imigrantes, ficam no poder, enquanto negros, mestiços e índios são excluídos e incluídos para ocupar o “não-lugar” da sociedade, pois se antes eles eram escravos, no início do século XX não o eram mais, ao menos juridicamente, e sua mão de obra vai sendo substituída pela dos imigrantes europeus, muitos relegados ao lugar da informalidade ou da marginalidade.

Vianna fala do lugar social de homem da ciência, de professor universitário que legitima esse lugar, fala, então, enquanto uma autoridade sobre o assunto, legitimando o

discurso evolucionista e a inferiorização dos negros, índios e mestiços. Ele ainda fala do lugar do governo brasileiro, já que sua obra serve como prefácio do documento que traz os resultados do censo de 1920 e, ainda, ocupa cargos importantes não apenas em nível estadual como também federal durante o governo de Epitácio Pessoa e da ditadura de Getúlio Vargas.

Em pleno período de consolidação da nação independente, são retomados os preceitos do discurso colonialista sob a evidência de um discurso nacionalista, em que continuam a circular os *preconceitos* sobre os negros, índios e mulatos. E esse conhecimento sobre a sociedade brasileira é produzido como sendo a posição assumida pelo Estado, uma vez que foi um estudo encomendado pelo governo do Presidente Epitácio Pessoa para servir de abertura ao censo publicado em 1922, depois é publicado em livro em 1923 e republicado na década de 1930.

A proposta lançada pelo livro de fornecer dados para um programa nacional projeta-se para a sociedade como um saber que naturaliza a suposta inferioridade racial através de argumentos ditos “científicos”.

A partir de nossa posição, considerando que as coisas, os objetos, adquirem seus sentidos ao serem “ditos” na enunciação, isto é, nosso acesso ao real se dá pela linguagem, as relações sociais, simbolizadas na e pela linguagem, vão se configurando histórica e politicamente: o negro não nasce escravo, ele é constituído como tal no discurso evolucionista e colonialista. O branco é o “tipo administrador” porque assim é imposto por um discurso de dominação que circula desde o início. Mas as relações sociais são significadas pelo que *preconceito* significa, não porque sejam naturais, mas porque tais divisões são políticas e históricas: os sentidos de *preconceito* sobre o que é ser negro, índio, mestiço e branco foram se configurando historicamente pela necessidade colonizadora de se impor e são reforçados por aqueles que contam e fazem essa história em pleno século XX.

CAPÍTULO VI

CASA-GRANDE E SENZALA, DE GILBERTO FREYRE

1. Sobre o autor e a obra

Passaremos agora a tratar da segunda obra proposta em nosso *corpus*, **Casa-grande e Senzala**, de Gilberto Freyre. Para tanto, trazemos uma breve biografia sobre o autor e um pequeno resumo da obra.

Segundo Chacon (2009), Freyre cursou o magistério em Sociologia na Escola Normal de Pernambuco. Fez a graduação e o mestrado nos Estados Unidos, nas Universidades de Baylor e de Columbia, respectivamente. Foi professor e conferencista em várias universidades no exterior e, no Brasil, foi professor da Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro. Com esse intenso vai e vem, sempre que voltava de suas viagens, refugiava-se em sua “casa-grande”, no Recife.

O golpe de 1930 que levou à ditadura de Vargas o obrigou ao exílio na Universidade de Stanford, onde começa a escrever **Casa-grande e Senzala**.

Ele foi perseguido pelo DOPS (Delegacia da Ordem Política e Social) por ser considerado responsável pela frente única sindical que orientava as greves que desembocariam no movimento comunista de 1935. Organizou em Recife o primeiro congresso Afro-Brasileiro, em 1934. Foi preso e torturado refugiando-se na Bahia, em 1943, e, depois, nos Estados Unidos.

Sua produção recebe influência da teoria desenvolvida por Max Weber⁵⁶ através da utilização do conceito de “tipos”, embora não se considerasse weberiano. Sob a influência de Frans Boas, posiciona-se metodologicamente no culturalismo, o que dá origem a uma escola antropológica fundada no aspecto cultural.

⁵⁶ Max Weber (1864-1920) foi considerado um dos fundadores da Sociologia moderna. Um dos seus trabalhos mais importantes é a obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904-1905). Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/weber/>.

Segundo o autor, sob a orientação de Frans Boas, Freyre buscaria estabelecer a diferença entre raça e cultura, buscava separar o que era próprio da raça e o que era efeito do meio ambiente.

As principais ideias discutidas pelo autor em **Casa-Grande e Senzala** dizem respeito à descrição da sociedade agrária, escravocrata e patriarcal que daria origem à sociedade brasileira. Isso é realizado tendo como foco a mistura de raças, que ocorre desde o início da colonização. Ele nos descreve um quadro peculiar das relações entre negros, índios e brancos analisado através de um olhar para a intimidade destas relações.

Para Freyre, a colonização portuguesa não teria sido realizada somente com o objetivo de explorar o Brasil, mas teria ocorrido de maneira que os portugueses pudessem se firmar na colônia e construir uma sociedade com base no funcionamento social e administrativo português.

A mistura, ou “hibridização”, no seu entender, deu-se porque uma das coisas que favoreceu o contato com negros e índios foi o fato de o português ser “cosmopolita e plástico”, uma vez que antes de colonizar o Brasil já tinha se misturado com os povos africanos. Desse modo, o que Freyre defende é justamente o fato de que na nossa colonização as atitudes dos portugueses na constituição de uma sociedade no Brasil não eram movidas por uma “consciência de raça”. Foi isso que permitiu a mistura de raças e foi essa mistura que possibilitou o sucesso da colonização para o autor.

Segundo Freyre, o que diferenciava os portugueses dos outros povos europeus era o seu comportamento indeciso que é explicado como sendo resultante dos antagonismos provenientes da mistura de povos com culturas diferentes (mourões, negros e europeus). A cultura portuguesa constituída pela religião, pelo direito e por instituições rígidas teve sua rigidez de moral e de doutrina “corrompida” pela cultura africana, pelo “ar da África um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas” (1933, p. 66).

Essa compreensão do português como povo já híbrido da cultura europeia e africana e das religiões católica e maometana faria com que ele tivesse características flexíveis e frouxas, o que explicaria as características da sociedade brasileira.

É por isso, também, que Freyre acredita que os portugueses tiveram sucesso na sua permanência no Brasil enquanto que os outros povos europeus não conseguiram. Eles se fixaram em uma terra de clima tropical, num lugar em que o solo era desfavorável, substituindo a mulher branca pela mulher de cor. A mestiçagem resultaria em um povo mestiço dócil que permitiria uma colonização duradoura.

A mestiçagem é colocada, assim, como um elemento essencial para o sucesso da colonização. Ele considera que os portugueses fizeram do Brasil uma “colônia de ‘plantação’, caracterizada pela base agrícola e pela permanência do colono na terra, em vez de seu fortuito contato com o meio e com a gente” (FREYRE, 1933, p. 79).

Desse modo, Freyre afirma que

o colonizador português do Brasil foi o primeiro entre os colonizadores modernos a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal – o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim – para a de criação local de riqueza (1933, p. 79).

Em nota de rodapé, depois de uma crítica recebida de S. B. de Holanda⁵⁷, Freyre destaca que a riqueza criada pelos portugueses se deu à custa do trabalho escravo, já que os colonizadores não gostavam de realizar o trabalho agrícola. Aos olhos de Freyre, diferentemente do que ocorrera na colonização espanhola, os portugueses não teriam vindo para o Brasil para realizar o extermínio e a segregação. Entretanto, se observarmos a manutenção dos preconceitos contra os negros e a sua marginalização ainda nos dias de hoje, bem como o desaparecimento das populações indígenas que não ocorreu por causa da sua “mistura” com os portugueses ou os negros, podemos pensar que extermínio e segregação também ocorreram aqui.

Freyre usa a noção de cultura, contrapondo-se à noção biológica de raça, mas não deixa de hierarquizar, estabelecendo níveis de cultura. Podemos observar isso em uma citação feita por Freyre do livro **Evolução do povo brasileiro**, em que Vianna considera que os indianos tinham uma grande riqueza acumulada enquanto que no Brasil o que os portugueses encontraram foram “aborígenes ainda na idade da pedra polida”.

⁵⁷ Crítica de Sérgio Buarque de Holanda feita no livro *Cobra de Vidro*, de 1944, a qual Freyre responde em edições posteriores de sua obra.

A intertextualidade com a obra de Vianna mostra a relação de suas ideias com a obra de Freyre. Percebemos que, embora em sua obra Freyre procure observar aspectos culturais, fica estabelecida uma hierarquia de superioridade e inferioridade.

Como não seria um problema racial, mas cultural, Freyre vai mostrando ao longo do livro a suposta despreocupação dos portugueses em relação à questão da “raça”:

O Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza de raça. Durante quase todo o século XVI a colônia esteve escancarada a estrangeiros, só importando às autoridades coloniais que fossem de fé ou religião católica [...] (FREYRE, 1933, p. 91).

E ainda,

O que barrava então o imigrante era a heterodoxia; a mancha herege na alma e não a mongólica no corpo. Do que se fazia questão era da saúde religiosa: a sífilis, a boubá, a bexiga, a lepra entraram livremente trazidas por europeus e negros de várias procedências (FREYRE, 1933, p. 91).

O peso da religião representado pelos jesuítas era enorme e permaneceu assim até que as medidas pombalinas levaram a sua expulsão do Brasil. Freyre afirma ter sido a religião o empecilho para a entrada de estrangeiros, mas não a questão racial. É tão grande a importância da religião que ele afirma ser ela o “cimento da nossa unidade” (FREYRE, 1933, p. 92).

No que diz respeito a essa questão racial, Freyre vai desconstruindo a teoria da evolução racial mostrando como o fator da escravidão e, também, o fator ambiental, relacionado às novas descobertas biológicas da época, eram os responsáveis pela degradação do brasileiro mestiço.

Para ele, o desenvolvimento físico da população brasileira era deficiente por causa do clima quente e da má alimentação causada por conta do modo como era organizada a agricultura e da pobreza do solo. Com isso, ele afirma que na sociedade escravocrata os que melhor comiam eram “os brancos das casas-grandes e os negros das senzalas” (FREYRE, 1933, p. 96), enquanto que os mestiços e os brancos que não eram donos de engenho e nem lá trabalhavam se alimentavam mal e sofriam com o clima.

Uma vez caracterizado o português como um “equilíbrio de contrários”, conforme Cardoso (2003 em FREYRE, 2006) observa da interpretação de Freyre, sobre o qual vai se fundar a formação social do Brasil, negros e índios são considerados como culturas mais atrasadas em relação à cultura portuguesa. Mas, ao invés de considerar que a aproximação da cultura europeia os tornaria mais civilizados, para Freyre, o contato entre índios e europeus desequilibraria a relação do índio com o meio físico e, com isso, a “raça atrasada” é degradada pelo contato com a “raça adiantada”. Note-se que, apesar dele falar sobre a cultura, ele mesmo acaba falando em “raça adiantada” e “raça atrasada”, o que abre espaço para uma interpretação biológica.

Apesar de afirmar que o contato com os portugueses era nocivo aos povos indígenas, ele descreve o contato entre colonizados e colonizadores de uma maneira um tanto quanto amenizada, conciliadora:

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; e servindo-se em sua economia e de vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone (FREYRE, 1933, p. 160).

Essa harmonia nas relações raciais proporciona um quadro das relações sociais brasileiras que pode ser questionado se pensarmos, por exemplo, nas “bandeiras” como um movimento de desbravamento da floresta que implicava na expulsão e morte dos índios. Além disso, a própria tentativa de escravidão com os índios, que foi efetivada com os africanos, já é uma violência.

Considerando essa vida “harmoniosa”, Freyre vai mostrando a influência da cultura indígena e africana na vida familiar do colonizador europeu, no que diz respeito à alimentação, à vida religiosa, à vida sexual. Para ele, o “contato dissolvente” com os índios enfraqueceria uma suposta rigidez da cultura europeia. E o índio é referido no texto como *primitivo*, de *instintos primitivos*, de *vida elementar e primitiva*, como *cultura primitiva*.

Apesar de descrever uma miscigenação pacífica e tranquila, um contato harmonioso entre os povos, Freyre reconhece que houve extermínio e degradação, mas isso teria sido causado pela imposição religiosa realizada pelos missionários. Com os africanos, também não teria ocorrido diferente.

Para o autor, pela “predisposição biológica e psíquica” para viverem em locais quentes e por terem uma superioridade técnica em relação aos índios, os africanos tiveram um papel civilizador para com os índios.

A posição em relação à biologia condiz com o que Freyre pensa sobre a mistura entre as raças. Segundo ele, já havia estudos que discordavam do critério Weismanniano de que os caracteres adquiridos não se transmitem. Numa posição Neolamarckista, e seguindo as descobertas de Frans Boas, Freyre concorda com isso. Desse modo, o meio ambiente, tanto físico quanto químico, poderia afetar as raças com modificações tanto mentais quanto físicas também, como defendia Boas, mas isso não se transmitia hereditariamente.

Freyre não deixa de falar do lugar da ciência, mostrando as posições teóricas que fundamentam suas ideias e usando uma “língua” específica ao domínio científico em que se encontra, como podemos observar pela sua preocupação com a *linguagem científica*: “Extremos descontraídos de introversão e extroversão ou alternativas de sintonia e *esquisoidia*, como se diria em moderna linguagem científica” (1933, p. 68). Assim, podemos dizer que o Locutor enuncia como locutor-cientista.

É defendendo essas ideias que Freyre descreve a formação social do Brasil, colocando em primeiro plano a miscigenação, ou melhor, a “hibridização” no sucesso da colonização portuguesa que cria um mito de uma convivência pacífica e harmoniosa entre negros, índios e brancos. Essa miscigenação só é possível, aos seus olhos, porque a questão da raça não era um problema. Segundo ele, o que atrapalhava era a questão religiosa.

Observemos, então, o domínio de sentidos que se forma através das reescrituras e articulações para a palavra *preconceito* em meio ao modo como Freyre explica a formação da sociedade brasileira.

2. Descrição do funcionamento semântico-enunciativo da palavra *preconceito*

A palavra *preconceito* reescrita por repetição aparece no texto de Freyre com grande frequência. Na maioria das vezes, está articulada a uma palavra ou expressão que a especifica, como um adjetivo ou adjunto, formando, assim, um sintagma nominal, articulação esta que se dá através da preposição *de*. Suas determinações não aparecem na forma de predicado, isto é, ligadas à palavra *preconceito* por um verbo, a não ser uma vez. Ela também está articulada a palavras ou expressões que a complementam através da preposição *contra*, que não aparece antes. Vejamos, então, o primeiro recorte:

- (1) Em geral, exploravam-se os **preconceitos** de branquidade e de sangue nobre; desencadeava-se alguma remota avó escrava ou mina; ou tio que cumpria sentença; avô que aqui chegara de sambenito. Registravam-se irregularidades sexuais e morais de antepassados. Até mesmo de senhoras.

No Recorte 1, temos o seguinte enunciado:

- (1a) Em geral, exploravam-se os **preconceitos** de branquidade e de sangue nobre; desencadeava-se alguma remota avó escrava ou mina

Preconceito está articulado à expressão “de branquidade” e, também, à expressão “de sangue nobre” na forma de elipse. Essas expressões especificam os seus sentidos. Observa-se aqui o adjunto adnominal formado pela preposição *de* com o substantivo *branquidade e de sangue nobre* que caracterizam tipos de *preconceitos* na voz de um enunciador genérico.

Em geral, encontramos a expressão *preconceito de cor* (como vimos em Vianna), que diz respeito ao preconceito contra os negros e mestiços por causa da cor da pele estigmatizada. O *preconceito de branquidade* muda essa relação especificando ser o preconceito dos brancos contra os negros.

No Recorte 2, temos a seguinte sequência:

- (2a) [...] impondo-se, entretanto, muita discriminação entre os autores superficiais ou viciados em **preconceitos**.

Neste trecho, temos os seguintes elementos de sentido:

(2a') E1: Os autores superficiais ou viciados em preconceitos discriminam. (Enunciado Pressuposto⁵⁸)

(2a'') E2: Há muita discriminação entre os autores superficiais ou viciados em preconceitos. (Enunciado Posto)

Temos em (2a') um enunciador (E1) que afirma como enunciador universal que os autores viciados em preconceitos discriminam. *Discriminação*, por predicar o sujeito que antecede, “os autores superficiais ou viciados em preconceitos”. determina o sentido de *preconceito*. Os autores superficiais e preconceituosos discriminam, sendo que o preconceito, juntamente com a superficialidade desses autores, produz a discriminação. Assim, aquilo que o verbo *discriminar* significa predica a palavra *preconceito* determinando seus sentidos.

No Recorte 4⁵⁹, temos a sequência com a seguinte articulação:

(4) “contra o que (a miscigenação) não o indisponham, aliás, escrúpulos de raça, apenas preconceitos religiosos”.

Podemos parafrasear a sequência acima em:

(4a) Escrúpulos de raça não indisponem os portugueses contra a miscigenação, apenas os preconceitos religiosos.

O que nos permite ver os seguintes elementos de sentido:

(x) E1: Os portugueses se indisponem contra a miscigenação;

(y) E2: Escrúpulos de raça não indisponem os portugueses contra a miscigenação;

⁵⁸ Conforme o conceito de pressuposto de Ducrot (1987) já comentado anteriormente. Para ele, os pressupostos fazem parte do sentido do enunciado e não estariam determinados apenas na significação da frase da qual o enunciado é a realização, como ele defendia em um momento anterior de sua teoria.

⁵⁹ O Recorte 3 não foi inserido na análise por não se configurar como um contexto decisivo para a designação de preconceito.

(z) E3: São apenas preconceitos religiosos que indispõem os portugueses contra a miscigenação.

Pelos sentidos indicados por estas paráfrases observamos que o enunciado (x) (os portugueses se indispõem contra a miscigenação) é o pressuposto para o enunciado (y) (escrúpulos de raça não indispõem os portugueses contra a miscigenação). O locutor enuncia como enunciador genérico no pressuposto (x), e em (y), ainda como enunciador genérico, nega que sejam os escrúpulos de raça os causadores da indisposição, para em seguida, no enunciado (z), da perspectiva de um enunciador individual, afirmar a exclusividade dos *preconceitos religiosos* como causadores da indisposição dos portugueses contra a miscigenação, perspectiva a qual o locutor adere.

Essa articulação na fórmula **não X apenas Y** estabelece uma argumentação que nega o primeiro argumento: *escrupulos de raça não indispõem os portugueses contra a miscigenação* (enunciado y), para introduzir um outro com exclusividade: *os preconceitos religiosos indispõem portugueses contra a miscigenação* (enunciado z). Ocorre a negação dos *escrúpulos de raça* (que seria um argumento forte contra a miscigenação) substituído por uma expressão individualizada pelo advérbio *apenas*, os *preconceitos religiosos*.

Com essa substituição atenuadora através da articulação **não X apenas Y**, *preconceitos* e *escrúpulos* passam a ter uma relação de sentido. Nesse caso, podemos considerar *Escrúpulos* como uma reescritura por substituição de *preconceito*. *Preconceito* é caracterizado pelo adjetivo *religiosos* que especifica um tipo de preconceito, enquanto o adjunto *de raça* está articulado a *escrúpulos*. Veremos nos próximos recortes que o preconceito acaba sendo determinado por *de raça*.

Observamos, então, um enunciador individual que afirma serem os preconceitos religiosos, e não os escrúpulos de raça, os causadores da indisposição dos portugueses contra a miscigenação. O locutor enuncia do lugar de professor, de homem da ciência que não reconhece os “escrupulos de raça” entre os portugueses e considera os preconceitos religiosos como responsáveis por dificultarem a miscigenação.

No Recorte 5, temos os seguintes enunciados:

(5a) [...] povos que lhes [ingleses] repugnavam pela diferença de cor e de costumes e que evocavam à sua consciência de raça e de cristãos o espantinho da miscigenação e do paganismo dissoluto.

(5b) Os portugueses, além de menos ardentes na ortodoxia que os espanhóis e menos estritos que os ingleses nos **preconceitos** de cor e de moral cristã, vieram defrontar-se na América [...].

As expressões *diferença de cor e de costumes*, *consciência de raça e de cristãos* e *preconceito de raça e de cor* têm a mesma construção sintática: são articuladas pela conjunção coordenativa aditiva *e*.

Os substantivos *diferença*, *consciência* e *preconceito* não aparecem na segunda parte das expressões, estão elípticos. Estabelece-se uma relação entre as expressões pela repetição simétrica da construção sintática.

Para melhor visualizar esta simetria entre (5a) e (5b), vejamos o seguinte esquema em que a flecha indica “está para”:

Diferença de cor → consciência de raça

Assim como,

Diferença de costumes → consciência de cristãos

Na expressão (5a) temos *cor* e *costumes* que especificam *diferença*. São essas diferenças, de cor e de costumes, que “evocam”, respectivamente, a *consciência de raça* e de *cristãos*.

E, considerando (5b), teríamos então:

Diferença de cor → consciência de raça → preconceito de cor

Assim como,

Diferença de costumes → consciência de cristãos → preconceito de moral cristã

Em (5b) as expressões de (5a) vão corresponder, respectivamente, a *preconceitos de cor e de moral cristã*.

É interessante observar os deslizamentos de uma palavra para outra neste recorte, observando que as palavras sublinhadas, especificadas por uma locução adjetiva relacionada a religião, estão elípticas no texto.

Diferenças de cor → consciência de raça → preconceitos de cor

Diferença de costumes → consciência de cristãos → preconceitos de moral cristã

Preconceito de cor e de moral cristã em (5b) reescrevem *consciência de raça e de cristãos*. A sequência dos sintagmas inicia-se por expressões mais “leves”, mais “neutras”, “politicamente corretas”, e vão se intensificando na medida em que são substituídas por outras palavras até se chegar no “preconceito”. Isso faz com que *diferença* seja um eufemismo de *consciência* que, por sua vez, é no acontecimento um eufemismo para *preconceito*. Assim, temos uma sequência de reescrituras por eufemismos.

Para a expressão que envolve a religião, também ocorre uma eufemização na medida em que uma expressão vai sendo reescrita pela outra, sendo a última expressão, *preconceitos de moral cristã*, mais forte que as duas anteriores.

E se observarmos os adjuntos que especificam as reescrituras de preconceito, vemos também que *de costumes* remete a um aspecto cultural enquanto que *de raça* remete a um aspecto biológico.

Pode-se dizer que há no Recorte 5, em relação ao preconceito, os seguintes elementos de sentido:

(x) E1: os ingleses têm repugnância dos povos pela consciência de raça e de cristãos evocados pela diferença de cor e de costumes;

(y) E2: os portugueses como os ingleses têm preconceitos de cor e de moral cristã;

(z) E3: os preconceitos dos portugueses são menos rigorosos que os dos ingleses.

Em (x), temos um enunciador genérico que afirma que os ingleses têm consciência de raça. Em (y), há um enunciador E2 genérico que afirma que tanto ingleses quanto portugueses têm preconceitos de cor e de moral cristã. Há, aí, uma intensificação dos sentidos através da reescrituração que vai dos eufemismos para reescrituras com sentidos mais fortes, ocorrendo deslizamentos de sentido. *Diferença* e *consciência* são duas reescrituras por eufemização de *preconceito*. Ocorre uma substituição da locução *de raça* por *de cor* e, também, uma substituição de *costumes* por *moral cristã* em (y), o que produz a relação de sentido entre raça e cor da pele, em que cor significa raça suavizando seu sentido. Mas no enunciado (z), o enunciador 3 enuncia como enunciador individual, afirmando que os preconceitos dos portugueses são menos rigorosos que o dos ingleses.

O enunciado (z) parte do pressuposto de que todos têm preconceitos, mas orienta para a conclusão de que os preconceitos dos ingleses são mais rigorosos que o dos portugueses. Temos aí um locutor que enuncia no lugar da ciência, ele se preocupa com as terminologias das teorias cujos sentidos o agenciam, além dele ser professor universitário. Mas também aqui o lugar da ciência ganha contornos específicos, pois o locutor enuncia agenciado pelo discurso antropológico cultural.

Passemos ao Recorte 6:

(6) Longe de ser o livre animal imaginado pelos românticos, o selvagem da América, aqui surpreendido em plena nudez e nomadismo, vivia no meio de sombras de **preconceito** e de medo; muitos dos quais nossa cultura mestiça absorveu, depurando-os de sua parte mais grosseira ou indigesta. É assim, que a noção de caiporismo, tão ligado à vida psíquica do brasileiro de hoje, deriva-se da crença ameríndia no gênio agourento do caipora.

Observamos agora *preconceito* sendo reescrito por repetição, por expansão, articulado numa forma nominalizada na expressão *sombras de preconceito e medo*, passando a funcionar como adjunto adnominal que especifica o substantivo “sombras”, funcionando, então, como um adjetivo. A expressão está articulada pela conjunção *e* a *de medo*.

Na sequência do enunciado, o autor continua com um exemplo. Segundo ele, dessas *sombras de preconceito e de medo*, o que foi absorvido pela “nossa cultura mestiça” foi a “noção de caiporismo”, que ele explica ser derivada de uma “crença ameríndia”. O desdobramento do enunciado se dá com o exemplo da crença ameríndia no caipora. As *sombras de preconceito* são atribuídas ao “selvagem da América”, mas quando o locutor se inclui através do pronome *nossa* na expressão “nossa cultura mestiça”, esse preconceito foi “depurado”.

Podemos representar isso através da paráfrase:

(6a) E: A nossa cultura mestiça absorveu muitos dos preconceitos e dos medos dos selvagens.

O enunciador enuncia numa voz genérica, a qual o locutor-cientista assume, de que sua cultura absorve os preconceitos dos selvagens. Assim, temos que os índios “selvagens” teriam preconceitos que são absorvidos pela cultura de quem? Parece ser aqui da cultura dos colonizadores portugueses ou de seus descendentes, posição na qual o locutor se insere. De um lado temos a “cultura” e, de outro, o lado dos “selvagens”, temos preconceitos.

No sintagma nominal *sombras de preconceito*, *preconceito* determina e é determinado por “sombras”. Podemos parafrasear esse sintagma nominal pelas formas verbais *o preconceito produz sombras / o preconceito tem sombras / o preconceito é sombrio*.

Considerando a história de sentidos dessa palavra pelas suas enunciações, podemos dizer que o substantivo *sombras* tem como parte de seus sentidos a “falta de luz”, ou “iluminação insuficiente”.

Temos, então, que *sombras* é uma metáfora para “iluminação insuficiente” ou “falta de luz”, expressão que, por sua vez, no passado de enunciações que é recortado nesse acontecimento da palavra *preconceito*, funciona com metáfora para a *falta de conhecimento* ou *ignorância*, pois na memória de sentidos, o movimento filosófico “Iluminista” pretendia dar a “luz” do conhecimento, “iluminar as trevas da ignorância”. Na concepção iluminista, o conhecimento acabaria com a ignorância. Desse modo, a expressão *sombras de*

preconceito passa a ter como parte de seus sentidos, através de uma relação metafórica, a “ignorância”, a “falta de conhecimento”, que, como vimos, são atribuídos aos “selvagens”.

Podemos considerar que *sombras* tem uma relação de sentido com o adjetivo *obscuro*, que determinava *preconceito* na designação a que chegamos na obra de Vianna. Ambas as palavras têm como parte de seus sentidos a “falta de luz”, ou “iluminação insuficiente”. Essa relação de sentido desliza para outro quando consideramos as palavras *sombra* e *obscuridade* numa relação de determinação com a palavra *preconceito*. Elas passam a ter como parte de seus sentidos, através de uma relação metafórica, a “ignorância”, a “falta de conhecimento”. Trata-se assim de uma reescrituração por metáfora.

Crença também tem como parte de seus sentidos a falta de conhecimento, trata-se de acreditar sem ter fundamentos, conhecimento sobre os fatos. Assim, por essa relação de sentido e pela determinação de “sombras”, *crença ameríndia* reescreve por substituição *preconceito*. Com isso, consideramos que *crença ameríndia* é sinônima, neste acontecimento, de *falta de conhecimento*, que reescreve a palavra *preconceito* determinando-a.

Passemos à sequência 9⁶⁰:

(9) “As crônicas não indicam nenhuma *discriminação ou segregação inspirada por preconceito de cor ou de raça contra os índios* [...]”.

Preconceito é reescrito por repetição articulado a “de cor”, que o especifica. A expressão *preconceito de cor*, por sua vez, está articulada pela conjunção *ou* por *de raça* e *preconceito* é reescrito por elipse. *Discriminação* aparece articulada pela conjunção *ou* à *segregação*. Embora o locutor-cientista, como enunciador universal, diga que as crônicas não indicam discriminação ou segregação inspiradas por preconceito, podemos considerar que esse enunciado tem como elemento de sentido um enunciado pressuposto que afirma

⁶⁰ Os enunciados 7 e 8, que estão relacionados à reescritura *crença ameríndia*, não são contextos decisivos para o DSD. Eles servem para pensar que o *medo* é da ordem do não civilizado, do primitivo.

que há preconceito inspirado por segregação ou discriminação. Observamos, então, que elas são predicadas por *preconceito de cor* e por *preconceito de raça* através do verbo *inspirar*.

Geralmente, a conjunção *ou* pode indicar alternância ou exclusão; dúvida; ênfase; ou equivaler a “isto é”⁶¹. No exemplo do dicionário, “aceitam doações de gêneros alimentícios ou cobram ingressos”, temos que *ou* indica exclusão.

Temos, então, a articulação com a conjunção *ou* que pode significar uma alternância, e, nesse caso, temos dois tipos de preconceitos, de cor e de raça, que se alternam, e o mesmo ocorre para *segregação* e *discriminação*, que seriam duas formas diferentes de exclusão que se alternam.

Isso também pode ser interpretado como uma relação de sinonímia, em que preconceito de cor e preconceito de raça estão funcionando no acontecimento enunciativo como duas expressões sinônimas, assim como as palavras *segregação* e *discriminação*.

Observamos, então, essa ambiguidade no funcionamento dessas expressões em que o *ou* pode tanto significar alternância quanto sinonímia. Não é o caso aqui de desfazer essa ambiguidade, mas de procurar compreendê-la. A ambiguidade dos dois funcionamentos mostra a simultaneidade: as expressões – *de cor* e *de raça* – circulam ao mesmo tempo na enunciação para significar o preconceito, assim como as palavras *discriminação* e *segregação* que convivem no acontecimento enunciativo.

Essa construção sintática ambígua parece estar indicando uma incerteza, uma imprecisão, quanto ao sentido de preconceito que circula na enunciação dessas palavras e expressões na época em que a obra foi escrita.

Se tomamos o DSD anterior, do livro **Evolução do povo brasileiro**, de aproximadamente dez anos antes, a especificação *de raça* não aparece como especificação de *preconceito* (embora o adjetivo *raciais* apareça especificando *diferenças*), apenas a especificação *de cor*. Também não aparecem as reescrituras *discriminação* e *segregação*. O que temos é *separação*, *divisão*. Os termos que circulam na obra de Freyre são termos que circulam na enunciação indicando uma imprecisão, uma dúvida na significação da palavra *preconceito*, que, por sua vez, significa algo das relações sociais brasileiras que ainda não está estabilizado na escrita da ciência. Trata-se do preconceito racial.

⁶¹ Conforme diz o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa.

De raça, especificando aqui o *preconceito* em concomitância com *de cor*, indica um movimento de sentido para a palavra *raça* que deixa de ser uma questão biológica e, portanto, natural, como era na obra **Evolução do Povo Brasileiro**, para se configurar como preconceito, dividindo o espaço de enunciação com o preconceito de cor.

Segregação e *discriminação* também circulam de maneira simultânea, o que demonstra uma incerteza, uma imprecisão sobre o que “inspira” o preconceito. Para precisar se se tratava de uma relação de sinonímia, verificamos como essas palavras apareciam em outros momentos do texto.

Chegamos a outros recortes, e, nessas outras ocorrências, a palavra *segregação* aparece reescrita por repetição articulada à palavra *extermínio* através do conectivo *ou*. Também tem seus sentidos relacionados à palavra *separação*, mas não aparece mais reescrita articulada à palavra *discriminação*.

Nas reescrituras por repetição de *discriminação*, esta não aparece articulada diretamente a outra palavra que possa reescrevê-la e também não aparece articulada novamente à palavra *segregação*. Desse modo, podemos concluir que nesse acontecimento enunciativo *segregação* e *discriminação* não estão funcionando como palavras sinônimas e a articulação com a conjunção *ou* é de exclusão.

Assim, consideramos que *discriminação* e *segregação* determinam *preconceito* separadamente e que *preconceito* determina dois tipos de preconceito: o de cor e o de raça.

Podemos parafrasear a sequência 9 retirando o verbo da forma passiva:

(9a) Preconceito de cor ou de raça contra os índios inspira discriminação ou segregação.

Gostaríamos de destacar um outro elemento dessa construção gramatical. Vemos que *preconceito* aparece em duas construções diferentes: **preconceito de Y** e **preconceito contra X**. No primeiro caso, *preconceito* está sendo especificado de maneira a indicar tipos diversos de preconceito.

No segundo caso, o *preconceito* (*de cor ou de raça*) é *contra* índios, onde temos a formulação “preconceito contra X”; no entanto, não há um agente, pois aquele que tem

preconceito contra os índios não aparece no enunciado. Na voz passiva, o preconceito servia de predicação; juntamente com o verbo *inspirar*, há dois substantivos que derivam de verbos: discriminar e segregar. Na paráfrase (9a), ele é predicado por *segregar* e *discriminar*, predicação que descreve um “efeito” do preconceito ou uma ação realizada não por ele especificamente, porque não é um sujeito animado, mas que resulta dele.

O que podemos notar com isso? Podemos notar que o substantivo *preconceito* seguido da preposição *contra* nomeia uma ação, a **ação de discriminar ou segregar**.

Esta construção é uma marca, na materialidade linguística, da divisão dos sentidos da palavra *preconceito* neste acontecimento, do deslizamento para o sentido de ação.

No Recorte 10, temos as seguintes sequências:

(10a) Nossa hostilidade aos ingleses, franceses, holandeses, teve sempre o mesmo caráter de profilaxia religiosa: católicos contra hereges [...].

Seguida mais adiante por:

(10b) [...] É o pecado, a heresia, a infidelidade que não se deixa entrar na colônia, e não o estrangeiro. É o infiel que se trata como inimigo no indígena, e não o indivíduo de raça diversa ou de cor diferente.

Temos em (10a) o sintagma nominal *profilaxia religiosa* que nos chama a atenção.

Em (10b), distingue-se o indivíduo *infiel* dos indivíduos *de raça ou cor diferentes*. Vemos aqui a divisão do sujeito feita a partir da enunciação do Locutor: de um lado, o sujeito cuja identidade é definida no discurso religioso, o “infiel”, algo que é cultural, e, por outro, o sujeito identificado pela sua “raça”, e aí temos a distinção feita pela “raça” ou pela “cor”.

Essa distinção retoma os sentidos do Recorte 5 em que se distingue o *preconceito de raça* e o *preconceito de moral cristã*. *Raça* (5a) reescreve *raça* (10b) por repetição, e religiosa (10a) reescreve hiperonimicamente cristã (5b), ou seja, raça e cristã especificam os tipos de preconceito.

Com isso, podemos pensar numa relação de sentido entre o *preconceito de moral cristã* e a expressão *profilaxia religiosa*. Este sintagma, em que a palavra *profilaxia* aparece

metaforicamente vinda do discurso da medicina, se inscreve no discurso religioso e no discurso da medicina ao mesmo tempo. O sintagma pode ser parafraseado por “prevenção religiosa” dos católicos contra os hereges, pois profilaxia é definida como as medidas preventivas para a preservação da saúde, no caso, da “saúde religiosa cristã”.

Podemos considerar que há um traço de sentido em “profilaxia” que se relaciona como um sentido de “preconceito” que vem tanto pelo significado de serem as medidas tomadas antes (para se prevenir doenças), como pela relação textual que se estabelece no Recorte 5 pela reescritura *preconceito de moral cristã* que reescreve por sinonímia os *preconceitos religiosos*. Assim, consideramos que a expressão *profilaxia religiosa* determina *preconceito religioso* reescrevendo-a no interior do discurso da medicina para significar algo do discurso religioso.

Neste acontecimento, estando especificado por *religiosa*, *profilaxia* diz respeito às medidas que se tomavam contra os que pertenciam a outras religiões, mas não a outras raças.

No Recorte 11, temos:

(11) “[...] lassidão de nexo político, ou de mística ou consciência de raça [...]”

Encontramos a reescritura por repetição *consciência de raça*. No Recorte 9, vimos que *preconceito* está articulado a *de cor* e a *de raça* através da conjunção *ou*. No Recorte 5, vimos que *consciência de raça* é substituída por *preconceito de cor*. Vamos considerar, então, que *consciência* reescreve *preconceito* realizando um eufemismo, e que *de raça* o caracteriza.

No Recorte 12, temos:

(12) [...] mas não se deve confundir esse critério de profilaxia e de seleção (pureza da fé), tão legítimo à luz das idéias do tempo com o eugênico dos povos modernos, com a pura xenofobia.

É interessante ver aqui a preocupação do Locutor em distinguir o *critério de profilaxia* da época da colonização, da eugenia e da xenofobia dos povos modernos.

Profilaxia é reescrita por repetição no sintagma “critério de profilaxia” caracterizando o tipo de critério e é uma expressão que reescreve *preconceito religioso* que é reescrito por substituição por *profilaxia religiosa*. Temos, então, três tipos de preconceito: a profilaxia religiosa, a eugenia e a xenofobia.

Passemos ao Recorte 13:

(13) “o estado de conquista e reconquista, de fluxo e refluxo, não deixou que se estabelecesse em Portugal nenhuma hegemonia a não ser de momento. Nenhum *exclusivismo* – a não ser oficial ou superficial – *de raça ou de cultura*.”

Temos *preconceito* reescrito por repetição especificado por *de raça*, sendo reescrito por substituição, por sinonímia, por *exclusivismo* especificado por *de raça ou de cultura*. Nessa reescritura, repete-se a construção sintática da sequência 9. Na sequência 13, *exclusivismo* fica elíptico e raça e cultura são dois tipos de exclusivismo possíveis, mas que funcionam na ambigüidade pois raça e cultura podem ser sinônimas ou podem estar funcionando numa alternância, em um momento é de raça, em outro é de cultura. A relação ambígua entre essas palavra pode representar o movimento semântico de significar *raça* como sendo algo cultural e não biológico. Vamos representar no DSD a expressão *exclusivismo de raça ou de cultura* determinando o *preconceito*.

Vejamos agora, no Recorte 14:

(14) Os interesses de procriação abafaram não só os *preconceitos morais como os escrúpulos católicos de ortodoxia* [...].

Anteriormente, no Recorte 5, *preconceito* foi reescrito por elipse na expressão “[preconceito]⁶² de moral cristã”. Agora, no Recorte 14, temos a reescritura *preconceitos morais* de um lado, e, de outro, a expressão *escrúpulos católicos de ortodoxia* articulada a ela através da formulação “não só... como”. Esta articulação indica que o interesse de procriação abafou não apenas os preconceitos morais mas também os *escrúpulos católicos de ortodoxia*. Assim, *escrúpulos* funciona aqui como uma reescritura por substituição de *preconceitos*.

No enunciado 15, temos:

⁶² A palavra entre colchetes indica que ela estava elíptica originalmente.

(15) O inbreeding⁶³ – note-se bem – menos por *preconceitos de raça* do que pelos *sociais, de família* [...].

Preconceito é reescrito articulado por *de raça*, expressão que o especifica. É reescrito por elipse na expressão (*preconceitos*) *sociais* e na expressão (*preconceitos*) *de família*. Temos que *preconceito* é especificado por *social* e por *de família* assim como também por *de raça*.

Aqui, o que se vê é que a expressão **preconceito de x** ou **preconceito x** acaba por ser um dos elementos da enumeração dos tipos de preconceito. E, novamente, a construção do enunciado através da expressão articuladora *menos por ... do que pelos* mostra a diminuição da relevância do preconceito racial, aumentando, conseqüentemente, a relevância dos outros tipos de preconceito, os *sociais* e os *de família*. Mesmo que o locutor afirme a maior relevância desses preconceitos, fica afirmada a existência do preconceito racial, mesmo que em menor importância.

No Recorte 16, temos o enunciado:

“O assunto se acha ainda cheio de sombras. Dele o que se sabe de certo é quase nada: apenas o bastante para nos advertir contra os **preconceitos** de sistema e os exageros de teoria. A verdadeira relação do pigmento com o meio físico permanece um dos problemas mais obscuros em antropologia. À generalização de que o homem é escuro ou preto nas regiões quentes, róseo ou alvo no hemisfério Norte, opõe-se restrições sérias”.

O *preconceito* é reescrito por repetição caracterizado por “de sistema”, que se encaixa entre os tipos de preconceito que ele enumera, que, acompanhado de exageros de teoria, não diz respeito às relações sociais, mas à teoria da influência externa na adaptação do corpo humano ao meio.

No Recorte 17, temos:

“E é possível que certa predisposição de negros e mestiços para o protestantismo, inimigo da missa, dos santos, dos rosários com a cruz, se explique pela persistência de remotos **preconceitos anticatólicos**, de origem maometana”.

⁶³ É o termo científico em inglês usado para o casamento entre pessoas da mesma família.

O *preconceito* é reescrito caracterizado por *anticatólicos*, formando, assim, um outro tipo de preconceito. Nos recortes 18 e 19, em anexo, temos as reescrituras de *preconceito* por repetição, em que *preconceito* é especificado por *purista* e *da virgindade*:

Recorte 18

(18) “Não foi possível separar a cacos de vidro de **preconceitos puristas** forças que tão freqüente e intimamente confraternizavam. No ambiente relapso da escravidão brasileira, as línguas africanas, sem motivos para subsistirem à parte, em oposição à dos brancos, dissolveram-se nela, enriquecendo-a de expressivos modos de dizer; [...]”.

Recorte 19

(19) “Com relação ao **preconceito da virgindade** perder logo o gosto, as palavras de Coreal parecem exatas. Desde o século XVI dominou no Brasil semelhante prejuízo. Quem tivesse sua filha, que a casasse meninota. Porque depois de certa idade as mulheres pareciam não oferecer o mesmo sabor de virgens ou donzelas que aos doze ou aos treze anos”.

No vigésimo recorte, temos a reescritura *preconceitos de raça*. E nos três últimos, (21), (22), (23), *preconceito* é reescrito por repetição e está articulado a suas determinações através da preposição *contra*:

Recorte 20

(20) “Há tanto que criticar na política dos colonizadores portugueses no Brasil que para acusá-los de erros tremendos não é necessário recorrer à imaginação; e fazer do tipo mais complacente e plástico do europeu um exclusivista fez, cheio de **preconceitos de raça** que nunca teve no mesmo grau elevado dos outros”.

Recorte 21

(21) “Deve-se, entretanto, restringir nas afirmações de Charles Comte as vantagens que ele destaca nos filhos mestiços de senhores com escravas. Porque não faltam desvantagens: os **preconceitos** inevitáveis contra esses mestiços. **Preconceitos** contra a cor da parte de uns contra a origem escrava, da parte de outros”.

Recorte 22

(22) “Sob a pressão desses **preconceitos** desenvolvem-se em muito mestiço evidente complexo de inferioridade que mesmo no Brasil, país tão favorável ao mulato, se observa em manifestações diversas”.

Recorte 23

(23) “Refere-se ainda o professor de grego a “Paes de famílias pobres” – os nossos “brancos pobres – que não deixando às filhas outra herança senão a da ociosidade e a dos **preconceitos** contra o trabalho manual, depois de adultas se valem delas para poderem subsistir...”.

Temos no Recorte 21 o “*preconceito* inevitável contra os mestiços”, que ocorre devido ao “*preconceito* contra a cor”, “preconceito contra a origem escrava”. E depois temos o “*preconceito* contra o trabalho manual” que os brancos teriam por ser um trabalho atribuído aos escravos.

Nas três últimas expressões, a palavra *preconceito* é reescrita por repetição articulada à cor, à origem escrava, ao trabalho manual, através da preposição “contra”, e, como vemos, características que foram tendo seus sentidos tornados pejorativos por serem atribuídas aos africanos e seus descendentes. A questão da raça não é citada nesta relação. Observamos se repetir a construção gramatical com a preposição *contra* que não se dirige diretamente ao negro, mas a características que lhe são atribuídas e que são consideradas negativas no discurso colonialista, passíveis, então, de sofrer preconceito, excluindo os negros e os mestiços. Também, não é identificado quem tem ou pratica esses preconceitos.

Com essa descrição, chegamos ao seguinte domínio semântico de determinação:

Segregação	⌋		⌋ preconceitos de família
			⌋ preconceito de raça – consciência de raça
Discriminação	⌋		
Escrúpulo	⌋		⌋ preconceito de cor – diferença de cor
			⌋ preconceito de branquidade e de sangue nobre
Exclusivismo de raça ou de cultura	⌋	preconceito	⌋ preconceito religioso ⌋ Preconceito de moral cristã
consciência	⌋		⌋ preconceitos sociais
			⌋ preconceitos anticatólicos
diferença	⌋		⌋ preconceitos puristas
Profilaxia	⌋		⌋ preconceito da virgindade
falta de conhecimento	⌋		⌋ eugenia
			⌋ xenofobia

Podemos observar a partir desse domínio semântico que o que prevalece são as reescrituras de preconceito por repetição, como se fosse suficiente haver a palavra para que se compreenda o sentido dela, o sentido dicionarizado e/ou do étimo.

Também ocorre uma grande quantidade de especificações ou caracterizações através de adjetivos ou locuções adjetivas, produzindo-se uma extensa variedade de tipos de preconceito.

Neste texto, temos as determinações *discriminação* e *segregação* que funcionam numa relação de predicação com a palavra *preconceito*, reescrituras que não apareceram no texto de Vianna.

Uma especificação para preconceito que não circula na obra anterior é a *de raça*, que antes não fazia parte do DSD de *preconceito*.

Também, nesse acontecimento, *preconceito de raça* e *preconceito de cor* podem funcionar como sinônimos, uma vez que a conjunção *ou* não está funcionando como exclusiva. Há a reescritura *exclusivismo* que reescreve *preconceito*, e, mais especificamente, *preconceito de raça*, estabelecendo uma relação de sentido mais específica relacionada à exclusão social.

Outra relação ambígua que aparece na obra de Freyre se dá entre *cor*, *raça* e *cultura*, ou seja, as características raciais podem ser tomadas por diferenças culturais, e *raça* pode ser substituída pelo que geralmente é seu estigma, a cor da pele. Essa sinonímia pode ser efeito, como vimos, de uma teoria antropológica de viés cultural pela qual o locutor está sendo agenciado. Mas isso não se define no texto, a ambiguidade prevalece, o que mostra que na escrita da ciência o *preconceito de raça* ainda não circula autonomamente, mas pode ser sinônimo do *preconceito de cor*.

Neste domínio semântico de *preconceito* temos também funcionando como tipos diferentes de preconceito a *profilaxia*, a *xenofobia* e a *eugenia*. Observamos também a recorrência de *preconceito* ser reescrito pela *falta de conhecimento* através da determinação “sombrias”, que remete à relação com o discurso Iluminista e que mostra uma relação de intertextualidade do sentido de *preconceito* presente na obra de Vianna.

E uma outra especificação que não aparece na designação de *preconceito* na obra de Vianna é *religioso*, que está relacionada a outras especificações como *de moral cristã*, *de costumes*, *anticatólicos*.

Muitas são as construções com a conjunção *ou* que interpretamos como a possibilidade da circulação conjunta das expressões e das palavras na enunciação, significando uma relação de incerteza sobre o tipo de preconceito, se *de cor* ou se *de raça*, e sobre as determinações, se se trata de *discriminação* ou de *segregação*.

Também com a preposição *contra*, construção que remete a um sentido verbal de ação sob a forma nominal da palavra *preconceito*.

Ambas têm seu funcionamento sintático afetado pela deriva de sentidos da palavra *preconceito* e suas reescrituras na enunciação. A conjunção *ou* passa a indicar a incerteza, dúvida. A preposição *contra* remete a uma deriva de sentido nominal para o funcionamento verbal de ação da palavra *preconceito* que parece ser proveniente do funcionamento da palavra para significar a relação de discriminação e segregação contra negros, índios e mestiços no Brasil. Com isso, podemos compreender que quem segrega ou discrimina são os religiosos ou portugueses motivados pela religião, mas não por conta da diferença racial.

O sentido etimológico que aparece na obra de Vianna através de várias reescrituras por substituição não aparece neste funcionamento enunciativo, assim como o sentido de *juízo*. A maioria das reescrituras é por repetição, acrescentadas de um adjetivo ou de um adjunto adnominal que caracteriza *preconceito* distinguindo uma série de tipos. O sentido verbal que se dá através da nomeação de uma ação volta a aparecer com força através das reescrituras *discriminação* e *segregação* e através da construção “preconceito *contra X*”.

Podemos afirmar, então, que esta construção sintática é uma maneira que o funcionamento semântico tem de representar o sentido de ação que essa palavra tem com a deriva de sentidos que ocorre através das determinações *discriminação*, *segregação*, que nomeiam ações de exclusão contra os índios.

Trata-se da representação de um sentido que indica a mudança de categoria gramatical de substantivo para verbo, mas que não se expressa na palavra; é, portanto, somente um movimento semântico. Essa mudança se dá pelo deslizamento do sentido, isto

é, pelo funcionamento semântico, e se marca na estrutura através das determinações e da construção gramatical com a preposição *contra*.

2.1 A designação de Preconceito: a divisão entre raça e religião

Neste texto, o *preconceito* é determinado pelo sentido de *discriminação* e de *segregação*. Ter preconceito *contra* negros ou índios é discriminá-los, é segregá-los. E esse tipo de *preconceito* é especificamente o *preconceito de raça* ou o *preconceito de cor*, que circulam na enunciação significando uma incerteza, uma dúvida sobre qual tipo de preconceito seria. Há, assim, o movimento dos sentidos: se na obra **Evolução do povo brasileiro** a especificação *de raça* não se articula a *preconceito*, uma vez que o locutor-cientista enunciava de uma posição-sujeito colonialista, determinado pelo discurso científico do evolucionismo, em **Casa-grande e Senzala**, em que o locutor-cientista enuncia de uma posição-sujeito culturalista, a especificação *de raça* passa a fazer parte do DSD de preconceito. No entanto, não fica definido se *de raça* é sinônimo de *de cor* e *de cultura* ou se cada um deles se trata de um preconceito distinto. Desse modo, na escrita da ciência ainda não é certo que a diferença racial seja um preconceito ou se é uma questão biológica, e, assim, natural.

Mas, ao longo do funcionamento semântico-enunciativo, vemos que, apesar de haver esse sentido específico para o preconceito no seu domínio semântico, é outro tipo de preconceito que prevalece.

Há uma possível sinonímia entre raça e cor, o que indica uma eufemização que tende a enfraquecer o preconceito de raça substituindo-se *raça* pela *cor*. Isso tem outro efeito no encadeamento textual que é o de dar um maior destaque aos preconceitos motivados pela religião como os principais impedimentos à miscigenação ou hibridização. As especificações de sentido religioso para preconceito também não aparecem na obra anterior.

Os preconceitos de raça perdem força diminuindo-se sua importância para ressaltar que se havia preconceitos no período analisado, o período colonial, eles eram religiosos ou,

mais especificamente, cristãos, em que observamos uma posição-sujeito contrária à influência religiosa na colonização que estaria vinculada, então, ao discurso colonialista.

Substitui-se o *preconceito de raça* pelo *preconceito religioso*. O locutor-cientista está agenciado pelo discurso científico da antropologia cultural e, desse modo, o problema do preconceito é atribuído à religião. É por isso que os portugueses tinham os franceses e ingleses como inimigos. O mesmo se dava com os índios: era uma luta *contra* os “infiéis”, não *contra* os índios. É com isso que na descrição da sociedade não se trata de uma questão de cor ou de raça. Mas, como vemos, os índios são chamados de “selvagens” e a eles são atribuídas as “sombras de preconceito”. Aparece aqui o sentido da falta de conhecimento, de ignorância, mas atribuídos especificamente aos “selvagens”. Os mestiços, isto é, os que já tinham se misturado aos portugueses, já tinham “depurado” os preconceitos.

Vemos a oposição selvagens (os índios)/civilizados (os portugueses) que, aliada à afirmação do preconceito religioso, faz parte do discurso colonialista. Na descrição da sociedade, não se nega que os portugueses tenham tido preconceito, mas se nega o preconceito racial substituindo-o pelo preconceito religioso. Temos, então, esse locutor-cientista que enuncia a partir de uma teoria antropológica que se funda na questão cultural e não biológica (como era o caso do evolucionismo da obra de Vianna), mas que também enuncia da posição-sujeito do colonizador, uma vez que os jesuítas competiam com os portugueses na obra da colonização.

Mas e os africanos? Freyre não os menciona nesse trecho que fala da luta contra os “infiéis”. Talvez porque os portugueses, na visão de Freyre, se “misturaram” com eles, “sem” os impedimentos dos preconceitos de raça ou de cor, como observamos pela eufemização do preconceito racial e o destaque do preconceito de moral cristã. O que não se menciona nessa miscigenação “livre” de preconceitos raciais é que os negros eram escravos e não o deixavam de ser por causa da miscigenação. Os brancos não se casavam com negros, ou seja, se não havia preconceito para a relação sexual, havia no nível jurídico. A desigualdade permanecia.

Quanto à substituição do preconceito racial pelo preconceito religioso entram em cena os missionários jesuítas no lugar dos colonos portugueses para a atribuição dos preconceitos, afinal, com o funcionamento do sentido de ação materializado pela

preposição *contra*, é preciso agora preencher o lugar do sujeito: X tem preconceito contra negros, índios, mestiços...

A relação de incerteza entre a especificação *de raça*, um conceito biológico, vinculado ao discurso evolucionista, com a especificação *de cor* para especificar o tipo de preconceito na colonização brasileira, e a substituição dos preconceitos religiosos (de moral cristã) no lugar dos preconceitos raciais, ambos caracterizados como algo cultural, mostram justamente a disputa de sentidos que caracteriza o político na enunciação, disputa esta que significa algo do real: a escravidão, os conflitos decorrentes disso, a disputa pelo território e a manutenção do poder dos portugueses sobre ele, sua exploração econômica, a disputa dos portugueses com os jesuítas.

Mas também mostra uma mudança importante em relação ao preconceito: a deriva do sentido da diversidade racial como algo natural, passando a ser significado como parte dos sentidos de preconceito.

Prevalece, na descrição da sociedade, preconceito de moral cristã no funcionamento argumentativo, apagando-se o preconceito de raça e/ou de cor. E é isso que faz como que a escravidão dos negros e a dominação dos índios não sejam criticadas e que a exploração sexual das mulheres negras e índias seja tratada como “relações afetuosas”.

CAPÍTULO VII

RAÍZES DO BRASIL, DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

1. Sobre o autor e sua obra

Historiador, crítico literário e professor⁶⁴, Sérgio Buarque de Holanda, nascido em São Paulo, inicia sua carreira escrevendo para diversos jornais dentro e fora do Brasil. Em 1921, muda-se para o Rio de Janeiro, onde participa da Semana de Arte Moderna no ano de 1922 como representante da revista Klaxon na cidade. Em 1925, forma-se em Direito pela Universidade do Brasil.

Vai para o Espírito Santo dirigir o jornal *O Progresso* e em 1927 volta ao Rio de Janeiro para trabalhar no *Jornal do Brasil* e na Agência United Press. Dois anos mais tarde, ele vai trabalhar na Alemanha, onde tem contato com as teorias de Weber e de Meinecke⁶⁵.

Holanda volta para o Brasil após a Revolução de 1930, e entre 1931 e 1935 continua trabalhando como jornalista. Em 1936, é convidado para ser assistente do professor Henri Houser, na cadeira de História Moderna e Econômica, e do professor Tronchon, na cadeira de Literatura Comparada, na Universidade do Distrito Federal. E, nesse mesmo ano, publica a obra clássica **Raízes do Brasil**, que inicia uma série de livros publicada pela Editora José Olympio intitulada “Documentos Brasileiros” sob a direção de Gilberto Freyre. Em 1937, assume como professor as cadeiras de História da América Latina e de Cultura luso-brasileira na mesma Universidade. Dois anos depois, ele passa a trabalhar no Instituto do Livro criado pelo Ministério da Educação e, em 1944, vai trabalhar na Biblioteca Nacional.

⁶⁴ Dados biográficos disponíveis em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/sergio_buarquedeholanda/index.php?p=5379. Acesso em: 10/09/2010.
<http://educacao.uol.com.br/biografias/ult1789u407.jhtm>. Acesso em: 10/09/2010.
http://www.unicamp.br/siarq/sbh/biografia_18.html. Acesso em: 10/09/2010.

⁶⁵ Friedrich Meinecke (1862-1954) era um historiador alemão considerado como um dos iniciadores da historiografia moderna. Disponível em: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/FriedMei.html>. Acesso em: 12/03/2011.

Dentre outras coisas, em 1945, participou da fundação da Esquerda Democrática. No ano de 1946, volta para São Paulo para ocupar o cargo de diretor do Museu Paulista, que antes era ocupado pelo seu antigo professor Afonso de Taunay.

Em 1947, filia-se ao Partido Socialista e substitui Roberto Simonsen como professor de História Econômica do Brasil. Viaja para Paris para realizar uma série de conferências na Sorbonne.

Holanda conquista a cadeira de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual Paulista (USP) com a tese **Visões do Paraíso**, em 1958. Aposenta-se deste cargo em 1969 em solidariedade aos amigos afastados de suas funções pelas ações da ditadura militar.

Em 1980, ele recebeu o prêmio Juca Pato de intelectual do ano de 1979 e foi membro fundador do Partido dos Trabalhadores. Também recebeu o troféu Jabuti, concedido pela Câmara Brasileira de Livros na categoria de ensaios.

Na obra **Raízes do Brasil**, de 1936, Sérgio Buarque de Holanda analisa a sociedade brasileira a partir da herança portuguesa do período colonial. Uma cultura europeia implantada em condições naturais muito diferentes das originárias, mas que teria se desenvolvido com sucesso em condições brasileiras. Com esse retorno às “raízes”, o autor busca compreender as características da formação da sociedade brasileira que levariam aos problemas enfrentados por ela no século XX.

Holanda realiza uma análise da sociedade do início do século XX tomando como foco a cultura e a psicologia do povo português. O autor trata da *psicologia* dos povos Ibéricos que colonizaram a América do Sul para explicar o comportamento dos brasileiros. Ele trabalha com a ideia de que a cultura de um povo assimila características da cultura de outros povos quando se trata de culturas afins e isso teria acontecido entre a cultura portuguesa e os povos que viviam no Brasil.

Uma das características portuguesas que teria sido absorvida pelo povo brasileiro foi o *personalismo*, característico dos povos ibéricos. Tratar-se-ia de um modo individualista de ser, próprio desses povos, que impediria sua coletividade, sua solidariedade e sua organização. Essa característica levaria a uma “frouxidão da estrutura social”, “falta de hierarquia organizada” tanto em Portugal quanto no Brasil.

Ele afirma que

[...] a falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno. E é por isso que erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra essa desordem (HOLANDA, 1936, 33).

Segundo ele, a anarquia e a desordem caracterizavam o modo de organização hierárquico de nossa sociedade, o que seria resultado da falta de rigor da hierarquia social dos portugueses. É por isso que o desejo de retomar a “tradição” da época do domínio português que muitos expressavam durante as primeiras décadas da República é tratado como um erro, já que são essas raízes, para o autor, as responsáveis pelos problemas enfrentados pelo Brasil no século XX.

Holanda mostra que “a instabilidade constante de nossa vida social” é decorrente “de nosso *natural* inquieto”, característica proveniente dos portugueses. Vemos, com isso, que um fator biológico está sendo levado em consideração para se caracterizar a sociedade brasileira, isto é, a *inquiétude* como sendo *natural*.

Segundo o autor, teria havido a “transferência” de “culturas européias” para o Novo Mundo. No “*caso brasileiro*”, houve a transferência da cultura portuguesa, o que faz com que ele considere estarmos ainda vinculados a *Portugal* por

[...] uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma (HOLANDA, 1936, p. 40).

Apesar de se posicionar criticamente à “herança” portuguesa, vemos que de sua perspectiva é a “cultura” portuguesa que predomina a despeito de todas as culturas que se misturaram no Brasil, o que faz com que tenhamos uma “alma comum”.

Além disso, são os portugueses que ocupam o lugar do povo civilizado:

Pioneiros da *conquista do trópico para a civilização*, tiveram os portugueses, nessa proeza, sua maior missão histórica. E sem embargo de tudo quanto se possa alegar contra sua obra, forçoso é reconhecer que

foram não somente os portadores efetivos como os portadores naturais dessa missão (HOLANDA, 1936, p. 43, grifo nosso).

Destacamos, na citação acima, a naturalização da conquista portuguesa. A “missão” natural que lhes cabe, a conquista, vai sendo descrita por oposição aos holandeses que tentaram colonizar o Brasil. Mas estes não tiveram o mesmo sucesso que os portugueses, “naturalmente” destinados à “conquista do trópico para a civilização”.

De acordo com Holanda, a “exploração dos trópicos” não teria acontecido de modo “metódico” e “racional”, mas teria sido realizada “com desleixo e certo abandono”. Holanda distingue dentre os colonizadores o tipo “aventureiro” e o tipo “trabalhador”.

O aventureiro seria caracterizado pela “audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundice” (HOLANDA, 1936, p. 44), seus esforços são empregados em função de uma recompensa rápida. Já o trabalhador teria como objetivos a “estabilidade, a paz, a segurança pessoal e os esforços sem perspectiva de rápido proveito material” (HOLANDA, 1936, p. 44). Teria sido o tipo aventureiro que atuou na conquista e colonização dos “novos mundos”, segundo ele, e a partir do qual teria se formado nossa sociedade, o que explicaria algumas das características negativas da sociedade brasileira, mas também teria sido essa personalidade que viabilizou a adaptação dos portugueses ao meio natural brasileiro:

E, no entanto, o gosto da aventura, responsável por todas essas fraquezas, teve influência decisiva (não a única decisiva, é preciso, porém, dizer-se) em nossa vida nacional. Num conjunto de fatores, tão diversos, como as raças que aqui se chocaram, os costumes e padrões de existência que nos trouxeram, as condições mesológicas e climatéricas que exigiam longo processo de adaptação, foi o elemento orquestrador por excelência. Favorecendo a mobilidade social, estimulou os homens, além disso, a enfrentar com denodo as asperezas ou resistências da natureza e criou-lhes as condições adequadas a tal empresa (HOLANDA, 1936, p. 46).

Se não houvesse o gosto pela aventura, as dificuldades do ambiente natural do Brasil teriam talvez inviabilizado a empresa portuguesa, segundo o autor. A adaptação é um dos elementos essenciais apontados por ele para o sucesso da colonização dos portugueses.

A agricultura teria se desenvolvido por causa das grandes extensões de terras férteis no nordeste. Tentou-se usar o braço indígena para o trabalho, mas foram tentativas frustradas de acordo com o autor, pois, os índios “dificilmente se acomodavam ao trabalho acurado que exige a exploração dos canaviais [...]” (HOLANDA, 1936, p. 48).

Holanda descreve os índios como um grupo que não se enquadrava à existência social e civil. Ele ainda utiliza a denominação “raça” ao referir os portugueses como “raça dominante”.

Para ele, o indígena se valeria na agricultura de “métodos rudimentares” que foram intensificados pelos portugueses na exploração da terra. É, para ele, o “homem rústico”, originário de um “povo *genuinamente* agricultor”, que teria um “*zêlo carinhoso*” pela terra, enquanto o colono, aventureiro, preferia as incursões marítimas, as glórias da guerra, queria apenas explorar as riquezas da terra, sem se preocupar com a implantação de *progressos técnicos*. O indígena é descrito como se o fato dele ser agricultor fosse algo natural, próprio a ele, e, além disso, o modo como isso é feito é considerado rudimentar.

Segundo o autor, os negros usariam de métodos “primitivos” também para plantar algodão, e, para mostrar isso, cita depoimentos que os comparam ao modo como os índios norte-americanos plantavam milho.

Observamos, assim, que vai se estabelecendo uma valoração entre índios, negros e portugueses ao longo do texto. De um lado temos o português, civilizado, raça dominadora, e, de outro, num domínio de antonímia, os índios rudimentares, os negros primitivos.

Desse modo, para Holanda, os portugueses teriam se adaptado facilmente ao modo de vida indígena, não porque eles reconhecessem qualidades nesse tipo de vida, mas porque eles se guiariam pela “lei do menor esforço”, uma vida “fácil” a qual o tipo português aventureiro se adequaria rapidamente.

Além disso, a adaptação teria ocorrido porque entre os portugueses não haveria “orgulho de raça” ou, como ele retifica, não *completamente*. Isso porque eles, segundo o autor, já teriam começado a se misturar com “gente de cor” muito antes de isso acontecer no Brasil. Por outro lado, é aqui que a mistura passa a acontecer de forma mais intensa, sem “o sentimento de distância entre os dominadores, aqui, e a massa trabalhadora de homens de cor” (HOLANDA, 1936, p. 54-55).

Uma outra questão abordada é a relação que se estabelece entre o meio rural e as cidades de maneira a explicar um pouco o funcionamento particular desses dois ambientes no Brasil. Os portugueses teriam implantado uma *civilização* rural, mas não agricultora, que vigora fortemente durante toda a época colonial até a abolição da escravidão, em 1888. Os engenhos eram auto-suficientes e as cidades é que dependiam deles, não o contrário. Os senhores preferiam suas fazendas onde tinham seu próprio mundo, onde sua palavra era lei. Esse mundo só começa a ruir quando vem a Abolição, que destrói o pilar que sustentava o poderio do senhor de engenho, a escravidão.

A decadência do mundo rural incita a vinda destas famílias dos engenhos para as cidades. Os senhores e seus filhos estudados vêm ocupar cargos políticos, burocráticos e de profissionais liberais e utilizam para a administração pública o modelo de funcionamento da vida familiar. Assim é que o espaço público, que deveria funcionar pelo profissionalismo, passa a ser gerido por “sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família” (HOLANDA, 1936, p. 82).

É somente no capítulo em que ele descreve o *homem cordial* que observamos uma distinção, uma separação, entre portugueses e brasileiros, que ao longo do livro se confundiam. Finalmente, ele se refere ao *brasileiro* descrevendo o “caráter brasileiro”. O brasileiro é representado na figura do homem cordial que age motivado pelos sentimentos e não pela razão. Trata-se, portanto, daquele que se guia pelo coração, pelos sentimentos, próprios das relações familiares, que são primitivas, segundo o autor.

Com isso, Holanda critica não apenas o modo de vida das famílias rurais detentoras de poder, mas, também, a forma de governar/gerir dessas famílias através das regras da vida privada e não pública, e que continuam, assim, a deter o poder. De acordo com ele, estaria havendo desde a colonização do Brasil uma revolução silenciosa na sociedade brasileira, sendo a abolição da escravidão, em 1888, um marco perceptível que teria causado uma mudança na ordem social e política vigente. Para o autor,

[...] ainda testemunhamos presentemente, e por certo continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as ressonâncias últimas do lento cataclismo, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas

de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo, que crismamos talvez ilusoriamente de americano, porque seus traços se acentuam com maior rapidez em nosso hemisfério. No Brasil, e não só no Brasil, iberismo e agrarismo confundem-se [...] (HOLANDA, 1936, 172).

Estaria havendo uma revolução burguesa lenta e silenciosa em “nossa vida nacional”, com apenas algumas modificações nas relações de poder – as famílias dos engenhos passam do meio rural para os centros urbanos e passam a trabalhar na máquina administrativa – em que os setores populares não tinham lugar. Holanda termina o último capítulo defendendo a ideia de que é preciso se desligar das raízes ibéricas que prevaleceram para que o Brasil pudesse seguir, finalmente, ao longo do século XX, como uma nação independente.

Depois dessa breve exposição, para darmos as condições em que nossa análise se coloca, vejamos, então, quais são os sentidos da palavra *preconceito* na obra *Raízes do Brasil*.

2. Descrição do funcionamento semântico-enunciativo da palavra *preconceito*

Vamos iniciar a nossa análise considerando a descrição que é realizada no Recorte 1 sobre o declínio das lavouras e, com elas, da vida no meio rural, e a ascensão da vida nos centros urbanos, para onde as famílias rurais se dirigem. É em meio a essa descrição que a palavra *preconceito* aparece:

Recorte 1

Com o declínio da velha lavoura, e a quase concomitante ascensão dos centros urbanos, precipitada grandemente pela vinda, em 1808, da corte portuguesa e depois pela independência, os senhorios rurais principiam a perder muito de sua posição privilegiada e singular. Outras ocupações reclamam agora igual eminência, ocupações nitidamente citadinas, como a atividade política, a burocracia, as profissões liberais.

É bem compreensível que semelhantes ocupações venham a caber, em primeiro lugar, à gente principal do país, toda ela constituída de lavradores e donos de engenhos. E que, transportada de súbito para as cidades, essa gente carregue consigo a mentalidade, os **preconceitos** e, tanto quanto possível, o teor de vida que tinham sido atributos específicos de sua primitiva condição.

Não parece absurdo relacionar a tal circunstância um traço constante de nossa vida social: a posição suprema que nela detêm, de ordinário, certas qualidades de imaginação e ‘inteligência’, em prejuízo do espírito prático ou positivo. O prestígio universal do ‘talento’ particular que recebe essa palavra nas regiões, sobretudo onde deixou vinco mais forte a lavoura colonial e escravocrata como o são eminentemente as do nordeste do Brasil, provem sem dúvida do maior decoro que parece conferir a qualquer indivíduo o simples exercício da inteligência em contraste com as atividades que requerem algum esforço físico.

O locutor está descrevendo uma característica da sociedade brasileira que estaria atrelada à decadência do meio rural (falência dos engenhos de açúcar) e ao conseqüente desenvolvimento urbano do país. Essa transformação estaria relacionada a um marco histórico do período: a vinda da família real portuguesa para o Brasil no início do século XIX. Como característica da nossa sociedade, Holanda aponta a valorização da “inteligência” em detrimento do “espírito prático ou positivo”.

A antiga elite patriarcal agrária, representante maior dessa característica, vem para a cidade para ocupar cargos políticos e burocráticos e atuar como profissionais liberais.

Essas pessoas são nomeadas ao longo do texto por “senhorios rurais”, depois por “gente principal do país” e por “lavradores e senhores de engenho”. Estas expressões especificam as pessoas pelo trabalho que realizam e pela posição de chefia que afetava não apenas os domínios rurais, mas o país como um todo.

Caracterizando assim as pessoas, as relações sociais também vão sendo caracterizadas. Considerando isso, foquemos no enunciado no qual a palavra *preconceito* aparece no Recorte 1:

(1a) Outras ocupações reclamam agora igual eminência, ocupações nitidamente citadinas, como a atividade política, a burocracia, as profissões liberais. É bem compreensível que semelhantes ocupações venham a caber, em primeiro lugar, à gente principal do país, toda ela constituída de lavradores e donos de engenhos. E que, transportada de súbito para as cidades, essa gente carregue consigo a mentalidade, os **preconceitos** e, tanto quanto possível, o teor da vida que tinham sido atributos específicos de sua primitiva condição.

Essa gente, que reescreve as expressões *senhorios rurais*, *gente principal do país*, *lavradores e senhores de engenho* condensando-as, está predicada por uma enumeração da

qual *preconceito* faz parte: *a mentalidade, os preconceitos e, tanto quanto possível, o teor da vida*, que se constituem como parte do sentido de *atributos específicos* dessa gente.

A expressão *atributos específicos* reescreve a enumeração, determinando o sentido de “a mentalidade, os **preconceitos** e, tanto quanto possível, o teor da vida”. Por outro lado, *atributos específicos* determina “sua primitiva condição”. *Preconceito* é um dos sentidos da enumeração, estando determinado por *atributos específicos*.

Vejamos a seguinte paráfrase:

(1a’) E1: Essa gente carrega consigo sua primitiva condição para a cidade.

Temos então um elemento de sentido pressuposto, que traz consigo outro elemento de sentido que pode ser enunciado da seguinte forma:

(1a’’) E2: preconceito é parte da primitiva condição dessa gente.

A gente dos engenhos (primitiva condição dos que passaram a viver nas cidades) tem preconceitos e os trazem para a cidade. Desse modo, podemos considerar que *preconceitos* determina *rural* (vida nos engenhos que é a sua primitiva condição), tendo em conta aqui a oposição à *cidade* (ocupações citadinas). Temos, então, *preconceitos* determinando *rural* em oposição ao que é *citadino*.

Passemos ao Recorte 2, do qual trazemos o seguinte enunciado:

(2a) Dos fidalgos portugueses que andavam então pelas partes do Oriente sabemos como, apesar de toda a sua prosápia (altivez, orgulho), não desdenhavam os bens da fortuna, mesmo nos casos em que, para alcançá-los precisassem desfazer-se até certo ponto de **preconceitos associados à sua classe e condição**.

Nele, *preconceito* é reescrito por repetição, também no plural, e está determinado por *associados à sua classe e condição*. O pronome possessivo “sua” estabelece que se trata da *classe e condição* dos *fidalgos portugueses*. Desse modo, podemos afirmar que *classe e condição* reescreve *fidalgua*.

Vejamos a seguinte paráfrase que retiramos do enunciado (2a):

(2a') E1: Os fidalgos portugueses se desfazem dos preconceitos.

Este enunciado tem como pressuposto o seguinte elemento de sentido:

(2a'') E2: Os fidalgos portugueses tem preconceitos associados à sua classe e condição.

O enunciador genérico E1 afirma que os fidalgos se desfazem dos preconceitos. No enunciado (2a'') temos o pressuposto de que esses fidalgos têm preconceitos, dito por um Enunciador genérico E2. O locutor fala do lugar de E1 que significa que os fidalgos portugueses “contornam” seus preconceitos de classe por não desdenharem os “bens da fortuna”. De outra parte, pelo o que está dito pelo enunciador E2, fica significado que *preconceitos* determina *fidalgos* (vamos substituir *fidalgos* por *fidalgua* para entrar no DSD).

No Recorte 3, temos a seguinte sequência:

(3a) A relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor

Nela, *preconceito* é reescrito por repetição e é especificado por *de raça* e *de cor*. Temos *preconceito de raça* e *preconceito de cor* caracterizados por *relativamente inconsistentes*.

O Recorte 4 traz uma nota situada no final do capítulo⁶⁶ na qual encontramos mais uma reescritura por repetição da palavra *preconceito*. Assim, temos:

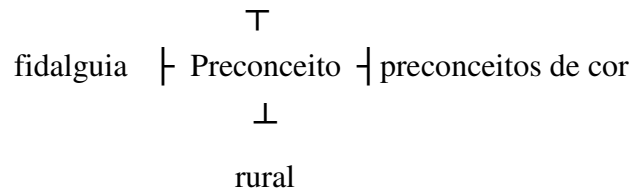
(4a) A tese das origens especificamente protestantes dos modernos **preconceitos** raciais, e, em última análise das teorias racistas, é atualmente defendida com ênfase pelo historiador inglês Arnold J. Toynbee.

Preconceito está especificado pelo adjetivo *raciais* e está caracterizado pelo adjetivo *modernos*, o que indica a novidade do preconceito para a época. Vemos pela primeira vez os preconceitos raciais associados a teorias racistas.

Temos, então, até aqui um conjunto de sentidos que podem ser representados no seguinte DSD:

⁶⁶ De acordo com Orlandi (1992), as notas de rodapé fazem parte do texto como se completassem seus sentidos. Elas aludem à busca incessante pela completude do texto.

preconceitos raciais



citadino

O que se vê até aqui é que o sentido de *preconceito* é tomado como conhecido e aparece determinando aspectos da descrição que o historiador faz da sociedade brasileira. E vemos a oposição entre o rural e o citadino, sendo que preconceito determina o que é rural.

Observando o DSD acima, vemos que não se tem determinação para *preconceito*, mas somente *preconceito* é que determina certos sentidos. As especificações *de raça* e *de cor* indicam dois tipos de preconceito que são enumerados acima, o preconceito de raça e o preconceito de cor. A partir disso, selecionamos alguns recortes nos quais encontramos certas expressões que estabelecem, no acontecimento enunciativo, relações de sentido com a palavra *preconceito* por estarem também especificadas por palavras ou expressões que remetem a *de cor* e *de raça*. Vejamos, então, as palavras e expressões que estão destacadas nos recortes que seguem e que remetem a essas especificações. Notemos também as palavras ou expressões que as antecedem:

(5a) A vida parece ter sido aqui incomparavelmente **mais suave, mais acolhedora** das *dissonâncias sociais, raciais e morais*.

(5b) [...] Nossos colonizadores eram, antes de tudo, homens que sabiam repetir o que estava feito ou o que lhes ensinara a rotina. Bem assentes no solo, não tinham exigências mentais muito grandes e o Céu parecia-lhes uma realidade excessivamente espiritual, remota, póstuma, para interferir em seus negócios de cada dia.

A isso cumpre acrescentar outra face bem típica de sua extraordinária plasticidade social: **a ausência completa ou praticamente completa**, entre eles, de qualquer *orgulho de raça*.

(6a) Compreende-se, assim, que já fosse **exíguo** o sentimento de distância entre os dominadores, aqui, e a massa trabalhadora constituída de homens de cor.

(6b) O escravo das plantações e das minas não era um simples manancial de energia, um carvão humano à espera de que a época industrial o substituísse pelo combustível. Com freqüência as suas relações com os donos oscilavam da situação de dependente para a de protegido, e até de solidário e afim. Sua influencia penetrava sinuosamente o recesso doméstico, agindo como **dissolvente** de qualquer idéia de separação de castas ou raças, de qualquer disciplina fundada em tal separação.

(6c) Era essa a regra geral: não impedia que tenham existido casos particulares de esforços tendentes a coibir a influência excessiva do homem de cor na vida da colônia [...].

(6d) Mas resoluções como essa – decorrente, ao que consta, da conjuração dos negros e mulatos, anos antes, naquela capitania – estavam condenadas a ficar no papel e não perturbavam seriamente a tendência da população para um **abandono** de todas as barreiras sociais, políticas e econômicas entre brancos e homens de cor, livres e escravos.

(7) [...] o exclusivismo racista, como se diria hoje, **nunca chegou a ser, aparentemente, o fator determinante** das medidas que visavam reservar a brancos puros o exercício de determinados empregos. Muito mais decisivo do que semelhante exclusivismo teria sido o labéu tradicionalmente associado aos trabalhos vis a que obriga a escravidão [...]

(8) A essas inestimáveis vantagens acrescenta-se ainda, em favor dos portugueses, a já aludida **ausência**, neles, de qualquer orgulho de raça.

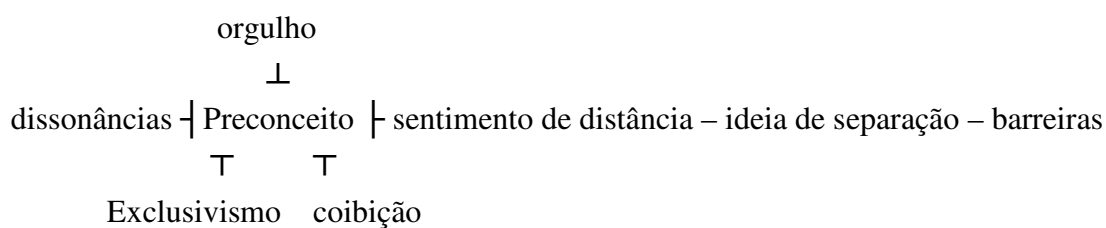
Observamos que as expressões nos recortes (5), (6), (7) e (8) apresentam relação de sentido com a palavra *preconceito* por dois fatores.

O primeiro deles é da ordem da intertextualidade. Expressões formadas com o substantivo *separação* já aparecem na obra de Vianna relacionadas a *diversidade racial* (recorte 8 do texto de Oliveira Vianna).

E o segundo motivo é de ordem intratextual. *Preconceito*, por estar articulado a *de raça, de cor, moral, social, de castas, político, econômico*, é reescrito por substituição ao longo do texto pelas seguintes palavras ou expressões, que são especificadas da mesma forma: dissonâncias (sociais, raciais e morais); orgulho (de raça); sentimento de distância

(entre os dominadores, aqui, e a massa trabalhadora constituída de homens de cor); exclusivismo (racista); ideia de separação (de castas ou raças); esforços tendentes a coibir (a influência excessiva do homem de cor na vida da colônia); barreiras (sociais, políticas e econômicas entre brancos e homens de cor, livres e escravos).

Vemos, assim, que *dissonâncias*, *sentimento de distância*, *ideia de separação*, *esforços tendentes a coibir*, *barreiras*, *exclusivismo*, *orgulho*, reescrevem *preconceito* e, com isso, determinam seu sentido. Chegamos, então, ao seguinte DSD:



Neste DSD temos *preconceito* reescrito pelas expressões acima, que estão acompanhadas, como vimos na descrição, por palavras ou expressões que suavizam, atenuam seus sentidos. São as palavras ou expressões que grifamos (exíguo, dissolvente, abandono, “nunca chegou a ser”, ausência) que precedem ou sucedem as reescrituras que compõem o DSD acima, com exceção do recorte (6c), único que admite a existência da coibição da influência do homem de cor sem atenuação, mas sem usar também a palavra *preconceito*.

Além disso, há também o fato de que estas reescrituras aparecem relacionadas de modo indireto a *preconceito*, isto é, sem que ela apareça reescrita por repetição. Desse modo, observamos que Holanda, no lugar da ciência, significa o preconceito nas relações sociais brasileiras de modo eufemístico e apaga que preconceito signifique orgulho, dissonâncias, sentimento de distância, exclusivismo, pois a relação de sentido com essas palavras se dá de maneira indireta.

Vejamos agora, na cena enunciativa, o lugar do qual o locutor enuncia nos recortes (5) e (6).

(5a) E: A vida parece ter sido aqui incomparavelmente mais suave, mais acolhedora das dissonâncias sociais, raciais e morais.

(5b) E: [...] a ausência completa ou praticamente completa, entre eles, de qualquer orgulho de raça.

(6a) E: Compreende-se, assim, que já fosse exíguo o sentimento de distância entre os dominadores, aqui, e a massa trabalhadora constituída de homens de cor.

(6b) O escravo das plantações e das minas não era um simples manancial de energia, um carvão humano à espera de que a época industrial o substituísse pelo combustível. Com freqüência as suas relações com os donos oscilavam da situação de dependente para a de protegido, e até de solidário e afim. Sua influência penetrava sinuosamente o recesso doméstico, agindo como dissolvente de qualquer idéia de separação de castas ou raças.

O locutor enuncia como enunciador genérico nos três enunciados acima. Podemos observar uma atenuação das dissonâncias sociais, raciais e morais, do orgulho de raça e do sentimento de distância entre dominadores e a massa trabalhadora de homens de cor. Ou seja, o locutor enuncia de uma posição-sujeito que atenua, suaviza as relações entre os dominadores e os homens de cor. E isso se repete para os enunciados seguintes, (6c), (7) e (8), com exceção do recorte (6b) que não atenua mas admite a coibição.

Vejamos o enunciado (7a) do Recorte 7:

(7a) E1: O *exclusivismo racista* não chegou a ser fator determinante das medidas que visavam reservar a brancos o exercício de determinados empregos;

Ele tem como pressuposto o seguinte enunciado:

(7a') E2: O *exclusivismo racista* é um fator das medidas que visavam reservar a brancos o exercício de determinados empregos;

Temos, então, o enunciador E1 que atenua o *exclusivismo racista* dizendo que ele não teria sido fator determinante na reserva de empregos para os brancos. Há também o enunciador E2 que enuncia como enunciador genérico que afirma a existência do *exclusivismo racista* na sociedade brasileira.

O locutor assume o lugar do Enunciador E1 de negar que o exclusivismo racista tenha sido determinante na reserva de empregos aos brancos, mas, como vemos, aí também está dito que *há* o exclusivismo racista, mas que é atenuado da perspectiva de E1.

Esse movimento de atenuação sem se negar a existência do exclusivismo racista, das dissonâncias raciais, da separação de castas, entre outros, ocorre também nos recortes (5), (6), (7) e (8). No Recorte 8, o locutor diz que o orgulho de raça está *ausente* nos portugueses.

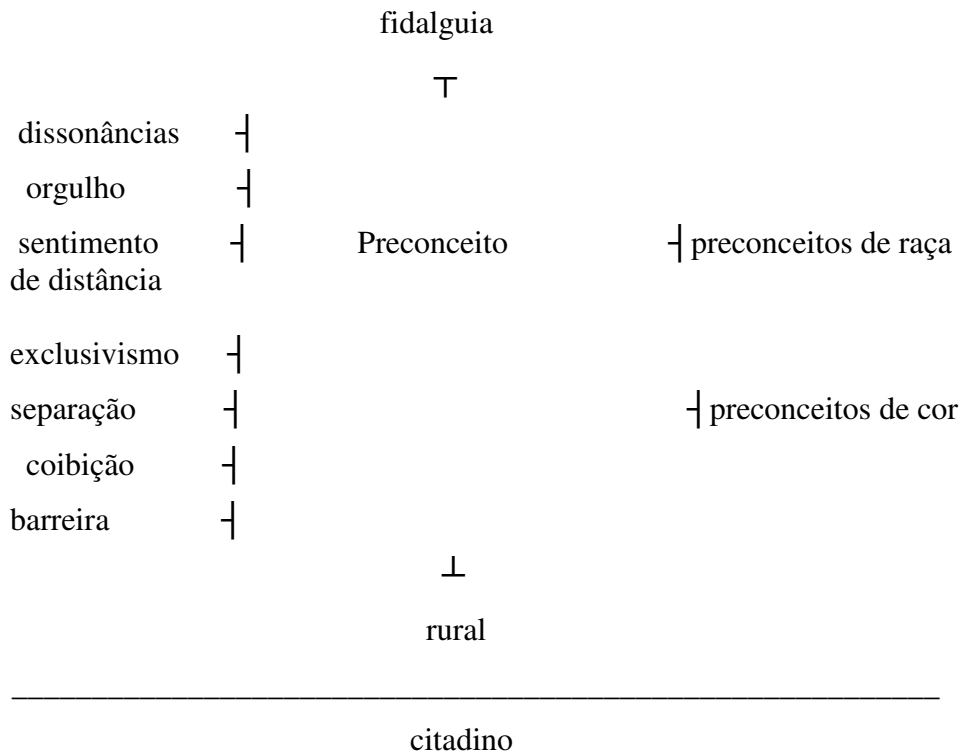
Nesses recortes, em que a palavra *preconceito* não aparece reescrita, temos a relação estabelecida pelo locutor entre dominadores e a massa trabalhadora de homens de cor; entre brancos e homens de cor; entre livres e escravos; entre escravos e donos; ou então aparecem somente os brancos puros (o que remete à “raça”) que não têm o exclusivismo racista, os portugueses que não têm orgulho de raça e os colonizadores que também não têm orgulho de raça.

Voltemos agora ao Recorte 3, que na organização textual é o último lugar no texto, fora a nota de rodapé, em que *preconceito* aparece:

(3a) A relativa inconsistência dos *preconceitos de raça e de cor*

O recorte em questão faz parte do capítulo conclusivo do texto, prevalecendo, assim, o locutor enunciando como enunciador genérico, que fala de uma posição-sujeito que busca negar ou atenuar o modo como formula o sentido do que são os preconceitos. E, mesmo assim, as relações que são enumeradas acima e mediadas pela ausência de orgulho, dissonâncias, sentimento de distância, exclusivismo estabelecem a divisão social e, mais do que isso, a hierarquia entre elas.

Chegamos, assim, ao seguinte domínio semântico de determinação para a palavra *preconceito* no texto de Holanda:



Temos, então, de um lado, a palavra *preconceito* reescrita por *dissonâncias*, *orgulho*, *sentimento de distância*, *exclusivismo* *separação* e *barreira*. São palavras ou expressões que reescreverem por substituição a palavra *preconceito*, determinando-a.

No entanto, estas reescrituras não aparecem determinando *preconceito* de modo direto no texto. Chegamos a elas pelas especificações *de cor* e *de raça* que configuram dois tipos de preconceito na obra.

Ainda, preconceito determina o sentido de *rural*, estabelecendo-se uma relação de antonímia com o sentido de *cidadino*.

E, por fim, a classe dos fidalgos portugueses, que é representada no DSD por *fidalguia*, também é determinada pelos sentidos de preconceito.

Neste outro conjunto de determinações de preconceito não há nenhuma palavra que o reescreva, seja por substituição ou por outras formas de reescritura, o que produz um efeito de evidência do sentido da palavra, como se não fosse preciso dizer o sentido que tem *preconceito* na obra. É como se fosse de conhecimento comum o que essa palavra significa e como se ela significasse a mesma coisa o tempo todo.

2.1 A eufemização do *preconceito* e a divisão da sociedade

A palavra *preconceito*, enunciada pelo locutor-cientista, funciona no acontecimento enunciativo apenas determinando outras palavras. Temos assim que este locutor, de uma posição-sujeito que reconhece a existência dos preconceitos, atribui o preconceito à classe dos portugueses fidalgos que vivem no meio rural. Mas esse preconceito não é reescrito por nenhuma outra palavra ou expressão, circulando como se seu sentido fosse uma evidência para todos. Nota-se com isso que o preconceito fica restrito aos fidalgos portugueses, àqueles que vivem no meio rural, em oposição aos que tem uma vida citadina, e que esse *preconceito*, que não é designado, não é “contra” ninguém. Temos então que *preconceito* determina os sentidos de *rural* opondo-se aos sentidos de *citadino*, significando, aí, uma divisão da sociedade brasileira.

Podemos supor que a ausência de determinação para *preconceito* esteja relacionada ao efeito de evidência do sentido etimológico “conceito formado antecipadamente”.

Dois tipos de preconceito foram especificados, o preconceito de cor e o preconceito de raça, o que possibilitou que chegássemos, através dessas duas especificações e, também, pela intertextualidade com as outras obras analisadas, a um conjunto de reescrituras da palavra *preconceito* que lhe atribuem uma gama de sentidos.

Assim, a palavra *preconceito* é reescrita de maneira indireta por dissonâncias, orgulho, sentimento de distância, barreiras, exclusivismo, coibição. Note-se que na escrita do locutor-cientista essas palavras não reescrivem preconceito de maneira direta, embora o preconceito esteja sendo significado por elas, e é enunciado, como vimos, de maneira atenuada, produzindo-se uma eufemização. Nesse caso, o locutor enuncia de uma posição-sujeito que eufemiza o preconceito.

A questão é que o orgulho, o sentimento de distância, as dissonâncias, as barreiras, o exclusivismo, a coibição significam o preconceito de uma maneira indireta e de modo atenuado justamente quando o locutor está descrevendo as relações entre dominadores e a massa trabalhadora de homens de cor; entre brancos e homens de cor; entre livres e escravos; entre escravos e donos; ou então aparecem somente os brancos puros que não têm

o exclusivismo racista, os portugueses que não têm orgulho de raça e os colonizadores que também não tem orgulho de raça.

Assim, a sociedade é dividida por diferentes relações – de trabalho, de cor, de raça – e estas relações são descritas de maneira polarizada pelos extremos sociais, donos e escravos; dominadores (brancos) e trabalhadores de cor; brancos puros, como se essas relações, que são hierarquizadas de poder, não fossem permeadas pelo preconceito, mas por sentimentos, barreiras, dissonâncias e que, nesse acontecimento, não estão diretamente relacionadas ao preconceito pelo locutor.

No futuro de interpretação que o acontecimento possibilita, podemos projetar que essa eufemização do preconceito e a relação indireta que se estabelece com as suas reescrituras produzem como efeito que as reescrituras atenuadas não sejam significadas como preconceitos. Isso permite a circulação do preconceito na sociedade sem que ele signifique como tal, o que facilita que os dominadores, os donos (senhores), os brancos puros, explorem o trabalho, exerçam sua dominação sobre os trabalhadores de cor, os escravos, os índios e mestiços.

CAPÍTULO VIII

FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO, DE CAIO PRADO JÚNIOR

1. Sobre o autor e a obra

Caio Prado Júnior⁶⁷ era paulista e estudou direito na Faculdade do Largo de São Francisco, que hoje faz parte da Universidade de São Paulo, onde posteriormente atuou como professor. Viajou para a União Soviética no ano de 1932, onde passou um mês. Quando voltou ao Brasil, proferiu conferências sobre o socialismo soviético. Foi membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e foi preso em 1935 acusado de ter participado da Intentona Comunista. Quando livre, em 1937, foi morar na França até 1939, período em que teve contato com inúmeros intelectuais, inclusive com Fernand Braudel⁶⁸, recebendo influência da teoria durkheimiana⁶⁹. Foi deputado sob a legenda do PCB, mas teve seu mandato cassado em 1948, quando o partido foi extinto.

Em 1956, conquistou o título de livre-docente pela tese **Diretrizes para uma política econômica brasileira**. Mais tarde, em 1968, tentou fazer outro concurso na USP para preencher a vaga deixada por Sérgio Buarque de Holanda, que se aposentara em protesto contra as prisões de seus colegas durante a ditadura. Mas o concurso foi anulado pelo regime militar.

Historiador, marxista, faz uma história materialista e não apenas descritiva, publicando inúmeras obras importantes, tais como o seu primeiro ensaio intitulado **A Evolução Política no Brasil**, de 1933, a obra **A revolução brasileira**, de 1966, com a qual ganhou o prêmio “Juca Pato de Intelectual do ano”, e a obra, considerada fundamental,

⁶⁷ Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/070/70esp_santos.htm. Acesso em: 02/01/2011.

⁶⁸ Fernand Braudel (1902-1985), importante historiador francês que introduziu renovações nos métodos historiográficos tradicionais. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/biografia/fernand-braudel.htm>. Acesso em: 16 de março de 2011.

⁶⁹ Émile Durkheim (1858-1917), fundador da escola francesa de sociologia. Disponível em: <http://www.consciencia.org/durkheim-e-a-sociologia>. Acesso em: 16 de março de 2011.

Formação do Brasil Contemporâneo, de 1942, que faz parte do nosso *corpus*. Com esta obra, Prado Jr. lança ainda um outro olhar para se tentar compreender o Brasil das quatro primeiras décadas do século XX, e é com ela que finalizamos a nossa análise.

Inicialmente, ele estabelece as bases do seu estudo a partir de dois pontos que ganham importância na maneira como ele analisa a “evolução” do Brasil. Um deles é partir dos acontecimentos do século XIX, o que é justificado por uma visão de análise histórica específica que é a de tomar os principais acontecimentos históricos deixando de lado os acontecimentos menos relevantes, sem perder de vista o todo histórico do qual esses acontecimentos fazem parte.

O outro ponto importante é que ele coloca como eixo central a questão econômica: a formação do Brasil, desde o início, tem fins mercantis/comerciais e é isso o que é preciso ser levado em conta para se entender o sentido de sua “evolução”. Esses dois eixos analíticos o situam no materialismo histórico.

Nesta visão, o século XIX torna-se a “chave” para se compreender o que acontecia na primeira metade do século XX, preocupação que move os outros autores que estudamos. Para o autor, este período reunia as principais características dos séculos de colonização ao mesmo tempo em que se destacavam as mudanças que iriam delinear a nação no século XX.

[...] de um lado, ele (*o século XIX*)⁷⁰ nos fornece um balanço final, a obra realizada por três séculos de colonização e nos apresenta o que nela se encontra de mais característico e fundamental, eliminando do quadro ou pelo menos fazendo passar ao segundo plano, o acidental e intercorrente daqueles trezentos anos de história. É uma síntese deles. De outro lado, constitui uma chave, e chave preciosa e insubstituível para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e a resultante dele que é o Brasil de hoje. Nele se contém o passado que nos fez; alcança-se aí o instante em que os elementos constitutivos da nossa nacionalidade – instituições fundamentais e energias – organizados e acumulados desde o início da colonização desabrocham e se completam (PRADO JR., 1942, p. 9).

A estrutura que se formou durante a colônia termina de se constituir no século XIX e começa a se modificar profundamente, dando origem ao Brasil do século XX. Além do

⁷⁰ Informação inserida por mim.

esgotamento do poder da metrópole sobre a colônia, devido à decadência do Reino, há também transformações profundas nas instituições que compunham o sistema colonial, conforme nos diz Prado Jr.

Para o autor, teria sido no passado colonial que os fundamentos da nossa nacionalidade se formaram, tais como o povoamento do território e a organização da vida que se diferia muito mais da vida das “nações indígenas” do que da vida dos portugueses em Portugal. Mas, de todo o jeito, o autor mostra que, no Brasil, algo “novo” teria se criado “no plano das realizações humanas”.

Assim, teria se formado

[...] uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente e habitando um determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas, finalmente até uma consciência, mais precisamente uma certa “atitude” mental coletiva particular (PRADO JR., 1942, p. 10).

Observamos, aqui, a busca do autor por mostrar a unidade da população brasileira e, assim, caracterizar uma nacionalidade que a singulariza em relação a Portugal, e um dos critérios para isso é a diferenciação da população pela diversidade étnica. Vemos que Prado Júnior trata dessa diferenciação da população, pelo menos inicialmente, a partir da ideia de etnia.

O autor menciona dois setores que ainda mantinham as características coloniais no século XX. O primeiro é o setor econômico no qual o trabalho livre ainda era irregular e não havia sido implantado em todo o país. Ainda nesse setor, ele fala da subordinação da economia brasileira a economias estrangeiras por voltar sua produção para a exportação. Ou seja, para ele, a economia colonial ainda não teria “evoluído” para a economia “nacional”.

Outro setor mencionado é o setor social. A sociedade ainda mantinha características coloniais nas relações sociais, mais particularmente as relações “de classe”:

[...] ainda conservam nossas relações sociais, em particular as de classe um acentuado cunho colonial. Entre outros casos, estas diferenças

profundas que cindem a população rural entre nós em categorias largamente díspares; disparidade que não é apenas no nível material de vida, já inteiramente desproporcionado, mas sobretudo no estatuto moral respectivo de umas e outras e que nos projeta inteiramente para o passado (PRADO JR., 1942, p. 11).

Nesse caso, é interessante destacar que, agora, o autor não está tratando de diferenças étnicas, mas da disparidade de “classe”.

Prado Jr. afirma que a colonização brasileira seria resultante de um processo histórico mais amplo, que tem como eixo a expansão marítima europeia com objetivos comerciais. É assim que esta “civilização” se espalharia “dominadora” pelo mundo. Interessante observar que, nesse caso, a nossa história é determinada pela história comercial europeia e que na descrição que ele faz dos europeus, estes são a “civilização dominadora”, enquanto que ao longo do livro, os índios e africanos serão designados, dentre outras coisas, por “semicivilizados”, “passivos”, e, até mesmo, por “selvagens”.

E o sentido da colonização na América é o de transformar um território “primitivo”, povoado por “rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável [...] (PRADO JR., 1942, p.24), em uma ocupação que realizasse uma produção voltada para o comércio sem se ter a ideia de povoar este território.

Com relação aos trópicos, Prado Jr. observa que o colono branco que vem aos trópicos vem em busca de gêneros que não eram produzidos na Europa e que eram, portanto, artigos de luxo. Esses colonos que vinham para ocupar, e eventualmente povoar, eram movidos pelo “estímulo material”. Assim, o autor desconstrói a ideia sobre a inadaptabilidade do homem branco nos trópicos. Para ele, era uma questão de “predisposição”, de motivação material para colonizar os trópicos economicamente vantajosos. Vemos que, embora já tenha aparecido a noção de classe e de etnia, ainda assim a noção de raça continua a circular.

E essa questão da raça se mantém fortemente. Segundo o autor, os portugueses que para aqui vieram queriam ser dirigentes, empresários, mas não trabalhadores. Prado Jr. afirma que o “tipo de colono europeu” nos trópicos não seria o “tipo trabalhador”, “povoador”, mas o “explorador”, o “empresário de um grande negócio”. Nesse sentido, há uma seleção entre os colonos que vinham para os trópicos e os que iam para a América do

Norte. Sua classificação lembra a que foi feita por Sérgio Buarque de Holanda, que dividia os portugueses em dois “tipos”, o trabalhador e o aventureiro.

Assim, segundo Prado Jr., a colonização no Brasil conservaria

[...] um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados (1942, p. 31).

Vemos que a sua posição material e histórica não impede que se continue a separar as “raças”, mesmo pela noção de cultura, em superiores e inferiores.

A intertextualidade com a obra **Casa-grande e Senzala** aparece algumas vezes, como quando Prado Jr. comenta que Gilberto Freyre descreve a relação entre os europeus e o meio como apenas um “contato fortuito”, enquanto que para ele, constituiu-se uma sociedade permanente, com características próprias.

Prado Jr. reserva um capítulo todo intitulado “Raças” para tratar da constituição da população. Este capítulo encerra a primeira parte do livro, intitulada “Povoamento”, em que ele trata dos aspectos demográficos do Brasil. Ele vai descrevendo os núcleos de povoamento no território especificando, também, as raças que compunham esses núcleos, bem como as atividades econômicas realizadas, as quais estavam ligadas às migrações. É no capítulo sobre as raças que compunham a população que começamos a encontrar a palavra *preconceito* no texto.

Observamos que a noção de raça está relacionada à noção de etnia: “das três raças que entraram na constituição do Brasil duas pelo menos, os indígenas e africanos, trazem à baila problemas étnicos muito complexos” (PRADO JR., 1942, p. 85). Nesse caso, é como uma questão de diversidade étnica que a diversidade racial é analisada pelo autor, através do modo como essas raças reagiram ao processo histórico de colonização.

Prado Jr. também fala que na colonização o critério dos portugueses para selecionar os colonos era religioso e não se considerava a “nacionalidade” dos imigrantes. O problema da religião, que vai sendo discutido por ele na seleção dos colonos que entravam no Brasil,

parece retomar a discussão feita por Freyre, mas com uma diferença: o critério religioso prevalece sobre o critério da “nacionalidade” e não sobre o da raça como era para Freyre.

É aí que ele analisa o conflito entre a Companhia de Jesus, que segregava o índio, e o poder soberano da coroa Portuguesa, que tinha como política colonial “incorporá-lo à comunhão luso-brasileira” (PRADO JR., 1942, p. 92). Uma das formas de promover a segregação realizada pelos religiosos, segundo o autor, seria não se ensinar a língua portuguesa.

De acordo com Prado Jr., o Brasil colônia tinha como principal característica a “licença de costumes”, isto é, os colonizadores não se prendiam aos costumes e faziam o que não era comum na sociedade portuguesa, e foi graças a isso que as raças se misturaram, se “amalgamaram”.

Os índios são descritos como “mansos” ou “selvagens” pelo autor, como a raça “dominada”. Segundo o que ele descreve, no contato entre índios e brancos, duas raças de “níveis culturais muito apartados: a inferior dominada desaparece” (PRADO JR., 1942, p. 105) ao se misturar com o branco. Trata-se aqui mais de uma diferença de nível cultural do que de uma diferença biológica. No entanto, como é possível afirmar que são os índios que desaparecem no cruzamento com o branco? Por que no cruzamento entre as raças é o branco que prevalece enquanto o do índio desaparece?

Ele considera, assim, que a característica mais importante da formação étnica brasileira é a “mestiçagem profunda das três raças” (PRADO JR., 1942, p. 107), o que leva a população brasileira a ser uma das mais diversificadas etnicamente. Mas há a predominância dos colonos portugueses pela “capacidade do português em se cruzar com outras raças” (PRADO JR., 1942, p. 107). É a essa “aptidão” que Prado Jr. atribui a unidade que o Brasil tem. Segundo ele, “tudo isto veio favorecer a plasticidade do português em presença de *raças exóticas*” (PRADO JR., 1942, p. 109, grifo nosso)⁷¹.

A descrição étnica sobre a sociedade brasileira do século XIX feita pelo autor mostra uma relação entre a escala social e a cor da pele, em que a cor branca é mais valorizada pela sociedade.

⁷¹ Mesmo para Prado Jr, os índios e os negros não deixam de ser tratados por “raças”, e, ainda, como sendo “exóticas”. Note-se que elas são “exóticas” do ponto de vista do colonizador português.

O paralelismo das escalas cromáticas e social faz do branco e da pureza de raça um ideal que exerce importante função na evolução étnica brasileira; ao lado das circunstâncias assinaladas mais acima, ele tem um grande papel na orientação dos cruzamentos, reforçando a posição preponderante e o prestígio de procriador do branco. Dirige assim a seleção sexual no sentido do branqueamento. Um fato bem sintomático de um tal estado de coisas é a preocupação generalizada de “limpar o sangue” como se chamava aquela acentuação do influxo branco (PRADO JR., 1942, p. 110-111).

O autor explica que para a sociedade da época quanto mais se subia a escala social, menor era a mestiçagem e maior o número de pessoas brancas. E mesmo que houvesse os mestiços, isso era ignorado em função da posição social e econômica ocupada. Ou seja, a clareza da pele era associada à elevação na classe social, mas isso também dependia de uma questão material.

Depois, em uma segunda parte do livro intitulada “Vida material”, Prado Jr. discorre especificamente sobre as atividades desenvolvidas no Brasil que estão ligadas à organização da vida, tais como a agricultura de subsistência, transportes e comunicação, e outras que estão ligadas à economia, como a agricultura na grande lavoura, a pecuária, o comércio, o extrativismo, a indústria.

Para o autor, o sentido da colonização brasileira é o de produzir gêneros e fornecê-los à metrópole. É assim que tudo o que se desenvolve aqui em termos econômicos (e também nos demais) gira em torno das necessidades da metrópole. E, segundo ele, isso permanece ainda no século XIX, o Brasil continua “visceralmente” ligado à economia de Portugal.

O Brasil era visto pela metrópole portuguesa, segundo o autor, como um mero “negócio” que precisava dar lucros, fornecer produtos que a fizessem ganhar dinheiro sem que os dirigentes portugueses se preocupassem se a forma como isso estivesse ocorrendo era prejudicial ou não, se estava organizado e estruturado ou não.

A agricultura de grande lavoura era “[...] a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que se assenta toda a estrutura do país, econômica e social” (PRADO JR., 1942, p. 123).

Na última parte do livro, intitulada “Vida Social”, o autor analisa a forma como se dá a organização social em torno da característica principal da vida econômica do país, que é a escravidão. É este, portanto, o principal eixo em torno do qual gira não somente a economia como também a organização da sociedade brasileira. Segundo Prado Jr., ela influenciou todos os setores da vida social, tanto nos padrões materiais como nos padrões morais.

É interessante ver que, para ele, a escravidão que se desenvolve na colonização da América não estaria relacionada historicamente à escravidão do mundo antigo da civilização ocidental. Ela renasceria como instituição própria da colonização americana, derivando dos acontecimentos históricos do século XV com os descobrimentos de além-mar.

A escravidão na antiguidade grega, segundo o autor, difere-se daquela que se desenvolve nas colônias americanas, porque no primeiro caso o escravo resulta de um “processo evolutivo natural” que “se entrosa por isso perfeitamente na estrutura material e na fisionomia moral da sociedade antiga” (PRADO JR. 1942, p. 270). A escravidão desse período é assim comparada aos assalariados de seu tempo por ser uma classe inerente ao sistema de classes, algo que seria um elemento constituinte da sociedade, insubstituível, parte dela.

Já a escravidão moderna, de acordo com o autor, surge como um “corpo estranho” na sociedade, sem razão de ser, uma vez que já fora substituída pelo trabalho assalariado, mas que é imposta novamente pelos portugueses, contrariando os padrões morais e materiais. A escravidão ressurgiu dizimadora dos povos submetidos a ela degradando-os, estando intimamente ligada ao início da colonização das Américas como mais um negócio lucrativo, de maneira que é considerada o “cimento” da estrutura das colônias americanas.

Há ainda uma outra diferença apontada por Prado Jr. entre a escravidão da antiguidade e a escravidão moderna. Trata-se do nível cultural dos escravos. Os negros e os índios teriam um “nível cultural ínfimo” em relação aos seus dominadores, se sujeitando assim a sua cultura. Já no mundo antigo, os escravos se igualavam aos dominadores no nível cultural, contribuindo, assim, para a evolução da civilização.

Na América, pelo contrário, a que assistimos? Ao recrutamento de povos bárbaros e semibárbaros, arrancados do seu habitat natural e incluídos, sem transição, numa civilização inteiramente estranha. E aí o que esperava? A escravidão no seu pior caráter, o homem reduzido à mais simples expressão, pouco senão nada mais que o irracional: “instrumento vivo de trabalho”, o chamará Perdigão Malheiro (PRADO JR., 1942, p. 272).

Observamos aqui que a diferenciação inferioridade/superioridade continua presente, não em termos biológicos, mas em termos culturais. Se no caso de Roma os escravos contribuíram para aumentar o valor cultural, colaborando, assim, para o engrandecimento da civilização romana, o que temos afirmado pelo autor é que no caso da colonização americana, índios e negros não tiveram a mesma influência:

A contribuição do escravo preto ou índio para a formação brasileira é além daquela energia motriz quase nula. Não que deixasse de concorrer, e muito, para a nossa “cultura” no sentido amplo em que a antropologia emprega a expressão; mas é antes de tudo contribuição passiva, resultante do simples fato da presença dele e da considerável difusão do seu sangue, que uma intervenção ativa e construtora (PRADO JR., 1942, p. 272).

Ele afirma que não quer “subestimar” a cultura dessas raças, mas, para ele, a cultura do português prevalece por conta da passividade e inferioridade das culturas dos povos dominados. Índios e negros são novamente colocados no lugar da inferioridade, mesmo que cultural. E, se há “passividade”, isso não significa que as culturas indígena e africana não tivessem nada a contribuir ou que fossem inferiores. O problema é que houve a imposição da cultura dos portugueses pela força.

Outra característica que particularizaria a escravidão americana seria, segundo o autor, a “diferença profunda de raças que separa os escravos de seus senhores” (PRADO JR., 1942, p. 273). Essa diferença em outras colônias na América impediu a aproximação das classes, reforçando a rigidez da estrutura social. No entanto, no Brasil, isso não teria evitado a aproximação entre as raças, embora com certos limites por conta do preconceito.

É nesta obra que aparece pela primeira vez a alusão ao racismo através da expressão *racistas brasileiros*, na qual a palavra *racistas* aparece entre aspas.

As raças escravizadas e assim incluídas na sociedade colonial, mal preparadas e adaptadas, vão formar nela um corpo estranho e incômodo. O processo de sua absorção se prolongará até nossos dias, e está longe de terminado. Não se trata apenas da eliminação étnica que preocupa tanto os “racistas” brasileiros, e que se demorada, se fez e ainda se faz normal e progressivamente sem maiores obstáculos. Não é aliás o aspecto mais grave do problema, aspecto mais de “fachada”, estético, se quiserem: em si, a mistura de raças não tem para o país importância alguma, e de certa forma até poderá ser considerada vantajosa. O que pesou muito mais na formação da sociedade brasileira, é o baixo nível destas massas escravizadas que constituirão a imensa maioria da população do país (PRADO JR., 1942, p. 276).

O autor descreve que o problema dos racistas contra os negros, no século XIX, não é em relação à “estética”. O que os preocupa é o problema do “baixo nível”, isto é, a falta de técnica, o nível cultural inferior. Ou seja, se antes o problema para a sociedade era a “inferioridade biológica” dos negros, índios e mestiços, agora o problema identificado por Prado Jr. é o do baixo nível técnico e cultural.

Uma outra característica da nossa sociedade descrita pelo autor é o fato dela ser organizada em torno do “clã patriarcal”, que é originado da nossa organização econômica. Ela se forma em torno do senhor e sua família, que dirige a terra e os escravos, e a população se agrupa em torno deles. É o senhor rural que possui a autoridade. Sobre essa característica, Caio Prado Júnior nos indica, em nota de rodapé, algumas obras de Oliveira Vianna e de Gilberto Freyre que estudaram com mais detalhes a questão do clã patriarcal.

É com base em uma economia de exploração impensada, precipitada, mal feita dos recursos de um território virgem e com base na escravidão, voltada para o comércio internacional, que Prado Jr. define a empresa colonizadora de Portugal. “Tal base, com o desenvolvimento da população, com o concurso de outros fatores vários, se torna, através do tempo, restrito e incapaz de sustentar a estrutura que sobre ela se formara” (PRADO JR., 1942, p. 359). No final do século XVIII, a metrópole chega à conclusão da necessidade de reformas nas formas de se explorar a colônia. O problema é que, apesar de a colônia ter se formado a partir dos sistemas de organização da metrópole, isto é, da monarquia e de suas raízes estarem intimamente ligadas, a colônia era um lugar completamente diferente da metrópole, não apenas em aspectos físicos, mas também na evolução de seu quadro econômico, político e social. Por isso, a única solução para modificar e resolver os

problemas da colônia era a separação. Tal solução, segundo o autor, foi surgindo aos poucos, individualmente, com inspiração da Independência de outras nações, como a dos Estados Unidos.

Desse modo, para o autor, o Brasil chega a sua independência no século XIX como resultado do declínio da empresa colonial realizada por Portugal, que deixa como herança inúmeros problemas sociais, econômicos e estruturais que se arrastam até o século XX.

Após uma rápida explanação dos pontos principais da obra, passemos agora à análise dos sentidos da palavra *preconceito*.

2. Descrição do Funcionamento Semântico-Enunciativo da palavra *preconceito*

Vejamos o primeiro recorte em que a palavra *preconceito* aparece, no qual Prado Jr. descreve os negros em relação à escravidão e ao domínio do branco:

- (1) O caso do negro é para o historiador mais simples. Uniformizado pela escravidão sem restrições que desde o início de sua afluência lhe foi imposta, e que ao contrário da do índio, nunca se contestou, ele entra nesta qualidade e só nela para a formação da população brasileira. Não surgiram problemas nas suas relações com os colonos brancos: nos dois séculos e meio que decorrem da introdução dos primeiros africanos até o momento que ora nos ocupa, a sua situação foi sempre a mesma. A contribuição que traz é considerável, e certamente muito superior que à do índio. Não só pelo estoque inicial, que em princípios do século XIX, já antes das grandes importações deste século, não teria sido de menos de 5 a 6 milhões de indivíduos introduzidos, mas por outros fatores que asseguram a perpetuação do seu sangue em proporção mais elevada: a resistência maior que oferece na presença do branco e o contacto mais íntimo que teve com ele, donde a multiplicação dos cruzamentos. Duas características no entanto o desfavorecem a este respeito: de um lado, a menor proporção de mulheres, pois o tráfico importava muito mais homens, mais úteis para o fim principal visado. Não chegamos nunca à perfeição dos norte-americanos, que “criavam” escravos para negociar com eles; e por isso as mulheres eram menosprezadas. Em segundo lugar pelo fato de militarem contra as alianças com negros – as legais bem entendido – **preconceitos** que são muito maiores que no caso do índio. Esta segunda circunstância tem aliás importância mínima, porque tanto no caso do índio como do negro, a grande maioria dos cruzamentos se realiza fora do casamento.

Iniciemos pelo predicado “militarem contra as alianças com negros – as legais bem entendido” ao qual a palavra *preconceito* está relacionada. Parafraseamos este enunciado pelo seguinte:

(1a) Os preconceitos militam contra as alianças legais com negros

O enunciado (1a) “Os preconceitos militam contra as alianças legais com os negros” fala de um ato, isto é, da militância contra a realização de alianças legais com os negros. Nessa paráfrase, temos preconceito reescrito por repetição, e está predicado por “militam contra as alianças legais contra os negros”. Temos a descrição de uma ação, que predica e, portanto, determina *preconceito*, uma ação que é a militância contra a legalização da condição do negro na sociedade através de alianças (como, por exemplo, o casamento). O interessante é que o lugar do sujeito é ocupado por preconceito, que não é um sujeito animado.

Depois, temos a palavra *preconceito* reescrita por repetição no seguinte trecho, continuando no mesmo assunto do recorte anterior:

(2) E embora quase sempre à margem do casamento – contra as uniões legais com pretas ou índias, sobretudo com as primeiras, havia fortes **preconceitos** – tais uniões irregulares, de tão frequentes que eram, passaram à categoria de situações perfeitamente admitidas e aprovadas sem restrições pela moral dominante. E os rebentos ilegítimos que delas resultassem não sofriam com esta origem nenhuma diminuição.

No recorte acima, a palavra *preconceito* é caracterizada pelo adjetivo *fortes*. Podemos ter como paráfrase do enunciado (2) o seguinte:

(2a) Havia fortes preconceitos contra uniões legais com pretas e ou índias

(2b) mas não contra as uniões ilegais, irregulares, muito comuns.

E é este modo de argumentar que possibilita concluir o que ele diz a seguir, no Recorte 3. Assim, até este ponto, a reescritura por repetição indica que a palavra

preconceito aparece como se seus sentidos fossem conhecidos, compartilhados por todos de maneira igual e que ele não precisasse dizer o que é.

Tanto (1a) quanto (2a) e (2b) são enunciados por um enunciador genérico. O locutor-cientista faz uma descrição de como a sociedade brasileira se relacionava com os negros e índios de uma maneira geral. Mas o locutor não se inclui nessa voz genérica. Outro ponto que podemos observar é que os preconceitos dirigem-se contra uniões legais com negros, mas não contra os negros diretamente. Isso se confirma com a afirmação de que as uniões ilegais com os negros não eram reprovadas pela moral.

Novamente a palavra aparece reescrita por repetição mais duas vezes no Recorte 3, o qual reproduzimos aqui:

- (3) Não é de admirar o vulto que tivesse tomado a mestiçagem brasileira. Escusado procurar dados estatísticos: mesmo quando existem, o que é excepcional, eles são por natureza inteiramente falhos, e não se prestam nem a serem tomados em consideração. Se assim ainda é hoje, o que não teria sido num tempo em que os **preconceitos** são muito mais rigorosos e arraigados? “Uma gota de sangue branco faz do brasileiro um branco, ao contrário do americano, em que uma gota de sangue negro faz dele um negro”, *boutade* que tem seu fundo de verdade. A classificação étnica do indivíduo se faz no Brasil muito mais pela sua posição social; e a raça, pelo menos nas classes superiores, é mais função daquela posição que dos caracteres somáticos. É conhecida a anedota de Koster, que chamando a atenção de um seu empregado, aliás, mulato, para a cor carregada e mais que suspeita de um capitão-mor, obteve a singular resposta: “Era (mulato), porém já não o é”. E ao espanto do inglês, acrescentava o empregado: “Pois, senhor, capitão-mor pode lá ser mulato?”

É graças a essa espécie de convenção tácita que se harmonizava o **preconceito de cor**, paradoxalmente forte neste país de mestiçagem generalizada, com o fato, etnicamente incontestável, da presença do sangue negro ou índio nas pessoas melhor qualificadas na colônia.

Temos, então, o enunciado:

- (3a) Se assim ainda é hoje, o que não teria sido num tempo em que os *preconceitos* são muito mais rigorosos e arraigados?

Neste acontecimento enunciativo, *preconceito* é, também, reescrito por repetição e aparece caracterizado pelos adjetivos *rigorosos* e *arraigados* que fazem parte do predicado do enunciado.

Observemos a cena enunciativa.

O locutor está fazendo uma descrição da maneira como os negros, índios e brancos se relacionam na sociedade.

Em (3a) temos um enunciador E1 genérico que afirma serem os preconceitos rigorosos e arraigados:

(3a) E1: Se assim ainda é hoje, o que não teria sido num tempo em que os *preconceitos* são muito mais *rigorosos e arraigados*?

Em seguida, temos um E2 genérico na forma de um discurso direto que aparece entre aspas:

(3b) E2: “Uma gota de sangue branco faz do brasileiro um branco, ao contrário do americano, em que uma gota de sangue negro faz dele um negro”

E, nesta sequência, ainda, há um enunciador E3 individual que concorda com o enunciador E2:

(3c) E3: *boutade* que tem seu fundo de verdade.

Temos, então, um enunciador E1 genérico que afirma que os preconceitos são rigorosos e arraigados, um enunciador E2 genérico que também apresenta um argumento oposto ao que está sendo dito pelo enunciador E1 e o enunciador individual E3 que corrobora o que está sendo dito em E2, mesmo que parcialmente, indo na mesma direção argumentativa do que está sendo afirmado em (3b), mas de maneira parcial – há apenas um fundo de verdade. O locutor, mesmo tendo enunciado do lugar de se considerar a rigidez dos preconceitos, adere ao Enunciador individual E3 que considera que nem sempre há essa rigidez.

Em seguida, temos o seguinte enunciado:

(3d) A classificação étnica do indivíduo se faz no Brasil muito mais pela sua posição social; e a raça, pelo menos nas classes superiores, é mais função daquela posição que dos caracteres somáticos. É conhecida a anedota de Koster, que chamando a atenção de um seu empregado, aliás, mulato, para a cor carregada e mais que suspeita de um capitão-mor, obteve a singular resposta: “Era (mulato), porém já não o é”. E ao espanto do inglês, acrescentava o empregado: “Pois, senhor, capitão-mor pode lá ser mulato?”

Aqui temos um Enunciador E4 genérico que se opõe à questão biológica (sanguínea) afirmando ser a posição social mais importante na classificação étnica:

E4: A classificação étnica do indivíduo se faz no Brasil muito mais pela sua posição social; e a raça, pelo menos nas classes superiores, é mais função daquela posição que dos caracteres somáticos.

O enunciador genérico E4 afirma que a posição social é mais importante para a classificação étnica, sem descartar a posição dos enunciador E1, que considera serem os preconceitos fortes. E o locutor adere a essa voz genérica.

E, para sustentar esse lugar enunciativo, o locutor ainda traz, pelo discurso direto, a anedota. O interessante aqui é que essa anedota aparece na voz de um outro enunciador, e também foi citada na obra **Casa-grande e Senzala**, trazendo-se pela intertextualidade a voz de outros enunciadores para sustentar o dizer do locutor na voz do enunciador E4.

E, por fim, vejamos o enunciado (3e), no qual aparece a reescritura de *preconceito* especificado por *de cor*, caracterizado tanto por *harmonizava* quanto por *paradoxalmente forte*:

(3e) E5: É graças a essa espécie de convenção tácita que se *harmonizava o preconceito de cor, paradoxalmente forte* neste país de mestiçagem generalizada [...].

O Enunciador individual reconhece então a relação paradoxal que reúne para *preconceito* duas caracterizações de sentido que pertencem a Enunciadores diferentes, sendo elas opostas: os preconceitos são rigorosos, mas há aqueles que ocupam cargos bons e que são mestiços. O locutor adere a este último Enunciador, um enunciador E5, que enuncia afirmando o paradoxo.

A afirmação do paradoxo, da contradição, pode ser considerada como parte da posição-sujeito materialista. O autor traz várias perspectivas, como vimos acima, que aparecem organizadas pela posição materialista.

O forte preconceito de cor é “harmonizado” quando o mestiço ocupa uma boa posição social. Desse modo, o preconceito não é relacionado a uma questão biológica, nem cultural, mas a uma questão material. O locutor enuncia de uma posição-sujeito materialista em relação à sociedade brasileira para descrever a maneira pela qual a sociedade se relaciona com o negro, com os índios e com os mestiços. É a questão material da posição social que determina a classificação étnica, que, por sua vez, determina o *preconceito*, que não se trata aqui de uma questão biológica. A própria raça não é tratada por ele através dos “caracteres somáticos”, mas como algo que resulta da posição social.

Vejamos, agora, o seguinte enunciado do Recorte 4, que se coloca na perspectiva que acabamos de apresentar:

(4) E deles, os mais numerosos são naturalmente os que suportam o maior ônus de tal organização, os que trazem *estampados na pele o estigma de uma raça bastarda e oprimida*: os negros e seus derivados mais escuros.

Podemos considerar aqui que a expressão *estampados na pele o estigma de uma raça bastarda e oprimida* seja uma reescritura por expansão que desenvolve o que está dito na expressão nominal *preconceito*, especificada por *de cor*, que apareceu anteriormente. Assim, temos que *preconceito de cor* é determinado por esta expressão que a desenvolve. E aqui há algo de particular, pois *estampados na pele* reescreve *de cor* e *estigma* reescreve *preconceito* por especificação. Mais uma vez temos que o preconceito se dá por conta das características físicas (biológicas) em si, mas porque essas características biológicas, como a cor da pele, são estigmatizadas.

Ao mesmo tempo, vê-se que em “o estigma de uma raça bastarda e oprimida” está significado que o estigma resulta da opressão de uma raça, o que quer dizer que o “estigma é uma opressão à raça”. Deste modo, podemos ver aí que *estigma* determina preconceito por reescrevê-lo e *opressão* determina *preconceito* por estar determinando estigma.

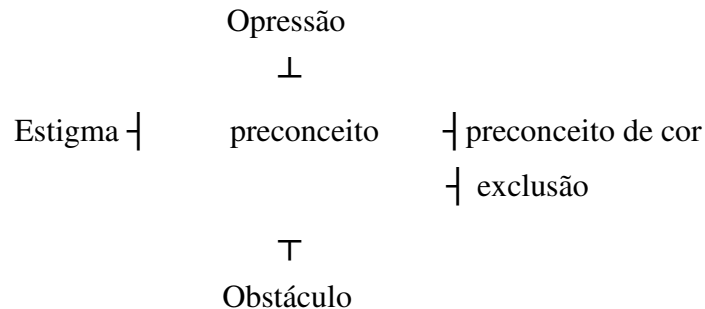
Deixaremos os **recortes 5 e 6** para o final. Passemos ao **Recorte 8**. Nele temos:

(8a) Sobre o **preconceito**, como obstáculo contra o casamento, Cunha Matos refere casos interessantes em Goiás (Corografia Histórica, 298).

Neste acontecimento, preconceito está sendo definido como um obstáculo que se configura como uma reescritura por substituição que o determina. E ainda neste recorte, temos:

(8b) Uma das maiores pressões contra as alianças com mulheres de condição inferior partia das irmandades leigas, cujos estatutos incluíam dispositivos expressos a respeito, cominando pena de **exclusão** aos irmãos que contraíssem tais casamentos.

Neste enunciado, o *preconceito* é definido como *obstáculo* que leva à *exclusão*. Com isso, chegamos ao primeiro conjunto de sentidos atribuídos a preconceito neste texto, que pode ser resumindo pelo seguinte DSD:



Passemos a um outro aspecto. No Recorte 9, temos o seguinte enunciado:

(9) a que o nervo principal do levante projetado era a diferença de castas, *a revolta contra o preconceito de cor*.

E, no Recorte 10, temos:

(10) Veremos brancos lutar com pretos e mulatos *contra o preconceito de cor* (Inconfidência baiana).

Nestes dois últimos recortes encontramos uma diferença em relação às obras anteriormente analisadas. Antes tínhamos a construção “preconceito *contra* X”. Agora,

temos uma inversão sintática que pode ser expressa por “X contra o preconceito”. O locutor mostra pela primeira vez que houve, de certa forma, o combate contra o preconceito de cor e que não vinha apenas de negros e mulatos, mas também de brancos. O que parece se justificar pela consideração de que ele fala da posição do materialismo histórico.

2.1 A Reescritura por definição “preconceito discriminador das raças”

Até então, vinha prevalecendo um tipo de reescritura, aquela por repetição da palavra *preconceito*. Vejamos agora o Recorte 5, em que temos o seguinte enunciado:

(5a) Existiu sempre um forte **preconceito discriminador das raças**, que se era tolerante e muitas vezes se deixava iludir, fechando os olhos a sinais embora bem sensíveis da origem racial dos indivíduos mestiços, nem por isso deixou de se manter, e de forma bem marcada.

A palavra *preconceito* é reescriturada por repetição na expressão *forte preconceito discriminador das raças*. *Preconceito* é tornado agente da ação de *discriminar*.

Podemos parafrasear a expressão tornado-a uma relação de predicção com o verbo *ser*:

(5a’) O preconceito é discriminador das raças

Assim, temos a palavra *preconceito* reescrita por definição através do predicado “é discriminador das raças”, que a determina. É também caracterizada pelos adjetivos *forte*, *tolerante* e *ilusório*. Aqui, o enunciado é dito por um enunciador genérico, e preconceito é tornado o sujeito agente da oração.

Ainda no Recorte 5, temos o seguinte enunciado:

(5b) Não discutirei aqui o **preconceito de raça e de cor**, nem sua origem; se ligado a certos caracteres psicológicos inatos de ordem estética ou outra, ou se fruto apenas de situações e condições sociais particulares. O fato incontestável, aceite-se qualquer daqueles pontos de vista, é que a diferença de raça, sobretudo quando se manifesta em caracteres somáticos bem salientes, como a cor, vem se não provocar – o que é passível de dúvidas bem fundamentadas, e a meu ver incontestáveis –,

pelo menos agravar uma *discriminação* já realizada no terreno social. E tudo isto porque empresta uma marca iniludível a esta diferença social. Rotula o indivíduo, e contribui assim para elevar e reforçar as barreiras que separam as classes. A aproximação e fusão se tornam mais difíceis, acentua-se o predomínio de uma sobre a outra.

Num primeiro momento, *preconceito* é reescrito por repetição, especificado por *de raça e de cor*, simultaneamente. Devido à conjunção *e*, preconceito pode ser de cor e de raça.

E, na sequência, temos as expressões: *caracteres psicológicos inatos de ordem estética ou outra e situações e condições sociais particulares*, bem como *caracteres somáticos salientes* (cor) através dos quais se faz a *diferença de raça* que reforça a *diferença social*. Estas são expressões que são apresentadas como argumentos para se caracterizar e afirmar a discriminação.

Por fim, temos ainda a remissão à hierarquização das classes. *A diferença racial* que separa as classes também acentua o predomínio de uma sobre a outra.

Através da cena enunciativa, observamos que no primeiro enunciado:

(5b') E1: Não discutirei aqui o *preconceito de raça e de cor*, nem sua origem.

O locutor enuncia em primeira pessoa, embora o sujeito fique oculto aderindo ao enunciador individual E1. O locutor nega fazer a discussão da origem do preconceito de cor e de raça, pois há, como ele mostra, duas perspectivas diferentes: serem provenientes de “caracteres psicológicos inatos de ordem estética ou outra, ou se originado de “situações e condições sociais particulares”.

Observemos agora o seguinte enunciado:

(5b'') E2: *aceite-se* qualquer daqueles pontos de vista.

Através do verbo que torna a frase impessoal, temos um enunciador genérico que se distancia do locutor e coloca a questão da aceitação dos pontos de vista como algo que

independe do Eu, locutor, e que joga para um “todos”, uma generalidade, aceitar um dos pontos de vista ou os dois.

A questão é que, a partir do lugar de Enunciador genérico, o locutor afirma que a diferença racial e a diferença social é que *provocam, agravam*, a discriminação. Não há um locutor agente dos verbos de ação *provocar* e *agravar*, é a expressão *diferença racial* que é posta no lugar do sujeito.

São mostradas, então, diferentes perspectivas para a origem do preconceito a partir de uma posição-sujeito materialista. Temos de um lado os caracteres somáticos e de outros situações sociais. Com isso, as causas do preconceito não são afirmadas como sendo naturais. Os caracteres somáticos (que são biológicos e, portanto, naturais) ou as condições sociais, da hierarquia de classes, da posição social, levam à “discriminação no terreno social”.

Passemos ao seguinte enunciado, ainda do Recorte 5:

(5c) Isto não exclui, e sabemos que não exclui entre nós, uma circulação intra-social apreciável, que permitiu aqui a elevação a posições de destaque, e isto ainda na colônia, de indivíduos de indiscutível origem negra. Índia também, está claro; mas o caso é muito menos de se destacar, porque o **preconceito** não foi aí excessivamente rigoroso, como no caso africano. Mas, aceitando aquela elevação, não se eliminava o **preconceito**, contornava-se com um sofisma que já lembrei acima, um “branqueamento” aceito e reconhecido. Aceitava-se uma situação criada pela excepcional capacidade de elevação de um mestiço particularmente bem dotado, mas o **preconceito** era respeitado. Aliás, esta elevação social de indivíduos de origem negra só se admitia nos de tez mais clara, os brancarrões, em que o sofisma do branqueamento não fosse por demais grosseiro.

No enunciado

(5c') Isto não exclui, e sabemos que não exclui entre nós, uma circulação intra-social apreciável [...].

isto reescreve por condensação *preconceito de raça e de cor* e suas determinações do enunciado (5b). E esta reescritura está articulada “à não exclusão da circulação intra-social”. Desse modo, podemos considerar que a exclusão social se opõe a *preconceito* neste

acontecimento, fazendo parte do domínio semântico de determinação no domínio de antonímia. E isso tanto para indivíduos de origem negra quanto para índios.

No mesmo recorte, *preconceito* é reescrito por repetição, mas agora em relação ao índio. Nesse caso, *preconceito* é caracterizado por “não ser excessivamente rigoroso”. Depois, *preconceito* aparece reescrito por mais duas vezes por repetição.

No Recorte 6 temos que a palavra *discriminação* aparece reescrita mais duas vezes por repetição articulada a *das classes* e *a social*.

(6a) O papel da simples cor na *discriminação das classes* e no tratamento recíproco que elas se dispensam reflete-se até nos usos e costumes legais.

(6b) faz entrever também como seria mais dura e áspera a escravidão quando, como se dava entre nós, à *discriminação social* se acrescenta este caráter marcado e iniludível.

Consideramos relevante trazer aqui a reescrituração de *discriminação*, uma vez que o sentido desta palavra determina preconceito e, nesse acontecimento, ela está especificada por *de cor* e *de classe*, o que mostra a relação de sentido não apenas com a questão da cor, mas também com a categoria de classe social a qual é introduzida pelo locutor.

Vejamos, então, como fica o DSD da palavra *preconceito* na obra **Formação do Brasil contemporâneo**:



O domínio semântico de determinação de *preconceito* nesta obra mostra que o sentido da palavra está determinado pelo sentido da ação de discriminar através da reescritura por definição “preconceito discriminador das raças”. O sentido de ação através do verbo *discriminar* aparece tornando pela primeira vez a palavra *preconceito* agente de um ato, o ato de discriminar as raças.

Por outro lado, não podemos deixar de considerar que *Preconceito* também está articulado a dois especificadores *de cor, de raça*. Com relação à discriminação, o interessante aqui é que articulada a essa palavra aparece *de classe*. Até então, *classe* não havia aparecido, o que marca uma diferença importante em relação às obras até então analisadas, mesmo que ela não seja um especificador direto de preconceito.

Uma outra relação de sentido que aparece também é com relação ao sentido de *exclusão*. Em um determinado acontecimento enunciativo, quando se está falando das posições sociais em relação aos negros, mestiços e índios, primeiro temos que o sentido da exclusão faz parte do domínio de antonímia de *preconceito*.

Quando se fala do preconceito que determina a ilegalidade do casamento com negros, aí *preconceito* determina o sentido de *exclusão*.

O locutor reconhece haver um “paradoxo”: o preconceito é ao mesmo tempo forte e harmonizado. Observamos, então, duas contradições, a da exclusão e a do preconceito ser forte e ao mesmo tempo harmonizado, que marcam o domínio semântico de *preconceito* nessa obra.

Além disso, duas reescrituras determinam sentidos que anteriormente não apareciam nos DSD de preconceito, são elas opressão e obstáculo.

2.2 Os sentidos de *preconceito* na sociedade de classes

Ao longo da análise, observamos a predominância da reescritura por repetição da palavra *preconceito* como se o sentido dessa palavra fosse conhecido por todos igualmente, como se fosse um sentido evidente.

Na descrição que é feita pelo locutor das relações sociais, o preconceito da militância contra a legalização da união com negros, e não contra os negros, desloca o

preconceito para o plano do jurídico. No futuro de interpretação, as uniões ilegais não seriam recriminadas moralmente, o que isenta dos preconceitos, de certa forma, a sociedade que está sendo descrita.

Na cena enunciativa do Recorte 3, temos reunidas várias perspectivas enunciativas que mostram o “paradoxo” de os preconceitos serem fortes e ao mesmo tempo harmonizados. Essa divisão do locutor mostra o embate do sentido do biológico e do sentido social. O locutor enuncia de uma posição-sujeito materialista e, desse modo, predomina o argumento de que é a posição social que faz com que a diferença de cor leve ou não à discriminação.

No Recorte 5, o preconceito é reescrito, mas dessa vez está predicado por “discriminador das raças”. Preconceito tem então aqui um sentido muito específico relacionado à discriminação de raças devido à cor da pele. Mas essa característica biológica que produz a diferença racial está relacionada à ordem da sociedade de classes, à posição social. Ou seja, não se trata de um problema biológico em si, mas as características físicas (biológicas) são tornadas causas dos preconceitos por conta da posição social, e não porque “naturalmente” existe uma raça inferior.

Além disso, no enunciado “preconceito discriminador das raças” temos que o sujeito da oração é o preconceito, é ele que discrimina as raças, não havendo, assim, um sujeito animado, isto é, uma pessoa, um grupo, agente da ação de discriminar. Podemos interpretar isso como uma forma de o Locutor não se responsabilizar por atribuir os preconceitos a alguém ou a um grupo.

A exclusão aparece em dois acontecimentos diferentes. No primeiro, o preconceito determina a exclusão daqueles que se casavam com negros. Temos, então, que *exclusão* faz parte do DSD de preconceito sendo determinado por ele. Depois, temos que o preconceito não exclui os negros e mestiços de ocuparem bons postos de trabalho. Desse modo, seus sentidos passam a fazer parte do domínio de antonímia de preconceito.

Enfim, vemos pelo domínio semântico de determinação de *preconceito* nesta obra a especificidade dos sentidos que essa palavra tem num quadro que busca descrever as relações sociais pelo discurso do materialismo histórico, numa posição-sujeito materialista. Temos que a posição social é determinante para o preconceito. Os tipos de *preconceito*

limitam-se a dois: *de cor* e *de raça*. O sentido da *discriminação* aparece agora diretamente ligado a *preconceito* através da reescritura por definição “discriminador das raças” como uma ação produzida pelo *preconceito*.

Temos aqui a estabilização do sentido de preconceito como sendo algo que se dá por conta das relações sociais, isto é, da posição social, já que, no discurso materialista, a divisão de classes é posta em questão. O preconceito de cor e de raça se dá em função das posições sociais que alguém pode ocupar. Não se trata de uma questão biológica em si de inferioridade e superioridade de raças ou de uma questão cultural.

A partir da posição-sujeito materialista, observamos que na descrição que o locutor-cientista faz das relações sociais a palavra vai sendo designada ao significar as relações sociais no interior do discurso do materialismo: a palavra funciona no texto por uma relação de determinação paradoxal, é *forte* e *harmoniosa*, podendo ou não produzir a exclusão, dependendo da posição da pessoa na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

AS DESIGNAÇÕES DE *PRECONCEITO* E A SIGNIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS BRASILEIRAS

Na relação com o sentido estabilizado da palavra *preconceito* dado pela origem etimológica que evidencia o sentido de *conceito formado antecipadamente* e a coloca em relação com a língua francesa, analisamos os sentidos que se constituíram no funcionamento enunciativo dessa palavra na escrita da disciplina Ciências Sociais brasileira em quatro obras que buscam explicar a formação da nossa sociedade e os problemas por ela enfrentados, obras estas que formam um conjunto fundamental para o estudo sociológico brasileiro.

O aparato teórico da Semântica do Acontecimento permitiu darmos uma abordagem histórica e política para a observação da constituição desses sentidos a partir da noção de designação, saindo do sentido evidente para observar outros sentidos possíveis. O sentido de preconceito não é igual em todas as obras, mas isto se dá sob a aparência de que todos estão falando a mesma coisa, e não estão.

A noção de acontecimento enunciativo foi fundamental para que pudéssemos observar que a constituição semântica se dá pela relação com a história de sentidos de maneira a significar as divisões do real. E foi esse aparato teórico que possibilitou observar inconstâncias dos sentidos dessa palavra ao significar as relações sociais brasileiras no espaço de enunciação da ciência.

A análise da cena enunciativa permitiu compreendermos o movimento dos sentidos dessa palavra, algo sutil, de difícil observação, que se dava em função da distribuição dos dizeres na enunciação. Em outras palavras, na descrição do preconceito na sociedade, a divisão dos enunciadores permitiu observar por qual lugar enunciativo o locutor-cientista estava sendo agenciado, através da adesão aos argumentos enunciados, o que determinava não apenas certos sentidos para a palavra mas o apagamento de outros, a naturalização, como havíamos considerado inicialmente, como também a eufemização.

Observamos o modo como cada locutor, ao descrever a sociedade brasileira, atribui ou não a ela o preconceito, sendo que o sentido de preconceito se modifica em cada obra e, até mesmo, no interior de cada obra. E, com essa instabilidade pelo movimento de sentidos dessa palavra por conta da história de sentidos, vimos que em alguns momentos, apesar de o locutor se distanciar do lugar do preconceito, ele acaba agenciado pelo sentido do preconceito, como é o caso de Oliveira Vianna.

O nosso *corpus* trouxe uma especificidade à análise das designações da palavra *preconceito*. Trata-se de um conjunto de obras constituídas pelo discurso da ciência, caracterizado, como vimos, por uma escrita da ciência que se configura como um espaço de enunciação que coloca em relação o português com línguas estrangeiras – o francês e o inglês – de maneira que estas últimas, sem tradução nesse espaço de enunciação, funcionam como legitimadoras do conhecimento científico que é produzido sobre a nossa sociedade. E, como tal, não podíamos deixar de pensar em um sujeito da ciência que, embora se represente como origem do dizer, como transparente, como uno, enuncia de posições-sujeito diversas, constituído pela memória dos sentidos de teorias científicas variadas que determinam a constituição da designação da palavra *preconceito* em cada obra. Desse modo, pela aproximação da teoria da Análise de Discurso materialista de linha francesa pudemos observar o movimento de sentidos produzido pela mudança de posições.

Com a divisão dos enunciadores e pelas posições-sujeito, vemos que mesmo *a ciência* está inscrita na história e, assim, o que a palavra *preconceito* significa depende dessas interpretações científicas que se formulam inscritas no processo histórico. Observamos, então, que por conta do agenciamento do locutor-cientista, a palavra *preconceito* pode ter alguns sentidos e outros ficarem apagados sem que isso seja evidente a ele.

Na obra **A evolução do povo brasileiro**, a palavra *preconceito* é inicialmente significada por *erro*, por *suposta identidade*. Também está determinada pelo sentido de *juízo*, tal como aparece na relação com a língua francesa na definição etimológica. Além disso, a palavra também é significada como *falta de conhecimento* (ignorância). Neste primeiro momento, o *preconceito* assim designado é remetido ao domínio do não-científico, do popular. Configura-se o lugar do cientista do qual fala Vianna, aquele que

propõe realizar uma análise objetiva da sociedade brasileira para diferenciá-la de “outros povos civilizados”, leia-se “portugueses”. O lugar de cientista, que se mostra a-histórico, se sustenta no discurso da teoria evolucionista aplicada à análise social. E ele enuncia agenciado por um discurso nacionalista.

Uma outra reescritura relacionada ao sentido do étimo substitui a palavra pela expressão *ideia preconcebida*. A palavra *preconceito* é definida como uma ação compressiva, mas o locutor enuncia aderindo ao argumento de que a suposta inferioridade racial é que impede a ascensão dos negros na sociedade. Nesse momento, o locutor-cientista está tratando das relações sociais entre brancos, negros, índios e mestiços. Ao afirmar e definir o *preconceito social* como *ação compressiva*, outro preconceito é produzido, o racial, através da naturalização da desigualdade racial. Note-se que o *preconceito racial* é produzido pela afirmação do preconceito social, mas ele não é parte da designação de *preconceito* neste acontecimento. Desse modo, podemos então compreender que o sentido de preconceito é próprio desta enunciação científica. O locutor-cientista está agenciado pelos sentidos de um lugar teórico que inclui o preconceito como parte da teoria e, assim, o locutor-cientista enuncia de uma posição-sujeito que pode ser vinculada ao discurso colonialista e de preconceito racial. Assim, neste caso, o locutor está descrevendo o preconceito na sociedade, mas a própria teoria na qual ele é agenciado está determinada por sentidos do preconceito. E, com isso, o locutor-cientista acaba falando de uma posição da qual ele se separa.

Em seguida, adentramos a obra **Casa-grande e Senzala**. Nela também é a reescritura por repetição a mais comum. O locutor afirma que há na sociedade um tipo de preconceito incomum, o *preconceito de branquidade e de sangue nobre* que diz respeito ao preconceito dos brancos contra os negros, especificando um agente do preconceito.

Depois, temos a reescritura *escrúpulos* especificada por *de raça*. Também temos a relação de sentidos com as palavras *diferença* e *consciência* que funcionam no acontecimento como eufemismos. Um tipo de preconceito que não aparecia antes na obra de Vianna aparece agora: o *preconceito de raça*. Mas este é substituído no funcionamento argumentativo por *preconceito religioso*, e há uma eufemização de seus sentidos: ele é significado pelas reescrituras *consciência*, *diferença*. O interessante é notar que os

colonizadores portugueses são descritos como não tendo escrúpulos de raça, mas preconceitos religiosos, divisão de sentido que se dá pela posição-sujeito contrária à influência religiosa na colonização. O locutor-cientista é agenciado pelo discurso científico da antropologia cultural e, com isso, o preconceito é atribuído à religião e não ao “orgulho” de raça.

Preconceito também é significado por falta de conhecimento/ignorância, assim como na obra de Vianna. Mas, ao ser significado como tal, ele está sendo atribuído pelo locutor aos “Selvagens da América”. Uma outra relação de sentido estabelecida e que não apareceu na obra anterior se dá pelas determinações *segregação* e *discriminação*. Neste caso, a palavra *preconceito* tem como parte de seus sentidos segregar e discriminar, que não são sinônimas no acontecimento. Além disso, *preconceito* está articulado a *de cor* e a *de raça*, *contra* os índios. Percebemos aqui que a preposição *contra* é uma forma que indica um funcionamento de ação para a palavra *preconceito*, que é um substantivo, quando ela tem seus sentidos determinados por segregar e discriminar e quando o preconceito se dá contra negros e índios.

Chamamos a atenção para o fato de que os sentidos de *discriminar* e *segregar* aparecem atribuídos à palavra quando a especificação *de raça* também surge para determinar um tipo de preconceito, o *preconceito racial*.

Note-se também que *de cor* e *de raça* estão articulados pela conjunção *ou*, que é uma marca da imprecisão na escrita da ciência de que as diferenças raciais se constituam como um tipo de preconceito. Isso significa que parece haver dúvidas quanto à questão da raça: se as diferenças, e com elas a desigualdade, são ou não biológicas e, portanto, naturais, ou se a questão da desigualdade racial é um tipo de preconceito.

Há, também, a reescritura *exclusivismo*, e, nesse caso, *de raça* divide espaço com a especificação *de cultura*. Surge novamente a ambiguidade: raça como sinônima de cultura ou não. O que remete mais uma vez a uma possível dúvida que circularia na sociedade, ou mais especificamente, espaço de enunciação científico sobre como tratar o conceito de raça: como cultural ou como biológico.

Em **Raízes do Brasil**, a palavra preconceito só ocorre reescrita por repetição. Não há, pelo menos não diretamente, reescrituras por substituição, por definição, entre outras possíveis, que reescrevam a palavra *preconceito* atribuindo-lhe sentidos.

O locutor fala do *preconceito racial* como um tipo de preconceito associado a *teorias racistas*. Pela primeira vez o adjetivo *racista* aparece em uma obra do *corpus*.

Preconceito é que determina *rural* por oposição à palavra *citadino*. Ele é atribuído àqueles que vivem nos engenhos decadentes. Também determina o sentido de *fidalgua*, sendo aqui atribuído aos portugueses, sem eufemismos neste acontecimento, numa posição de crítica à influência de origem portuguesa.

A falta de determinações de seu sentido indica que este é compreendido como único, de comum conhecimento de todos, como um efeito da evidência do sentido etimológico que se sobrepõe como se fosse o único sentido da palavra, como se a forma da palavra fosse suficiente para dar o seu sentido.

Saindo dessa evidência, notamos que uma série de palavras e expressões funcionavam no acontecimento enunciativo como reescrituras por substituição de *preconceito* através da intertextualidade com as duas obras anteriores e pelas especificações relacionadas a *de cor* e *raciais* que aparecem nessa obra especificando dois tipos de preconceito. Na descrição que o locutor faz da sociedade, esta é descrita de maneira que algumas palavras ou expressões reescrevem indiretamente a palavra *preconceito*, havendo aí um apagamento dessa relação de sentido. Ainda, vimos que essas palavras ou expressões eram atenuadas por outras, o que mostra um movimento de eufemização para os sentidos dessa palavra na descrição da sociedade brasileira. Assim, o locutor enuncia a partir de um discurso de atenuação das divergências preconceituosas nas relações sociais, na descrição da mediação das relações de poder da sociedade brasileira entre donos e escravos, entre brancos e homens de cor.

Na obra **Formação do Brasil Contemporâneo** temos novamente que *preconceito* é reescrito por repetição como se seu sentido fosse uma evidência. A palavra *racistas* aparece na descrição da sociedade agora especificada por *brasileiros*, e, desse modo, temos pessoas

sendo consideradas racistas⁷². Podemos concluir que desde a obra anterior, a raça deixa de ser um conceito biológico e se consolida como um tipo de especificação do preconceito⁷³. Nesta posição materialista, analisa-se a posição social e econômica como produtoras do preconceito, não se tratando da cor da pele em si através de um aspecto cultural ou biológico. É assim que *preconceito* é definido como *discriminador*, sendo também reescrito por “opressão”, que não aparecia antes. A questão material determina o *preconceito* determinando-se a exclusão.

Vemos, então, que nessa obra, já dos anos 40, os sentidos de *preconceito* estão relacionados à exclusão, à desigualdade de classes, à opressão, à discriminação, e que são determinados por uma questão material e não mais por uma questão biológica ou cultural. O sentido etimológico não aparece diretamente, mas aparece como um efeito de evidência do sentido de *preconceito*. E, além disso, os sentidos como falta de conhecimento e ignorância ficam também apagados.

Podemos concluir, então, que, nas obras analisadas, o *preconceito de raça* (ou *racial*) é um tipo de preconceito que inicialmente não aparece no domínio semântico de preconceito, embora seus sentidos circulem no funcionamento enunciativo produzindo a exclusão. De maneira instável, a reescritura *preconceito de raça* passa a circular para descrever algo das relações sociais, mas ainda disputando seus sentidos com o preconceito de cor e com a questão da cultura. Notamos o embate entre o discurso biologista e o culturalista, mas a distinção entre as pessoas continua a ocorrer de maneira hierarquizada: se não é mais biológica, passa a ser cultural. E, nas duas últimas obras analisadas, vemos que a sociedade já é descrita com as expressões *preconceito de raça* ou *preconceito racial*.

Observamos ao longo dessas análises que a palavra *preconceito* vai tendo menos reescrituras por substituição ou por definição, tornando-se a reescritura por repetição a mais comum. Pode-se, então, considerar que na escrita da ciência o sentido da palavra

⁷² De acordo com Taguieff (1987), a palavra qualificadora, o adjetivo *völkisch* (*racista*), é transposta para o dicionário **Larousse** publicado em 1933, no qual se encontram as entradas *racista* e *racismo*. Mas a palavra *racista* já é encontrada na metade dos anos 20 em textos de língua francesa entre aspas e em itálico fazendo referência a grupos racistas. Segundo o autor, o surgimento do termo vai exercer uma função, depois da segunda guerra mundial, de “etiqueta” para deslegitimar os adversários na guerra ideológica.

⁷³ Isso ocorre na escrita da ciência brasileira em obras de 1936 e 1942, em pleno movimento nazista na Alemanha, abrangendo o período da II Guerra Mundial.

preconceito é dado como uma evidência tão forte que já não ocorrem mais reescrituras por definição ou substituição, ou seja, não é preciso explicar o que preconceito significa. Mas vemos que apesar dessa evidência, que pode estar relacionada ao sentido etimológico, a palavra significa diferentemente em cada obra, sendo que outros sentidos estão circulando, como os da discriminação, da segregação, da opressão, da exclusão, entre outros.

O que a palavra significa ou deixa de significar vai sendo determinado no acontecimento pela história de sentidos que agencia cada locutor-cientista: pelas teorias científicas, por posicionamentos políticos. Isso pode ser visto pela ausência do preconceito racial na designação de preconceito da obra de Vianna. Pela atribuição do preconceito religioso no lugar do preconceito de raça ou de cor aos portugueses (ou descendentes) e, mesmo, pela indeterminação de ser preconceito de cor ou de raça, o que mostra um equívoco na escrita da ciência que pode estar significando a incerteza de se considerar o conceito de raça não como biológico, mas como cultural.

Na obra de Holanda, vemos que se apaga que preconceito é significado como dissonância, como sentimento de distância, como orgulho. Isso permite que o preconceito circule sem que seja designado como tal, um efeito que possibilita que o preconceito circule até hoje em nossa sociedade.

O sentido de preconceito é dado como algo evidente, de conhecimento comum de todos, como sendo uno, um efeito que é produzido pela ilusão de unicidade proveniente das definições lexicográficas de dicionários etimológicos e, também, de dicionários comuns, que dão o sentido etimológico como sentido primeiro nas acepções. É como se a própria forma da palavra fosse suficiente para se saber seu sentido, ignorando-se os sentidos outros que circulam na enunciação, evidência que faz com que não percebamos que o preconceito circula com outros sentidos, formulando-se e reformulando-se quando enunciado por locutores que enunciam de lugares sociais e de posições distintas. E, assim, temos o efeito ideológico em que esta palavra passa a ser usada na escrita da ciência como um termo científico para descrever a sociedade sem que ela seja definida e como se ela tivesse um único sentido e conhecido por todos.

A limitação dos sentidos dessa palavra sem relação com a enunciação e, portanto, sem relação com o real possibilita que o preconceito circule significado diferentemente e

que outros tipos de preconceitos sejam afirmados. E, com isso, como vimos, as divisões da sociedade se mantêm hierarquizadas, as divisões ora entre negros e brancos, ora entre cristãos e colonizadores, ora entre trabalhadores e seus donos, ora entre escravos e seus senhores, ora entre as classes.

As diferentes designações da palavra *preconceito* estão relacionadas às diferentes formas de se descrever as relações sociais brasileiras. Esta palavra significa diferentemente em cada obra, embora na escrita da ciência seu sentido pareça ser uma evidência. Não se trata de saber como realmente se davam essas relações, mas que o *preconceito*, ao ser significado, através do apagamento, da eufemização, da naturalização, ao mesmo tempo em que as significa, também produz efeito sobre elas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da Gramatização**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1992.

_____. **A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das Ciências**. Campinas, SP: Editora RG, 2008.

BENVENISTE, E. (1966) **Problemas de lingüística geral I**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

_____. (1974) **Problemas de lingüística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

CHACON, V. Gilberto Freyre: Sistemático antissistêmico. In: FREYRE, G. **Sociologia: Introdução ao estudo dos seus princípios**. Recife, PE: Imprensa no Brasil, Fundação Gilberto Freyre, 2009.

COSTA PINTO, J. A. **Caio Prado Júnior: a derrota do marxismo no Brasil**. Revista Espaço Acadêmico, nº 70, março de 2007, mensal, Ano VI.

Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/070/70esp_pinto.htm#_ftn3

Acesso em: 02/01/2011.

DESCENDRE, R.; FOURNELE, J. L.; ZANCARINI, J. C. **Estudos sobre a língua política: filologia e política na Florença do século XVI**. Cáceres: Editora Unemat; Lyon: ANR – TRIangle; Campinas, SP: Editora RG, 2008.

DUCROT, O. **Princípios de Semântica Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1972.

_____. As escalas argumentativas. In: Ducrot, O. **Provar e dizer: leis lógicas e leis argumentativas**. São Paulo: Global Editores, 1981.

_____. (1984) **O Dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FOURNEL, J. L.; ZANCARINI, J. C. **La politique de l'expérience: Salvonarole, Guicciardini et le republicanisme florentin**. Edizioni Dell'Orso, 2002.

FREGE, G. (1892) Sobre o sentido e referência. In: Frege, G. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1978.

FREYRE, G. (1933) **Casa-grande e Senzala**. 51.ed. São Paulo: Editora Global, 2006.

GUIMARÃES, E. "Enunciação e história". In: Guimarães, E. (Org.) **História e Sentido na Linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

- _____. (1995) **Os limites do sentido**. Campinas: Pontes, 2002.
- _____. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- _____. **História da Semântica**: sujeito sentido e gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- _____. **Multilingüismo, divisões da língua e ensino no Brasil**. Cefiel/IEL, Ministério da Educação, 2005 a.
- _____. **A língua portuguesa no Brasil**. In: Revista Ciência e Cultura. Abril. São Paulo: SBPC, 2005 b.
- _____. (1987) **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- _____. Domínio Semântico de determinação. In: MOLICA, M. C.; GUIMARÃES, E. (Org.). **A palavra**: forma e sentido. Campinas, SP: Pontes; RG, 2007, p. 77-96.
- _____. A Enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. In: GUIMARÃES, E. R. J.; ZOPPI-FONTANA, M. G. (Org.). **Cadernos de estudos Linguísticos**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Estudos da Linguagem, n. 51(1), Jan./Jun. 2009.
- HENRY, P. (1977) **A Ferramenta Imperfeita**: Língua, sujeito e discurso. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1992.
- HOLANDA, S. B. (1936) **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, O. **O pensamento social no Brasil**. São Paulo, Edusc/Anpocs: 2004, p. 372.
- KOSELLECK, R. (1979) **Le Futur Passé**: contribution à la sémantique des temps historiques. Éditions de l'école des hautes études en sciences sociales. Paris, 1990.
- _____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. 5.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- MICHAELIS: **moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

ORLANDI, E. **Terra à vista!** São Paulo: Cortez, Unicamp, 1990.

_____. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Unicamp, 1992.

_____. Discurso, imaginário social e conhecimento. In: **Em aberto**. Brasília, ano 14, n° 61, jan., mar., 1994.

_____. **Análise de Discurso:** Princípios e Procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. (Org.) **Política Linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. (1975) **Semântica e Discurso:** uma crítica a afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. (1988) **O Discurso:** Estrutura ou Acontecimento. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PRADO JÚNIOR, C. (1942). **Formação do Brasil Contemporâneo:** colônia. 23. ed. São Paulo : Brasiliense, 1994 ; 7ª reimpressão, 2004.

RANCIÈRE, J. **La Méésentente:** politique et philosophie. Paris: Éditions Galilée, 1995.

_____. **O Desentendimento:** Política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

SANTOS, R. Caio Prado Jr., nosso clássico publicista. In: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 70, mar. rev. mensal, Ano VI. 2007. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/070/70esp_santos.htm. Acesso em: 02 jan. 2011.

SCHREIBER DA SILVA, S. M. Argumentação, Memória e o Político no texto jurídico: a representação no modo de enunciação representativa. In: GUIMARÃES, E. R. J.; ZOPPI-FONTANA, M. G. (Org.). **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Estudos da Linguagem, n. 51(1), jan./jun. de 2009.

TAGUIEFF, P. A. **La force du préjugé :** essai sur le racisme et ses doubles. Éditions La Découverte, 1987.

VIANNA, O. **Evolução do Povo Brasileiro**. São Paulo: Monteiro Lobato Editores, 1923.

ZANCARINI, J. C. Une Philologie politique. Les temps et les enjeux des mots (Florence, 1494-1530). In: CARTA, P.; FOURNEL, J. L. (Org.) **Laboratoire Italien, Philologie et Politique**. n. 7, ENS Éditions, 2007.

DICIONÁRIOS

CUNHA, A. G. (1982) **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 2a ed.; 10^a impressão, Editora Nova Fronteira, 1998.

FIRMIN, G.; MORVAN, D.; REY, A. **Petit Robert de Poche 2009**. Paris : Dictionnaires Le Robert Sejer, 2008.

HOUAISS, A. et al. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

DICIONÁRIO Escolar Michaelis francês/português-português/francês. Melhoramentos, 2004.

DICIONÁRIO Português-Francês. Porto Editora, 1999.

ANEXOS

ANEXO 1

Recortes do Texto “A evolução do povo brasileiro”

Recorte 1

“Nenhum erro maior do que o daquelles que, partindo de uma suposta identidade entre nós e os outros grandes povos civilizados (porque temos a mesma civilização) julgam-se dispensados de estudar o nosso grupo nacional nas suas peculiaridades. Essa abstenção encerra um erro imenso, comparável ao erro do médico, que partindo do facto de que todos os homens têm a mesma physiologia, se julgasse dispensado de pesquisar, para a formulação do seu diagnóstico e a determinação da therapeutica aconselhavel, as particularidades idiosyncrasicas de cada doente. Faria, neste caso, não obra sincera e honesta da sciencia e, muito menos, obra technica de medico, mas apenas obra grosseira ou leVianna, de charlatão, á semelhança dos nossos boticarios de aldeia tão deliciosamente interessantes no desembaraço com que applicam, a olho e pelas apparencias, conhecidas formulas feitas, pilhadas ao Chernviz.

Já mostrei, aliás, no meu ensaio sobre idealismo na evolução política, como tem sido funesto para nós esse *preconceito* da absoluta semelhança entre nós e os outros povos civilizados e como esse *preconceito*, com que *justificamos* a imitação systemática das instituições europeas nos tem valido, há cerca de cem annos, decepções dolorosas e fracassos desconcertantes.

Nunca será demais insistir na urgencia da reacção contra esse *preconceito* secular: na necessidade de estudarmos o nosso povo em todos os seus aspectos; no immenso valor pratico destes estudos. Somente elles nos poderão fornecer os dados concretos de um programma nacional de reformas políticas e sociaies, sobre cujo exito poderemos contar com segurança.

Há por exemplo para nós, povo de transplantação em cujo solo confluem tantas raças exóticas, um formidavel problema pratico que interessa fundamentalmente a orientação dos nossos destinos. E’ o conhecimento das reacções do meio cosmico sobre o advena⁷⁴, aquillo que Huntington chama ‘o conhecimento de como nos adaptar á natureza ou de como adaptar á natureza ao homem’. É um problema central de que está dependendo o futuro e a grandeza da civilização do ocidente – flor delicada dos climas frios – nestes climas tropicaes”(pp. 28-30).

Recorte 2

⁷⁴ Trata-se do estrangeiro.

“Essas diferenças de estrutura complicam-se com diferenças mais subtis de mentalidade. Esta representa um complexo, que nasce da lenta accumulacão de mil causas obscuras, desde as vicissitudes historicas de cada grupo humano ás qualidades dos elementos ethnicos que convergiram na sua formação. Conjunto inextricável de idéas, sentimentos, *preconceitos*, desejos, crenças, tendencias, para elle (conjunto) tambem imperceptiveis, das forças modeladoras da terra e do clima e, tanto quanto as influencias da história e da raça, essas reacções, vindas do meio cósmico concorrem para dar á mentalidade de cada grupo humano certos atributos, que as tornam perfeitamente inconfundíveis” (p. 33).

Recorte 3

“Nesse empenho de trazer para a nossa historia o que ella tem de vivo e de humano, esforço-me, tanto quanto possivel para que não se insinue no meu *juízo* dos factos e dos homens, nenhum *preconceito pessoal*. Estudando as nossas realidades historicas e sociaes, o nosso povo, a sua vida, a sua estrutura, a sua psychologia dos grupos regionaes, que o compõe, faço-o com o mesmo espirito de objectividade e a mesma imparcialidade com que os technicos do Serviço da Defesa Agricola estão agora estudando a praga vermelha dos cafesães da Parayba, ou os sabios de Manguinhos estudaram, entre as populações do planalto e da costa, a funcção pathogenica do *Necator americanus*.

Como nestes, o que me inspira é o mais absoluto sentimento de objectividade ; sómente os factos me preocupam e somente trabalhando sobre elles é que infiro e deduzo. Nenhuma *idéa preconcebida*. Nenhuma preocupação de escola. Nenhuma limitação de doutrina. Nenhum outro desejo sinão o de ver as cousas como as cousas são , e dizel-as realmente como as vi.

O meu grande, o meu principal empenho é surpreender o homem, creador da historia, no seu meio social e no seu meio physico, movendo-se e vivendo nelles, como o peixe no seu meio liquido, ou a ave entre as ondas impalpáveis e invisiveis do ether, em que circula.

Nenhuma ambição maior do que a de poder dizer desses meus estudos o que dos seus versos disse Marcial: “Nelles não encontrais nem Harpias, nem centauros, nem Gorgonas; mas, em cada pagina, o homem respira vive” (pp. 40,41).

Recorte 4

“Nesta classe (dos senhores de engenho e de latifúndios pastoris) é que se encontram os elementos brancos superiores: já o dissemos porque. Os elementos mestiços, especialmente mamelucos, que ahi apparecem, são em numero limitado.

Tambem os cargos publicos no periodo colonial são privilegio exclusivo dos brancos e são eles os unicos que formam, por essa época, a classe dos funcionarios, quer civis, quer militares. É tão grande o *preconceito* sobre este ponto que, já no I Império, ainda é estranhavel que um mulato exerça um cargo modesto, como de “capitão –mór”. O que nos conta Rugendas é significativo. Observando elle que um certo capitão –mór, pelo que denotava o seu fácies, era mulato, responderam-lhe com ironia: - Era, mas já não é – Explicavam: - Pois é lá possível um capitão–mór ser mulato?!” (pp. 131,132).

Recorte 5

“ O homem branco cultiva, com effeito, certas aspirações, move-se segundo certas predilecções e visa certos objectivos superiores, que *de modo algum* serão capazes de construir motivos determinantes da actividade social do homem negro. Esses objectivos, que são a causa intima da incomparável aptidão ascencional das sociedades arianas, deixam indifferentes os homens da raça negra, *organicamente incapazes de se elevarem*, quando transportados para um meio civilizado, acima das aspirações limitadas da sua civilização originária. O poder ascencional dos negros em nosso povo e em nossa história, si é, pois, muito reduzido, apesar da sua formidável maioria, não o é apenas pela pequena capacidade eugenistica da raça, não o é apenas pela accção compressiva dos preconceitos sociaes, mas principalmente pela insensibilidade do homem negro a essas solicitações superiores que constituem as forças dominantes da *mentalidade* do homem branco. Quando sujeitos á disciplina das senzalas, os senhores os mantêm dentro de certos costumes de moralidade e sociabilidade, que os assimilam tanto quanto possível, á raça superior; desde o momento, porém, em que, abolida a escravidão, são entregues, em massa, á sua propria direcção, decaem e chegam progressivamente á situação abastardada, em que os vemos hoje (p. 135).”

Recorte 6

“É justamente esse conjuncto de caracteres anthropologicos favoraveis que torna, na sociedade colonial, a ascensão dos mamelucos superiores mais fácil e segura do que a dos mulatos superiores. Os mamelucos, cruzados de branco e índio, têm sobre os mulatos, cruzados de branco e de negro, uma dupla superioridade: não descendem de uma raça servil; approximam-se mais do typo somatico do homem branco, não só pela pigmentação, como principalmente, pelos cabellos, nitidamente negros e corredios. Ora, para o juízo empyrico do vulgo, são os cabellos lisos e a tez clara os signaes indicativos de raça pura. Por isso, os mamelucos se julgam brancos: ‘Muitos querem ser brancos – diz um chronista colonial – e alguns já são havidos por taes, desde que, por meio do cruzamento das raças, têm esquecido a sua origem. Taes são muitas famílias novas de curta genealogia’. Estas invocam mesmo com orgulho o seu “sangue de caboclo”. Dahi, na massa mameluca, tão numerosa, aliás, ao norte do paíz, todos os elementos eugênicos, que nella existem com capacidade de ascender, effectivamente ascendem, porque nenhum preconceito social embaraça realmente a sua ascensão.

Os Mulatos superiores estão em situação diversa: a sua capilaridade social funciona com um systema de vasos de calibre mais reduzido e de filtração mais apurada. Os preconceitos sociaes têm para com elles rigores selectivos de uma meticulosidade exaggerada. Elles descendem de uma raça servil, sem nenhuma tradição de nobreza. Os estigmas da raça inferior, aos demais, lhes recaem em regra, justamente sobre aquelles dous attributos, que aos olhos do povo são os índices mais seguros da bastardia de origem: os cabellos e a côr. Esta e aquelles os tornam, noventa e nove vezes sobre cem,

indissimuláveis. Essa indissimulabilidade é o grande embaraço, o maior embaraço que elles depararam no seu incoercível movimento de ascensão para as classes superiores. É tão vivo o *preconceito contra o mulato*, durante o período colonial, que na organização militar da colonia, os mulatos têm uma situação á parte: e há “batalhões de homens de côr” e “regimentos de pardos” – meio que os administradores coloniaes encontram para conciliar a repugnancia dos brancos em se nivelarem com os mulatos. Os cargos publicos lhes são negados conforme se vê da anedocta de Rugendas. Na organização judiciária há mesmo uma alçada para “índios, negros e mulatos”.

Nestas condições, durante o período colonial, a potencialidade ascensional dos mulatos é muito reduzida. Não é que lhes falte eugenismo: ao contrario, parece até que a percentagem dos mulatos eugenicos é superior á dos mamelucos. Nestes há talvez mais solidez de estructura moral, mais vivacidade mental, dotes mais abundantes de sagacidade e finura, mais brilho de intelligencia. Elles excellen, por isso, nas profissões, em que as qualidades de intelligencia são mais necessarias do que as de character. Depois da independência, quando se fundam as academias superiores ao norte e ao sul do paiz, só então encontram os nossos mulatos, nesses altos centros de cultura, o meio mais seguro e rápido de ascensão ás classes superiores e dirigentes” (pp.138-140).

Recorte 7

“Tudo isso nos dá a ver o profundo senso pratico, que preside a organização dos apprelhos governamentais da colonia. Os estadistas não cultivam o *preconceito*, que havia, mais tarde, de dominar, com veremos, o espírito dos estadistas do século da independencia, isto é, o *preconceito da uniformidade politica*⁷⁵. Elles não adoptam o mesmo typo de organização administrativa para todos os nucleos sociaes, em que se divide a população da colonia: consideram-nos nas suas differenças especificas e constróem para elles typos de governo adequados, de maneira a obter o maior rendimento útil em administração e em defesa”(p. 197).

Recorte 8

“Os estadistas coloniaes reconhecem esta nova differenciação da massa social e, como de costume, procuram adaptar os órgãos administrativos a essa peculiarissima condição. Na organização do apparelho militar, por exemplo, elles comprehendem a impossibilidade de romper com essas divisões ethnicas e com esses *preconceitos de côr*, concentrando e misturando nos mesmos corpos homens de tão diversas raças, separados por uma tão incoercível repulsão. Dahi vemos, ao lado dos classicos regimentos e companhias de homens brancos – tropas de linha e milicianos – surgirem os batalhões de homens de

⁷⁵ Grifo do autor.

côr, instituição original, que é uma prova do reflexo das peculiaridades da composição ethnica da sociedade colonia sobre a estrutura da sua organização militar.

Ha, assim, regimentos de homens pardos e regimentos de homens pretos, vivendo a sua vida propria, ao lado dos regimentos de homens brancos. Na guerra hollandeza, esta separação é de uma nitidez absoluta: as tres raças emprehendem a obra da defesa commum, sem, entretanto, se confundirem: no regimento de Henrique Dias estão os pretos; no de Camarão, os indios; nos de Vieira e Vidal de Negreiros, os brancos” (p. 199).

Recorte 9

“Visto em seu conjuncto, porém, nos seus trezentos annos de evolução, o organismo politico-administrativo, que *os homens do estado colonial* compõem para o Brasil, é uma obra admiravel de senso pratico, de senso social, de senso politico. Dentro dos strictos objectivos fiscaes, que nunca perdem de vista, ha, certamente, não raras instituições de gênio nas suas creações. Elles varrem da sua mente os velhos *preconceitos europeus* e, livres dessas teias embaraçantes, que tanto turvam a visão clara das realidades, mergulham o olhar na vastidão inedita da terra e penetram os segredos da estrutura e do espirito dessa sociedade, que se agita entre as bravezas de um mundo novo. De modo que, emprehendendo a construcção do novo edificio politico, o fazem com o mais perfeito conhecimento do terreno e dos materiaes a empregar nessa obra melindrosa e complexa” (pp.209, 210).

Recorte 10

“Federalistas, por exemplo, que começam, aliás, a apparecer desde a constituinte de 1823, não comprehendem que vivamos sob um regimen centralizador, quando ao norte do continente resplandecem, na sua pureza, a constellação dos estados americanos e, na Europa, a dos estados suissos.

Para os parlamentaristas, o mechanismo do “poder pessoal” é um aparelho de monstruosa corrupção do bello regimen, com que se bem aventuram os livres cidadãos da Inglaterra.

Os democratas, por seu turno, extasiam-se ante o regimen da opinião dominante entre inglezes e americanos, e pedem a eleição directa e as instituições do self-government, á maneira saxônia.

Organizar o poder sobre essas bases é para elles dar provas de civilização, progressividade e liberalismo; construil-o sob outros modelos que não estes, é rotina, é atrazo, é regresso. É desse *preconceito* que se nutre o nosso liberalismo, que nelle haure a vitalidade e o enthusiasmo.

De modo que, entre os factores que concorrem para modelar a nossa organização política, durante o século da independencia, ha que contar co a enorme acção dessas influencias estranhas. O espirito conservador as evita, as repelle, as combate; ellas acabam, porém forçando-o a uma transacção, como em 1834, com o Acto Adicional; como em 1889, com a republica e a federação”(pp. 234,235).

ANEXO 2

Recortes do texto “Casa-grande e Senzala”

Recorte 1 - Falando dos “esquisitões Pepys” que colecionavam mexericos e escreviam “cadernos”

“Em geral, exploravam-se os preconceitos de branquidade e de sangue nobre; desencadeava-se alguma remota avó escrava ou mina; ou tio que cumpria sentença; avô que aqui chegara de sambenito. Registravam-se irregularidades sexuais e morais de antepassados. Até mesmo de senhoras.” (p. 46)

Recorte 2 - Falando dos autores usados para sua pesquisa

“Para o conhecimento da história social de Brasil não há talvez fonte de informação mais segura que os livros de viagem de estrangeiros – impondo-se, entretanto, muita discriminação entre os autores superficiais **ou** viciados por preconceitos –(...)” (p. 47)

Recorte 3 – tratando dos preconceitos depois da lei do ventre livre, para ele era preciso relacionar isso a busca pelo trabalho no funcionalismo público, para os filhos das famílias arruinadas e os trabalhadores livres, filhos de escravos.

“A interpretação, por exemplo, do 1900 brasileiro – das atitudes, das tendências, dos preconceitos da primeira geração brasileira depois do Ventre Livre e da débâcle de 88- deve ser feita relacionando-se as relações antimonárquicas, da classe proletária, seus pensadores burocráticos, a tendência do grande número para as carreiras liberais, para o funcionalismo público, (...)” p. 51.

Recorte 4 – falando da facilidade com que o “colonizador” multiplicou-se em população mestiça através do “intercurso” com a mulher negra ou índia:

“A falta da gente, que o afligia mais do que a qualquer outro colonizador, forçando-o à imediata miscigenação – contra o que não o indispunham, aliás, escrúpulos de raça, apenas preconceitos religiosos – foi para o português vantagem na sua obra de conquista e colonização dos trópicos. Vantagem para a sua melhor adaptação, senão biológica, social.”

Recorte 5 – Falando da dissolução dos valores nativos para destruírem sua cultura:

“ Apressam-na entre gentes mais atrasadas, os puritanos ingleses querendo conservar-se imaculados do contato sexual e social de povos que lhes repugnavam pela diferença de cor e de costumes e que evocavam à sua consciência de raça e de cristãos o espantinho da miscigenação e do paganismo dissoluto.

Os portugueses, além de menos ardentes na ortodoxia que os espanhóis e menos estritos que os ingleses nos *preconceitos de cor e de moral cristã*, vieram defrontar-se na América, não com nenhum povo articulado em império ou em sistema já vigoroso de cultura moral e material – com palácios, sacrifícios humanos aos deuses, monumentos, pontes, obras de irrigação e de exploração de minas – mas, ao contrário, com uma das populações mais rasteiras do continente.” (p. 157).

Recorte 6- falando dos preconceitos do “Selvagem da América”

“Longe de ser o livre animal imaginado pelos românticos, o selvagem da América, aqui surpreendido em plena nudez e nomadismo, vivia no meio de *sombras de preconceito e de medo*; muitos dos quais nossa cultura mestiça absorveu, depurando-os de sua parte mais grosseira ou indigesta. É assim, que a noção de caiporismo, tão ligado à vida psíquica do brasileiro de hoje, deriva-se da crença ameríndia no gênio agourento do caipora; (...)” (p. 172)

Recorte 7

“Do indígena de cultura totêmica e animista ficaria no brasileiro, especialmente quando menino, uma atitude insensivelmente totêmica e animista em face das plantas e dos animais (ainda tão numerosos nesta parte do mundo); tantos deles investidos pela imaginação da gente do povo, tanto quanto pela infantil, de uma malícia verdadeiramente humana, de qualidades quase humanas e às vezes de inteligência superior ao do homem. É o folclore, são os contos populares, as superstições, tradições que o indicam”(p. 211).

Recorte 8

“Outros traços de *vida elementar, primitiva*, subsistem na cultura brasileira. Além do medo, que já mencionamos, de bicho, e de monstro, outros pavores, igualmente elementares, comuns ao brasileiro, principalmente à criança, indicam estarmos próximos da floresta tropical como, talvez, nenhum povo moderno civilizado. Aliás, *o mais civilizado dos homens* guarda dentro de si a predisposição a muitos desses *grandes medos primitivos*” (...). *O brasileiro é por excelência o povo da crença no sobrenatural (...)*” (p. 212)

Recorte 9

“As crônicas não indicam nenhuma discriminação ou segregação inspirada por *preconceito de cor ou de raça* contra os índios; o regime que os padres adotaram parece ter sido o de fraternal mistura dos alunos. O colégio estabelecido por Nóbrega na Bahia dá Varnhagen como freqüentado por filhos de colonos, meninos órfãos vindos de Lisboa e piás da terra.”(223-224)

Recorte10

“Nossas guerras contra os índios nunca foram guerras de branco contra peles-vermelhas, mas de cristãos contra bugres. Nossa hostilidade aos ingleses, franceses, holandeses, teve sempre o mesmo caráter de *profilaxia religiosa*: católicos contra hereges.

Os padres de Santos que em 1580 tratam com os ingleses da Minion, não manifestaram contra eles nenhum duro rancor: tratam-nos até com alguma doçura. Seu ódio é profilático. Contra o pecado e não contra o pecador, diria um teólogo. É o pecado, a heresia, a infidelidade que não se deixa entrar na colônia, e não o estrangeiro. É o infiel que se trata como inimigo no indígena, e não o indivíduo de raça diversa ou de cor diferente.” (p. 269)

Recorte 11

“(…) lassidão de nexo político, ou de mística ou consciência de raça” (...) (p. 271)

Recorte 12

“(…)mas não se deve confundir esse critério de profilaxia e de seleção(pureza da fé), tão legítimo à luz das idéias do tempo com o eugênico dos povos modernos, com a pura xenofobia.” (xenofobia opõe-se ao critério de religião – preconceito religioso). (p. 272).

Recorte13

p. 278 “o estado de conquista e reconquista, de fluxo e refluxo, não deixou que se estabelecesse em Portugal nenhuma hegemonia a não ser de momento. Nenhum exclusivismo – a não ser oficial ou superficial – de raça ou de cultura.”

Recorte 14

Os interesses de procriação abafaram não só os preconceitos morais como os escrúpulos católicos de ortodoxia; e ao seu serviço vamos encontrar o cristianismo que, em Portugal, tantas vezes tomou característicos quase pagãos de culto fálico; p. 326

Recorte 15

O inbreeding – note-se bem- menos por preconceitos de raça do que pelos sociais, de família, observados sempre nas velhas zonas rurais do Brasil em que os casamentos de primos com primas e tios com sobrinhas se sucederam através de gerações” (p. 336).

Recorte 16

O assunto se acha ainda cheio de sombras. Dele o que se sabe de certo é quase nada: apenas o bastante para nos advertir contra os preconceitos de sistema e os exageros de teoria. A verdadeira relação do pigmento com o meio físico permanece um dos problemas mais obscuros em antropologia. À generalização de que o homem é escuro ou preto nas regiões quentes, róseo ou alvo no hemisfério Norte, opõe-se restrições sérias” (p. 375).

Recorte 17

E é possível que certa predisposição de negros e mestiços para o protestantismo, inimigo da missa, dos santos, dos rosários com a cruz, se explique pela persistência de remotos preconceitos anticatólicos, de origem maometana. p. 394

Recorte18

Não foi possível separar a cacos de vidro de *preconceitos puristas* forças que tão freqüente e intimamente confraternizavam. No ambiente relapso da escravidão brasileira, as línguas africanas, sem motivos para subsistirem à parte, em oposição à dos brancos, dissolveram-se nela, enriquecendo-a de expressivos modos de dizer; (...) p. 416.

Recorte 19

Com relação ao *preconceito da virgindade* perder logo o gosto, as palavras de Coreal parecem exatas. Desde o século XVI dominou no Brasil semelhante prejuízo. Quem tivesse sua filha, que a casasse meninota. Porque depois de certa idade as mulheres pareciam não oferecer o mesmo sabor de virgens ou donzelas que aos doze ou aos treze anos. p. 429

Recorte20

Há tanto que criticar na política dos colonizadores portugueses no Brasil que para acusá-los de erros tremendos não é necessário recorrer à imaginação; e fazer do tipo mais complacente e plástico do europeu um exclusivista fez, cheio de *preconceitos de raça* que nunca teve no mesmo grau elevado dos outros (p. 503).

Recorte 21

Deve-se, entretanto, restringir nas afirmações de Charles Comte as vantagens que ele destaca nos filhos mestiços de senhores com escravas. Porque não faltam desvantagens: os *preconceitos* inevitáveis contra esses mestiços. *Preconceitos* contra a cor da parte de uns contra a origem escrava, da parte de outros. (p. 537)

Recorte 22

“Sob a pressão desses *preconceitos* desenvolvem-se em muito mestiço evidente complexo de inferioridade que mesmo no Brasil, país tão favorável ao mulato, se observa em manifestações diversas. (p. 537)

Recorte 23

Refere-se ainda o professor de grego a “Paes de famílias pobres” – os nossos “brancos pobres – que não deixando às filhas outra herança senão a da ociosidade e a dos *preconceitos* **contra o trabalho manual**, depois de adultas se valem delas para poderem subsistir... p. 538

ANEXO 3

Recortes de “Raízes do Brasil”

Recorte 1

“Com o declínio da velha lavoura, e a quase concomitante ascensão dos centros urbanos, precipitada grandemente pela vinda, em 1808, da corte portuguesa e depois pela independência, os senhorios rurais principiam a perder muito de sua posição privilegiada e

singular. Outras ocupações reclamam agora igual eminência, ocupações nitidamente cidadinas, como a atividade política, a burocracia, as profissões liberais.

É bem compreensível que semelhantes ocupações venham a caber, em primeiro lugar, à gente principal do país, toda ela constituída de lavradores e donos de engenhos. E que, transportada de súbito para as cidades, essa gente carregue consigo a mentalidade, os *preconceitos* e, tanto quanto possível, o teor de vida que tinham sido atributos específicos de sua *primitiva condição*.

Não parece absurdo relacionar a tal circunstância um traço constante de nossa vida social: a posição suprema que nela detêm, de ordinário certas qualidades de imaginação e ‘inteligência’, em prejuízo do espírito prático ou positivo. O prestígio universal do ‘talento’ particular que recebe essa palavra nas regiões, sobretudo onde deixou vinco mais forte a lavoura colonial e escravocrata como o são eminentemente as do nordeste do Brasil, provem sem dúvida do maior decoro que parece conferir a qualquer indivíduo o simples exercício da inteligência em contraste com as atividades que requerem algum esforço físico.” (Holanda, 1995, p. 82).

Recorte 2

“Dos fidalgos portugueses que andavam então pelas partes do Oriente sabemos como, apesar de toda a sua prosápia (altivez, orgulho), não desdenhavam os bens da fortuna, mesmo nos casos em que, para alcançá-los precisassem desfazer-se até certo ponto de *preconceitos associados à sua classe e condição*. É ainda Diogo do Couto quem nos refere exemplos de nobres e até vice-reis de seu tempo que não hesitavam de ser capitães e se faziam mercadores, “largando por mão as obrigações de seu cargo e descuidando-se das armadas e tudo mais por fartarem o seu apetite”, ou a quem pouco importava “pôr a Índia em uma balança, só por cumprir com sua paixão”. “E não sei”, diz ainda pela boca de seu soldado chegam a ele com esta linguagem de quanto tens, tanto vales”(Ibidem, p. 136).

Recorte 3

“Apesar de tudo, não é justo afiançar-se, sem apelo, nossa incompatibilidade absoluta com os ideais democráticos. Não seria mesmo difícil acentuarem-se zonas de confluência e de simpatia entre esses ideais e certos fenômenos decorrentes das condições de nossa formação nacional. Poderiam citar-se três fatores que teriam particularmente militado a seu favor, a saber:

- 1) A repulsa dos povos americanos, descendentes dos colonizadores e da população indígena, por toda hierarquia racional, por qualquer composição da sociedade que se tornasse obstáculo grave à autonomia do indivíduo;
- 2) A impossibilidade de uma resistência eficaz a certas influências novas (por exemplo, do primado da vida urbana, do cosmopolitismo) que pelo menos até recentemente, foram aliadas naturais das idéias democrático-liberais;
- 3) A relativa inconsistência dos *preconceitos de raça e de cor*.” (p. 184)

Recorte 4

“Desses calvinistas holandeses é impossível dizer-se, como se disse, por exemplo, dos puritanos da América do Norte, que, animados pela inspiração bíblica, se sentiam identificados como povo de Israel a ponto de assimilarem os indivíduos de outra casta, de outro credo e de outra cor, estabelecidos na Nova Holanda, aos cananeus do Antigo Testamento que o Senhor entregara à raça eleita para serem destruídos e subjugados (45). É bem notório, ao contrário, que não faltaram entre eles esforços constantes para chamar a si os pretos e indígenas do país, e que esses esforços foram, em grande parte, bem-sucedidos. O que parece ter faltado em tais contatos foi a simpatia transigente e comunicativa que a Igreja católica, sem dúvida mais universalista ou menos exclusivista do que o protestantismo, sabe infundir nos homens, ainda quando as relações existentes entre eles nada tenham, na aparência, de impecáveis” (p. 65).

Nota (45)

(45) A tese das origens especificamente protestantes dos modernos *preconceitos raciais*, e, em última análise das teorias racistas é atualmente defendida com ênfase pelo historiador inglês Arnold J. Toynbee. Embora sem aceitar totalmente os pontos de vista e as conclusões do autor, pode-se admitir que a circunstância de esse preconceito racial ser hoje mais acentuado entre os povos protestantes não é de modo algum fortuita ou independente de alguns dos fatores que encaminharam os mesmos povos, em determinado período de sua história, a abraçar a Reforma. Arnold Toynbee, *A study of history, I* (Londres, 1935), pp. 211-27), (Ibidem, p. 198).

Recorte 5

“Entre nós, o domínio europeu foi, em geral, brando e mole, menos obediente a regras e a dispositivos do que à lei da natureza. A vida parece ter sido aqui incomparavelmente mais suave, mais acolhedora das *dissonâncias sociais, raciais e morais*. Nossos colonizadores eram, antes de tudo, homens que sabiam repetir o que estava feito ou o que lhes ensinara a rotina. Bem assentes no solo, não tinham exigências mentais muito grandes e o Céu parecia-lhes uma realidade excessivamente espiritual, remota, póstuma, para interferir em seus negócios de cada dia.

A isso cumpre acrescentar outra face bem típica de sua extraordinária plasticidade social: a ausência completa ou praticamente completa, entre eles, de qualquer *orgulho de raça*. Ao menos *orgulho obstinado e inimigo de compromissos*, que caracteriza os povos do Norte. Essa modalidade de seu caráter, que os aproxima das outras nações de estirpe latina e, mais do que delas, dos muçulmanos da África, explica-se muito pelo fato de serem os portugueses, em parte, e já ao tempo do descobrimento do Brasil, um povo de mestiços” (p. 53).

Recorte 6

“Compreende-se, assim, que já fosse exíguo o *sentimento de distância entre os dominadores, aqui, e a massa trabalhadora constituída de homens de cor*. O escravo das plantações e das minas não era um simples manancial de energia, um carvão humano à

espera de que a época industrial o substituísse pelo combustível. Com freqüência as suas relações com os donos oscilavam da situação de dependente para a de protegido, e até de solidário e afim. Sua influencia penetrava sinuosamente o recesso doméstico, agindo como dissolvente de qualquer idéia de separação de castas ou raças, de qualquer disciplina fundada em tal separação. Era essa a regra geral: não impedia que tenham existido casos particulares de esforços tendentes a coibir a influência excessiva do homem de cor na vida da colônia, como aquela ordem régia de 1726, que vedava a qualquer mulato, até a quarta geração, o exercício de cargos municipais em Minas gerais, tornando tal proibição extensiva aos brancos casados com mulheres de cor. Mas resoluções como essa – decorrente, ao que consta, da conjuração dos negros e mulatos, anos antes, naquela capitania – estavam condenadas a ficar no papel e não perturbavam seriamente a tendência da população para um abandono de todas as barreiras sociais, políticas e econômicas entre brancos e homens de cor, livres e escravos” (pp. 54, 55).

Recorte 7

“É preciso convir em que tais liberalidades não constituíam lei geral; de qualquer modo, o exclusivismo racista, como se diria hoje, nunca chegou a ser, aparentemente, o fator determinante das medidas que visavam reservar a brancos puros o exercício de determinados empregos. Muito mais decisivo do que semelhante exclusivismo teria sido o labéu tradicionalmente associado aos trabalhos vis a que obriga a escravidão e que não inflamava apenas quem os praticava, mas igualmente seus descendentes” (pp. 55,56).

Recorte 8

“A essas inestimáveis vantagens acrescenta-se ainda, em favor dos portugueses, a já aludida ausência, neles, de qualquer orgulho de raça. Em resultado de tudo isso, a mestiçagem que se representou, certamente, notável elemento de fixação ao meio tropical não constituiu, na América portuguesa, fenômeno esporádico, mas, ao contrário, processo normal. Foi, em parte, graças a esse processo que eles puderam, sem esforço sobre-humano, construir uma pátria nova longe da sua” (p. 66).

ANEXO 4

Recortes do texto “Formação do Brasil Contemporâneo”

Recorte 1

“ O caso do negro é para o historiador mais simples. Uniformizado pela escravidão sem restrições que desde o início de sua afluência lhe foi imposta, e que ao contrário da do índio, nunca se constestou, ele entra nesta qualidade e só nela para a formação da população brasileira. Não surgiram problemas nas suas relações com os colonos brancos: nos dois séculos e meio que decorrem da introdução dos primeiros africanos até o momento que ora nos ocupa, a sua situação foi sempre a mesma. A contribuição que traz é considerável, e certamente muito superior que à do índio. Não só pelo estoque inicial, que em princípios do século XIX, já antes das grandes importações deste século, não teria sido

de menos de 5 a 6 milhões de indivíduos introduzidos, mas por outros fatores que asseguram a perpetuação do seu sangue em proporção mais elevada: a resistência maior que oferece na presença do branco e o contacto mais íntimo que teve com ele, donde a multiplicação dos cruzamentos. Duas características no entanto o desfavorecem a este respeito: de um lado, a menor proporção de mulheres, pois o tráfico importava muito mais homens, mais úteis para o fim principal visado. Não chegamos nunca à perfeição dos norte-americanos, que “criavam” escravos para negociar com eles; e por isso as mulheres eram menosprezadas. Em segundo lugar pelo fato de militarem contra as alianças com negros – as legais bem entendido – preconceitos que são muito maiores que no caso do índio. Esta segunda circunstância tem aliás importância mínima, porque tanto no caso do índio como do negro, a grande maioria dos cruzamentos se realiza fora do casamento” (p. 106).

Recorte 2 - Sobre a falta de mulheres brancas ser um problema:

“E daí verem-se os colonos destituídos de mulheres brancas. Isto, e mais a facilidade dos cruzamentos com mulheres de outras raças, de posição social inferior e portanto submissas, estimulou fortemente e mesmo forçou o colono a ir procurar aí a satisfação de suas necessidades sexuais. Aliás, particularmente no caso da índia, é notória a facilidade com que se entregava, e a indiferença e passividade com que se submetia ao ato sexual. A impetuosidade característica do português e a ausência total de freios morais completam o quadro: as uniões mistas se tornaram a regra. E embora quase sempre à margem do casamento – contra as uniões legais com pretas ou índias, sobretudo com as primeiras, havia fortes preconceitos – tais uniões irregulares, de tão freqüentes que eram, passaram à categoria de situações perfeitamente admitidas e aprovadas sem restrições pela moral dominante. E os rebentos ilegítimos que delas resultassem não sofriam com esta origem nenhuma diminuição. (...)” (p. 109)

Recorte 3

“Não é de admirar o vulto que tivesse tomado a mestiçagem brasileira. Escusado procurar dados estatísticos: mesmo quando existem, o que é excepcional, eles são por natureza inteiramente falhos, e não se prestam nem a serem tomados em consideração. Se assim ainda é hoje, o que não teria sido num tempo em que os preconceitos são muito mais rigorosos e arraigados? “Uma gota de sangue branco faz do brasileiro um branco, ao contrário do americano, em que uma gota de sangue negro faz dele um negro”, *boutade* que tem seu fundo de verdade. A classificação étnica do indivíduo se faz no Brasil muito mais pela sua posição social; e a raça, pelo menos nas classes superiores, é mais função daquela posição que dos caracteres somáticos. É conhecida a anedota de Koster, que chamando a atenção de um seu empregado, aliás, mulato, para a cor carregada e mais que suspeita de um capitão-mor, obteve a singular resposta: “Era (mulato), porém já não o é”. E ao espanto do inglês, acrescentava o empregado: “Pois, senhor, capitão-mor pode lá ser mulato?”

É graças a essa espécie de convenção tácita que se harmonizava o preconceito de cor, paradoxalmente forte neste país de mestiçagem generalizada, com o fato, etnicamente

incontestável, da presença do sangue negro ou índio nas pessoas melhor qualificadas na colônia” (p. 109).

Recorte 4

“ o sertão oferece a liberdade, o afastamento de uma autoridade incômoda e pesada. Aí é a lei do mais forte, do mais capaz, e não a de classes favorecidas. Representa por isso uma válvula de escape para todos os elementos inadaptáveis ou inadaptados que procuram fugir à vida organizada dos grandes centros de povoamento da colônia. E deles, os mais numerosos são naturalmente os que suportam o maior ônus de tal organização, os que trazem estampados na pele o estigma de uma raça bastarda e oprimida: os negros e seus derivados mais escuros. No serão, confundidos com a população de origem indígena, num pé de igualdade que as circunstâncias do meio impõem, cruzam-se em larga escala, dando este tipo, o sertanejo, de tão singular definição psicológica e étnica. A infusão do sangue branco não representa neste complexo senão uma parcela mínima; e tão diluído que sua contribuição quase desaparece” (p. 114).

Recorte 5

“Isto contudo dentro dos limites que apesar de tudo não são amplos, pelo menos até o momento histórico que nos interessa aqui. Existiu sempre um forte preconceito discriminador das raças, que se era tolerante e muitas vezes se deixava iludir, fechando os olhos a sinais embora bem sensíveis da origem racial dos indivíduos mestiços, nem por isso deixou de se manter, e de forma bem marcada, criando obstáculos muito sérios à integração da sociedade colonial num conjunto se não racial, o que seria mais demorado, pelo menos moralmente homogêneo. Não discutirei aqui o preconceito de raça e de cor, nem sua origem; se ligado a certos caracteres psicológicos inatos de ordem estética ou outra, ou se fruto apenas de situações e condições sociais particulares. O fato incontestável, aceite-se qualquer daqueles pontos de vista, é que a diferença de raça, sobretudo quando se manifesta em caracteres somáticos bem salientes, como a cor, vem se não provocar – o que é passível de dúvidas bem fundamentadas, e a meu ver incontestáveis -, pelo menos agravar uma discriminação já realizada no terreno social. E tudo isto porque empresta uma marca iniludível a esta diferença social. Rotula o indivíduo, e contribui assim para elevar e reforçar as barreiras que separam as classes. A aproximação e fusão se tornam mais difíceis, acentua-se o predomínio de uma sobre a outra.

Isto não exclui, e sabemos que não exclui entre nós, uma circulação intra-social apreciável, que permitiu aqui a elevação a posições de destaque, e isto ainda na colônia, de indivíduos de indiscutível origem negra. Índia também, está claro; mas o caso é muito menos de se destacar, porque o preconceito não foi aí excessivamente rigoroso, como no caso africano. Mas, aceitando aquela elevação, não se eliminava o preconceito, contornava-se com um sofisma que já lembrei acima, um “branqueamento” aceito e reconhecido. Aceitava-se uma situação criada pela excepcional capacidade de elevação de um mestiço particularmente bem dotado, mas o **preconceito** era respeitado. Aliás, esta elevação social

de indivíduos de origem negra só se admitia nos de tez mais clara, os brancarrões, em que o sofisma do branqueamento não fosse por demais grosseiro. (...) (273, 274)

Recorte 6

O papel da simples cor na discriminação das classes e no tratamento recíproco que elas se dispensam, reflete-se até nos usos e costumes legais. Observou Perdigão Malheiro que nos leilões de escravos, se os lances “a bem da liberdade” – que são os feitos sob promessa de alforria – excluía em regra qualquer outro, isto era no caso de escravos claros, uma norma absoluta. Acrescenta o mesmo autor que era notória a repugnância contra a escravidão de gente de cor clara; e chega até ao exagero de concluir que se não fora a cor escura dos escravos, os costumes brasileiros não tolerariam mais o cativo. É verdade que ele escrevia isto em 1867, quando a escravidão já perdera muito de sua força moral; e que os conceitos citados partem de um escritor notoriamente simpático à causa da liberdade – seu grande livro não é aliás senão um libelo a favor dela. O seu depoimento, entretanto conserva assim mesmo muito do seu valor, e comprova o quanto a simples cor atua no sentido de rebaixar os indivíduos da raça dominada; faz entrever também como seria mais dura e áspera a escravidão quando, como se dava entre nós, à discriminação social se acrescenta este caráter marcado e iniludível ” (275).

Recorte 7

“Apesar disto, o comércio tem na vida social da colônia uma posição importante. Não que goze de grande consideração; pelo contrário, o trato de negócios não se via com bons olhos, e trazia mesmo um certo desabono aos indivíduos nele metidos. Fruto de um velho preconceito feudal que nos veio da Europa, e que se manterá no Brasil até época muito recente. Muitas pessoas abonadas da colônia escondiam por isso seus interesses e atividades comerciais sob a capa de testas-de-ferro que aparecem por elas manejando seus capitais”(p.295).

Recorte 8

Nota 19 sobre o recorte acima: “Saint-Hilaire que o conheceu pessoalmente quando governador de Goiás, relata a tragédia ocorrida em 1821. Voyage aux sources..., II, 83. Sobre o preconceito, como obstáculo contra o casamento, Cunha Matos refere casos interessantes em Goiás (Corografia Histórica, 298). Uma das maiores pressões contra as alianças com mulheres de condição inferior partia das irmandades leigas, cujos estatutos incluía dispositivos expressos a respeito, cominando pena de exclusão aos irmãos que contraíssem tais casamentos”(p.353).

Recorte 9

A devassa procedida por ocasião da inconfidência baiana revela-nos através dos depoimentos prestados, bem como no texto de papéis sediciosos que fixaram nos lugares públicos da cidade, que o nervo principal do levante projetado era a diferença de castas, a

revolta contra o preconceito de cor. Aliás, quase todos os consipadores presos são pardos e mulatos da mais baixa extração” (p. 367).

Recorte 10

“Veremos brancos lutar com pretos e mulatos contra o preconceito de cor (Inconfidência baiana); mulatos e pretos, com os brancos, a favor dele; portugueses contra a metrópole, e brasileiros a favor...”(p.369).